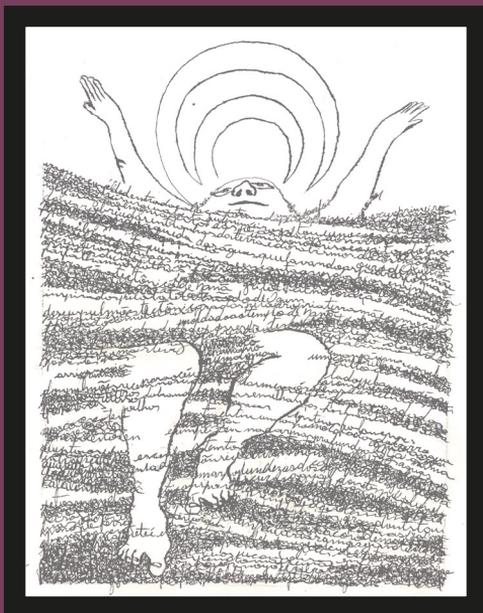


Jarbas Vargas Nascimento
Ramon Silva Chaves
(organizadores)

ANÁLISE DE DISCURSO



DISCURSO, CULTURA E PSICANÁLISE

Blucher Open Access

 CAPES

DISCURSO, CULTURA
E PSICANÁLISE

SÉRIE DISCURSO E CULTURA
VOLUME 6

Blucher



DISCURSO, CULTURA E PSICANÁLISE

SÉRIE DISCURSO E CULTURA
VOLUME 6

Jarbas Vargas Nascimento

Ramon Chaves

Organizadores

Discurso, cultura e psicanálise - Série Discurso e cultura - volume 6

© 2024 Jarbas Vargas Nascimento, Ramon Chaves (organizadores)

Editora Edgard Blücher Ltda.

Comissão Científica

Prof. Dr. André da Costa Lopes

Prof. Dr. Anderson Ferreira

Prof. Dr. Carlos Alberto Baptista

Profa. Dra. Izilda Maria Nardocci

Prof. Dr. Jarbas Vargas Nascimento

Prof. Dr. Jonatas Eliakim

Profa. Dra. Lorena Maria Nobre Tomás

Prof. Dr. Márcio Rogério de Oliveira Cano

Prof. Dr. Mario Acrísio Alves Junior

Profa. Dra. Micheline Mattedi Tomazi

Prof. Dr. Ramon Silva Chaves

Prof. Dr. Rafael da Silva Marques Ferreira

Prof. Dr. Ricardo Celestino

Prof. Dr. Rudney Soares de Souza

Profa. Dra. Rosângela Aparecida Carreira

Prof. Me. André Freitas Miranda

Prof. Me. Cândido Ferreira de Souza Júnior

Profa. Me. Célia Regina Rodrigues Gusmão

Prof. Me. Creone Coutinho

Prof. Me. Rafael Cossetti

Imagem da capa: Elton da Silva

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar

04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel.: 55 11 3078-5366

contato@blucher.com.br

www.blucher.com.br

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme

5. ed. do *Vocabulário Ortográfico da Língua*

Portuguesa, Academia Brasileira de Letras,

março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por
quaisquer meios sem autorização escrita da
editora.

Todos os direitos reservados pela Editora Edgard
Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Discurso, cultura e psicanálise Vol. 6/
organizado por Jarbas Vargas Nascimento,
Ramon Silva Chaves . - São Paulo: Blucher,
2024. (Série Discurso, cultura)

288 p.

Bibliografia

ISBN 978-65-5550-347-0

1. Psicanálise I. Chaves, Ramon Silva II.
Nascimento, Jarbas Vargas III. Série

24-0385

CDD 150.195

Índice para catálogo sistemático:

1. Psicanálise

Conteúdo

Apresentação	7
Ramon Silva Chaves Jarbas Vargas Nascimento	
Entre a análise do discurso e a psicanálise o sujeito	15
Jarbas Vargas Nascimento	
Entre sujeito, sentido e história: artimanhas entre uma análise do discurso e uma psicanálise	47
Clarice Pimentel Paulon	
Análise de Discurso, Psicanálise e Topologia em Lacan: pontos, contrapontos e enodamentos	69
Maria Tereza Martins Ramos Lamberte	
Silêncio e sexualidade no discurso literário: paratopia como identificação	99
Ramon Silva Chaves	
A relação discursiva entre pobres e ricos na articulação do sujeito aporofóbico	131
Marcos Roberto de Paula Márcio Rogério de Oliveira Cano	

Subjetividades em redes: a falha como constitutiva de sentidos	163
Márcia Fonseca de Amorim	
Amanda Batista da Silva	
Paixões amargas: retórica, psicanálise e conflitos judiciais	191
Luiz Antonio Ferreira	
Acir de Matos Gomes	
O homo narrans, o insólito fantasista e o desamparo em <i>A história antes do fóssil</i> , de Cristina Lasaitis	217
Ricardo Celestino	
O Sintoma cerimonial compulsivo como uma linguagem	251
Silvana Martani	
Sobre os autores	275

Apresentação

Ramon Silva Chaves
Jarbas Vargas Nascimento

Em 2019, iniciamos um projeto de pesquisa de pós-doutorado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo sobre a paratopia do discurso literário de autores negros. Essa discussão originou-se da defesa da tese de doutoramento “A paratopia do estigma: identidade e relato de si no discurso Recordações do escrivão Isaías Caminha, de Lima Barreto”, (CHAVES, 2018). Em nossa tese, discutimos a noção apresentada por Dominique Maingueneau (2006) da paratopia de identidade, no Discurso Literário. Maingueneau associa a noção de identidade com a de paratopia, porque entende que alguns discursos literários têm como engrenagem uma marca de identificação sócio-histórica de seu autor.

Naquela ocasião, pareceu mais conveniente apropriar-nos da noção de estigma, do teórico da Psicologia, Erving Goffman, apresentada em “Estigma: notas sobre a manipulação da imagem deteriorada”, para refazer a associação de Maingueneau, (2012), pois percebemos que o termo “paratopia de identidade” está associado a sujeitos divergentes, fora do limite da norma social hegemônica.

Da associação crítica da Análise do Discurso a um teórico do campo dos estudos psíquicos, nasceu a tese que o discurso literário que recorta um elemento pejorativo para uma época, como ser negro, por exemplo, como único determinante da própria criação literária é estigmatizante, não identitário.

Depois da defesa, percebemos, Jarbas Vargas Nascimento quem orientou a tese e eu, Ramon Silva Chaves, que a discussão poderia ser ampliada ainda mais para o campo psíquico, o que não seria novidade, uma vez que a Análise do discurso de linha francesa (AD), como menciona Maingueneau (2015), nasceu da confluência entre a Linguística, a História e a Psicanálise. Por isso, iniciamos a nossa pesquisa de pós-doutoramento aliando, ainda mais profundamente, a AD a essas questões e procuramos, em 2023, envolver o Grupo de Pesquisa Discurso e Cultura, liderado por Nascimento, que tem pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), no anseio de refinar essa aliança.

Assim, o Grupo de Pesquisa debruçou-se, nesse ano, nas questões que interseccionalizam AD e Psicanálise. Voltamos às origens da AD, avançando em direção à Psicanálise, aproveitamos a afinidade de nosso campo teórico original, para reconhecer a Psicanálise numa perspectiva analítica gravada em seu próprio termo, e nas suas possibilidades de discussão práticas.

O volume VI do livro *Discurso e Cultura*, série publicada anualmente, desde 2018 pelos membros do Grupo de Pesquisa Discurso e Cultura e convidados, nasce, portanto, desses anseios e discussões teóricas. Durante o primeiro semestre, recebemos nas reuniões do Grupo de Pesquisa, pesquisadores e pesquisadoras que comentaram as possibilidades de confluência entre Análise do Discurso e Psicanálise. Em março, Lauro José Baldini, proferiu

a conferência “O que é a língua, se a Psicanálise e o Materialismo Histórico existem?”. Em abril, Clarice Pimentel Paulon apresentou a conferência “Análise do discurso e Psicanálise: articulações entre sujeito, sentido e história “. No início de maio, Rodolpho Ruffino expôs a conferência “ Interpelação a uma Teoria da Ideologia”. No final de maio, Tereza Lamberte proferiu a conferência “Entrecruzamentos (im)possíveis(?) Análise de Discurso, Psicanálise e a Topologia em Lacan - pontos e contrapontos”. Desse caldo teórico-expositivo, e tempo de discussão e maturação, nasce um projeto que é de retomada teórica das origens da AD e, ao mesmo tempo, vanguardista.

Retomada na medida em que se volta à interdisciplinaridade que, como mencionamos, distingue a AD de outras disciplinas da Linguística. Eni Orlandi, precursora da Análise do Discurso no Brasil, menciona que

A Análise do Discurso reúne três regiões de conhecimento em suas articulações contraditórias: a. a teoria da sintaxe e da enunciação/ b. a teoria da ideologia e c. a teoria do discurso que é a determinação histórica dos processos de significação. Tudo isso atravessado por uma teoria do sujeito de natureza psicanalítica. (2003, p. 25)

O traço psicanalítico da AD não se perdeu, mas dilui-se em suas condições de análise. Assim, ainda que do ponto de vista histórico os analistas do discurso entendam a importância da presença da noção de sujeito psicanalítica para a disciplina, há pouca discussão psicanalítica sobre o tema. No Brasil, atual, destacamos os grupos de pesquisa Laboratório Interunidades de Teoria Social, Filosofia e Psicanálise (LATESFIP), Coordenado por Christian Iago Dunker e Vladimir Safatle, na Universidade de São Paulo, e o

grupo Psicanálise, Política, Significante (PsiPoLiS), ligado ao Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), coordenado por Lauro José Baldini e Thales de Medeiros Ribeiro.

Neste sentido, nosso percurso até aqui, bem como a publicação do volume VI da série, coloca a Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP), por meio do Grupo de Pesquisa Discurso e Cultura, no centro de um diálogo promissor e vanguardista. Incluímo-nos às discussões que associam AD e Psicanálise, ressaltando o trabalho de Nina Leite, “Psicanálise e Análise do discurso: o acontecimento na estrutura” (LEITE, 1994), que trouxe em sua esteira uma enormidade de possibilidade de pesquisa no contexto brasileiro, como as mencionadas nos grupos acima. Insistimos na importância do trabalho de Leite, pois foi citado na obra de Análise Psicanalítica de Discursos (DUNKER, PAULON e MILAN-RAMOS, 2016) e na conferência proferida por Baldini (2023), supracitada.

Assim, este livro localiza-se num percurso de pesquisa pessoal e coletivo, que considera o histórico das pesquisas produzidas sobre a temática e recebeu, durante 2023, pesquisadores interessados pela interdisciplinaridade entre AD e Psicanálise. Desse modo, os leitores encontrarão a seguir capítulos que foram produzidos por analistas do discurso e psicanalistas, que tiveram o cuidado de refinar as questões históricas e analíticas das duas áreas do conhecimento.

O livro tem três grandes áreas: a. articulações entre AD e Psicanálise, em que incluímos os trabalhos de Jarbas Vargas Nascimento, Clarice Paulon e Tereza Lamberte; b. analíticos e sociais, com os trabalhos de Ramon Silva Chaves, Marcos Roberto de Paula & Márcio Rogério Cano, Márcia Fonseca de Amorim & Amanda Baptista, Luiz Antonio Ferreira & Acir de Matos Gomes, e Ricardo Celestino; e c. psicanalítico, o trabalho de Silvana Martani.

Na primeira parte, no texto de Nascimento, encontramos uma proposta de aproximação entre a noção de sujeito da AD e da Psicanálise lacaniana por meio da análise do discurso literário negro “Um só gole”, de Miriam Alves. A proposta de Nascimento considera o elemento racial na composição de seu quadro teórico-metodológico e utiliza as categorias da AD como aparelho de observação do deslizamento do sujeito psicanalítico.

O trabalho de Paulon investiga as articulações entre o sujeito da AD e o sujeito psicanalítico por meio de uma vinheta psicanalítica. Este trabalho é promissor, principalmente, considerando as linhas de pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa na PUC-SP, uma vez que traz um *corpus* que é novidade para a grande maioria dos pesquisadores e pesquisadoras desse território.

Lamberte propõe, em seu ensaio, pensar a articulação entre o sujeito psicanalítico, por meio da topologia lacaniana, como aspecto contributivo para a perspectiva dos analistas do discurso. Em seu trabalho, a descrição histórica do ponto de vista lacaniano sobre a noção de topologia demonstra como essa observação pode corresponder aos anseios de analistas do discurso, que se orientam com base na lógica pecheutiana.

Na segunda parte, o trabalho de Chaves demonstra uma tese de pesquisa: há uma paratopia do inconsciente. Em sua argumentação, o autor leva em conta a análise do aturdido no discurso literário Otelo, de William Shakespeare, e Grande Sertão: Verdades, de João Guimarães Rosa. Neste trabalho, a discussão sobre sexualidade e silêncio das personagens Otelo e Riobaldo repercutem na justificativa de análise psicanalítica do discurso.

Em seguida, o trabalho de Paula & Cano produz uma análise sobre a constituição do sujeito aporofóbico no discurso jornalístico. Na análise, são articuladas as noções de sujeito oriundas da AD pecheutiana e da Psicanálise lacaniana. O trabalho observa, além disso, a construção ideológica e determinante da identidade marcada pela aporofobia em nosso contexto sócio-histórico e cultural.

O trabalho de Amorim & Silva articula a noção de Superindústria do Imaginário (BUCCI, 2021) para pensar a formação do sujeito que é observado em suas demandas psíquicas e discursivas. O trabalho faz um resgate teórico da noção de sujeito, para perceber em discursos disseminados em redes sociais que colocam em jogo os sentidos de liberdade e de segurança a partir daquilo que se estabelece como imaginário do sujeito.

No trabalho de Gomes & Ferreira, encontramos a articulação entre a Retórica, o Direito e a Psicanálise na análise de um caso jurídico de parricídio. Nesse bojo, os pesquisadores articulam os elementos retóricos que repercutem, na lógica do Direito, a capacidade de produzir um novo senso comum sobre a violência do parricídio.

O trabalho de Celestino propõe pensar a noção de desamparo nos *corpora* “A história antes do fóssil”, de Cristina Lasaitis e “Unicórnios & Rinocerontes”, organizada por Claudia Dugim. A noção psicanalítica de desamparo surge como elemento da análise do discurso literário neobarroco capaz de mobilizar os efeitos de sentido da engrenagem literária analisada. Para o autor, entre o insólito e o desamparo, surge a instância enunciativa *homo narrans*, categoria da análise textual dos discursos.

Na última parte, a psicanalítica, Martani apresenta um estudo de caso. Neste estudo, a autora propõe pensar a construção do sintoma como um discurso, associando, para isso, a noção lacaniana

do inconsciente constituído como linguagem. Desse modo, Martani produz um ensaio que leva em consideração os recursos da AD para o cotidiano clínico-analítico.

Esperamos que esta coletânea alcance pesquisadores e pesquisadoras interessadas no intercâmbio teórico-metodológico entre dois campos de conhecimento produtivos de modo autônomo e que possamos contribuir para mais uma etapa do percurso brasileiro da AD, da Psicanálise e, portanto, da Análise Psicanalítica de Discurso.

Referências

- CHAVES, R. S. *A paratopia do estigma: identidade e relato de si no discurso Recordações do escrívão Isaías Caminha, de Lima Barreto*. 2018. 214 f. 2018. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.
- BUCCI, E. *A Superindústria do Imaginário: como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da imagem deteriorada*. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4ª ed. Rio de Janeiro: GEN/LTC, 2012.
- LEITE, N. V. A. *Psicanálise e Análise do Discurso: acontecimento na estrutura*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.
- MAINGUENEAU, D. *O Discurso Literário*. Trad. Adail Sobral, São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. *Discurso e Análise de Discurso*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.

Entre a análise do discurso e a psicanálise o sujeito

Jarbas Vargas NASCIMENTO (PUC/SP-UFES)

Considerações Iniciais

Muito se tem discutido sobre a categoria sujeito, seja na Linguística, na Psicanálise, na Filosofia, dentre outros campos do conhecimento em que essa categoria é alvo de investigação. Autores como Pêcheux (1938-1983), Freud (1856-1939), Lacan (1907-1981), Kant (1724-1804), Descartes (1596-1650), Husserl (1859-1938), Maingueneau (1997, 1998, 2000, 2006, 2007, 2008, 2013, 2015) integram essa lista. Para avançar no exame da noção de sujeito, na Análise do Discurso de linha Francesa (AD), na contemporaneidade, procuramos identificar tanto alguns *insights* quanto aspectos problemáticos nos estudos de Pêcheux (1988, 2006), quando aborda a forma-sujeito, associando-a às relações que ela promove entre o linguístico-discursivo, a ideologia, o inconsciente e as condições sócio-históricas de produção do discurso. O fato

de o sujeito ser interpelado pela linguagem, atravessado pelas condições sócio-históricas e determinado pelo inconsciente torna-se uma categoria de difícil compreensão. O próprio Lacan (1964/1988) obscurece essa questão, ao afirmar que *o inconsciente é estruturado como uma linguagem* e, que *o sujeito é efeito do significante*, esclarecendo que há um sistema de relações anteriores ao sujeito.

Pensando, então, assumir o sujeito como objeto de estudo em uma abordagem interdisciplinar para comprovar sua relevância no seio da AD, retornamos à década de 1960, para entender como ele se inseriu na Linguística. Nesse momento, emerge essa disciplina e julgou-se necessário conceber o sujeito na interdisciplinaridade com a história, por meio da perspectiva materialista da ideologia althusseriana e de particularidades da Psicanálise Lacaniana. Ora, Pêcheux (1988), nas origens da AD, parte da premissa de que o ideológico e o inconsciente são dados constitutivos da linguagem e, por conta disso, há necessidade de integrar o sujeito no quadro teórico-metodológico da AD, disciplina engendrada como uma crítica às Ciências Sociais.

Na verdade, Pêcheux, querendo colaborar na organização de uma disciplina do discurso, arrisca proceder uma ruptura no interior da Linguística, ao inscrever, na epistemologia da AD, elementos do Materialismo Histórico de Althusser e da Psicanálise Lacaniana para compreensão do sujeito. Para estabelecer sua concepção de sujeito, Pêcheux (1988, p.175) é categórico em postular que *não há prática discursiva sem sujeito*.

Embora a AD tenha avançado significativamente em seu domínio epistemológico, é preciso reconhecer, desde já, a herança de Pêcheux em relacionar, à sua época, a Linguística, o Marxismo Histórico e a Psicanálise Lacaniana e tentar romper com o estruturalismo linguístico, que considerava a linguagem, funcionando

como um instrumento de comunicação. Vale acrescentar que é de Pêcheux o ponto de vista que reforça essa consideração, quando afirma que

[...] a expressão instrumento de comunicação deve ser tomada em sentido figurado e não em sentido próprio, na medida em que esse “instrumento” permite, ao mesmo tempo, a comunicação e a não comunicação, isto é, autoriza a divisão sob a aparência da unidade, em razão do fato de não se estar tratando, em primeira instância, da comunicação de um sentido. (Pêcheux, 1988, p. 93)

Esse deslocamento produz um corte no tempo e possibilita-nos pensar a o inconsciente como elemento constitutivo da linguagem e, por consequência, da discursividade. Observamos, ainda, que em seu Seminário intitulado “os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise”, na lição de 22 de janeiro de 1964, Lacan profere um dos seus mais conhecidos aforismos, repetido inúmeras vezes em seus seminários e textos: *o inconsciente é estruturado como uma linguagem*, ou seja, funciona com as mesmas regras da linguagem.

Assim, desde o início da formulação da AD, o sujeito tem se tornado uma particularidade em seus estudos e não restam dúvidas de que o ponto de vista de Pêcheux desempenhou um papel significativo, embora apresente uma abordagem estruturalista e sua concepção sobre sujeito seja determinista. Neste sentido, longe de considerar o sujeito apenas no âmbito da linguagem, Pêcheux pretendeu projetar uma nova perspectiva de sua compreensão, ao relacioná-lo à ideologia e ao inconsciente. Contudo, seu enfoque falha por enfatizar estruturas subjacentes como determinantes do comportamento humano. Inclusive, há críticos que apontam ser a noção de sujeito, em Pêcheux, excessivamente determinista, pois

negligência a variedade de experiências, que contribuem para a sua constituição. Enfim, a abordagem de Pêcheux torna o discurso muito opaco, obscurecendo a relação entre o sujeito e o sentido. Na verdade, a ênfase nas estruturas discursivas, proposta por Pêcheux, pode levar a uma compreensão limitada da dinâmica do sentido na interação discursiva.

Ainda que façamos críticas às análises ditas estruturais na compreensão do sujeito, o projeto de Pêcheux não passou despercebido na AD, na medida em que ele trouxe *insights* significativos sobre a relação linguagem, inconsciente e ideologia, na origem da AD. Exemplo disso, está em sua argumentação de que a Psicanálise Lacaniana pode compartilhar e enriquecer a compreensão da consciência do existir do sujeito, considerando que ele não se manifesta como *uma entidade pré-existente e autônoma, mas um produto da linguagem e também da ideologia* (PÊCHEUX, 1988, p.102).

Apesar de que, nos anos 1950, os estudos de Harris (1952/1970) tenham apresentado uma análise com base no distribucionalismo americano, e os de Benveniste (2005) sobre a enunciação, a inserção do sujeito no processo da enunciação, Pêcheux foi o primeiro a tornar o sujeito uma categoria central nos estudos do discurso. Isso nos oportuniza afirmar que a noção de sujeito está presente desde a origem da constituição teórico-metodológica da AD e, ao que nos parece, continua sendo uma categoria não superada. Além disso, hoje, em outro momento, o sujeito se metamorfoseou, é uma instância complexa e multifacetada e está incorporado nos debates da pós-modernidade, permanecendo como um pressuposto teórico fundamental. Sobre a complexidade dessa categoria, encontramos em Foucault a seguinte declaração: *O Sujeito: uma coisa complexa, frágil, de que é tão difícil falar, e sem a qual não podemos falar* (FOUCAULT, 2002, p. 330).

Por isso, diante dos questionamentos que apresentamos acima sobre o enfoque de Pêcheux, somos levados, obrigatoriamente, ao afastamento de suas ideias, para nos apoiar em Maingueneau, em cuja pertinência teórico-metodológica, o sujeito não se reduz a uma forma ou posição.

Essa orientação teórico-metodológica é que nos dará suporte para o exame do sujeito na cenografia de **Um só gole**, discurso literário escrito por Miriam Alves. Nesse espaço discursivo, o sujeito se movimenta por meio de diferentes posturas e, no processo criativo da cenografia literária, serve-se de múltiplos mecanismos discursivos, principalmente de uma paratopia de recusa, que reconhece um mundo dominado pelo branco e, ao mesmo tempo, de uma paratopia de resistência, por não encontrar lugar nesse mundo.

Situando o debate

Como pudemos observar até aqui, a AD assina sua gênese pela interdisciplinaridade, empreendendo romper com os modelos científicos, que disciplinavam as Ciências Humanas, no final da década de 1960. Para isso, associou Linguística, Psicanálise e Materialismo Histórico, na tentativa de construir um projeto epistemológico capaz de propor dispositivos analíticos de apreensão de discursos e ampliar a compreensão do sujeito envolvido em práticas sociais. Essa perspectiva é reforçada por Ferreira (2005, p. 16), quando ela afirma que

A AD caracterizou-se, como se vê, desde o seu início, por um viés de ruptura a uma conjuntura política e epistemológica e pela necessidade de articulação a

outras áreas das ciências humanas, especialmente a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise (...) A AD recorta, portanto, seu objeto teórico (o discurso), distinguindo-se da linguística imanente, que se centra na língua nela e por ela mesmo, e também nas demais ciências humanas, que usam a língua como instrumento de explicação de textos.

Além disso, o destaque que a AD e a Psicanálise dão ao sujeito parece robustecer a problemática colocada por Pêcheux, ao final da década de 1960, Evidentemente que Althusser, em sua releitura de Marx, e Lacan, em sua releitura de Freud, tornam-se referências para Pêcheux e, em consequência, para a AD e para outras disciplinas que emergiram no auge do Estruturalismo. Além disso, Lacan apoia-se nas reflexões dos filósofos Heidegger e Hegel, do linguista estruturalista Saussure e do antropólogo estruturalista Lévi-Strauss, para fundamentar e elaborar sua noção de inconsciente e de sujeito. Em função disso, de forma sintética, podemos afirmar que Pêcheux busca suporte no Materialismo Histórico e na Psicanálise Lacaniana para a consolidação do quadro epistemológico da AD, em sua origem, pois

Seu procedimento é o de uma espécie de psicanalista do discurso animado por um projeto marxista, cujo alcance é simultaneamente político e epistemológico, procedendo a uma análise – leia-se decomposição – dos textos, procura-se revelar a ideologia que eles estão destinados a dissimular; significamente a palavra “analista” designa igualmente os psicanalistas e “análise”, a psicanálise. (Maingueneau, 2015, p.19)

Enfim, parece-nos que Pêcheux partia do princípio de que o sujeito tinha voz, mas não sabia o que estava dizendo. Por isso, a ideologia e o inconsciente estão ocultos na/pela linguagem e precisam ser descobertos.

Em contrapartida, os esforços contemporâneos na epistemologia da AD tornam o estudo sobre o sujeito muito desafiador. Isso porque, as condições de comunicação, a inscrição sócio-histórica, as questões relativas à linguagem e outras exteriores a ela, que incidem sobre o sujeito, tais como as do inconsciente se configuram discursivamente com o intuito de *construção de uma identidade enunciativa que é tanto “tomada de posição” como recorte de um território cujas fronteiras devem ser redefinidas* (MAINGUENEAU, 2008, p.151).

Resta-nos acrescentar, ainda que, atualmente, Maingueneau tem dado contribuições significativas, que ampliam o construto-teórico metodológico da AD, apropriando-se de conceitos de correntes como a Pragmática, a Linguística Textual, entre outras, mas ancorando-se, particularmente, na Teoria da Enunciação. Sua abordagem amplia a noção sujeito e confirma-o como inerente ao discurso, quando postula que

o discurso só é discurso se estiver relacionado a um sujeito, a um EU, que se coloca ao mesmo tempo como fonte de referências pessoais, temporais, espaciais (EU-AQUI, AGORA) e indica qual é a atitude que ele adota em relação ao que diz e a seu destinatário. (MAINGUENEAU, 2015, p.27)

Com base, portanto, na concepção de que não há discurso sem sujeito e que ele, de alguma maneira, se inscreve na cenografia como um constructo linguístico-discursivo, intrínseco à discursividade, julgamos possível sim propor um diálogo entre a AD e a Psicanálise e contribuir para o debate sobre a constituição do sujeito e, de modo particular, o sujeito, que emerge no Discurso Literário Negro. Por meio de marcas e mecanismos, que explicitamos durante o percurso que delineamos, nesse capítulo, julgamos possível estabelecer articulações entre a instância sujeito na cenografia do Discurso Literário Negro e o registro do simbólico e do imaginário perspectivado em Lacan. Nosso material de exame é o discurso *Um só gole*, retirado da obra *Mulher mat(r)iz*, lançado em 2011, escrito por Miriam Alves, uma das mais influentes escritoras negras contemporâneas, tendo sua produção estético-discursiva materializada em antologias nacionais e estrangeiras. Nesse discurso literário, a forma de organização da cenografia possibilita-nos compreender um desdobramento da vida, cuja verdade representa a reconstrução de um processo de identificação de um sujeito excluído pela cor de sua pele, que denuncia, por meio de uma cenografia de monólogo interior, um trauma sofrido, na infância.

É necessário ponderar que, para Maingueneau (2015), o sujeito não é uma entidade preexistente, que se expressa por meio da linguagem, mas é construído discursivamente por práticas discursivas e por normas sociais, que organizam a produção do discurso. Neste sentido, Maingueneau se distanciou de Pêcheux, pois enfatiza a dimensão social e histórica do sujeito, argumentando que a identidade do sujeito é moldada pelas relações de poder, pelos discursos dominantes e pelas convenções sociais. Além disso, Maingueneau (2008b) destaca a noção de primado do interdiscurso, referindo-se a um conjunto de discursos, que mantém uma relação discursiva entre si, marcado na superfície discursiva.

O sujeito, nessa perspectiva, é entendido como um ponto de convergência de múltiplas relações discursivas, e sua identidade é construída na interação com outros discursos. Esse é o entendimento que nos orienta na análise e funcionamento do Discurso Literário Negro, principalmente, quando entra no debate o posicionamento da Psicanálise Lacaniana de que *o inconsciente é, em seu fundo, estruturado, tramado, encadeado, tecido de linguagem* (LACAN, 1981, p. 135), sendo o sujeito quem constrói e é construído pela/na linguagem.

Identificada a questão teórica que nos move, e o interesse da AD e da Psicanálise Lacaniana pela categoria sujeito, impulsionamos a analisar o sujeito, que se instaura na cenografia literária, que corresponde ao universo configurado pelo discurso. Embora interesses divergentes entre as duas disciplinas, é forçoso reconhecer a eficácia do argumento de que *escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua auto inscrição no interior do mundo*. (EVARISTO, 2007, p. 20).

Por se tratar de uma criação literária, para enunciar, em *Um só gole*, o sujeito se apropria da enunciação, assume marcas de linguagem no ato enunciativo e revela verdades do inconsciente do sujeito negro, para desvelar um trauma marcante de sua existência passada, que mantém estreitas relações com as instituições sociais. Assim, como produto social, o Discurso Literário Negro, escrito por Miriam Alves, supõe a necessidade de o sujeito jogar com suas memórias de vida, seus medos, delírios e alucinações e de outras escrevivências, no processo de criação, a fim de vincular um sujeito criador a um sujeito social, recurso estético-discursivo, inerente a esse tipo de discurso. Neste sentido, tal discurso deve ser valorizado, em sua profundidade, como indício e traço de identidade e de resistência do sujeito negro pelo ressentimento de exclusão étnico-racial, condição socioidentitária dolorosa, que

nosso estudo coloca em debate. A começar, refutamos a crítica de que o Discurso Literário Negro seja inferior e, por isso, não considerado canônico. Alves (1985, p. 13) refere-se a essa rejeição com o seguinte argumento:

Vamos falar da literatura à maneira praticada por nós os negros. No momento em que nós a praticamos, ela assume um compromisso social personificado. À medida que falamos do nosso lugar numa maneira própria, estamos dizendo coisas que muita gente não quer ouvir, ou tem medo de ouvir. E nesse exato instante estamos rompendo a máscara da invisibilidade colocada em nós por aqueles que nos querem negar ou ver à sua maneira, maneira esta que basicamente consiste em nos retratar em um servilismo que não tem outro objetivo senão o de se curvar a vida alheia, que de preferência deve ser a vida de algum branco.

Assim é o Discurso Literário Negro. Constituído com marcas da ancestralidade, e objetivando a mesma inserção sociocultural como outros discursos de diferentes campos do saber em que, por motivos de poder da classe dominante, continuam, ainda, apagado. *O Brasil é dos brasileiros, porém é preciso acrescentar que é de todos os brasileiros.* (Cuti, 2010, p.11)

Embora a noção de sujeito, nas perspectivas de Maingueneau, seja atravessada por perspectivas sócio-históricas, cabe-nos testar os limites e o desempenho dessa instância na análise do Discurso Literário. Além disso, é necessário operacionalizar a noção de cenografia, tão relevante na abordagem de Maingueneau (2006,

2008). Entretanto, as discussões propostas, por serem complexas, exigiram-nos lembrar informações, que fundamentaram os estudos sobre o sujeito. Nesta direção, Leandro-Ferreira (2005, p. 2) afirma:

A categoria de sujeito procede da filosofia e ganha com Lacan um estatuto próprio ao ser introduzida com destaque no campo psicanalítico. É sempre bom lembrar, contudo, que Freud, ainda que não a nomeasse diretamente, já tratara em textos iniciais, do que seria o essencial em matéria de inconsciente. A concepção de sujeito formulada por Lacan, como um sujeito descentrado, efeito do significante que remete para um outro significante, encontra eco em outros campos das ciências humanas, como é o caso da análise do discurso. E Pêcheux não fica surdo a essa voz; muito ao contrário.

Compreendemos por esta afirmação não somente o caráter interdisciplinar da AD, mas também por trazer à tona uma discussão sobre a categoria sujeito, uma vez que consideramos a necessidade de inclusão da Psicanálise Lacaniana na análise do Discurso Literário Negro. Esse é, sem dúvida, um dos espaços em que, pela tensão de seus enunciados, o sujeito negro dá a conhecer sua identidade e sua condição não somente de subalternidade, mas de resistência, como podemos vislumbrar no estudo do discurso **Um só gole** de Miriam Alves. Esse discurso não somente constrói uma cenografia que diz o que o sujeito negro representa, mas também valida a realidade que ele externaliza, porque vivida por ele e pela comunidade discursiva negra, que ele conhece e deseja legitimar. Por isso, o discurso Literário-Negro ocupa um lugar de confronto entre posicionamentos estético-discursivos, que investem de tal

maneira, na cenografia, que o sujeito recria o mundo, ressignifica valores, a fim de recuperar sua identidade apagada.

Nesse sentido, por conta de seus dispositivos teórico-metodológicos, a AD se constitui como uma possibilidade de a Linguística assumir outros espaços, ou seja, ampliar seu campo para além da frase e do texto, uma vez que a incorporação de mecanismos histórico-ideológicos e marcas de subjetividade entram em cena para corroborar na produção discursiva, *fornecendo o domínio de validação de seus conceitos e de seus procedimentos* (Courtine, 2006, p.11). Assim, cabe ao analista do discurso ter em mente, além das marcas linguísticas, as condições sócio-históricas e culturais de produção do discurso, valorizando o sujeito, pois que ele se institui discursivamente.

Tocados pela relevância discursiva da instância sujeito, tão significativa para a AD e a Psicanálise, na medida em que a linguagem cria a realidade humana, concedendo-lhe garantia de identidade social e discursiva, faz-se necessário abordar o sujeito, a fim de compreendermos como ele se institui na cenografia literária negra em sua relação com o inconsciente e em confronto com as forças socioculturais produtoras de racismo. O caráter interdisciplinar da AD torna-se-nos indispensável trazer para o interior dessa nossa discussão a Psicanálise Lacaniana. Em vista disso, relacionar sujeito, inconsciente e discurso e suas possíveis interações na análise do discurso literário de Miriam Alves, parece-nos produtiva, pois na ausência desses enlaçamentos, o discurso literário não passaria de um simples ambiente de comunicação verbal indecidíveis. O discurso literário, em síntese, cria um sujeito, cuja enunciação vai além de uma fonte enunciativa, na medida em que ele participa ao mesmo tempo do mundo comum e de forças que extrapolam o mundo dos homens

Maingueneau avança muito na epistemologia da AD, ao considerar o modo de inscrição do sujeito no discurso, incluindo em seu constructo a teoria da enunciação. Para seu projeto de AD, a teoria da enunciação é fundamental, pois ela possibilita integrar no discurso dispositivos de organização linguística e o lugar social de sua produção, inclusive o sujeito e a temporalidade. Dessa forma, pressupõe-se o princípio da inseparabilidade entre o discurso e as condições sócio-históricas de sua produção e circulação. Neste sentido, grande parte do sucesso de Maingueneau reside na não constituição da AD como uma disciplina homogênea, tendo em vista que ele assegura uma interdisciplinaridade constitutiva dessa disciplina com a História, a Sociologia, a Sociolinguística, a Psicanálise, dentre outras, para viabilizar a epistemologia da AD.

A preocupação com a noção de sujeito continua, por conseguinte, sendo objeto de estudo tanto da Linguística quanto da Filosofia e da Psicanálise, dentre outros campos do saber, interessados pela convergência de novos objetos, que alteraram os rumos das Ciências nos séculos XX e XXI. Notemos, por exemplo que, desde o século XVII, o campo da Filosofia esteve extremamente marcado pela questão do sujeito, pois que o *cogito* cartesiano, por exemplo, se tornou responsável pela ação do pensamento humano por meio da autonomia da consciência. Essa questão é proposta por Descartes (1596-1650) em suas *Meditações Metafísicas*, ao apresentar às ciências uma substância pensante que, em oposição a uma substância não pensante, determina a atividade do pensamento.

Por certo, não está de modo algum explícito, na ciência, que seja necessário preocuparmo-nos somente com os novos conhecimentos. Entretanto, o pensamento moderno parece colocar o sujeito em uma situação, cujo limite é marcado pela relação entre um ser pensante e algo palpável e mensurável, possível de observação em sua extensão. Tudo se passa como se apreendêssemos o sujeito

como fundamento do pensamento e medida de tudo e, por isso, pudéssemos responder, no nível do conhecimento discursivo, às necessidades de legislar as ciências humanas.

Nesse sentido, por conta de seus dispositivos teórico-metodológicos, a AD se constitui como uma possibilidade de a Linguística assumir outros espaços, ou seja, ampliar seu campo para além da frase e do texto, uma vez que a incorporação de mecanismos histórico-ideológicos e marcas de subjetividade entram em cena para corroborar na produção discursiva, *forneendo o domínio de validação de seus conceitos e de seus procedimentos* (Courtine, 2006, p.11). Assim, cabe ao analista do discurso ter em mente, além das marcas linguísticas, as condições sócio-históricas e culturais de produção do discurso. Ademais, torna-se fundamental valorizar o sujeito, pois com isso há uma preocupação que redunde em descentrá-lo no discurso, pois refletindo sobre si, ele reflete sobre os outros.

O sujeito em Um só gole de Miriam Alves

Para procedermos, então, à análise do discurso literário **Um só gole** escrito por Miriam Alves, privilegiamos o sujeito, a fim de examinar como essa categoria investe na cenografia para enunciar. O sujeito se configura indispensável no processo de negociação de efeitos de sentido, principalmente, quando percebemos, na organização do Discurso Literário Negro, manifestações estético-discursivas, que partilham representações inconscientes do sujeito com suas reais condições de existência. Com efeito, no discurso de Miriam Alves, a cessação da voz e o apagamento da identidade do sujeito negro, em sua função prático-social, desempenham um papel fundamental para a sua constituição.

Neste sentido, o sujeito assume uma posição central para expressão da identidade e de sua conexão com a ancestralidade, ao apoiar em sua própria história e cultura. Embora não possamos identificar o sujeito apenas por marcas linguísticas que o representam, por exemplo, como enunciador e co-enunciador, definido pelas formas paradigmáticas do eu e do tu, em **Um só gole** a identificação constante como “eu” enfatiza a natureza pessoal e íntima da experiência encenada pelo sujeito, no mesmo instante em que ressalta as experiências da população negra brasileira.

A construção da cenografia

No discurso **Um só gole** de Miriam Alves, o conjunto de enunciados que o organiza, movimenta uma cenografia de monólogo interior em que o sujeito, desesperado, enuncia que quer morrer, ao mesmo tempo em que busca alcançar uma nova maneira de viver. É nesse lugar de confronto paratópico, que o discurso em estudo se organiza. Para facilitar a análise, numeramos o discurso selecionado em recortes, ou seja, em unidades discursivas, entendidas como fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Um recorte é, assim, um fragmento da situação de enunciação e o resultado de um conjunto semântico que instituímos como unidade de análise, ou seja, um espaço de exploração analítica, que nos permite examinar o discurso e os enunciados que provocam o nascimento do sujeito. Além disso, a cenografia em **Um só gole** reflete o caráter teatral da cena e visa a mostrar que o sujeito, consciente de que a distância entre o presente que enuncia uma situação de infância, permite-lhe reelaborar uma experiência de vida por meio de um discurso em que um trauma sofrido na escola, quando criança, se converte em objeto de produção discursivo-literária.

Afinal tinha me saído bem no papel anterior. Os risos aumentavam de intensidade. Diante de minha obstinação, Ergos disse: - “Maria não pode ser da sua cor”, Chorei, lágrimas sorriam entrecortadas por soluços. Isto fazia a hilaridade da criançada que improvisava um coro: - “Maria não é preta, é Nossa Senhora. Maria não é preta, é mãe de Jesus”. Corri sala afora. Corri dos colegas, da aula, da escola (Recorte 2)

Essa reflexão permite à escritora, por meio de sua escrita literária, realizar uma autoanálise, ou seja, uma espécie de espelho que reflete seu auto objeto. Daí o distanciamento entre um sujeito que olha e outro sujeito visualizado e o lugar onde a cenografia cria condições para que o sujeito enuncie consigo mesmo, tornando seus enunciados um posicionamento de seu pensamento.

Um só gole

Enquanto os meus pés, levando-me percorrem avenidas cravejadas de pedras, dirijo-me guiada pelos meus pensamentos. Não importa para onde vou. Eu vou. Eu ia interrogar-me o motivo deste ato. Pensei em suicídio, várias vezes. Tenho medo. Muito medo. Não tenho medo de morrer, acho que é para isso que servem os suicídios. Sinto medo de viver. É por isso que existem os suicidas. Medo de viver. Medo da vida.

Os meus pés levam-me sem rumo, como sempre. O que importa os rumos? Num estalo de segundo percebi que eu estava margeando o rio Mandaqui, andando

numa marcha abobalhada, de lá para cá, daqui para lá como um soldado guiado por ordens de sargento. Meu sargento, quem era o meu sargento? Eu tenho medo da polícia. (**Recorte 1**)

Parece que vai chover. Meus pensamentos são nuvens prontas a descarregarem suas balas sobre todos, até sobre os poucos transeuntes que timidamente se atrevem a movimentar os olhos distraidamente para mim. Tenho medo de meus pensamentos. Desconfio dos olhares.

As nuvens densas, carregadas de energias, continham-se. Eu me continha. Quieta. Eu sempre me contive densa. Sempre montei prontidão nos meus atos. Sempre me contive densa. Sempre montei prontidão nos meus atos. Sempre silencieei os barulhos surdos do meu porão interior. Pensei em suicídio. Estou imóvel. Estar imóvel não era a morte? Ficar energeticamente parada não é suicídio? Estava carregada de energia, porém estática.

Será que vai chover? As nuvens estão lá, ameaçando. Densamente, movi os braços. As mãos balançam de um lado para o outro descompassadamente. Pensei em voar. Alcançar as nuvens. Sumir. Não saio do chão.

O martelo da dúvida lateja minha frente, desfecha impiedosos golpes como um torturador profissional, procura acertar sempre no mesmo lugar. Faz sangrar.

Quer romper o tampão da cabeça. Forçar o deságue das lágrimas.

Pensei em morrer, ali nas margens de um rio fétido. Estou parada às margens de minha própria vida. Minha estória desfila no leito lodoso do Mandaqui, como uma terça-feira de carnaval. Eu estou na arquibancada paga. Contenho-me para não me atirar, pulando os cordões de isolamento e abraçar de uma só vez todas as emoções repousadas inquietas no leito do meu próprio rio.

Inconsciente, eu boiava, sobre as agulhas das respostas. As inquietações das perguntas ameaçam-me. Atirar-me? – Não me atirar??? Aonde? No rio? Que rio? Da minha vida? Do Mandaqui?

Será que vi chover? Sinto o vento forte, fustigando o meu rosto. Os papéis picados no chão estão paralisados como eu.

Algumas poucas folhas de árvores são atiradas pela força do vento de encontro à pequena murada do rio. Será que eu sairia viva? Meio viva? Morta? As inquietações atravessam a superfície do rio para boiar em mim como interrogações. O que tinha me posto ali? O quê? Quem tinha me posto ali? Quem? O quê? Quem? Eu! Boio como interrogações, naufraga de mim.

Lembrei-me eu que a febre da vida tinha me arrastado várias vezes por caminhos

dolorosos. Jogou-me inúmera vez contra barrancos de pedras e vales labirínticos sem saída. Eu adoecia, chorava. De quando em quando me era oferecida uma colher de amargo xarope, eu não curava, amansava minha revolta, deixando-me pronta para arrastar-me. Sempre. Isto é vida? Eu chamo de vida? Eu chamava de vida? Vida? Morte? Vida? – penso tranquila.

Parece que vai chover. Quando chove a natureza toda estremece. Muda de cor. Mudam os sons. Eu não estou ouvindo nada. Não ouço nem a mim mesma.

Quando foi que comecei a ausentar-me de mim? Quando? Quando foi que me abandonei ao curso inquieto dos fatos? Quando? Quando iniciou minha viagem sempre rua abaixo? Quando? Não sei... Quem sabe, se a primeira vez eu me arrastei foi aos pés de Ergos. (**Recorte 2**)

Ergos, professor da escola municipal do Mandaqui. Ele tinha como prática organizar pecinhas de teatro para as crianças representarem nas datas festivas. Nas datas da abolição da escravatura eu fui à escrava que suplicava ao senhor para não lhe bater a chicotes. Saí-me bem no papel. Talvez tivesse sido um treinamento para as outras tantas súplicas futuras. Pela ocasião do Natal, Ergos faria representar o nascimento de Jesus. Na Escolha das personagens eu escolhi para ser Maria. Foi um riso só. Ria Ergos. Riam

os meus colegas, menos o Joãozinho que queria ser José Carpinteiro. Fiquei olhando todos. Magoada sem entender. Ergos tentou convencer-me a fazer a Camponesa “ - Não, dizia eu”.

Final tinha me saído bem no papel anterior. Os risos aumentavam de intensidade. Diante de minha obstinação, Ergos disse: - “Maria não pode ser da sua cor”, Chorei, lágrimas sorriam entrecortadas por soluços. Isto fazia a hilaridade da criançada que improvisava um coro: - “Maria não é preta, é Nossa Senhora. Maria não é preta, é mãe de Jesus”.

Corri sala afora. Corri dos colegas, da aula, da escola.

Perseguia-me o coro e a algazarra da criançada que me apontava acusatoriamente: “Maria pretinha, quer ser mãe de Jesus”. Minha vontade era de gritar com todo o me fôlego: “E daí? O que é que tem? Não somos todos filhos de Deus? Deus tem cor?” Fiquei sufocada com as contestações presas na garganta.

O berreiro das crianças me aturdiava. Aturdem-me. Afastei-me para nunca mais voltar. Não conseguia entender nada.

Será que vai chover? As nuvens brancas passam velozes perseguidas pelas nuvens negras, que parecem querer sorver num só gole o céu inteiro. Sorri. Ali

estava o rio me lançando olhares lodosos. Era só eu me atirar, ele me sorveria inteira. Acabariam as dores, as dúvidas. E os rancores? Onde ficariam quando eu insistia em pensar, interrogar motivos. Sorria. O riso escondia uma revolta. Corroía-me da mesma forma que corroeu naquele dia. O riso escondia uma revolta. Não aceitava a vida. Não aceitava a revolta. Sorria abobalhada. Aprendi sempre que éramos todos iguais. Tinha acabado de fazer outra descoberta. Descobri que me arrastei e me arrastava na margem daquele rio. **(Recorte 3)**

Arrastei-me outra vez, ao olhar-me no espelho. Fitava-me atentamente. Lembrei do coro da garotada do passado. Ouvei num lampejo a famosa música de carnaval: “Nega de cabelo duro qual é o pente que te penteia”. Música que muitas vezes tinha dançado nos bailes do Paulistano da Glória, fantasiada de uma maneira de estarem sempre guardados, sob lenços coloridos, os meus cabelos enrolados.

Envergonhei-me de ser o que eu era: “Maria Pretinha”. Envergonhei-me dos cabelos das pessoas pretas que riam e pulavam numa inconsciente alegria. Insanamente, me armei de pente-de-ferro-quente e a todo vapor tratei de amansar a rebeldia de meus cabelos. Neste momento, ouvia aquelas vozes: “Há, há, há, ela quer ser Maria, mãe de nosso Senhor”. Tentando apagar o vozerio, alisava os cabelos. Alisava-os. Esticava-os

até não mais poder. Eu sabia, junto com os cabelos esticava a revolta. Domava minha consciência. Domava minha tolerância.

Parece que vai chover. Notei que a natureza se armava. Atarefava-se. Arrumava-se para a luta. Formava uma tempestade. Ouvia-se o ronco das nuvens, o longe, como tanques de guerra marchando, invadindo o campo de batalha do céu. Atarefada na prática de descaracterizar-me, ouvia o chiado vitorioso do ferro-quente sobre os meus cabelos: “Chiiii, chiiii, chiiii”. Eu demonstrava contentamento neste ato. “Chiii, chiii”, os cabelos reclamavam indefesos. Tive um acidente, um dia. Num descuido o instrumento autotorturador escapou de minhas mãos nervosas, caindo sobre o lado esquerdo do meu rosto. Foi um acidente. Queimei violentamente a face. Assustei-me. Tive febre. Num delírio febricitante ouvi vozes difusas; “Há, há, há, há. Maria Pretinha não pode ser Maria de nosso Senhor”. Saí. Ataduras brancas cobriram por muito tempo as cicatrizes esbranquiçadas, para sempre. Cicatrizes e cabelos falsamente lisos complementavam a desfiguração. Eu era triste caricatura borrada. Eu sou uma triste caricatura borrada.

Agora o rio convidava-me para dentro de sua escuridão lodosa.

Eu segurava na murada. As lágrimas acariciavam minhas cicatrizes. Chorava.

Chorei. O que eram as cicatrizes? “- Nada”. Alizei-me. Aleijava-me. Tantas vezes me arrastei. Sempre. Não doíam mais as marcas. Peguei o vício: arrastar-me. Arrastava-me, não ficava mais em pé. Eu era toda calos. O vício de curvar engoliu a coluna vertebral, obrigava-me a ficar ajoelhada, arrastando-me como ser sem pernas. Rastejava. Não conseguia olhar-me no espelho. Ah! Os espelhos sempre estão colocados acima dos rastejadores invertebrados como eu. Ali, de costas para o rio, eu estava em pé? Rastejava? Pensava em suicídio. Eu pensava? O medo? E o medo?

Será que vai chover? Medo! Os rastejadores também têm medo.

Na sarjeta tem uma barata olhando-me, mexe as antenas nervosamente. Ao som da trovoadá assusta-se, corre esconde-se no bueiro. Será que ela não sabe que vai chover? Eu não consigo me esconder.

As nuvens, prenhes de chuva, ameaçam assustadoramente, soltam grito rouco, dilacerante. Eu estou densa, prenhe de mim, de emoções, de calos. Quero soltar o grito rouco de minha dor. Mas sou toda calos. Tenho medo. Medo, calosidade gigantesca brotou impune ao som das dúvidas, à frente do pé, impedindo-me os caminhos. Deixei-o crescer, avolumar-se tanto que impunha barreira aos meus passos, incapacidade aos atos. Não consigo morrer. Não consigo viver.

Lembrei dos espelhos que são colocados acima dos rastejadores. Conseguia olhar no espelho? Via-me. Refletia-me o espelho. O que aconteceu? O que acontecia? Os calos cresceram tanto que me ergueram do meu rastejar. A coluna desenvergou. Pensei em viver.

O lodo do rio Mandaqui engrossou, deu-me a impressão de asfalto. Se pulasse para dentro de seu bojo não boiaria, não afundaria. Não morreria? Pensei em vida. O lodo asfáltico refletiu-me. Era a primeira vez que me via depois de ter-me transformado numa calosidade ambulante. Eu sou feia! Não eu sou bonita! As durezas calosas não conseguiram encobrir-me totalmente.

Observei, tornei a observar-me, cara a cara no rio asfáltico, numa coragem impaciente. Fazia muito tempo que não experimentava tal sentimento. Abracei-me toda. Cutucava-me aquelas estranhas aderências adquiridas. Sentia-me importunada por elas, incomodavam-me demais. Revoltei-me, fitava o monstro que eu me tornei. Com os olhos estranhamente arregalados, arranquei num grito a boca da face. O corpo estremeceu todo. A boca cresceu, ficou enorme. Enormes dentes como lanças agaravam-se nas extremidades daqueles monstruosos apêndices protuberantes. Insana decidida devorei-me todas as rebarbas. Medo protruso foi o último. A minha enorme boa, fora de mim lutou

e comeu-o todo. Na luta alguns pingos, como chuva, respingaram em meus pés, e mãos o líquido armazenado nele, dede a primeira vez que me arrastei. Nenhum caiu em minhas costas e cabeça;

Magicamente a minha boca diminuiu, tomou seu lugar no meu rosto. Arrotei fundo como uma trovoada. As nuvens gargalharam em corisco, começou a cair chuva do céu. O rio movimentou-se em seu curso. Em pé olhei-me novamente no espelho: não rastejava mais, não portava mais inconvenientes corcundas. Soltei-me em emoções. Abracei-me à vida. Caminhei. (**Recorte 4**)

O discurso **Um só gole** de Miriam Alves projeta uma enenação literária, que espelha o percurso de um sujeito excluído socialmente e cuja identidade é negada pela elite. Nesse discurso, encenam-se memórias do sujeito, acionadas por lembrança do passado, conduzindo o co-enunciador a acreditar. Lacan afirma que “o sujeito passa pela experiência de que se vê, se reflete e se concebe como outro que não ele mesmo – dimensão essencial do humano, que estrutura toda a sua vida de fantasia” (LACAN, 1964, p.96). Por isso, o sujeito assume-se como um sujeito que se vê pensando como um outro sujeito em um espaço e tempo que não representa o aqui e agora do sujeito que enuncia, mas confunde-se com ele.

Grosso modo, podemos dizer que, nessa produção literária de Miriam Alves, o sujeito movimenta uma cenografia de monólogo interior, para refletir, mostrar e validar como a discriminação sofrida na infância desencadeia angústias, traumas e desejo de morte. Por isso, o sujeito constrói uma cenografia, buscando na memória um trauma de vida, enunciando na ordem em que suas lembranças

vão surgindo. Por meio dessa estratégia, o sujeito, no discurso literário de Miriam Alves, se instaura por meio de uma cenografia de oposições, tensões e conflitos pessoais, sendo constantemente criada por um processo aberto, interminável.

A cenografia, construída no/pelo discurso **Um só Gole**, movimenta, assim, um estado de confusão e ansiedade do sujeito, que caminha sem rumo pelas margens do rio Mandaqui, sem controle sobre suas ações, ao enunciar a falta de alguém que o guie na vida.

Recorte 1)

Enquanto os meus pés, levando-me percorrem avenidas cravejadas de pedras, dirijo-me guiada pelos meus pensamentos. Não importa para onde vou. Eu vou. Eu ia interrogar-me o motivo deste ato. Pensei em suicídio, várias vezes. Tenho medo.

Essas considerações tornam-se importantes para compreensão de como a cenografia, no discurso de Miriam Alves, legitima a centralidade do sujeito, dando ao co-enunciador uma sensação de entender a opressão imposta à vida do sujeito. Além disso, a cenografia utiliza metáforas relacionadas ao clima, para explicitar o estado de espírito que afeta o sujeito, preso em sua própria mente, tornando-o incapaz de decidir viver ou morrer ou libertar-se de seus pensamentos sombrios. De certo modo, a cenografia descreve legitima o estado emocional e conflituoso do sujeito, que luta com sentimentos de repressão, inquietação e de desejo de suicidar-se. Assim, embora a cenografia nesse discurso não se limite a explicitar os objetivos do Discurso Literário Negro, ela visa a transcendê-los por sua maneira de exceder às cenas validadas sobre as quais ela mesma se apoia. (**Recorte 2)**

A cenografia em **Um só gole** possibilita ressaltar o papel das reflexões que o sujeito recupera de sua memória e que o faz perceber os danos causados pelo racismo sofrido, quando criança e que desencadearam suas angústias, alucinações e desejo de “ausentar-se de si”. Consciente de sua condição de pele negra, reconhecida impiedosamente pelos colegas de classe e pelo professor, o sujeito pensa em suicídio como um desejo do inconsciente. Assim, por meio de reflexões que trazem à tona um trauma de infância, a cenografia encena o sofrimento vivido por **Maria pretinha**, enquanto caminha pelas avenidas da cidade, refletindo consigo mesma e imaginando suicídio. O desejo de suicídio do sujeito é determinado pela história, interpelado por formações discursivas e orientado pelo inconsciente, pois sua enunciação emerge das condições sócio-históricas em que o discurso **Um só Gole** foi produzido e que podem ser examinadas à luz da AD e da Psicanálise, na medida em que ambas as disciplinas podem contribuir para a compreensão do sujeito. **(Recorte 3)**

Neste sentido, consideramos a cenografia de monólogo interior uma dimensão criativa do discurso literário de Miriam Alves, em que a autora, a escritora e a enunciadora, comportando-se em clima de tensão, compartilham a mesma identidade, nomeando-se como sujeito, para engendrar o simulacro de um momento e de um espaço, que representa uma possibilidade de exercício de um papel social conhecido, visando a evidenciá-lo. A cenografia de monólogo encena, portanto, nesse discurso de Miriam Alves, o fluxo de consciência do sujeito, de seus pensamentos, fazendo uma exposição do real, para veicular processos mentais e conteúdos psíquicos como uma resposta refletida a um problema vivido, uma vez que eles nascem do inconsciente. Esse discurso, em síntese, encena a história de um sujeito, uma mulher preta, que vive momentos difíceis da vida, decorrentes de acontecimento

traumatizante ocorrido na infância, na escola. O discurso literário **Um só gole**, enfim, propõe-nos refletir sobre o racismo, com base em conteúdos verdadeiros, mas cuja cenografia, por meio de uma condição paratópica do processo de criação, constrói uma situação enunciativa, para levar o co-enunciador a pensar sobre o sujeito que aqui enuncia. (**Recorte 4**).

Enfim, o Discurso Literário Negro apresenta-se como um efeito estético-discursivo de criação e recriação da realidade. Por isso, pode ser apreendido, também, como uma manifestação do inconsciente, para mediante a discursividade, revelar experiências vividas. Essas experiências, sem dúvidas, interessam à AD e à Psicanálise.

À guisa de Considerações finais

Neste capítulo, buscamos examinar a categoria sujeito e tomamos como objeto de análise o Discurso Literário Negro **Um só gole**, recortado de *Mulher mat(r)iz*, escrito por Miriam Alves, considerando as manifestações histórico-sociais e do inconsciente. Evidenciamos que a abordagem enunciativo-discursiva proposta por Maingueneau representa um avanço no debate sobre o sujeito e que a abordagem psicanalítica permite-nos considerar sentimentos profundos do sujeito por uma via simbólica, ou seja, discursiva.

O debate sobre a relação sujeito na AD e na Psicanálise é, realmente, complexa e envolve abordagens teóricas distintas. Ambas as disciplinas buscam compreender a constituição do sujeito, mas o fazem com base em perspectivas diferentes, o que pode levar a interpretações diversas. Na AD, por um lado, o sujeito é apreendido comum um ser histórico-social, cuja identidade é moldada por

práticas discursivas e por relações de poder que circulam em nossa sociedade. A discursividade desempenha papel fundamental na constituição do sujeito, pois reflete e veicula o funcionamento social.

Por outro lado, na Psicanálise, o sujeito é abordado de maneira intrapsíquica, considerando os processos inconscientes, os traumas, os conflitos psíquicos e o papel do desejo, como pudemos observar no Discurso Literário Negro, *Um só gole*, escrito por Miriam Alves. Nosso estudo mostrou-nos que tanto a AD quanto a Psicanálise oferecem contribuições valiosas para a compreensão do sujeito, mas em níveis diferentes. A AD, por meio de seu constructo teórico-metodológico, destaca a dimensão sócio-histórica da constituição do sujeito, enquanto a Psicanálise enfatiza os aspectos psíquicos e inconscientes. Podemos argumentar que uma abordagem integrativa, que considere tanto as influências histórico-sociais quanto os processos do inconsciente possam enriquecer a compreensão do sujeito. A discursividade, por exemplo, poder ver vista como uma interface entre as dimensões sociais e as psíquicas, desempenhando um papel um papel mediador na articulação de experiências individuais e coletivas.

Assim, ao invés de buscar conclusões definitivas, é produtivo que reconheçamos a complementaridade entre a AD e a Psicanálise e promovamos uma interdisciplinaridade, a fim de que uma disciplina dialogue com a outra e enriqueça nossa compreensão do sujeito. Uma abordagem interdisciplinar pode, ainda, proporcionar insights mais profundos sobre como as dimensões histórico-sociais e psíquicas se entrelaçam na constituição do sujeito.

Referências

- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. Tradução de J.J. Moura Ramos. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1974.
- _____. *Iniciación a la filosofía para los no filósofos*. Buenos Aires: Paidós, 2015.
- ALVES, M. Miriam Alves (depoimento). In: QUILOMBHOJE. *Cadernos Negros 8. Contos*. São Paulo: Autores, 1985.
- _____. Um só gole. In: _____. *Mulher Mat(r)iz*. Belo Horizonte: Nandyala, 2011.
- _____. Entrevista. In: DUKE, D. (Org.). *A escritora afro-brasileira: ativismo e arte literária*. Belo Horizonte: Nandyala, 2016.
- ASSOUN, P.-L. *Littérature et Psychanalyse*. Paris: Ellipses, 1996.
- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, 2005.
- COURTINE, J. J. *Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública*. Tradução de Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.
- CUTI. *Literatura Negro-Brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- DELEUZE, G. *Empirismo e subjetividade – ensaio sobre a natureza humana segundo Hume*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- EVARISTO, C. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, M.A. (Org.). *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza, 2007.
- FERREIRA, M. C. L. A língua da análise de discurso: esse estranho objeto de desejo. In: INDURSKY, Freda & FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005.
- FOUCAULT, M. Lacan, o “Liberatore” da Psicanálise. In: _____. *Problematização do Sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

- HARRIS, Z. Discourse analysis. In: *Papers in Structural and Transformational Linguistics*. Holanda, D. Reidel Publishing Company, 1970[1952] p. 312-348.
- LACAN, J. O sujeito e o outro (I): a alienação. In: O seminário, Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1964.
- _____. *Le séminaire, livre III: les psychoses*. Paris: Seuil, 1981.
- _____. *O Seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- LEANDRO-FERREIRA, M. C. A trama enfática do sujeito. In: *Seminário de Estudos em Análise do Discurso, 2*. Anais eletrônicos. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.
- KRISTEVA, J. Le sujet en procès. In: _____. *Polylogue*. Paris: Seuil, 1977a.
- _____. Politique de la littérature. In: _____. *Polylogue*. Paris: Seuil, 1977b.
- GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Pêcheux. Tradução de Bethânia S. Mariani et al. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997.
- HAROCHE, C. et.al. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. Tradução de Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. In: BARONAS, R. *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção conceito de formação discursiva*. 2. ed. São Carlos: Pedro & João, 2011.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Tradução de Freda Indursky. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997.
- _____. *Termos-chave em análise de discurso*. Tradução Márcio Barbosa, Maria Torres Lima. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- _____. Analisando discursos constituintes. Tradução de Nelson Barros da Costa. *Revista do GELNE*, [S. l.], v 2, n. 1, p. 1-12, 2000.

- _____. *O discurso literário*. Tradução Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. A análise do discurso e suas fronteiras. *Matraga*. Rio de Janeiro, v.14, n. 20, p. 13-37, 2007.
- _____. *Cenas da enunciação*. Tradução Sírio Possenti, Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola, 2008a.
- _____. *Gênese dos discursos*. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008b.
- _____. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2013.
- _____. *Discurso e análise do discurso*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.
- ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.
- _____. A questão do assujeitamento: um caso de determinação histórica. *Comciência*. Campinas: Labjor-Unicamp, n. 89, jul. 2007. Disponível em: <https://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=26&id=296>. Acesso em: 02 fev. 2024.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: UNICAMP, 1988.
- _____. *O papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.
- _____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Orlandi. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006.
- REIS, C.; LOPES, A. C. M. *Dicionário de narratologia*. Coimbra: Almedina, 2007.
- SANTOS, M. C.. *Intelectuais negras: prosa negro-brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Malê, 2018.
- SILVA, M. C.; CASSIANO, F. G. (Orgs). *Materialismo lacaniano e literatura – e se o oposto fosse verdade?* Maringá: Motim, 2023.

Entre sujeito, sentido e história: artimanhas entre uma análise do discurso e uma psicanálise

Clarice Pimentel Paulon¹

Quem tem medo da alteridade epistêmica?

Ao longo do percurso de fundação e sustentação de uma área do saber, ela passa por diversos processos que, nós, estudiosos dessas áreas, ao olharmos em perspectiva e à posteriori, muitas vezes denominamos de etapas ou fases. Utilizemos dois exemplos que serão fundantes para o desenvolvimento do nosso texto: a

1 Psicanalista, especialista em gestão em saúde pública pela Unicamp, mestre e doutora pela USP, professora credenciada no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual da UNESP-Araraquara e professora e supervisora da residência de psiquiatria em rede da prefeitura de São Paulo (8ª Coreme). Áreas de atuação e interesse: psicanálise e suas interfaces com as ciências da linguagem, a política e a saúde coletiva. Email: claricepp@gmail.com

análise do discurso – de “extração” francesa e a psicanálise nomeada freudo-lacaniana.

A análise do discurso de extração francesa, fundada por Michel Pêcheux, é apresentada pelo próprio fundador como tendo três épocas diferentes (GADET; HANK, 1990): a da análise automática do discurso, momento no qual Pêcheux tinha interesse em apresentar uma matriz discursiva que pudesse ser formulada para a replicação dos discursos, a partir da noção de máquina discursiva, a segunda fase, que apresenta a noção de formações discursivas e o modo como elas se articulariam e expressariam diferentes discursos e a terceira fase, cujo marcador é a noção de interdiscurso: processos de produção de sentido que se formariam na relação entre diferentes discursos a partir de uma zona de interditos, que constituem os processos de enunciação. Estas fases são compreendidas pelo próprio autor como provisórias (MALDIDIER, 2003) e expressam determinado momento histórico do estruturalismo francês, apresentado na política e nos desenvolvimentos das ciências da linguagem da época. A proposta pêcheutiana desse percurso é assim apresentada por Maldidier (2003):

O raciocínio repousa sobre a intuição muito forte de que não se podem visar as sistematicidades da língua como um contínuo de níveis. Para além dos níveis fonológico, morfológico e sintático, cuja descrição Saussure autoriza, a semântica não é apenas um nível homólogo aos outros. É que o laço que liga as “significações” de um texto às condições sócio-históricas desse texto não é de forma alguma secundária, mas constitutivo das próprias significações. (p. 31)

A proposta se formaliza, portanto, na perseguição dos rastros históricos e políticos da constituição do sentido e, portanto, também do sujeito, dado que esse, pela análise do discurso, é compreendido como o seu “duplo” ou a sua outra face. Estas fases não são estáticas e nem encerradas em si mesmas, articulando-se e constituindo formas de análise através do que foi desenvolvido, também, nas passagens entre essas etapas.

Vamos agora à psicanálise. Em Freud há, pelo menos, duas etapas claras: àquela vinculada à 1ª tópica: consciente, inconsciente e pré-consciente (inclusive, tópica a qual Pêcheux mais se refere) e a vinculada a 2ª tópica (Id, Ego e Superego). Há, ainda, outras marcações não temporais, mas temáticas: os textos antropológicos e os metapsicológicos de Freud. Ambas as separações são didáticas e elucidam formas de apreensão pedagógica da teoria, que, no entanto, retiram a complexidade da obra. Por exemplo: Freud não excluiu a 1ª tópica para pensar a 2ª e sim complexificou essa primeira a partir da estruturação de um aparelho psíquico que apresenta, dinamicamente, processos conscientes e inconscientes. Os textos metapsicológicos, se lidos sem a materialidade política tornam-se etéreos e os textos antropológicos, se lidos sem a perspectiva histórica dos desenvolvimentos metapsicológicos tornam-se datados. Às relações entre as etapas se faz, portanto, fundamental, para compreendermos a teoria em sua complexidade e conseguirmos nos apropriar dela para solucionar problemáticas de nossa época.

O mesmo se passa com Lacan: lido retroativamente a partir de seus três registros: o real, o simbólico e o imaginário, muito se produziu em termos de hierarquização de tais registros: o jovem Lacan como o Lacan do imaginário, ainda muito demarcado pela fenomenologia, o Lacan do simbólico e sua relação com os mecanismos da linguagem, o Lacan do real e a teoria dos nós, a clínica do gozo e do impossível. Há também a leitura psiquiátrica

e psicanalítica de Lacan, o Lacan da linguística e o da lingüestria e aquele dos discursos. Fragmentamos nossas leituras teóricas para simplificar sua apreensão didática porém, muitas vezes, nesse processo, formamos trincheiras que impedem-nos de um adensamento em nossa relação com esse saber: há “o meu Lacan e o seu Lacan” e esta postura dificulta a nossa apropriação da teoria em termos de práxis: elas passam a ter pouca porosidade no que tange a sua materialidade e se apresentam como metafísicas auto-explicativas e auto-referenciadas, tendo seu autor como máximo índice de autoridade: tornam-se clausuras de sentido, sendo que seu próprio desenvolvimento dependeu de não permanecerem idênticas a si mesmas.

Para que estas teorias passassem por mudanças que organizassem e desenvolvessem os seus conceitos, elas tocaram e se banharam em outras áreas: Freud se aproximou da filosofia e literatura de sua época assim como do darwinismo; iniciou sua escuta a partir de uma perspectiva médica que alçou novos horizontes: criou outra área a partir dessas alteridades em jogo nos seus olhos e ouvidos. Lacan sustentou-se na linguística, no estruturalismo, na lógica, literatura e filosofia para repensar e recalcular rotas freudianas em uma perspectiva contemporânea ao seu saber e Pêcheux, formulou, dentro de seu próprio quadro epistemológico, diretrizes sobre como navegar nessas águas turvas que formalizam a sua análise do discurso:

O materialismo histórico como teoria das formações sociais e suas transformações, aí compreendida como a teoria das ideologias; a linguística como teoria, ao mesmo tempo, dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; a teoria dos discursos como teoria da

determinação dos processos semânticos; intervém uma quarta referência de “uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)”. (MALDIDIER, 2003, p. 38)

Deste modo, observamos que as práticas alteritárias tornam-se fundantes para a construção de uma teoria e que tais práticas aparecem tanto em termos processuais, de seu desenvolvimento entendido “em etapas”, que fazem com que uma teoria nunca seja idêntica a si mesma, como também em termos interdisciplinares, no sentido dos desenvolvimentos epistêmicos apoiarem-se em outros saberes, para que então, desenvolvam sua originalidade e autoria. Este ensaio parte da premissa, portanto, de que os desenvolvimentos históricos da teoria constituem o seu núcleo de verdade. Apagar a história dos desenvolvimentos teóricos de uma racionalidade epistêmica é um modo de torna-la um ideal. Excluir a temporalidade de nossa linha de raciocínio atual é um modo de universalizar aspectos particularizantes do sentido, que produziram ilhas epistêmicas não articuláveis, bolhas de sentido pouco eficazes na condução de um campo de práticas e da pluralidade necessária (e desejável) a espaços acadêmicos.

Nessas articulações é fundamental que estejamos atentes a sobreposições conceituais e manejos rápidos que indicariam certa colonização de uma teoria sobre a outra. Aqui, apresentaremos três pontos principais de articulação e desencontro entre uma psicanálise e uma análise do discurso – ambas de nossa época e em frente com o seu passado – para que possamos: 1. Apresentar aproximações e pactuações teóricas que extraiam a verdade do interior de suas práticas – a escuta em território, no caso deste texto, mas também podendo ser a análise de um *corpus* em uma pesquisa e 2. Apresentar os desencontros próprios de uma articulação

não colonizadora, deixando as arestas e impossíveis no tocante as articulações alteritárias. Para tal intento utilizaremos três noções pertinentes a ambos os saberes: sujeito, sentido e história.

A escuta em território e seus atravessamentos interpretativos

Diário de campo.

São Paulo, novembro de 2022.

Estamos em um cemitério bem afastado, cerca de duas horas de carro do centro de São Paulo. É um dos mais distantes. Estou com duas residentes de psiquiatria, viemos de carro com um dos motoristas oficiais do serviço funerário.² Nos apresentamos ao administrador, que nos espera bem em frente a casinha de onde realiza seu trabalho, aos fundos da capela. O cemitério é bem cuidado e pequeno, deve ter o tamanho de um quarteirão. O administrador reúne os trabalhadores: sepultadores, jardineiros e veloristas, totalizando oito pessoas. Como o dia está claro e abafado e o cemitério é vazio, decidimos fazer o grupo ali, em frente a capela, entre bancos de madeira e algumas pequenas sepulturas.

Me apresento como psicóloga da secretaria de saúde, introduzo as residentes: “estamos aqui para escutar como tem sido a experiência de vocês nos últimos anos, passamos já por quase todos os 22 cemitérios da cidade e gostaríamos de saber sobre como foi a pandemia aqui”. Os sepultadores começam a se apresentar, dizem

2 Nossa função ali é escutar os trabalhadores do cemitério diante do cenário pandêmico e dos avanços da precarização de suas atividades laborais: trabalho realizado por mim e que se tornou cenário de práticas de estágio dessa residência de psiquiatria desde maio de 2020.

da especificidade do cemitério – pequeno, de concessões³ – o que fez com que não tivessem demandas muito aumentadas durante a pandemia. Outra especificidade é que é um cemitério que atende a uma grande colônia japonesa – de fato, há ornamentos pelo espaço que remetem a essa cultura.

Em determinado momento do grupo um dos sepultadores diz que tem um gambá de estimação. Fala que o encontrou um dia no cemitério, foram semanas de aproximação até levá-lo para casa, onde já tem um cachorro. Estávamos falando da localidade do cemitério, do fato de ser afastado e das diferenças por conta disso. Ele mostra uma foto do gambá e vídeos da interação com seu cachorro. Uma das residentes exclama: “que lindo! Todas as vidas importam”.⁴ Continuamos o grupo.

Voltando a São Paulo, aproveito a viagem pra falar das intervenções em grupo: devem ser localizadas e apontadas por quem fala, não devemos trazer temas ou propostas que não foram apresentadas pelos integrantes do grupo e da importância de uma escuta atuante na direção do dizer, o que se distingue das nossas suposições e valores a respeito do que é enunciado.

Mais tarde, ao telefone, relato essa cena a uma colega, também atuante na residência. Eis que ela retorna: “mas um gambá? Claro que teria um gambá, o que ele representa na natureza e o que um sepultador representa na sociedade...é um sinal de como se sente excluído”.

3 Cemitérios de concessão são cemitérios públicos que as famílias pagam taxas anuais para manter suas sepulturas. Diferente de cemitérios em que as sepulturas não estão destinadas a famílias específicas e as pessoas são sepultadas em covas comuns.

4 Esta residente já havia demonstrado, em outros cemitérios, uma profunda relação com animais de estimação, falando disso, muitas vezes de forma aleatória – sem ser trazido pelo grupo – em outros momentos.

Paremos o diário aqui. Pensemos agora sobre sentido, sujeito e história a partir dos processos discursivos que surgem deste material, com foco nas significações sublinhadas distintas.

A história e os processos de significação: representações e exclusão da alteridade

A história, aqui compreendida a partir do materialismo dialético, propõe que analisemos as organizações entre os seres humanos tal qual um processo vivo, de disputas constantes, tendo como fundamento principal a luta de classes. A lógica da contradição, inerente ao sistema, produz um campo de articulação e organização humana pautado em disputas materiais e ideológicas que acirram as desigualdades, impedindo o surgimento de diferenças:

Ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui é da terra que se sobe para o céu. Em outras palavras, não partimos do que os homens dizem, imaginam, representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros, para depois se chegar aos homens de carne e osso; mas partimos dos homens em sua atividade, é a partir do seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital. (MARX; ENGELS, 1998, p. 19)

Pêcheux, apropria-se da noção marxista do materialismo histórico-dialético na releitura de Althusser, que traz materialidade

à noção de ideologia, esta, não mais entendida como um conjunto de ideias que falseia a realidade, mas, sim de práticas cotidianas que organizam e estruturam a sociedade (PORTO; SAMPAIO, 2013). É nessa concepção que ele embasará sua teoria sobre o discurso e a sobredeterminação ideológica do sentido. O discurso, portanto, realiza uma superestrutura, esta associada ao campo ideológico. A essa sobredeterminação do sentido pela ideologia no discurso Pêcheux nomeia de assujeitamento ideológico. Diz o autor:

“[...]o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico estão materialmente ligados, sem estar confundidos no interior do que se poderia designar como o processo do Significante na interpelação e na identificação, processo pelo qual se realiza o que chamamos as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção”. (PÊCHEUX, 2009, p. 125) – *itálicos do autor.*

O assujeitamento ideológico, portanto, se relaciona ao processo de interpelação e identificação com o discurso que se constrói e, simultaneamente, produz uma posição-sujeito. Esta posição denuncia que o sentido não é auto-evidente, mas, construído historicamente e associado a traços hegemônicos ou contra hegemônicos em relação a ideologia dominante. Uma concepção que pode ser aproximada ao que Lacan (2008a) enuncia, no seminário XI, em relação a constituição sujeito-sentido atravessada pelo Outro:

O Outro é o lugar em que se situa a cadeia do significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se do sujeito, é o campo desse vivo onde o sujeito tem que aparecer. E eu disse, é do lado desse vivo, chamado à

subjetividade, que se manifesta, essencialmente, a pulsão. (2008a, p. 200)

Ao campo da constituição subjetiva que é esse campo vivo, onde “pode aparecer algo do sujeito”, estão as condições materiais de produção do discurso. Estas condições materiais, remetidas ao campo da ideologia, fazem com que o sujeito, para Pêcheux e a partir de Althusser (2009), possa constituir-se em um processo não-subjetivo que o autor nomeia a partir da noção de metáfora. Esta nomeação aponta para o funcionamento de substituição e reorganização do sentido do discurso a partir da relação com a história em uma perspectiva materialista-dialética. As formações discursivas, assim, compõem um panorama do que é possível ser dito em determinada condição de produção/reprodução ideológica.

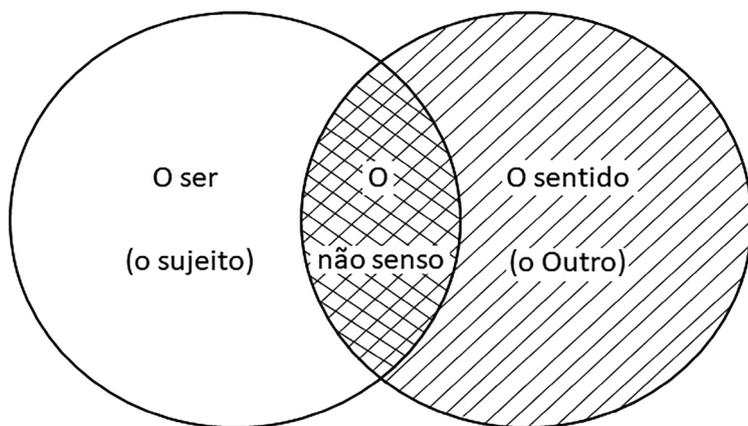
Voltando ao diário de campo apresentado no tópico anterior, a colega, ao dizer que o sepultador tem um gambá por identificar-se com a representação desse gambá na sociedade, arrisca uma interpretação social e política do status do sepultador e alça a relação entre homem e gambá à uma relação sintomática (materialmente metafórica), expressão de uma sociedade, que se condensa a partir da posição de marginalização representada por ambas as posições: sepultador e gambá. Assim, sepultador e gambá fazem um com o sentido de marginalização social a eles impresso por esse enunciado. É um enunciado que resgata um caráter político do funcionamento social e produz sentido a partir da percepção e, também, da suposição de uma desigualdade das posições discursivas.

Quando afirmo se tratar de uma percepção e de uma suposição é para que seja possível demarcarmos aí uma primeira necessidade de criação de espaços de indeterminação do sentido. Há

uma percepção, acertada, de uma desigualdade, tanto em relação as condições contextuais— sabe-se dos baixos salários dos sepultadores em São Paulo, sabe-se da galopante precarização do serviço e do horizonte que, afinal, consolidou-se de privatização do serviço funerário, deixando estes trabalhadores à míngua quanto àquelas expressas no senso-comum, culturais, de que sepultadores são ladrões, pessoas marginalizadas, violadores de túmulos, dentre outras atribuições a eles supostas, quer seja pelo retrato que se faz da categoria em sociedade, ou pela relação que tal sociedade tem com a morte e com tudo que a rodeia. Esta é uma percepção construída historicamente a partir de diferentes materiais: documentos, matérias de jornal e da própria experiência de escuta compartilhada com essa colega que, à época já durava 2 anos.

Entretanto, há aí uma suposição de completude do sentido a partir dessa desigualdade material. Não se sabe, ao fim e ao cabo, se é desta posição discursiva que essa enunciação se expressa. Deste modo, há um determinismo ideológico que sobrepõe-se a interpretação o que escamotearia a posição do sujeito ou, como Pêcheux (2009) apresenta mais acima: recalçamento inconsciente e assujeitamento ideológico, mesmo que estejam materialmente ligados, não são a mesma coisa. É um enunciado, no entanto, que evidencia o fulcro político das condições materiais da categoria, porém, tirando do dizer a possibilidade de contingência ou de acontecimento.

Poderíamos pensar aqui, com Lacan (2008a), que esta é uma interpretação que evidencia, portanto, o processo de alienação do sujeito ao sentido, no campo do Outro.



No diagrama, extraído do Seminário XI (LACAN, 2008a) vemos ser e sujeito do mesmo lado em uma esfera que faz intersecção com o campo do sentido, entendido como o campo do Outro. Nesta intersecção há o não-senso, lócus onde Lacan aponta a alienação do sujeito ao campo do Outro. Esta alienação restringe o campo do sentido à interpelação ideológica, não restando, a constituição discursiva, a possibilidade de acontecimento ou de indeterminação, ou seja, não restando, portanto, o que nomearíamos na psicanálise, como campo do sujeito. Para que este apareça, é necessário, como Lacan desenvolve posteriormente nesse mesmo seminário, o processo de separação.

A relação com a história se expressa, portanto, como uma importante parte do método de análise para evidenciar posições discursivas que remetem a superestrutura ideológica na constituição do sentido, os processos de repetição, de fixação, de registro da desigualdade, porém, com o apagamento das diferenças, seja do território, seja do falante.

O sentido e os processos de individuação: alteridades restritas

Diante dos processos históricos estruturais e em movimento vemos, então, repetições que evidenciam o fulcro político de determinadas posições discursivas. Há uma outra posição produzida pelas tramas discursivas, nomeadas por Pêcheux (2009) como sujeito, centro, sentido. Esta posição, segundo o autor, parte de um “exame da relação do sujeito como aquilo que o representa; portanto, [consiste em] uma teoria da identificação e da eficácia material do imaginário” (PÊCHEUX, 2009, p. 115). Há, então uma relação, ainda, segundo o autor, de substituição do par necessidade/contingência pelo par sujeito/objeto, produzindo, ideologicamente, polos opostos ao campo do subjetivo e do objetivo, abrindo espaço para idealismo e abstrações sem lastro material.

Esta condição para Pêcheux (2009) se apoia “na convivência sobre o processo de identificação representado ideologicamente sob a forma da “intersubjetividade” e do “consenso” (p. 119). Enquanto na posição acima, o que fica escancarado no discurso são as desigualdades, neste plano de construção do sentido as desigualdades ficam obliteradas por uma lógica identificatória do par sujeito/objeto, produzindo também um apagamento da possível alteridade da interlocução. Deste modo, quando, ao escutar sobre a adoção do gambá, a residente expressa: “Que lindo! Todas as vidas importam!” ela está produzindo um enunciado a partir dessa posição intersubjetiva, que nomeia Pêcheux. Posição esta, ligada aos valores morais e posições materiais que sustentam o eu, apagando possíveis traços de construção do laço social com um outro, semelhante no campo do desejo (porque sujeito) porém não um igual (um espelho).

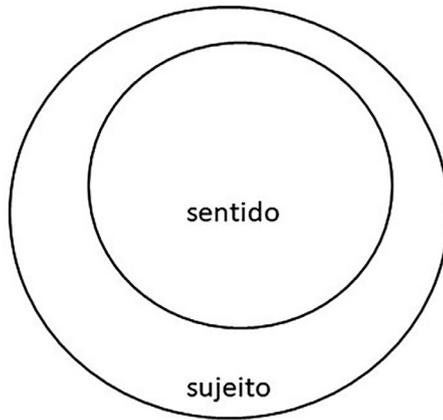
A este funcionamento Pêcheux (2009) reputa dois esquecimentos: o esquecimento nº01, através do qual o sujeito se crê origem e fonte do seu dizer, como se fosse uma fonte exclusiva do sentido e o esquecimento nº 02 que consiste na ilusão de que há uma relação direta entre linguagem/pensamento/mundo e, dessa maneira, construímos uma ideia de univocidade do sentido. Ambos os esquecimentos fazem parte da construção do eu, em um processo de reconhecimento do outro a partir da sua imagem e semelhança, tal como podemos apreender no estádio do espelho (LACAN, 1998a). A constituição do eu se dá por uma gama de identificações que produzem uma espécie de colagem entre o eu e o outro. A esse processo, Lacan nomeia, no estádio do espelho, de transitivismo:

Seja como for, a antinomia das imagens $i(a)$ e $i'(a)$ por se situar para o sujeito no imaginário, resolve-se num transitivismo constante. Assim se produz esse Eu-Ideal-Eu cujas fronteiras, no sentido como as entende Federn, devem ser tomadas como dando suporte à incerteza e permitindo a retificação, como perpetuando o equívoco de circunscrições diferentes conforme seu status, e até mesmo admitindo em seu complexo zonas francas e feudos encravados. (LACAN, 1998b, p. 677)

Podemos afirmar que muitos enunciados são construídos a partir dessa base de suposição em que o eu e o outro se assemelham. São formas de fortalecer o eu e recusar a escuta, dado que o que se está escutando é um eco do próprio sentido que retorna no processo de enunciação, marcando assim, uma especularidade que recusa e restringe a relação com a alteridade aos limites e bordas do próprio eu.

Em psicanálise essa formação se relaciona à agressividade (LACAN, 1998c) dado que essa se faz necessária na criação de limites e barreiras da constituição subjetiva. Estas, se expressariam discursivamente através dos esquecimentos propostos por Pêcheux que evidenciam que a construção desse sentido se dá pela exclusão da relação com o outro.

Se realizarmos aqui um esforço no sentido da diagramar essa posição-sujeito, poderíamos vê-la deste modo:



Sujeito e sentido permanecem assim, colados, em um enunciado que se encerra em si mesmo e que convoca valores externos a discursividade presente, não no sentido de construí-los na interlocução, mas, sim, de encerrar o sentido nele, através da posição que Pêcheux nomeia como intersubjetiva. Ao enunciar “todas as vidas importam”, a residente fala consigo mesma e com seus próprios valores: salvar os animais, ser gentil, cuidar de todos...que sejam iguais a mim, valores já apresentados em outros momentos no percurso do estágio.

O sujeito e seus traçados históricos: contingente, possível, impossível e necessário

Passamos pela produção do sentido articulada a história, suas condições materiais determinantes e sua função de evidência política. Também passamos pela construção do sentido como processo de individuação, que apartaria e constituiria o eu a partir de uma identificação especularizada, produtora do sentido individual. Em ambas as construções pouco se apreende sobre a construção do sentido a partir da ótica do que Pêcheux denominou acontecimento (2008), ou seja, uma formação que não prescindia da estrutura, porque se articula a esta, mas que produza ruptura, transformação, que não seja apenas eco e repetição de construções prévias. Nas palavras do autor:

A questão teórica que coloco é, pois, a do estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência lógica estável, suscetíveis de resposta unívoca (é sim ou não, é x ou y, etc) e formulações irremediavelmente equívocas. (PÊCHEUX, 2008 p. 28)

Deste modo, a noção de acontecimento é uma noção que provoca, dentro do sistema construído no interior da teoria, uma saída quanto a sobredeterminação do sentido: é possível que exista o equívoco, o *non-sense*, o sentido que escapa a superestrutura da história e ao jogo de identificações da formação do eu. Esse sentido é àquele que se liga, em psicanálise, a noção de contingência e a possibilidade de aparecimento do sujeito.

À posição sujeito, no discurso, enredada às categorias lógicas aristotélicas de possível, impossível e necessário (LACAN, 2008b) adiciona-se o contingente, o espaço de ruptura da estrutura e abertura da significação, espaço este que só pode ser aberto por um outro operador, muito caro a clínica psicanalítica: a transferência. Quando pensamos o discurso a partir do que pode ser dito (possível) do que funda a nossa possibilidade de dizer (o necessário) e daquilo que não pode ser enunciado (o impossível), construímos uma malha discursiva calcada na estrutura, nas relações entre superestrutura e infraestrutura, nos interstícios entre coletivo e individual, sujeito e objeto e as diferentes formas de exercício do poder nas relações.

Também conseguimos pensar, a partir dessas três categorias, a constituição do Eu enquanto instância psíquica e seus processos de identificação, a relação que vai se constituindo com o mundo através das modalidades de alienação e o apagamento da alteridade frente aos impasses que o Eu encontra, muitas vezes diferente de suas construções fantasísticas.

Diferentemente, no campo do sujeito, entra-se no campo da contingência e da ruptura. Leite (1994) assim define essa diferença:

[...]o fundamento desta concepção resta profundamente abalado desde a descoberta freudiana do inconsciente, uma vez que a ordem aí instaurada escapa totalmente ao círculo de certezas no qual o homem pode se reconhecer como eu. O inconsciente indica justo o que escapa ao saber deste eu, não sendo por ele reconhecido. Instala-se assim uma maneira de pensar a subjetividade que desloca e desloca a equivalência eu=sujeito. (pp.14-15)

A partir da psicanálise, abre-se a possibilidade de trabalhar com certa indeterminação do sentido. Tem algo do sentido que escapa a essa superdeterminação ideológica e que diz de uma relação singular que se realiza no advento do sujeito com a linguagem. O trabalho com a contingência, contido na análise do discurso a partir da noção de acontecimento e na psicanálise, associado ao que podemos nomear como Real, a partir de Lacan, evidencia que as relações entre história e discurso escapam a organização contida na superestrutura.

Por um lado, essa condição peculiar da entrada da contingência para se pensar o campo de análise e atuação, na psicanálise, produz um “funcionamento metafísico” da teoria, produzindo abstrações extracorpóreas e por outro, na análise do discurso, produz o aniquilamento e tentativa de apagamento de qualquer articulação com a psicanálise, receando análises subjetivistas.

O que pouco se nota nesse espaço fronteiro é que a entrada da contingência no campo de análise se dá por um outro operador, a transferência, a partir do qual se constituirá o sentido e, aquilo que denominamos em psicanálise, a direção do tratamento. A transferência, esse operador clínico que organiza o campo do Outro e a constituição dos processos de enunciação a partir de uma escuta analítica, quando compreendida em sua radicalidade elimina o possível caráter subjetivista e metafísico da análise, dado que ela estabelece um campo de sentido que articula experiência e território a partir do jogo de presença/ausência do analista, abrindo, assim, para uma escuta do inconsciente materialmente implicada.

Retornando ao nosso diário de campo, percebemos que não houve emergência do sujeito durante esse processo. A intervenção da residente encerrou o sentido daquilo que poderia aparecer caso houvesse espaço para escuta. Um simples: “um gambá?”

seria uma porta de entrada para que se construísse ali, no grupo, uma narrativa sobre essa situação, abrindo outras possibilidades de interpretação, intervenção e manejo. Esta inexistência abre para uma discussão importante em psicanálise, a saber: a ética, que aqui se associa a possibilidade de uma escuta, como apresenta Lacan, “não ortopédica” (LACAN, 1988), que cifre as relações do sujeito com seu destino, ou seja, com suas amarrações significantes, apropriando-se do horizonte que o constitui.

Portanto, no diário apresentado, se o gambá é uma identificação a marginalização, se é um resgate “porque todas as vidas importam”, ou o que quer que seja, nunca saberemos dado que, em transferência, não escutamos.

Conclusão: das profanações disciplinares quando no campo da práxis

Falar algo sobre a articulação entre análise do discurso e psicanálise é um exercício que tem se tornado polêmico nos últimos tempos. O esforço definicional de ambas as teorias atua de forma diferente diante da materialidade dos corpora, o que, em muitas situações, se torna justificativa para a separação entre esses saberes.

Que as teorias tenham arestas conceituais, que as epistemes não sejam suplementares, não é justificativa para que ambas não possam trabalhar como práticas de análise discursiva. Neste ensaio, expôs-se, de forma breve e didática, as possíveis construções no campo do sentido vinculadas a alguns operadores da análise do discurso e da psicanálise. Sujeito e posição-sujeito; acontecimento, contingência e transferência; ideologia e Outro; identificação, constituição subjetiva e alienação, foram conceitos utilizados para

construir uma análise possível do caminho que o sentido percorre dentro de uma materialidade discursiva.

Do mesmo modo que analisou-se um enunciado a partir de termos político-históricos e o outro a partir de termos identificatórios e constitutivos, nada impede que, em outra análise, esses enunciados pudessem ocupar diferentes posições: análise do discurso e psicanálise aqui, não expressam ontologias do ser e sim, métodos de análise de uma materialidade que visem uma transformação no campo político e no campo ético (DUNKER; PAULON; MILÁN-RAMOS, 2017).

Esta proposta de articulação baseia-se na aposta de que a verdade dos desenvolvimentos teóricos de um campo do saber deve emergir da sua práxis, ou seja, da sua atuação em território e dos efeitos e consequências de uma análise assim realizada. Neste sentido, as relações entre análise do discurso e psicanálise apresentam consequências produtivas, que, em um jogo de luz e sombra, dão forma aos sentidos historicamente construídos e suas possibilidades de subversão. A quem tiver manha...

Referências

- DUNKER, C. I. L.; PAULON, C. P.; MILÁN-RAMOS, J. G. *Análise psicanalítica dos discursos: perspectivas lacanianas*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2017.
- GADET, F.; HAK, T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- MALDIDIER, D. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

- MARX, K.; ENGELS F. *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução de Antônio Carlos Braga. São Paulo: Editora Escala, 1998.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2008.
- _____. *Semântica e discurso*. Tradução de Eni Orlandi et al. Campinas: Editora Unicamp, 2009.
- PORTO, L. M. F.; SAMPAIO, M. C. H. Bakhtin e Pêcheux: leitura dialogada. *Polifonia (UFMT)*, v. 20, n. 27, p. 89-106, 2013.
- LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu. In: _____. *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998a. p. 96-104.
- _____. Observações sobre o relatório de Daniel Lagache: “Psicanálise e Estrutura da Personalidade”. In: _____. *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998b. p. 653-692.
- _____. A agressividade em psicanálise. In: _____. *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998c. p. 104-127.
- _____. *O seminário livro XI: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Tradução de M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008a.
- _____. *O seminário livro XX: mais, ainda*. Tradução de M. D. Magno. Rio de Janeiro: Zahar, 2008b.
- _____. *O seminário, livro VII: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- LEITE, N. *Psicanálise e análise do discurso: o acontecimento na estrutura*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.

Análise de Discurso, Psicanálise e Topologia em Lacan: pontos, contrapontos e enodamentos

Maria Tereza Martins Ramos Lamberte

Introdução

A inspiração deste ensaio advém, primeiramente, pela auspiciosa proposição já contida no convite feito pelo grupo de pesquisa e estudo Discurso e Cultura, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que vetoriza a interdisciplinaridade entre a Análise de Discurso e a Psicanálise, convidando pesquisadores interessados “em aliar *corpora* variados”. Desde este primeiro momento acendem-se alguns pontos a serem considerados em perspectiva. Inicialmente, consideramos a díade interdisciplinar, mas que poderíamos considerar transdisciplinar, no tocante às fronteiras epistemológicas entre as áreas, ou mesmo seus campos. Em Análise de Discurso, o Materialismo Histórico e a Psicanálise, desde os anos

sessenta na França, voltaram-se às buscas por constituir quadros metodológicos para formalização de dispositivos analíticos de leitura dos discursos, da localização e da discriminação dos sujeitos envolvidos em práticas sociais diversas. Já aí podemos recolher questões instigantes e irreduzíveis, tais como: mas de que *sujeito* se trata em cada abordagem? É possível situar epistemológica e conceitualmente noções como sujeito e discursos, a partir destas referências, sem que se incorra em riscos, sejam de reducionismos, ou mesmo, o que seria pior, desvios ou equívocos?

Assim, aceita-se este convite de muitíssimo bom grado, justamente pelos desafios que impõe, ou seja, em um zelo epistemológico e ético no cuidado em buscar os pontos aproximativos que porventura se tangenciam e aqueles que se diferenciam mais radical e claramente. Essa busca é o que tomamos como um **objetivo** investigativo a ser considerado.

Para esse caminho, o capítulo buscará percorrer, dentre os pontos fronteiriços concernentes às referidas áreas, sem a pretensão de uma análise exaustiva em cada uma delas, aqueles que nos permitam trazer, como **hipótese**, a possibilidade de que, a partir das problemáticas trazidas pela Psicanálise, possamos contribuir na perspectiva de enodamento entre as diferenças, no campo da linguagem, território este que é irreduzível e, no qual, reconhecidamente nos encontramos. Desse modo, o percurso deste ensaio dá-se a partir dos trilhos em Psicanálise, como fios condutores que possam contribuir e fazer entrelaçar as dimensões de discursividades e do campo da linguagem na aventura humana. Para tal, arbitrou-se pela decisão de caminhar mediados por alguns dos fundamentos essenciais em Freud, do percurso da descoberta freudiana do inconsciente até os passos que se seguiram - a partir dessa descoberta - com Lacan.

Como aproximar, então, áreas que se constituem em zonas diferentes da própria materialidade? De um lado, encontramos a Análise de Discurso, constituída por meio de um repertório teórico-metodológico da Linguística, reconhecida como uma ciência estruturalista. De outro, a Psicanálise, em muitas ocasiões (especialmente àquelas atreladas ao senso comum), equivocadamente empurrada à margem do dizer científico. Assim, faz-se importante apontar o aspecto histórico e crítico do momento da Psicanálise. Acompanhando Agamben (2009) no corte que estabelece na díade: atualidade e contemporaneidade; pois esse permite o desdobramento necessário enquanto posições que nos advertem sobre a importância de estarmos numa posição de sustentação crítica da Psicanálise, à luz de nossa época.

Outro ponto a ser tomado como relevante é sobre o campo de *práxis* psicanalítica, onde há fundamentos acerca do método e da concepção de objeto ao qual se voltam em suas investigações e abordagens. Na aproximação entre Análise de Discurso (doravante AD) e Psicanálise, o distanciamento entre os *corpora* pode parecer um ponto de impossibilidade, uma vez que a AD lida, em suma, com análises de discursos subvertidos em textos, materialmente constituídos. E a Psicanálise, que constitui um método clínico a partir da concepção do inconsciente, nos apresenta uma preliminar chave de leitura que bem poderia tratar dos limites entre: o discurso e o inconsciente. Dessa chave, emerge uma questão de ordem ética: é possível produzir uma análise rigorosa dos quadros clínicos, fora do cenário da análise? Aspecto caro e mesmo fundamental território da *práxis* da Psicanálise, tomada como procedimento do psicanalista.

Desse modo, a Psicanálise, por sua vez, tem de lidar com a radical e contingencial singularidade, intrínsecas, a cada vez, em cada

sessão – e de modo paradoxal, posto estarem contidas, de modo elidido, nas *re-petições* que apontam o novo, o recalcado ou mesmo o foracluído em sua textualidade – pois uma sessão de análise é sempre algo novo. Uma articulação preliminar entre as áreas poderia, portanto, tratar dos limites entre o discurso e o inconsciente.

Neste ponto, está implícita outra chave de leitura, que discrimina a Psicanálise em intenção e a Psicanálise em extensão. Esta última nos laços que constituirá com demais disposições discursivas, na *polis*. Assim, teremos, a presença e a *práxis* possível do psicanalista no hospital, no campo jurídico, na educação etc. Ora, na Cultura! Em sua interface com outros campos de atuação, numa disposição transdisciplinar. E, de modo diferente, mantém-se a Psicanálise em intenção, enquanto um espaço de fala e do dizer livremente, daquele que se dirige ao analista, com seu pedido, sua demanda, seu desejo. Enfim, seu endereçamento para análise propriamente, método fundado por Freud, sob transferência de uma *suposição ao saber* (tal como nomeada depois por Lacan), sob a responsabilidade ética e técnica daquele que o recebe enquanto do desejo de analista.

Ainda que de modo cauteloso, consideramos que Psicanálise e AD têm pontos convergentes, propomo-nos a ampliar a discussão que as compara por meio de um cotejo que privilegia a Psicanálise, mas que localiza a AD como disciplina de objeto com extrema afinidade ao daquela. Essa correlação impõem-nos uma pergunta norteadora: uma vez que os objetos estão aproximados, a relação entre psicanálise e análise do discurso efetiva uma interlocução, ou será preciso perceber o enodamento?

I. Aproximação e distanciamento entre dois campos

As referidas áreas constituíram alianças acerca da produção científica, principalmente quanto a: 1. A questão da subjetividade, ou seja, a investigação sobre o subjetivo (referente ao sujeito, enquanto agente em seu dizer e, paradoxalmente submetido no discurso), no campo da fala e da linguagem e, 2. Abordagem de sujeito.

O nascimento da AD está voltado à noção do sujeito. Em seus princípios de fundação, o contexto francês da década de 1960, os pensadores que fundamentaram o nascimento da disciplina orientaram-se pela proposição de que o discurso se constitui por meio do homem e de sua volta ao laço social. Assim, o discurso está tomado por variáveis que são da percepção única do sujeito que se relaciona às condições sócio-históricas de produção. Essa forma de disposição não pode ser desconsiderada pelos analistas do discurso, uma vez que é em seu uso pleno que o discurso produz *efeitos de sentido*. Se um psicanalista busca, ao escutar aquele que diz e ler a partir de que lugar e posição quais sentidos o discurso produz, um analista do discurso busca, ao ler um discurso, que tipo de sujeito o produziu. É o discurso, em sua constituição simbólica que interessa ao analista do discurso

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O

discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso, observa-se o homem falando. [...] a Análise do Discurso procura compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história. (ORLANDI, 2003, p.15)

Desse modo, estamos falando de uma aproximação entre Psicanálise e AD; por meio de suas constituições teóricas atravessam um objeto: o discurso. Com Lacan, em seu retorno à Freud, será problematizada, tanto a noção de subjetividade, como também a noção de sujeito empregada em Psicanálise (BERLINCK, 2010). Em uma de suas famosas equações “o inconsciente estruturado *como* uma linguagem” (grifo meu), o autor subverte as noções utilizadas pela Linguística estruturalista e traz letra nova

Hoje em dia, no tempo histórico em que estamos, de formação de uma ciência, que podemos qualificar de humana, mas que é preciso distinguir bem de qualquer psicossociologia, isto é, a lingüística, cujo modelo é o jogo combinatório operando em sua espontaneidade, sozinho, de maneira pré-subjetiva, é esta estrutura que dá seu estatuto ao inconsciente. É ela, em cada caso, que nos garante que há sob o termo de inconsciente algo de qualificável, de acessível, de objetivável. (LACAN, 2017, p.26)

Nesta equação, observamos que além da aplicação heurística inerente ao estruturalismo e à linguística (aspecto ao qual retornaremos em breve), a expressão “como” em “como uma linguagem” sinaliza uma inovação. A preposição “como” difere de “pela” ou “na linguagem”, indicando uma nova maneira pela qual a estruturação

e a constituição do psíquico acontece a partir *da* linguagem. No entanto, curiosamente, mesmo originando-se desse campo, ela destaca e extrapola seu próprio território, existindo, de certa forma, além ou fora dele.

Assim também podemos considerar, com a noção de sujeito, ainda que haja aspectos confluentes (entre as áreas e as questões envolvidas, levando-se em conta suas pertinências no campo da linguagem como território – enquanto lugar, tempo e espaço - de onde poderão advir as manifestações concernentes ao campo das chamadas “subjetividades” do ser falante), será necessário considerar os pontos de diferença.

Reportando-nos então à problemática que a noção de *sujeito* carrega, situamos sujeito do discurso e sujeito do inconsciente, trazemos a hipótese de tratar-se de um entrecruzamento como ponto de enodamento, determinante pela topologia, em Lacan.

Desde a publicação de “Análise automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969), até o que se seguiu, por caminhos diferentes, acerca dos campos de atuação e de *práxis*, no que se refere à Psicanálise, junto às diferenças e, no entanto, justamente a partir destas, pretendemos aqui investigar o que deste encontro possa resultar em novos objetos de pesquisa e assim, como se anunciou no início, na aposta de uma produção contendo em seu método investigativo, a perspectiva transdisciplinar (JAPIASSU, 2006).

II. Análise de Discurso e Psicanálise: intersecções

Sobre a AD, consideramos identificar que ela nasce de uma perspectiva interdisciplinar, mas seu enfoque teórico e seu objeto de análise ancoram-se a uma materialidade linguageira; essa perspectiva

analítica tem a virtude de se colocar num limite da produção científica pós-estruturalista e, finalmente, tem como ponto central de sua condição teórica a noção de sujeito. É pela via do sujeito que a AD pôde se conectar à Psicanálise. Está aí, em nosso capítulo, a hiância que focalizamos, o espaço *entre*, ou seja, onde apontamos como possibilidade de enodamento. E é nesta perspectiva que trazemos considerações, como propostas de leituras possíveis, a partir da referência em Psicanálise, dos elementos recolhidos das questões que permeiam e problematizam a relação entre as noções de Discurso, Cultura e a Psicanálise.

Com a finalidade de situar o laço entre a Psicanálise e a AD, sugerimos a investigação empreendida por Lacan que se empenhou em formalizar, em seu retorno a Freud, a descoberta do inconsciente e a fundação de um campo clínico, de *práxis*, sustentado por pilares contidos nos fundamentos de seu método, o da escuta e leitura da palavra, num território linguageiro e de laço social: a transferência. Lacan procederá situando a Psicanálise às fronteiras dos campos de saber, à luz de sua época e contando com as disciplinas vizinhas. Em seu percurso autodenominado “retorno a Freud”, empenhou-se em resgatar a descoberta freudiana e em fazer ressaltar a potência subversiva que esta trouxe acerca da concepção do psíquico, desde o campo das ciências médicas, da *Physis*, confrontando com a Psiquiatria, a Filosofia, a Linguística, a Antropologia, ainda que de modo dialético e por fim, bastante inventivo, utiliza da escrita ao modo de fórmulas matemáticas, do campo da Lógica e da Topologia.

O campo de interrogação sobre o sujeito da Psicanálise só terá sido possível a partir da modernidade, momento histórico de advento do pensamento científico na cultura ocidental, marcadamente com Descartes, no alvorecer do Século XVII, em que pese esta abertura às interrogações aí contidas e expressas já estivessem

presentes em pensadores desde antes (na antiguidade, como São Tomás de Aquino, Santo Agostinho, Averroes) (LIBERA, 2013). Portanto, para situar o sujeito da Psicanálise, faz-se necessário retomar a questão do saber implicado no campo da ciência, uma vez que a Psicanálise subverteu o saber cartesiano e, paradoxalmente, por seu meio se impõe e se constitui.

III. O saber não sabido ... um outro saber

Pela condição de hominização, o saber se constitui no laço social, na linguagem, desde onde podemos diferenciar a tríade: linguagem, fala, discurso. Para a Psicanálise, o saber advém enquanto resto dessa tríade, o impossível. E a estrutura discursiva implica o território a partir do qual a descoberta freudiana escavou, no laço, este impossível, enquanto resto. O real é o saber como lascas que tange fragmentos de verdade e de onde se situa a subversão também na temporalidade, irreduzível, nesse ponto nodal. Aí se problematiza a tensão do conceito de sujeito da Psicanálise que mais tarde superou, localizando-o, para além da estrutura discursiva, sem abandoná-la, com a topologia, onde estarão presentes as noções de tempo e espaço (LACAN, 1972-73;1974-75).

Desse modo, a Psicanálise introduz na tríade: *saber, conhecimento e verdade*, no campo da ciência, a problematização do *saber não sabido*, desalojando assim o estatuto do saber, ou seja, este enquanto faltoso, furado. De que outro saber trata, o inconsciente, onde localiza-se e como podemos articulá-lo com a análise na via da *noção de sujeito*, a partir dos elementos trazidos pela problematização advinda pela Psicanálise, especialmente com as proposições lacanianas e em alinhamento à descoberta/subversão freudiana? Pela condição de hominização na linguagem, o humano se instala,

paradoxalmente, no campo da fala e da linguagem a partir de um furo no saber, em uma estrutura discursiva que o antecede e, justamente tendo como causa constitutiva, a falta no saber, qual seja, esta falta enquanto resto, impossível e material de interesse da Psicanálise.

Por isso, ao tratarmos da cadeia discursiva de produção dos sentidos, estamos fazendo notar a estrutura e o estruturalismo da Linguística, desvelando, por esse meio, o predomínio do sistema através das relações dos elementos, tanto na cadeia falada como nas estruturas formais. A estrutura está ligada ao sistema, cujos termos são solidários e na qual um valor de um termo resulta na presença simultânea de outros. Saussure (1916) realça as relações entre os grupos associativos no interior da língua. Benveniste, por sua vez, entende que *a linguagem criou o homem* (1976), vê-se que esse sistema de solidariedade, comum em Psicanálise, é parte do sistema estruturalista da Linguística.

Tomemos a Linguística e a Antropologia estrutural e aí também estarão presentes os sistemas de relações. Seja entre os elementos, seja na ordem simbólica de parentesco, por exemplo, com Lévi Strauss (1993). Assim, para a Psicanálise, em Lacan, o estruturalismo tem, num determinado período de sua cronologia, a mesma importância que a filologia terá para Freud, ambos, estruturalismo e filologia, dão importância à linguagem (SCHINEMANN, 2009). O estruturalismo, enquanto corrente de pensamento marcadamente ascendida num determinado momento e contexto histórico no século XX, traz o conceito de estrutura, enquanto conjunto de relações, lugares e elementos. A categoria de conjunto evita implicações de totalidade, aspecto que estará presente no coração da descoberta freudiana (a concepção de inconsciente e a fundação de um método clínico), que “abre” o campo do saber e desconstrói quaisquer possibilidades de um saber completo, “fechado”.

Subverte assim, a ordem positivista na ancoragem do saber constituído na ciência médica, no que pudesse vir a sustentar um saber sobre o psíquico, no humano.¹ Esse foi um dos grandes desafios

-
- 1 Há notáveis aproximações com outros campos de saber que estarão presentes no percurso de Lacan: em seu texto “Função e campo da fala e da linguagem” – (1953), aproximação com a linguística; com a antropologia estrutural, em “O mito individual do neurótico” (1953). Prosseguirá entrelaçando elementos da lógica com o de discurso: faz-se destacar, o Seminário - O desejo e sua interpretação, o “Texto Subversão do sujeito e a dialética do desejo” (1960), com o grafo do desejo, onde constrói a formulação da linguagem como estrutura de ficção e em seu caráter de forclusão... E progressivamente com a lógica, especialmente a partir do Sem – Identificação (1962) até o Seminário XVII - O avesso da Psicanálise (1969); assim como em seminários posteriores, a exemplo de *Encore*, onde vai afinando suas proposições (a esse respeito, seria merecedor um desenvolvimento mais detalhado, não cabível no presente ensaio). Enfim, um importante salto a partir dos anos 70, é que, para além da metáfora paterna - enquanto operação que caberá a cada um, como efeito em seu processo de incorporação simbólica - restará também, inexoravelmente, o *assujeitamento*, de modo singular, ao campo da linguagem, esse que contém, inerente à sua condição estrutural, e por sua lógica de funcionamento, o caráter *forclusivo*, no que se refere ao psíquico e à singularidade aí implicada. Aqui faz-se destacar a diáde, em lógica, do universal e o singular, essa última a que Lacan faz prevalecer à primeira, de modo a subverter, em lógica clássica, para sua formalização do quadro da sexuação, no Seminário *Encore*. Reservamos para posteriores pesquisas maiores desenvolvimento a esse respeito. Vale ressaltar aqui que se está tratando do âmbito do psíquico, o qual porta sua particularidade distinta, por exemplo, da biologia molecular, da anatomia, enfim, como exemplos das chamadas, informalmente, de “ciências duras”, das ciências da *physis*, a depender da qualidade da matéria, deve-se situar a construção em seu campo de fundamentos. A problemática que Freud sustentará acerca do psíquico, é da insuficiência (em que pese seja necessário esse enodamento, a fim de que se subverta a dicotomia cartesiana) em reduzir um entendimento sobre esse, seja no campo empírico e da psicologia, seja somente localizável, apreendido na *physis*. Ora, justamente o campo da linguagem faz aí um *ponto de capitonné*, no qual a Psicanálise, não somente sustentará como também proporrá um campo de fundamento e *práxis*.

enfrentados por Freud que o manteve no coração do pensamento científico e do qual não desistiu.

Nesta via, faz-se notar a coerência psicanalítica desde Freud até as formulações lacanianas e o estruturalismo. Desta feita, num contexto do pensamento de sua época, ou seja, a concepção de estrutura contida no pensamento estruturalista em seu momento histórico, o estruturalismo é parte problemática da Psicanálise, uma vez que essa entende o sujeito como complexo, e aquele se faz de modo a segmentar o todo em partes (BADIOU, 1999). Daí surge a pergunta: Com qual noção de relação a Psicanálise é então confrontada?

Em 1953, no “Discurso de Roma”, Lacan revisita Freud – sem imitá-lo - optando por não apenas reproduzir seus termos, mas aderir aos seus princípios fundamentais. Estes princípios envolvem um corte radical no conhecimento, levando a uma concepção paradoxal no campo do saber - um saber que não é conscientemente conhecido, como mencionado anteriormente. Esse saber do inconsciente é representado pelo sujeito da enunciação, o “Je” dividido entre o domínio simbólico da linguagem, responsável pela garantia do pacto social, cultura e conexões sociais, e o que escapa, o furo estrutural no próprio saber. Em outras palavras, a forclusão da estrutura da linguagem, juntamente com sua estrutura de ficção, que se manifesta singularmente e voltadas ao laço do tecido social, especialmente levando-se em conta os três registros, Real, Simbólico e Imaginário, irredutivelmente presentes (a versão de Lacan para o conceito de “realidade” freudiana).

O “wunsh”² de Freud representa a resposta do ser humano à sua inserção na ordem simbólica, entrelaçado com o desejo do

2 O emprego do termo *Wunsch*, em Freud, remete à aspiração, ao vetor de que algo se realize, articulado também à memória de uma nostálgica

Outro. De maneira concisa, a psicanálise diferencia o saber e o conhecimento: (Lacan, 1966): o saber, para a psicanálise é tomado como forma de uma inscrição no discurso do sujeito – e ao qual está também e de modo paradoxal, assujeitado - este que é agente e situado, assujeitado no campo da fala e da linguagem. E quanto ao conhecimento, há reciprocidade entre aquele que sabe e o que se sabe; aquele que sabe depende do objeto do conhecimento para garantir a sua verdade. (Lacan, 1966).

Desde 1949, em “Estádio do Espelho”, Lacan preocupava-se com a questão do sujeito para a Psicanálise. O autor buscou a dialética para a formulação acerca da constituição do sujeito e afirma que só a Psicanálise reconhece esse nó de servidão imaginária, que o amor vem sempre re-desfazer ou re-talhar na junção da natureza à cultura. Aqui, o psicanalista ainda não colocava a linguagem no primeiro plano, diga-se, mas já está presente a ideia de simultaneidade da constituição; da perda; a noção de antecipação frente à falta, portanto. Faz-se notar a coerência com o que seguirá, sobretudo a dimensão do amor, como colocando limite ao gozo, em *Encore*, anos mais tarde (LACAN, 1972-73).

vivência de satisfação anterior, à qual podemos situar desde o bebê, numa etapa da constituição psíquica, ao reativar a percepção, alucinará esta vivência de satisfação. Pode-se articular a essa ideia o sonho, como realização de desejo. A noção de desejo, desde sua gênese, para a psicanálise, portará assim este corte com a pura condição instintual de satisfação, à medida que se constitui a partir justamente da ausência de um objeto do qual se satisfaça plena e “adequadamente”. As satisfações serão parciais e o conceito de objeto será amplamente desenvolvido por Lacan, com o conceito de *objeto a* – enquanto objeto *causa* do desejo. Daí advém o fundamento de objeto enquanto causa e o desejo, enquanto posição frente à falta. E o *Je* como o que se organiza para o falante em sua percepção de si, inclusive conflitual, dividido e faltante (diferente de *moi*, no qual a divisão psíquica não se alcança, seria como uma noção de eu em alienação (noção também cara para a Psicanálise), digamos, frente à falta.

Através do bojo filosófico e influência de Kojève, Lacan “se liberta” da Psiquiatria, do poderio médico e da apreensão acadêmica/psicológica dos conceitos freudianos (LACAN, 1932). O autor anuncia que não importa a sucessão histórica, pois o mais importante é o sujeito – na concepção que se vai construindo No Estádio do Espelho, por exemplo, o *olhar da mãe* (leia-se, função materna, presentificada por quem a encarna, se posicione neste lugar, discursivo, simbólico e que presentifique o lugar enquanto função), faz as vezes da matriz simbólica marcando a diferença irreduzível entre corpo (erógeno) e o organismo (LACAN, 1956-57). Assim, dois binômios presentes: corpo/ organismo; natureza/cultura. Muitas abordagens desenvolvimentistas, evolucionistas não reconhecem essas diferenças...ainda que sejam articuláveis e não excludentes.

Vale ressaltar que há aí um hiato, “estruturante”, ou mesmo constituinte, da linguagem (e o efeito ordenador da lei simbólica, instituindo o pacto social: a proibição do incesto). Lacan utilizou o discurso filosófico para valorizar a proposição da Psicanálise, ainda que apontando o impasse também com a filosofia, em sua ontologia, com a qual marcou a ruptura, considerando-se o estatuto do inconsciente freudiano³). Badiou, por sua vez, aponta que Lacan passa a colocar-se como “anti-filósofo”, quando considera o discurso filosófico como o discurso do mestre. (Badiou, 2018).

Desse modo, o estruturalismo mostra-se influente para a Psicanálise e conflui para nortear as ciências cujos objetos são o sujeito

3 No início do Seminário XI: “O estatuto do inconsciente, que eu lhes indico tão frágil no plano ôntico, é ético. Freud em sua sede de verdade diz – *O que quer que seja, é preciso chegar lá* – porque em alguma parte, esse inconsciente se mostra. E isto ele diz dentro da sua experiência daquilo que era para o médico, até então, a realidade mais recusada, mais coberta, mais contida, mais rejeitada, a da histórica, no que ela é - de algum modo, de origem – marcada pelo signo do engano.” (LACAN, 1979, p. 37).

que atua na linguagem: umas que confluem para o conhecimento; outras apontando fusão da Psicanálise com a Psicologia. São conceitualizações sobre a noção de sujeito diversas (LIBERA, 2013) e que por vezes vão se proliferando em certa deriva, quando não se deterioram em certo risco de banalização e até reducionismos. Um polo é submetido às leis da linguagem, que o constituem e se manifestam nas formações do inconsciente. E os outros, como maturação psicológica ou mesmo processo de conhecimento, diferente da referência psicanalítica.

Para a Psicanálise, o sujeito é do inconsciente, ou do desejo; não é pensado, nem pensante, nem falante; o “*impensável*” do sujeito, o “furo” no simbólico. Lembremos da réplica lacaniana para a máxima cartesiana “...sou onde não penso, penso onde não sou” (LACAN, 1967) que nos remete a Freud em “Onde isso era, o eu deve advir” (FREUD, 1923). Essa aproximação entre os dois psicanalistas, revela, em ambos, o entendimento de que a constituição do sujeito se dá por uma incompletude que retoma o fio diacrônico que se seguiu na obra lacaniana, em 1960, em “Subversão do sujeito e a dialética do desejo”, e que trouxe “isso fala” que também dialoga com o “Eu e o isso” (FREUD, 1923) mencionado acima. Também em 1960, em “Observação sobre o relatório de Daniel Lagache”, Lacan define com mais precisão o conceito de estrutura. No relatório, o autor comenta que devemos submeter o pensamento a uma topologia, de que somente a estrutura necessita (LACAN, 1960).

Entretanto, é antes que a necessidade da associação entre a estrutura e a topologia é discutida, pois são os movimentos intelectuais anteriores que darão luz à proposta lacaniana. Lacan apresenta o conceito de *objeto a* quando começou, em 1957, com o modelo óptico, no Seminário I, sobre a tópica do imaginário (LACAN, 1953-54). Mas será em 1960, que o autor reconheceu

que o esquema óptico não passava de um modelo, uma vez que não elucidou a posição do que nomeou como *objeto a* (o modelo não descrevia a função que este objeto recebe do simbólico). Nesse relatório, o *objeto a* vem como representante do desejo, ainda não como *causa*. Marca-o como elemento na estrutura e expoente de uma função. Em “Subversão do sujeito e a dialética do desejo” (LACAN, 1960) já vai estar nomeado como *objeto causa do desejo*. No matema da fantasia é que marca a divisão do sujeito e o grafo substitui o espelho.⁴ E a topologia é, enfim, necessária para assentá-lo ao nó borromeano.

Deste modo, a trajetória de Lacan, passa pela dialética inaugural, pelo estruturalismo – linguística e antropologia - mas é com a topologia que consegue escrever o *objeto a* como possibilidade de articulação com a noção de relação, nos anos setenta até chegar ao famoso aforisma “a relação sexual não existe”, (LACAN,1974-75).

Em 1962, no Seminário “A Identificação”, desenvolve o Toro, fita de *Moebius* e o *Cross-cap*, figuras da topologia das quais serve-se para sua mostraçõ de elementos da Psicanálise, que ressurgirá em “L’Etourd” (LACAN,1973). A Banda de *Moebius* é uma superfície que, através de um corte e uma semi-torçõ, representa que o inconsciente está no avesso, marcando a relação do inconsciente com o discurso corrente (discurso do senso comum, por assim dizer).

4 Lacan irá progressivamente afinando sua formulação acerca dos três registros o Real, o Simbólico e o Imaginário – presentes desde cedo em suas proposições – de S.I.R. (1953) até R,S,I. (1974-1975) construirá sua réplica à noção de realidade psíquica em Freud, e, mais uma vez subversivo e inventivo, romperá com o *dentro-fora* implícitos na noção de realidade, para apresentar a tríade dos registros, de modo a trazer, topologicamente, o território mínimo, a partir do qual, com a noção de tempo lógico e de espacialidade, o falante se situará, para além do campo das discursividades, inclusive incluindo-as.

Em 1972, utiliza o nó borromeano, no qual cada um dos anéis refere-se aos registros do Real, Simbólico e o Imaginário - R.S.I. consistem em três anéis que não se encadeiam, se enodam e, de tal modo que, caso um deles se rompa, os outros dois também se liberam. O que permite uma nova escrita (LACAN, 1972-73). Onde o *objeto a* encontra-se em lugar central com o nó e na escrita deste, também se situam os gozos: gozo fálico, gozo do sentido e o gozo do *Outro* (LACAN, 1974-75). E assim, com o aforisma “a relação sexual não existe”, mostra-nos com qual relação nos deparamos: com a impossibilidade de escrevê-la – o que é justamente um paradoxo –, pois o objeto *a* é perdido antes mesmo de existir. Leva-nos a inventar um saber sobre o inconsciente.⁵

Não que seja impossível de conhecer, ou concluir, mas trata-se da impossibilidade do simbólico de reduzir o buraco do qual é autor. A noção de falta, assim, é considerada como *des-completando* o conjunto (diferente de falha, defeito, a ser “saturado”). A Psicanálise sustenta que não há esperança de preencher a falta no saber, contrapondo à esperançosa ciência; sem abandoná-la, porém, subvertendo-a em seu estatuto positivista acerca da concepção do saber, no âmbito do psíquico; não se pode valer da lógica apriorística, do pensamento pré-determinista, nem sequer de “psicoprofilaxia”. Este é um importante debate, frente à ordem da imprevisibilidade do humano, tanto em sua singularidade, como em sua potência de resposta no laço e frente ao sofrimento. Desse modo, podemos considerar como problemática, subversiva e perturbadora a incidência da Psicanálise na cultura, a partir da modernidade. Seja no campo da saúde, da educação, das concepções filosóficas acerca de uma ontologia e, sobretudo, pelo que fez renovar as questões

5 Notável a retomada de Lacan desde os textos inaugurais de Freud, como, por exemplo, em O projeto de uma Psicologia para neurólogos- 1895, no qual há elementos presentes no construto para o conceito de objeto *a*. Um recolhimento destas articulações certamente são merecedoras de um cuidadoso desenvolvimento, não cabível para o presente ensaio.

acerca dos campos da Ética sobre o bem comum e da política em suas gestões, que levam em conta uma perspectiva que contribua para que almejamos ampliar nossos modestos passos civilizatórios, para além dos progressos que possamos alcançar.⁶

IV. As confluências do campo da Análise do Discurso com a Psicanálise

Nossa discussão até aqui está marcada por vetorizar uma perspectiva inter e até mesmo transdisciplinar, que, dentro das Ciências Humanas, ligou a Psicanálise à AD de modo oportuno. Em certo momento, as duas áreas caminharam juntas e, depois, despistaram-se em caminhos diferenciados, sem, no entanto, deixar em suas essências elementos de análise compatíveis, até certo ponto.

Nesta seção, discutiremos a noção de sujeito - ou melhor, de *falante, parlettre* - a partir de seu advento no pacto da linguagem e ao que o possibilita, em sua singularidade, situar-se ao laço social, especialmente no tocante a sua constituição psíquica, esta que porta, paradoxal e irredutivelmente, estrutura de ficção. Aspecto este que pode ser observado tanto na Psicanálise quanto na AD.

No poema de Antoine Tudal,⁷ encontramos a preposição “entre”, “... Entre o homem e a mulher há o amor ... Entre o homem e o

6 Este é um tema candente que advém deste ponto de conexão, do singular e do universal, que também não será desenvolvido neste texto (alusão à nota anterior), posto merecer um espaço maior, não obstante, sem deixar de ao menos mencioná-lo aqui se faz necessário, dentre as considerações do presente ensaio.

7 Entre os anos 1971-72, Lacan ministrou o seminário "O saber do psicanalista", inspirado nas ideias de Bataille sobre o não-saber. Neste seminário, Lacan analisa o poema de Antoine Tudal, abaixo inscrito:
Ao poema de Antoine Tudal citado por Lacan:

mundo há um muro”. Na fórmula do fantasma – S barrado punção a – escreve-se a não existência do sujeito, portanto, não ontológico, marcado paradoxalmente pela perda da coisa, de qualquer possibilidade de completude, fazendo fracassar a relação sexual, segundo o Seminário XI, (1964) A fratura aberta para o sujeito da Psicanálise, em sua perda de existência, não se situará no campo da filosofia, trará toda uma problemática, à qual encontrará território no campo das racionalidades, com a lógica e, mais especialmente, aquela que avançará a partir de Göedel, Teoremas da incompletude (GÖEDEL, 1931); e com Frege, em sua investigação lógico-matemática sobre o conceito de número (FREGE, 1970); com Pierce, a logicidade que fundamentará para o método da abdução e; finalmente, a formulação do lógico brasileiro Newton da Costa, com a formulação da lógica paraconsistente. Enfim, vertentes do pensamento da lógica e da matemática a partir de onde se avançará acerca da a noção de “sujeito barrado” - a tal ponto que a subverterá, e mesmo superando-a e adotando o *parlettre*, o falante, a partir de então - no campo das racionalidades e da ciência, em contraponto com a ciência positivista (em cujo apoio se dá na lógica Aristotélica).

Portanto, a constituição do conceito de sujeito, em Psicanálise e tal como Lacan propôs, é em “relação” com o *objeto a* causa do desejo.⁸ E é deste uso que Lacan fez da noção de estrutura que

“Entre o homem e a mulher
há o amor
Entre o homem e o amor
há um mundo
Entre o homem e o mundo
há um muro”

8 Conceito por ele cunhado e no qual podemos localizar como o âmago, emblematicamente, do caráter ficcional da estrutura da linguagem. Aí a resposta, ou o encaminhamento que Lacan encontrou para a problemática da condição de *relação*, tal como anunciado no início deste. O conceito de objeto a, forjado por ele, Lacan – ainda que não só como

delineia, de modo radical, a diferença entre conhecimento e saber, um apontando para a demanda e o outro para o desejo, rompendo com as alternativas clássicas: o reducionismo dogmático (muitas vezes presente no positivismo), o otimismo, o misticismo. E é nessa ruptura que podemos considerar também a participação da AD como um ponto de possível articulação e aproximação de rumos com a Psicanálise.

V. *Análise de Discurso e discurso em análise*

A AD analisa o discurso consciente, presente, que se faz circular no laço social, nos sistemas de relações. A Psicanálise des-constrói a investigação do que se encontra foracluído⁹ na linguagem, inerente à sua estrutura e o assujeitamento de cada um, o que discutimos até aqui como “sujeito do inconsciente”, ou, acompanhando Lacan mais tarde, o “*pârletre*”: o sujeito em seu exílio, ex-sistente. Daí, desta condição, paradoxal, o sujeito constitui-se como agente e assujeitado frente a seu desejo (desejo como a posição frente à falta, posição desejan-te).

Ainda que consideremos essas diferenças entre os campos da Psicanálise e AD, com essa aparente incompatibilidade, podemos

único cumprimento - terá sido talvez um dos mais inventivos de seus legados, senão o mais original, pelo que condensa formidável formulação ao que, de mais delicado, sofisticado e subversivo se fez valer nos fundamentos em Psicanálise, o paradoxo da falta inaugural como constitutiva do psíquico, em sua potência desejan-te, bem como em suas vicissitudes.

- 9 O termo foraclusão ou forclusão - em português, foi introduzido pela primeira vez por Lacan em seu seminário sobre as psicoses, em 4 de julho de 1956. Diferenciando-o do mecanismo do recalque como o que fica rejeitado, não integrado ao inconsciente e retornado no real (Lamberte, MTMR, Hassan, S, Lage, L.. 2002). Explorará essa noção em outros momentos de sua obra.

situar a AD num espaço de estudo que, dentro do campo estruturalista do século XX, contexto de onde emerge, se interessa pela fronteira deste mesmo campo.

Mas não conseguiríamos explicar a emergência da escola francesa evocando o sinal dos tempos. Ela definiu um procedimento cuja forma heurística transborda largamente o quadro metodológico e teórico do estruturalismo. Para dar a este empreendimento seu caráter de necessidade, para que houvesse interesse em outros corpus que não os de literatura, para que a linguística se tornasse outra coisa que não um saber ocasionalmente consultado pelo filólogo, foi preciso mais do que a pressão exercida pela conjuntura estruturalista. Foi preciso uma parte de sonho, o sentimento de imperiosa urgência conferindo por um projeto enraizado em um projeto intelectual bem preciso, no caso o do althusserianismo, que dominava então na França a cena filosófica e a reflexão nas ciências humanas. (MAINGUENEAU, 1990, p. 66-7)

Insistiremos nesse aspecto, pois este é o ponto em que Lacan investiu acerca da sua noção de sujeito, na investigação quanto ao sujeito do inconsciente e perseverou em sua formalização até superá-la renomeando-a - à luz da lógica e da topologia, para além do conceito de sujeito, como o *parlettre*, o *falante*... No matema da sexuação, por exemplo, o autor buscou na lógica o que assente a contradição, o terceiro incluído, o paradoxo, do “sujeito” que existe por sua ausência. Afasta a não contradição para que esses pares coexistam. O particular prevalece na Universal positiva e não uso da não contradição. É, como vemos, uma definição complexa que exige, de certo modo, um esforço de leitura para a compreensão.

De modo simpático à dificuldade dos leitores desse ponto teórico, o autor diz em *Encore* “... sigam meu caminhozinho...” (LACAN, 1972-73).

É com este conceito de *objeto a* cunhado por Lacan, que a Psicanálise, aqui reconhecida na referência ao eixo Freud-Lacan, opera, levando o psicanalista a se posicionar eticamente no tratamento da letra, afirmando que a estrutura é real (LACAN, 1972-73).

Vale ainda ressaltar – não poderíamos deixar de dizer sobre esse passo de Lacan para a topologia – o que aqui se dá como o ponto literalmente nodal, qual seja, as noções de corte e superfície. O que se esgota ainda, insuficiente para Lacan, mesmo com a lógica e o que daí se possa precisar, para além do binarismo, da lógica clássica que impõe as causas: formal, material; eficiente; final. E, assim, o aforisma “a relação sexual não existe” (LACAN, 1974-75) permite a articulação entre: saber, inconsciente e sexual; com a qual o humano estará fadado a confrontar-se em suas vicissitudes pulsionais frente ao vazio e à falta, impulsionando-o a inventar, a partir do desejo.

VI. Topologia. Corpo. Objeto: considerações finais

Nesta seção, o argumento se faz em mostrar como as lacunas deixadas pela linguagem, que interessam tanto ao analista do discurso, quanto ao psicanalista, foram fundamentadas pelo campo da Psicanálise - a partir de seu método clínico - uma vez que o discurso se dá por uma dimensão que porta uma singular materialidade, composta pelos três registros: Real, Simbólico e Imaginário, e que, de modo irredutível, comportam a estrutura do falante em sua incompletude *em falta a ser* - com Lacan, em sua *ex-sistência*

– preço que se paga frente ao legado da *hominização*. É o espaço vazio, silencioso, lacunar que, de certo modo, discute-se. Para a clínica, assim como se faz notar na cultura, está aí um ponto crucial do sofrimento em nossa espécie, *sapiens sapiens*, em sua ferida narcísica, à qual cada um construirá um saber fazer com isso... (Mas este já nos levaria para um próximo tecido textual...).

Quando Lacan põe cada objeto das pulsões parciais como uma superfície topológica, a questão que o interroga é precisamente a do corte, inseparável da ideia de borda, superfície, que se aborda com o nó borromeano (CANCINA, 2013, p.10). Diferente da esfera, o toro implica a estrutura de corte de uma esfera, se há um “pedacinho” perdido que se recoloca, não podemos dizer que haja superfície, uma vez que não há função de corte, por conseguinte, não há borda. Nesse caso não se pode dizer ter havido transformação de superfície, que afinal é o corpo pulsional (LACAN, 1964).

Assim, é o Toro, o plano projetivo, o Cross-cap (o olhar) e a garrafa de Klein (a voz), onde há superfícies que vão dar conta dos objetos parciais, o olhar e a voz (que inclusive, são diferentes do seio e das fezes), porque houve intervenção, função de corte, tanto no sujeito como no Outro. No Seminário XI - Os quatro conceitos da Psicanálise, Lacan apresenta o esquema de *Euler* para mostrar a falta como corte na fenda entre o sujeito e o *Outro*, marcando a significação da falta (LACAN, 1964). O “*phi*” – falo no imaginário – é isso que o corpo perde para fazer-se imaginário. Nota-se, aí, a importância do conceito de narcisismo, cunhado por Freud (1905) e a função de fazer-se corpo para dar conta do vazio, paradoxalmente, inscrevê-lo e assim, constituir-se a partir da falta. Essa noção foi base da formulação do narcisismo e mesmo a torção do Toro do chamado narcisismo primário para o narcisismo secundário, foram assim reconhecidos pelos psicanalistas de orientação lacaniana (LACAN, 1964).

Os passos do Toro, Cross-cap para garrafa de Klein, implicam o surgimento de um corte muito particular, resultando a Banda de Moebius.¹⁰ Estamos diante de um passo lógico e do *topos*, justamente do humano no campo da linguagem e a *fenda epistêmo somática*, rompendo ou mesmo superando a dicotomia cartesiana (LAMBERTE, 2023). Essa que, se por um vetor, constituiu um campo de saber, da linguagem e sua relação com o pensamento, fundando a ciência, deixou também a “tarefa”, por outro, e nos “condenou” a sermos inventivos.¹¹ Essa ideia aproxima-se e mesmo reitera Lacan, em seu “Seminário Momento de Concluir”: “... *o Nó no pensamento faz matéria*” (LACAN, 1977-78). O grande advento da Psicanálise, segundo Lacan, é de nos liberar da debilidade mental - não referido como uma “nosologia do *pathós*”, mas em nos colar ao pensamento, de modo “alienado”, sem hiância e perguntas - à medida em que nos distanciamos minimamente do pensamento

10 Embora estejamos mencionando aspectos teóricos muito específicos ao uso que Lacan operou em sua articulação inventiva com a topologia, sustentamos em manter no corpo do texto, a fim de apontar a perspectiva que estava em jogo: não se trata de modelos rígidos, estanques ou “prontos” para aplicabilidade... Não! Mais radicalmente, a ousadia lacaniana visava a que, a cada vez, na experiência, o humano, articulando as variáveis *tempo e espaço*, constrói espacialidades, matéria, inclusive do modo inventivo. Aí a potência transformativa do fazer, articulado que está entre a pulsionalidade e a condição desejante (sua posição frente à falta).

11 Como brilhantemente comenta o arquiteto Paulo Mendes da Rocha em um documentário, respondendo à filha, sobre o que o levou à inventividade, ele responde... o fato de estarmos “...condenados e transformar o pensamento em matéria, condenados a sermos inventivos”. In: Tudo é Projeto” é um documentário sobre a vida e obra do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, contada por ele em entrevistas para sua filha. O filme, de Joana Mendes da Rocha e Patricia Rubano sobre a vida e obra do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, estreou em Portugal no passado, dia 22 de maio de 2017, na Casa das Artes (Porto). Exibido no canal CURTA/2022. Organizada pela CASA DA ARQUITECTURA com o apoio da Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN) e da Direção Geral do Património Cultural (DGPC), a sessão contou com a presença do arquiteto brasileiro e da realizadora, Joana Mendes da Rocha.

a fim de que este se faça matéria, de modo articulado, se invente. Essa é mais uma réplica lacaniana *ao penso logo sou*.

O pensamento inventivo, originado pela indagação a partir da posição da ex-sistência (já mencionada acima, enquanto falta a ser) encontra-se, de acordo com Lacan (1977-78), na abdução do sentido. Nesse contexto, nos deparamos com o terreno socrático da ciência, permeado por uma abordagem verdadeiramente inventiva. E assim, dar passos, tanto na ordem da estrutura, em que consideramos, desde a direção da cura, até nosso movimento em um fazer, no laço social; em um dizer que faça ato! Dessa forma, avançamos, não apenas na dimensão da estrutura, ao contemplar, desde a perspectiva da orientação no vínculo humano, por meio de uma expressão que transcende o mero discurso e se transforme em uma ação efetiva!

Para além do falatório, do blá blá blá, que muitas vezes caracteriza a comunicação cotidiana, buscamos a essência de expressar algo verdadeiramente útil. Falar, falar, para tentar dizer alguma coisa. Um dizer que faça ato. Eis aí uma paráfrase, sob a inspiração das palavras do poeta Manoel de Barros – “*repetir, repetir, até tornar diferente*” - que nos instiga a repetir incansavelmente até alcançar uma transformação, e também guiados pelo entendimento lacaniano do amor (já anteriormente mencionado, a propósito da hiância, do “entre”, no poema de A. Tudal, nota 8), em “Encore”, onde “*amour*” se torna o sinal que delimita o gozo, preenche o vazio e toca o âmago do real (LACAN, 1972-73).

Para concluir, ainda que provisoriamente... Destaco a dimensão do amor que expande a potência transformativa dos atos e afetos, em resistência e faça limite ao gozo da violência e crueldade no laço social, almejando um mundo melhor!

Ad referendum

Quanto à influência do pensamento eurocêntrico na formalização das discussões culturais, é crucial reconhecer a ligação entre as transmissões de mentalidades e a gestão de poder no tecido social. Lacan, ao explorar diversas formas de inscrição, abraçou não apenas a perspectiva ocidental, mas também se aproximou do conhecimento asiático, das inscrições rupestres, e, por fim, da dimensão da escrita como letra. Isso vai muito além da simples atribuição de significado, alcançando a relevância profunda da língua em sua expressão do real, que carrega e transmite.

Em seu envolvente texto “Lituraterre” (1971), Lacan utiliza a metáfora do rio que sulca a areia, inscrevendo marcas, assim como a língua que delinea os contornos nos corpos, sejam eles carne, terra ou laços sociais. Vale mencionar seu conceito inovador, “Lalange”, traduzido por Haroldo de Campos como “alíngua” (1971), abrindo espaço para uma compreensão mais ampla e profunda da linguagem.

E aí já será a continuidade desta história. Ao leitor, o convite!

Referências

- AGAMBEN, G. *O que é ser contemporâneo e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.
- BERLINCK, M.T. A noção de subjetividade na Psicopatologia Fundamental. *Revista Latino Americana psicopatologia fundamental*, São Paulo, v. 13, n. 4, 2010.
- BADIOU, A. *Para uma nova teoria do sujeito: conferências brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

- BENVENISTE, É. Da subjetividade na linguagem. In: *Problemas de Linguística Geral I*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1958] 1976.
- CABAS, A. G. *Curso e discurso da obra de Jacques Lacan*. Biblioteca Freudiana Brasileira. São Paulo: Moraes, 1982.
- COSTA, N. C. A. *Ensaio sobre os fundamentos da lógica*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.
- CANCINA, P. H. *Mostrar la fuerza : hacia una clínica borromea*. Buenos Aires: Letra Viva, 2013. p.10.
- FREUD, S. Afasia (1892); Projeto (1895); Carta 52 (1896); Eu e o isso (1923). In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- GARCIA, C (Org.). *Conferências De Alain Badiou No Brasil*. São Paulo: Autêntica, 1999.
- HEIJENOORT, J. v. *From Frege to Gödel: A Source Book in Mathematical Logic, 1879-1931 (Source Books in History of Sciences)*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.
- JAPIASSU, H. *O Sonho Transdisciplinar e as Razões da Filosofia*. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- LACAN, J. *Seminário XXV Momento de Concluir*. Publicação interna Centro de Estudos Psicanalíticos, Recife, 1977-78.
- _____. *O seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud (1954-54)*. J. Zahar Ed. Rio de Janeiro, Edições brasileiras 1979, 1983.
- _____. *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais de Psicanálise (1964)*. J. Zahar Ed. Rio de Janeiro, 1985.
- _____. *O mito individual do neurótico (1953)*. 2. ed. Lisboa: Assírio & Alvim 1987.
- _____. *Da psicose paranóia em suas relações com a personalidade (1932)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- _____. *O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise (1969)*. Zahar E. Rio de Janeiro, 1992.

- _____. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud (1957). In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p.26.
- _____. Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: “Psicanálise e estrutura da Personalidade” (1960). In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 653-91.
- _____. Subversão do sujeito e a dialética do desejo (1960). In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p.807-842.
- _____. Ciência e verdade Lacan (1966). In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p.869-892.
- _____. *O Seminário, livro 22: RSI (1974-75)* Edição para circulação interna do Centro de Estudos Psicanalíticos Recife – CEP, 2000.
- _____. Discurso de Roma (1953). In: _____. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003 p. 139-171.
- _____. Lituraterre (1971) In: _____. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 15-25.
- _____. O aturdido (1974-75). In: _____. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003 p. 448-497.
- _____. *Seminário Relação de objeto* (1956-57). J. Zahar Ed. Rio de Janeiro 2003.
- _____. *Encore* (1972-73). Edição não comercial destinada exclusivamente aos membros da Escola. Rio de Janeiro: Escola Letra Freudiana, 2010.
- _____. *O Seminário, livro 9: Identificação* (1962). Edição para circulação interna do Centro de Estudos Psicanalíticos Recife – CEP, 2014.
- _____. *O Seminário, livro 6: o desejo e sua interpretação* (1958-59). Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- LAMBERTE, M.T.M.R. *O narcisismo e a fenda epistêmossomática: questões contemporâneas*. Rio de Janeiro: texto apresentado em Jornada do Corpo Freudiano, 2023.
- LIBERA, A. *Arqueologia do Sujeito, Nascimento do sujeito*. São Paulo: Editora Unifesp, 2013.

- MAINGUENEAU, D. *Discurso e análise de discurso*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.
- _____. *Análise de discurso: a questão dos fundamentos*. *Cadernos de estudos linguísticos*, Campina, SP, v. 19, p. 65-74, 1990.
- ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*, 5. ed. Campinas: Pontes, 2003.
- PECHEUX M. *Análise automática do Discurso*. 1969. Ed Da Unicamp. 1997.
- SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 1995 [1971]
- STRAUSS, C. L. *Antropologia estrutural* (1973). Ed. Ubu São Paulo. 1996.

Silêncio e sexualidade no discurso literário: paratopia como identificação

Ramon Silva Chaves¹

“A gente vive, eu acho, é mesmo para se desiludir e desmisturar”²

I. A paratopia: uma hipótese da Análise do Discurso

Em 1996, Maingueneau ensaia a defesa da paratopia, um de seus mais notórios pontos teóricos, ao mencionar que “Não se conseguiria reduzir a ficção literária a uma atitude do locutor em relação à sua própria enunciação, pois uma das singularidades do

1 Doutor em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em estágio de pós-doutoramento na mesma universidade e Membro associado do Corpo Freudiano Escola de Psicanálise de São Paulo, contato:ramon.schaves@gmail.com

2 ROSA, João Guimarães *Grande sertão: veredas*.

discurso literário é precisamente tornar problemática a própria noção de enunciador”, (MAINGUENEAU, 1996. p. 28). Desse ponto inicial deriva nosso capítulo: uma vez que a produção do discurso literário tem o enunciador como um problema, em que medida a constituição da literatura³ ancora-se num produtor que assume um lugar de produção de um discurso artístico?

Nesta secção, doravante, indicamos como progrediram as discussões sobre a produção literária e como estes estudos tiveram, na Análise do Discurso de inspiração francesa, uma garantia de especulação elástica, uma vez que o estudo sobre o discurso demonstra que quer no aparelho linguístico, quer no extralinguístico, existem elementos importantes para a produção de uma análise do discurso.

Deste modo, nosso trabalho se interessa por *corpora* literários em sua faceta sedutora: como e por que a literatura é produzida e como esse discurso envolve seus interessados. Na Análise do Discurso, daqui por diante AD, a tese da paratopia é promissora, porque dá conta de explicar uma engrenagem de criação literária que só existe integrada a um processo criador. O escritor é alguém *que não tem um lugar/ uma razão de ser*” (MAINGUENEAU, 2006, p. 108). Nas proposições da AD, a paratopia é, pois, uma resposta à criação literária. Faz pensar, assim, sobre quais os limites para que um texto qualquer, torne-se um texto literário. Para preconizar a paratopia, a AD ocupou-se em determinar o texto literário a partir da via da produção. Ainda que proveitoso, escapa dessa noção a recepção, uma vez que o discurso literário não é validado apenas por um produtor, mas por uma comunidade. Crítica parecida é asseverada por Maingueneau, no início do capítulo “Paratopia”, em “Discurso Literário”, nos seguintes termos:

3 Neste capítulo, a expressão será utilizada como sinônimo de discurso literário.

A doxa advinda da estética romântica privilegia a singularidade do criador e minimiza o papel dos destinatários, bem como o caráter institucional do exercício da literatura, sendo a instituição na maioria das vezes considerada um universo hostil à criação. É a própria estrutura do ato de comunicação literária que se vê negada dessa maneira (p.89).

A recepção é imanente à produção literária. Fato que nos faz crer que é preciso anexar à noção de paratopia uma avaliação dialógica, considerando, também, a recepção do discurso literário. Por isso, discutiremos a noção de paratopia e, depois, avançaremos para a noção de identificação, como resposta para a recepção paratópica.

1.1 A noção de paratopia

Em suma, paratopia significa “lugar impossível”. Essa impossibilidade está atrelada à noção de discurso constituinte literário, defendida por Maingueneau (2006), que investiga as fronteiras e os limites enunciativos de textos literários a partir de uma perspectiva enunciativa-discursiva. Isso significa observar a literatura em sua manifestação multifacetada, entendendo-a como produção da Cultura, da História, da Sociedade, materializada linguisticamente. Uma vez que se trata de uma avaliação do literário por meio de sua constituição complexa, concreta e abstrata, simultaneamente, a noção de discurso é mais compatível do que a noção de texto literário, pois *um* discurso tem de ser apreendido em sua composição “*além da frase*”, (MAINGUENEAU, 2016), para dizer o mínimo.

Estar “além da frase” presume, pois, um enunciado que não se marca apenas pelo linguístico, como mencionamos. Essa verificação incide sobre os estudos da produção do sentido de um texto, alvo de discussão de grande parte da Linguística no último quarto do século XX, destacando-se as discussões do Gerativismo, Teoria da Enunciação, Pragmática e, porquanto, da AD.

O sentido, já podemos concordar, não está no texto, mas no discurso. Esse fato, já tornado banal dentro dos círculos intelectuais de letras e linguística, não parece ser facilmente apreendido, contudo, pois se o sentido não é um dado material, nem objetivo, quais são as regras de composição do sentido de um texto literário, por conseguinte? A paratopia, deste modo, torna-se uma hipótese que visa a responder quais são os limites de produção sócio-histórica pelos quais um discurso literário é submetido em sua emersão como evento materialmente constituído, pois

Enquanto discurso constituinte, a instituição literária não pode de fato pertencer plenamente ao espaço social, mantendo-se antes na fronteira entre a inscrição em seus funcionamento tópicos e o abandono a forças que excedem por natureza toda economia humana. Isso obriga os processos criadores a alimentarem-se de lugares, grupos, comportamentos que são tomados num pertencimento impossível (MAINGUENEAU, 2006, p. 92).

Ainda que a paratopia esteja colocada como conceito capaz de resolver o problema de origem do discurso literário, utilizando para isso a ideia de que a literatura emerge de um limite entre o pleno funcionamento tópico e o “abandono a forças que excedem por natureza a economia humana”, seu funcionamento não parece

ser objetivo, por exemplo: o que significa abandonar a forças que excedem por natureza a economia humana?

Para resolver essa complexidade, a paratopia serve como um instrumento que reconhece, no discurso constituinte literário, uma interação entre unidades tópicas – que se referem aos limites linguísticos-enunciativos relacionados à criação literária materialmente constituídos, como as cenografias literárias – e unidades não tópicas, que se referem, por exemplo, às formações discursivas que atravessam o discurso literário. Essas identificações permeiam o discurso literário e, conforme o foco do analista do discurso, podem ser examinadas como um processo que produz efeitos de sentido.

Assim, ao pensar em paratopia estamos pressupondo que o discurso literário é uma materialidade linguística que é atravessada por outros discursos, por uma rede enunciativa sócio-histórica e cultural, que pode ser exposta pelo analista do discurso por meio de verificação. Ou seja, por um lado, o discurso literário lida com uma materialidade estável, genérica, repetível, por outro lado, é um fenômeno subjetivo, específico, que é irrepetível.

Parece, pois, uma contradição: na mesma medida que dizemos que o discurso literário é repetível, dizemos, depois, que não o é. Mas não há contradição quando o que se está em jogo é o caráter paratópico, de pertencimento e não pertencimento, uma vez que

A literatura, como todo discurso constituinte, pode ser comparada a uma rede de lugares na sociedade, mas não pode verdadeiramente encerrar-se em nenhum território. (...) O pertencimento ao campo literário não é, portanto, ausência de todo lugar, mas, como dissemos, uma negociação entre o lugar e o não lugar, um

pertencimento parasitário que se alimenta de sua inclusão impossível. Trata-se do que antes denominamos “paratopia” (MAINGUENEAU, 2006, p. 92).

Quando se trata, desse modo, de avaliar o discurso constituinte literário, estamos diante de uma produção que se localiza na fronteira entre uma produção material rígida, que pode ser avaliada dentro dos limites dos gêneros do discurso, como muito se executou. Destacamos, nesse sentido, os trabalhos que vêm na esteira dos pressupostos de Mikhail Bakhtin, em *Estética da criação verbal* (2006). Neste trabalho, o autor russo propõe avaliar o discurso que se erige da literatura como uma produção material que, de certo modo, encena uma participação na vida extra-literária. Daí advém uma noção de gênero do discurso muito difundida no Brasil. Para a AD o discurso literário está numa zona parecida com a que propôs Bakhtin. No entanto, para os especialistas da AD, o discurso literário não utiliza gêneros de fora da literatura para se expressar, como uma imitação, mas operam por cenas enunciativas.

Nessa senda, o discurso literário não apresenta um quadro enunciativo rígido, como postula o pensamento bakhtiniano, mas revela-se por meio de um quadro cênico materialmente constituído que tem camadas. Assim, um discurso, quer literário, quer não, toma um sujeito por uma camada que o enquadra num âmbito institucional, a chamada cena englobante; além dessa, o discurso também se localiza por uma relação com sua estrutura material, a cena genérica; e, ainda, o discurso se apresenta como uma rotina sócio-historicamente reconhecida, a cenografia. Desse jeito, a cenografia está, para nós analistas do discurso, como a noção de gênero apareceu em *Estética da criação verbal*, no que tange à interação com o coenunciador, mas não se pode equiparar as noções

uma vez que para este o quadro é caracterizado por uma estrutura e a cenografia é constituída na própria enunciação.

Sobre este tema, estamos dizendo que para o formalismo russo não há a presença dessas “camadas”. Bakhtin deixou pistas dessa posição teórica em afirmações como a seguinte:

Pode parecer que a heterogeneidade dos gêneros do discurso é tão grande que não há nem pode haver um plano único para seu estudo: porque, nesse caso, em um plano de estudo aparecem fenômenos sumamente heterogêneos, como as réplicas monovocais do dia-a-dia e o romance de muitos volumes, a ordem militar padronizada e até obrigatoria por sua entonação e até uma obra lírica profundamente individual etc. (2006, p. 262)

Sobre a necessidade de explicar a heterogeneidade discursiva, o teórico presume a ampliação do campo de estudo. No caso da AD, a resposta a essa heterogeneidade está no fato de que um gênero é constituído e atravessado por outros. Assim, um “romance”, por exemplo, é uma cena englobante e genérica simultaneamente, mas tem uma cenografia de “réplica monovocal”.

Todo discurso, por sua manifestação mesma, pretende convencer instituindo a cena de enunciação que o legitima (...) A cenografia não é simplesmente um quadro, um cenário, como se discurso aparecesse inesperadamente do interior de um espaço já construído e independente dele: é a enunciação que, ao se desenvolver, esforça-se

para construir progressivamente o seu próprio dispositivo de fala. (MAINGUENEAU, 2013, pp. 12-3)

Além da constituição rígida, ou, nas palavras de Maingueneau, tópica, a AD preocupa-se com o exame das unidades não tópicas de um discurso.

As unidades não tópicas são construídas pelos pesquisadores independentemente de fronteiras preestabelecidas, o que as distingue das unidades “territoriais”; além disso, elas agrupam enunciados profundamente inscritos na história, o que as distingue das unidades “transversas” (MAINGUENEAU, 2007, p. 32)

As noções de unidades tópicas e não tópicas demonstram que o discurso literário constrói-se por meio do jogo entre esses dois modelos de unidades. Em certa medida, a literatura é, ao mesmo tempo, um modo de enunciar que é rígido e organizado em um quadro enunciativo e, ao mesmo tempo, não é. Daí a noção de “lugar impossível” da paratopia vem a calhar.

Nesse sentido, o autor de literatura também se localiza numa zona problemática, pois ele enuncia um discurso que participa da coletividade de modo problemático. Em muitas aulas que dei, estudantes comentaram que Machado de Assis era um “hipócrita” por criticar a burguesia do século XIX levando, em suma, uma vida burguesa no mesmo século. Tal percepção só arrefece quando esses mesmos estudantes descobrem que Machado além de burguês foi um homem negro. A tensão entre “burguês” e “negro” dá, para esses estudantes, uma razão cabível para entender Machado como um gênio do realismo brasileiro.

A paratopia é um regime de verificação sobre a condição de produção do discurso literário. Aos produtores desse discurso, um *lugar problemático* de pertencimento à sociedade deu-lhes condição de exercer a função de produtores. Maingueneau cita três regimes de paratopia que, em sua concepção, justificam o reconhecimento de um sujeito como produtor de literatura: a paratopia de identidade, a paratopia espacial e a paratopia temporal (MAINGUENEAU, 2006).

Todos os regimes de paratopia justificam, portanto, a razão pela qual alguém pode falar em nome da literatura. Assim, um discurso literário depende de uma posição problemática. Neste capítulo, assumimos que a paratopia pode além de estar vinculada ao processo identitário, temporal e espacial, a uma zona do inconsciente como está preconizado pela psicanálise freudolacaniana. Para isso, discutimos como o autores do nosso *corpus* podem constituir uma cenografia do discurso literário que adere ao coenunciador por um processo identificatório que tem relação com o inconsciente. Assim, a paratopia é um processo de comunicação do inconsciente do autor para *Outro*. Essa ligação entre inconscientes é possível uma vez que o texto literário torna-se uma espécie de mitologia sobre o sujeito que o toma como leitor.

Desse modo, as duas personagens selecionadas para discutir esse assunto, ao nosso ver, representam algo que é parte da dinâmica humana: o recalque diante da pulsão sexual. Por isso, pareceu-nos eficiente trabalhar com *Otelo* e *Riobaldo*, porque ambos demonstram recalque e, assim, revelam o nosso. Antes de comentar os personagens, no entanto, deteremos-nos a abordar a noção de identificação que justificará o nó entre AD e Psicanálise.

II. Para uma paratopia do inconsciente: a identificação em Psicanálise

É comum entender a psicanálise como o estudo do sujeito. Essa constatação não é equivocada, mas perigosa, uma vez que a noção de sujeito que graça na contemporaneidade é aquela associada ao liberalismo, de sujeito como indivíduo. Por isso, faz-se necessário dizer que a noção de sujeito que estamos trabalhando advém dos pressupostos freudo-lacanianos, mormente aqueles que situam-se na publicação de “Psicologia das massas e Análise do Eu” (FREUD, 2013). Esse texto é, de certo modo, o ponto norteador de nossa averiguação sobre identificação e sobre a formação do sujeito.

O texto faz parte da composição intelectual freudiana relacionada aos textos sociais, ou o que é comumente conhecido como a *Fase da Psicologia do Ego e Teoria das Relações Objetais*. Isso quer dizer, os textos que avaliam a dinâmica da construção social da psicologia humana. Na introdução da obra, Freud busca demonstrar de maneira argumentativa que o psicologia das massas está orientada, em certa medida, por uma avaliação do *corpo social*.

Não é assombroso o interesse de Freud pelo campo social, uma vez que é nas primeiras décadas do século XX que movimentos de caráter popular, que vêm na esteira das revoluções burguesas do século XVIII, pululam no Ocidente. Entre esses movimentos, um que afetou particularmente Freud é a fundação do Partido Socialista dos Trabalhadores Alemães que, depois da integração de seu líder infame, em 1920, tornou-se uma agremiação que reuniu as massas de modo desastroso e ultrajante para o mundo. Não raro, até hoje, perguntamos-nos “por que um movimento deliberadamente violento e deletério foi, até 1945, um dos maiores movimentos de massa no mundo moderno?”

Os eventos sociais, portanto, passam a compor o interesse freudiano na lógica da fenomenologia, tendo o teórico passado pela fase estruturalista, a massa, tal e qual o sujeito e o sofrimento outrora, passa a ser um objeto do campo de estudo da Psicanálise. Ainda na introdução, Freud procura se perguntar o que é “a massa” e em que medida o sujeito deforma a estrutura subjetiva diante da dinâmica coletiva.

Se a psicologia que procura as disposições, os impulsos instintuais, os motivos, as intenções do indivíduo nas suas ações e nas relações com os mais próximos tivesse cumprido cabalmente a sua tarefa e tornado transparentes todos esses nexos, depararia subitamente com um problema novo, não resolvido. Teria de explicar o fato surpreendente de que esse indivíduo, que se tornara compreensível para ela, em determinada condição pensa, sente e age de modo completamente distinto do esperado, e esta condição é seu alinhamento numa multidão que adquiriu a característica de uma “massa psicológica”. O que é então uma “massa”, de que maneira adquire ela a capacidade de influir tão decisivamente na vida psíquica do indivíduo, e em que consiste a modificação psíquica que ela impõe ao indivíduo? (FREUD, 2011, p. 12)

Às custas do estruturalismo, vê-se contornado esse novo objeto: a massa, que não é uma multidão, aglomerado de subjetividades, mas um fenômeno do corpo psíquico. Nas palavras do autor,

A massa psicológica é um ser provisório, composto de elementos heterogêneos que por um instante se soldaram,

exatamente como as células de um organismo formam, com a sua reunião, um ser novo que manifesta características bem diferentes daquelas possuídas por cada uma das células (idem, p. 14).

Neste trabalho, portanto, a massa é uma espécie de *alter do ego*, elemento intrínseco ao *humanus* e por ele fundado. A simbiose entre o sujeito e massa é, para o psicanalista, um campo produtivo para a investigação, uma vez que pode fazer verificar aquilo, que de certo modo, o sujeito não assume de imediato, porque “Por trás das causas confessas de nossos atos, há sem dúvida causas secretas que não confessamos, mas por trás dessas causas secretas há outras, bem mais secretas ainda, pois nós mesmos as ignoramos” (FREUD, 2011, p.14).

Para compor o seu raciocínio sobre a massa, Freud recorre à “*La Psychologie des Foules*”, 1895, de Le Bon. O autor conclui que, como o sujeito, a massa é *impulsiva, volúvel e excitável. É guiada quase exclusivamente pelo inconsciente* (idem, p.18).

No estudo de Freud, o que se apresenta é o entendimento que a subjetividade está imediatamente ligada à coletividade. Desse jeito, o autor percebe os efeitos de uma sobre a outra, não como elementos distintos como, às vezes, as Ciências Humanas precognizam fazer, muito por conta do estruturalismo, mas como partes essencialmente coligadas. Nessa altura, as estruturas psíquicas constituem-se em meio à capacidade do sujeito de sentir, e as possibilidades sócio-históricas e culturais de se fazer sentir, sobre isso, Freud comenta o seguinte:

“Já mostramos que essa predominância da vida da fantasia, e da ilusão sustentada pelo desejo não realizado, é

algo determinante na psicologia das neuroses. Descobrimos que o que vale para os neuróticos não é a realidade objetiva comum, mas a realidade psíquica. Um sintoma histérico se baseia na fantasia, em vez de na repetição da vivência real, na consciência de culpa da neurose obsessiva, no fato de uma má intenção que jamais se realizou. Como no sonho e na hipnose, na atividade anímica da massa a prova da realidade recua, ante a força dos desejos investidos de afeto". (FREUD, 2011, p.21)

2.1 A identificação para Freud

Conquanto o sujeito esteja filiado à sociedade, é impreterível pensar no porquê. Em seu penúltimo Seminário, Lacan menciona que a identificação é *aquilo que se cristaliza numa identidade* (PEREZ e STARNINO, 2018, p. 09). Assim, a identificação é uma categoria da psicanálise que encara o sujeito frente à sua forma de relacionamento, ou seja, entende o sujeito numa dinâmica de *identidade e alteridade*.

Estamos, assim, diante da ideia que a subjetividade é moldada a partir de uma dinâmica social e é por esse meio que o campo social e o campo subjetivo podem ser analisados. Em “*A Arqueologia do Saber*”, (1969), Foucault propõe pensar a relação entre discurso, poder e sociedade. Essa relação demonstra a origem do sentido dos enunciados que, ao serem proferidos, revelam pegadas dos sujeitos que os deformaram através do tempo. Ao que parece, Freud propõe entre 1920-1923 algo parecido. Entretanto, não focado no enunciado, mas no sujeito. Essa proposta é uma tentativa de entender a

emergência do sujeito através da identificação, o que é, para exemplificar, uma espécie de *arqueologia do complexo de Édipo*.

Para Freud, a resposta para o porquê nos identificamos está no preenchimento das lacunas deixadas no sujeito na instauração do *complexo de Édipo*. O que se demonstra, na lógica do teórico, é que a identificação se dá como resposta do *Sujeito* a uma pergunta formada na elaboração do *Eu*.

O que Freud propõe, efetivamente, é um quadro de configuração do *humanus* que é composto por um *Eu*, elemento psíquico “neutro” e, um *Sujeito*, eu frente ao objeto.

É fácil exprimir numa fórmula a diferença entre essa identificação com o pai e a escolha do pai como objeto. No primeiro caso o pai é aquilo que se gostaria de ser, no segundo, o que se gostaria de ter. Depende, portanto, de que a ligação recaia no sujeito ou no objeto do Eu. O primeiro tipo, então, já é possível antes de qualquer escolha de objeto. Bem mais difícil é fazer uma apresentação metapsicológica nítida dessa diferença. Percebe-se apenas que a identificação se empenha em configurar o próprio Eu à semelhança daquele tomado por “modelo”. (FREUD, 2011, p. 48).

É, pois, por meio da identificação que o *Eu* se constitui como sujeito, uma vez que é por esse meio que se manifesta uma ligação entre *si* e o *Outro*, o *objeto*. parafraseando Freud, *a identificação tomou o lugar da escolha de objeto, e a escolha de objeto regrediu à identificação* (FREUD, 2011). Ainda de acordo com Freud

O que aprendemos dessas três fontes pode ser resumido assim: primeiro, a identificação é a mais primordial forma de ligação afetiva a um objeto; segundo, por via regressiva ela se torna o substituto para uma ligação objetiva libidinosa, como que através da introjeção do objeto no Eu; terceiro, ela pode surgir a qualquer nova percepção de algo em comum com uma pessoa que não é objeto dos instintos sexuais. Quanto mais significativo esse algo em comum, mais bem-sucedida deverá ser essa identificação parcial, correspondendo assim ao início de uma nova ligação. (Idem, pp. 50-1)

Em suma, a identificação revela, ao mesmo tempo, um processo de conexão do sujeito com a sua fantasia. Podemos, por isso, avaliar se o contato se deu com o outro sujeito ou com um objeto, dado que demonstrará, especialmente, como o sujeito se relaciona com o *Outro* e do que, desse *Outro*, o sujeito espera e pode depender. A identificação é, portanto, um liame da análise com o qual o analista lida para, de modo geral, fazer surgir as ruínas de um sítio arqueológico deixado no tempo em que o sujeito já não se lembra mais.

2.2 A identificação para Lacan

No seminário XIX, Jacques Lacan se pergunta “qual é o limite da transferência?” Categoria preciosa para os psicanalistas, é ela a responsável por garantir o que o senso comum chamaria de “conexão” entre analista e analisando. Para Lacan, há uma barreira projetiva que se aliena na medida em que, no analista, o analisando não consegue reconhecer a si mesmo, assim, a identificação é necessária. Desse modo, a identificação é um processo narcísico

que soergue a possibilidade de que o sujeito em análise possa reconhecer no analista a si mesmo e, desse modo, cumprir o processo analítico. Fica claro, pois, a necessidade de desenvolver a noção de identificação, uma vez que, sem ela, não há processo transferencial, pois *quando se fala em identificação, se pensa primeiro é no Outro com o qual nos identificamos* (LACAN, 2018).

Existe um dado inicial para a proposta lacaniana de verificação da identificação: ela é um processo da linguagem. *Ora*, dirão os mais atentos, *é óbvio. uma vez que a psicanálise lacaniana constitui-se à base do princípio da linguagem*. Entretanto, essa percepção que sugiro lembrar, é importante porque tem consequências. Sendo a identificação um princípio da linguagem, ela está fixada a uma noção de *Eu*, de identidade. Parece um regime de observação de palavras, convenhamos, mesmo assim é digno de nota entendermos que a identificação liga-se à identidade.

Isso colocado, vale ressaltar que a identificação parte da ficção sobre a identidade. O que eu sei e penso sobre mim e que, narcisicamente, reconheço no *Outro*. Nessa constituição, o eu, *self*, importa. Evoco, neste ponto, o termo em inglês com o objetivo de relacionar o pensamento lacaniano aos pensadores e pensadoras que, dentro da mesma racionalidade, passaram a pensar a relação entre a língua (linguagem) com a constituição do Eu. Émile Benveniste, Ludwig Wittgenstein, Judith Butler entre outros, aliaram ao dizer, materialidade linguística, ao ser, materialidade histórica, pressupostos diversos de análise que, no século XXI, repercutem pesquisas como esta.

Assim, a identificação é um processo que, diferentemente do que vimos em Freud, não liga o sujeito a um processo externo a si mesmo, mas um processo social que conecta o sujeito a uma

comunidade de semelhantes, um esquema identitário que se materializa por meio da relação entre a linguagem e o simbólico.

Para Lacan, esse registro identificatório do sujeito está ligada à identificação com o sinal unário: registro mais primordial do sujeito em uma posição social. Assim, o sinal unário é um primeiro passo para diferenciação, um traço distintivo do sujeito que o permite identificar-se como diferente do campo simbólico que o circunda, assim, o sinal unário é

senão o fato de que a partir de uma pequena diferença - e dizer pequena diferença não quer dizer essa diferença absoluta de que lhes falo, essa diferença destacada de toda comparação possível - é a partir dessa pequena diferença, enquanto é a mesma coisa, que o grande I, Ideal do eu, que se pode acomodar todo o propósito narcísico; o sujeito se constitui ou não como portador desse traço unário. (LACAN, 1962, p. 171)

Assim, a identificação é uma processo do sujeito para a constituição de si por meio de uma rede de entendimento do campo simbólico que se dá a partir da diferenciação. Por outras palavras, o sistema unário não é propriamente parte do campo simbólico, mas um ponto de partida de onde a linguagem toma *impulso* para registrar no simbólico o *Outro*. Esse exercício demonstra, para Lacan, a importância do processo de identificação para a fundação do sujeito por meio de sua inscrição no simbólico.

Por esse jeito, o sujeito é capaz de constituir a si mesmo pela via da identificação que, não é necessariamente um passo para aproximação do sujeito com o objeto, mas é sempre um processo de

identificação do sujeito consigo. Considerando que a identificação se dá pelo campo simbólico, consideramos essa noção para a literatura: de que modo a literatura pode operar, no sujeito, a identificação? Além disso, já deve ter ficado evidente, perguntamo-nos também: de que maneira a identificação está relacionada à paratopia do discurso literário?

III. Uma análise psicanalítica dos discursos

Boêmios, gênios, lunáticos, loucos, presidiários, comunistas: os escritores de literatura valeram-se ao longo da história da identidade para poder enunciar o discurso literário. De um lugar problemático do ponto de vista histórico, como uma favela, um gueto, uma sexualidade controversa para os padrões normativos, nasce um texto que tem as normas ideais para justificar a si mesmo como composição artística. Ainda que Maingueneau tenha se esforçado no mínimo em duas publicações, *Discurso literário*, (2006), e *Doze conceitos em análise do discurso*, (2013), para circular a noção de paratopia, não comentou, ao menos nessas publicações, sobre a relação paratópica com o inconsciente.

Neste trabalho, fazemos um recorte do campo inconsciente e observamos apenas uma ponta deste imenso *iceberg*: a identificação. Nossa hipótese se demarca no fato de que existe ainda no projeto paratópico uma possibilidade que é a de verificação de que o escritor de literatura se fia a uma produção que dialoga diretamente com o que ressoa no inconsciente do *corpo social*. De certo modo, há no discurso literário algo que pode ser identificado no coenunciador, o que constitui uma validação do literário como material do universal: vejo no texto literário algo que é, de certo modo, um segredo meu.

Nesta seção, trabalhamos duas personagens do discurso literário que, na cenografia dos seus respectivos discursos, dão margem à ligação com um evento registrado pela psicanálise como o *Atur-dido* (LACAN, 2003). Para adiantar o evento, propomos que diante da construção simbólica do sexual, as mencionadas personagens silenciam. Esse silêncio é, em suma, o que o sujeito costuma fazer diante do próprio contexto sexual.

3.1 *Os dois convulsos*

Tão distantes estão Otelo e Riobaldo. *Otelo, o mouro de Veneza*, é uma obra teatral encenada pela primeira vez no *Théâtre Globe* em 1604. Na peça, as calúnias de Iago, o alferes de Otelo, servem como fio condutor de uma tragédia que acaba com a violência de Otelo que mata Desdêmona, sua esposa. Riobaldo, por sua vez, é o narrador de *Grande Sertão: Veredas*, publicado em 1956. Não são poucos os estudiosos que mencionam que é essa a obra prima de João Guimarães Rosa, ainda que, no mesmo ano, o autor também tenha publicado *Corpo de Baile*. Os arcos de *Otelo* e *Grande Sertão: Veredas* não se parecem, também não se parecem os estilos. Neste capítulo, Otelo e Riobaldo unem-se, porque convulsionam. Essas convulsões, no entanto, entram nas obras como processos de silêncio, mudez e escuridão. Distantes e próximos em uma forma certa de corte operado por seus autores para mostrar aquilo que não pode ser dito.

3.1 *O sexo de Desdêmona*

O que teria motivado Iago, o algoz de Otelo, à sua maldade? O teórico T. S. Coleridge diz, de modo simples e, talvez, enfadonho,

que nada (PEREIRA *in* SHAKESPEARE, 2017). Esse nada, entretanto, bastou para “converter em piche”⁴ a honra de Desdêmona e construir “a rede” de malícia que captura Miguel Cássio, fiel servidor de Otelo.

No arco, Otelo toma Desdêmona por consorte, ela é uma nobre de Veneza, fina flor da luz renascentista, filha do Senador Brabância e exemplo do culto cristão. Otelo, por sua vez, é o negro convertido, o estrangeiro inculto, capaz para guerra e para violência, apenas. O casal representa, assim, o encontro de dois mundos: a Europa civilizada de Veneza e o Império Turco-Otomano, bárbaro e às avessas do Chipre. Esse encontro foi demais para Iago, assecla de Otelo. Sempre às sombras, o personagem move a sua perfídia nos ouvidos e deixa fluir os desejos dos demais. Primeiro, investe para que Rodrigo, fidalgo veneziano, atente contra a saúde do relacionamento de Otelo e Desdêmona. Contudo, é por meio de Miguel Cássio, tenente do Mouro, que o vilão enxerga a oportunidade primordial para romper o vínculo amoroso. Ele solicita a Emília, sua esposa e dama de companhia de Desdêmona, que retire do quarto desta última um lenço dado por Otelo. Feito o roubo, o lenço é depositado no quarto de Miguel Cássio, ainda que seja pouco para denunciar contra a honra de Desdêmona, “essas fúteis baganas são mais rígidas que as escrituras para o ciumento” (SHAKESPEARE, 2017, p. 202). Faz-se, assim, a tragédia do lenço.

O lenço, pura representação do adultério, serve para adoecer Otelo de ciúme, “o monstro de olhos verdes”. O general mouro, reduzido à cólera, pergunta a Iago se o lenço, porquanto, representa o sexo entre Desdêmona e Miguel Cássio. A cena dá-se nos seguintes termos:

4 Otelo, o Mouro de Veneza, Ato II. Cena III.

OTELO: *Mas ela é também a guardiã de sua honra:
Achas que ela pode entregar isso também?*

IAGO: *A honra é uma essência que não é visível,
Possui-a bem amiúde quem não a possui:
Mas quanto ao lenço...*

OTELO: *Céus, faria tudo pra esquecer esse lenço!
Mas disseste — ah isso me assombra a memória
Como um corvo que assola a casa infectada
Com presságios — que ele estava com o meu lenço...*

IAGO: *Sim, e o que tem?*

OTELO: *Não me parece muito bom.*

IAGO: *E se eu dissesse que vi Cássio ofendê-lo?
Ou até dizendo por aí — feito os biltres
Que conseguem, por meio de assédios contínuos,
Ou pela espontânea paixão de uma mulher,
Seduzi-las e saciá-las, e que não conseguem
Deixar de abrir a boca...*

OTELO: *O que foi que ele disse?*

IAGO: *Disse, senhor, mas esteja certo que não disse
Nada que não vá saber negar.*

OTELO: *O quê, o quê?*

IAGO: *Mentindo...*

OTELO: *Metido... mas com, com ela?*

IAGO: *Com ela, nela, sobre ela, como o senhor quiser.*

OTELO: *Mentindo ou metido? Sobre ela ou com ela?*

(...) *Arg! Nariz, orelhas, lábios. Não é possível... Confessa?
O lenço? Diabo!*

(*cai numa convulsão*).

(SHAKESPEARE, Ato IV, cena I, 2017, p. 202)

“Como o senhor quiser” é a sugestão de Iago que dá margem à convulsão. A liberdade que Iago concede a Otelo é sobremaneira provocativa e sagaz. Perturbar o Mouro com o desejo que nasce dele: a imagem pura da prática sexual entre Desdêmona e Miguel Cássio. Entretanto essa imagem não pode ser tolerada, ou assumida: (*cai numa convulsão*). Não há um narrador, mas um autor de teatro que aconselha o corte: o ator cai mudo, contorciona-se no palco como uma erupção.

3.2 *O sexo de Diadorim*

“*Nonada*”⁵ é a sexualidade humana. Natural como a carne, recusada como a um pecado. É na recusa humana que essa natureza assume a potência de um rio baldoso que chegará a um caminho quer queiramos, quer não. Seu caminho é uma travessia entre dois pontos imaginários, uma vez que nem o começo, nem o final estão baseados no real, mas na imagem que se constitui em um espelho simbólico. Riobaldo, Tatarana, Urutu-branco: três nomes para o mesmo narrador que atravessa o Liso do Sussuarão, um sertão mítico, repleto por veredas aquosas e dilemas éticos. Qual é a travessia de Riobaldo? O encontro com a jagunçagem? O pacto fáustico com o Diabo? A transformação para Urutu-Branco? Nada é mais severo para o narrador do que o amor “de empapar as folhas ao redor” (ROSA.1994) por Diadorim, seu amigo.

Perto dos 13 anos, Riobaldo conhece “o Reinaldo”, numa pequena embarcação durante a travessia do São Francisco. Esse encontro na puberdade, marca toda a vida do protagonista de *Grande Sertão: Veredas*, afinal, é daí que começa a emergir um amor transviado de um curso imaginário que comporá o eixo da travessia.

5 Essa palavra inicia *Grande sertão:veredas*. Quer dizer "sem importância".

Reinaldo também se transforma durante o arco, para vingar a morte do próprio pai, Joca Ramiro, assassinado por Hermógenes, chefe dos jagunços rivais, torna-se *Diadorim*, que significa um através da dádiva.

A travessia de Riobaldo dá-se por um fluxo de consciência que significa, ao mesmo tempo, aprender a amar outro homem e assumir a chefia do bando. Para isso, o narrador faz um pacto com o Diabo. Não há certeza do firmamento do pacto, mas é sobre a dúvida que a obra se desenrola. Entre o Diabo e Diadorim, erra o valente Riobaldo, que avança em sua transformação contra Hermógenes. O ato final é a constituição de uma batalha no arraial do Paredão. Nessa batalha, Riobaldo pensa sobre *amar* e como esse gesto é operado entre os jagunços.

Que nem um amor no ao-escuro, um carinho que se ameaçava (...)

Deixei meu corpo querer Diadorim; minha alma? Eu tinha recordação do cheiro dele. Mesmo no escuro, assim, eu tinha aquele fino das feições, que eu não podia divulgar, mas lembrava, referido, na fantasia da ideia. Diadorim – mesmo o bravo guerreiro – ele era para tanto carinho: minha repentina vontade era beijar aquele perfume no pescoço: a lá, aonde se acabava e remansava a dureza do queixo, do rosto... Beleza – o que é? E o senhor me jure! Beleza, o formato do rosto de um: e que para outro pode ser decreto, é, para destino destinar... E eu tinha de gostar tramadamente assim, de Diadorim, e calar qualquer palavra. Ela fosse uma mulher, e à- alta e desprezadora que sendo, eu me encorajava: no dizer paixão e no fazer – pegava, diminuía: ela no meio de meus

braços! Mas, dois guerreiros, como é, como iam poder se gostar, mesmo em singela conversação – por detrás de tantos brios e armas? (ROSA, 1994, p. 840.)

É, contudo, na batalha contra Hermógenes, batalha final do arco, que Riobaldo decide dizer a Diadorim do amor que sente e que o envolve como sujeito. Pôr, desse modo, a fantasia à prova real, concreta, efetivada. Por esses termos “*De tanto, que eu podia honestamente dizer a ele o meu bemquerer, constância da minha estimação*” (p. 841). Mas Riobaldo não diz:

*Não disse. Por que que não disse, foi porque o perigo da ocasião me invocou: achei que podia ser agouro, em véspera de guerra, a conversa afeiçoada assim.
O sertão me produz, depois me engoliu, depois me cuspiu do quente da boca... O senhor crê minha narração?
(idem p. 840)*

Riobaldo se cala. Calar-se porque dizer, às vezes, é insuportável. Insuportável, e incontornável. Diante da pulsão, o dizer que não se alimenta de palavras é interrompido pelo silêncio que constitui como uma represa, faz curva, irrompe-se, contorna uma e faz as veredas do sertão roseano.

Conheci o que estava para ser: que os dele e os meus tinham cruzado grande e doido desafio, conforme para cumprir se arrumavam, uns e outros, nas duas pontas da rua, debaixo de forma; e a frio desembainhavam. O que vendo, vi Diadorim – movimentos dele. Querer mil gritar, e não pude, desmim demim-mesmo, me tonteava,

numas ânsias. E tinha o inferno daquela rua, para encurralar comprido... Tiraram minha voz (ibidem 853-4)

Não vem sem preço o não dizer. Não constituir o real pela linguagem sempre cobra um preço. Um preço no corpo, um preço físico de um gesto manco, um olho que pisca involuntariamente, ou uma palavra que escapa de um sentido global. O inconsciente é estruturado como linguagem, e essa composição lança mão de todo recurso humano para dizer. Riobaldo não disse com as palavras, não concretiza o amor por Diadorim, mas diz. Porque sempre dizemos:

Como vinham de lá e de lá, em contra-ranchos, a tomar armas, as cartucheiras de tiracol. Atirar eu pude? A breca torceu e lesou meus braços, estorvados. Pela espinha abaixo, eu suei em fio vertiginoso. Quem era que me desbraçava e me peava, supilando minhas forças? – “Tua honra... Minha honra de homem valente!... “ – eu me, em mim, gemi: alma que perdeu o corpo. O fuzil caiu de minhas mãos, que nem pude segurar com o queixo e com os peitos. Eu vi minhas agarras não valerem! Até que trespassei de horror, precipício branco.

... O diabo na rua, no meio do redemunho... Assim, ah – mirei e vi – o claro claramente: ai Diadorim cravar e sangrar o Hermógenes... Ah, cravou – no vão – e ressurtiu o alto esguicho de sangue: porfiou para bem matar! Solução que não pude, mar que eu queria um socorro de rezar uma palavra que fosse, bradada ou em muda; e secou: e só orvalhou em mim, por prestígios do arrebatado no momento, foi poder imaginar a minha Nossa-Senhora assentada no meio da igreja... Gole de consolo...

Como lá embaixo era fel de morte, sem perdão nenhum. Que engoli vivo. Gemidos de todo ódio. Os urros... Como, de repente, não vi mais Diadorim! No céu, um pano de nuvens... Diadorim! Naquilo, eu então pude, no corte da dor: me mexi, mordi minha mão, de redoer, com ira de tudo... Subi os abismos... De mais longe, agora davam uns tiros, esses tiros vinham de profundas profundezas. Trespassei (ibidem 854-5).

Tomado por uma catarse, Riobaldo vê o seu Diadorim cravar uma adaga em Hermógenes, mais... Mais não pode ver. Não tem condição de ver um gesto além do último que daria a condição para desfrutar do real, um amor que não pode acontecer, porque está selado pela morte e pelo limite da língua, que também é uma estrutura, que fornece à linguagem um meio, mas não único de dizer. O que há depois é o despertar

Como retornei, tarde depois, mal sabendo de mim, e querendo emendar nó no tempo, tateando com meus olhos, que ainda restavam fechados. Ouvi os rogos do menino Guirigó e do cego Borromeu, esfregando meu peito e meus braços, reconstituindo, no dizer, que eu tinha estado sem acordo, dado ataque, mas que não tivesse espumado nem babado. Sobrenadei. (ibidem 857)

A criança e cego guiam Riobaldo para o retorno. Não à toa, é na infância que nossos olhos são acostumados a olhar e reolhar o mundo concreto. Tão distantes entre si, tão próximos: Riobaldo e Otelso cumprem um destino muito óbvio. O de não cumprir o destino.

3.3 *A relação sexual não existe, ou uma paratopia do inconsciente*

Há dois mundos imaginários. O primeiro, constituído por um eu (s),⁶ nascido de uma fenda subjetiva que marcou a filosofia como a conhecemos. Esse (s) liga-se ao segundo, pois é consciente de *Outro (a)*, aquele mencionado no estádio do espelho, por onde se constitui o inconsciente, banhando o (s) por uma amálgama social. Esse *Outro* é condição *sine qua non* da constituição (s), mas não deixa de ser o outro imaginário. O eu se constitui daí, de um olhar que liga dois imaginários, um pleno de esvaziamento de si, outro, embebido em *Outro*. Esse processo organiza o sujeito atravessado por um corte: o sujeito cortado pelo real, (S/).

O que, desse modo, estamos chamando de Real? Qualquer coisa impossível de ser descrita pela dimensão humana. O real é outra ficção, uma outra versão, inatingível, inalcançável, incompreensível. Está, para nós, como um buraco negro para um físico. Temos condição, apenas, de saber que existe.

Resta, por conseguinte, pensar, então, para quê o real? O real é, assim, uma dimensão de mediação do sujeito com a própria fantasia, que por sua vez é um lubrificante que faz o sujeito deslizar pelo real, inatingível. Nesse sentido, a relação sexual enquanto dado material não pode ser mediada pelo real, constructo tátil, mas pela fantasia, lugar de onde o sujeito, (s), liga-se a seu *Outro, (a)*, mundo imaginário.

Considerando que é *pelo corpo que o inconsciente atinge voz* (Lacan, 2003), pulsional e sintomático, quem não diz com palavras sobre a pulsão, paga o preço de dizer de outro modo. Assim, entre o enunciado e a enunciação há duas dimensões dissonantes: nem

6 Sujeito.

sempre a comunicação é compatível com o comunicado, mormente quando estamos falando do recalcado/sexual.

Poderosa dimensão borromeana: o real, o simbólico e o imaginário confluem na mediação Sujeito/Inconsciente. Essa dimensão é artefato de toda análise, uma vez que, segundo Lacan (2003), cabe ao analista deslocar o sujeito de uma posição imaginária para outra, sendo, o analista, um ponto de ancoragem no real que só é possível, porque o analista participa conscientemente da fantasia do sujeito.

Tomemos, pois, a língua, instrumento *mor* de qualquer análise como uma das dimensões da estruturação inconsciente. A língua é um código capaz de dar ao sujeito uma farsa: o real... descrito como ficção, é claro. Essa sensação honesta de realidade é levada ao analista que só pode ver parte do todo, como uma banda de *moebius* que só se deixa ver em sua *incompletude*. De qualquer ângulo, o real da banda só pode ser visto em parte. Passa a ser a realidade da banda o fato de que só parte dela pode ser observada. Nesse sentido, a língua é um limite de dizer.

O analisante só ilumina parte do palco. Quanto ao outro, há a interdição. Dentro do que Lacan chama de *aturdido*, há uma interdição. Não raro, essa interdição é derivada daquilo mesmo que é necessário ser dito, mas que o sujeito não diz. Eis o nosso objetivo: o que o sujeito não diz é, pois, um todo do dizer, mas um dizer por outro modo de enunciação.

Mais que convulsionar, Otelo e Riobaldo não dizem. O que produz em Otelo o desmaio é o que vem antes, ponto nevrálgico de pressão: “*Mentindo ou metido? Sobre ela ou com ela?/(...) Arg! Nariz, orelhas, lábios. Não é possível... Confessa? O lenço?*”. É o sexo, é o sexo de Desdêmona, real consolidado no imaginário, que o desconsola.

Diante disso, Otelo, o Mouro de Veneza, colapsa e silencia. O desmaio é sintoma, mas um sintoma que metaforiza a impossibilidade de dizer por meio da língua. É, pois, um real consolidado no discurso. Quanto a Riobaldo, seu desmaio parece a repetição do outro, afinal o sentimento por Diadorim, que revelava o amor de “*dois guerreiros*” não poderia ser efetivado. Nesse lugar, Riobaldo falha, pois “*um carinho que se ameaçava*” e fazia o narrador “*calar qualquer palavra*”. Riobaldo menciona que “*queria um socorro de rezar uma palavra que fosse, bradada ou em muda*”, mas que infelizmente não alcança. “Trespassei”, ou sucumbi... Riobaldo chega a um limite de enunciação. Não deixa de ser curioso, para finalizar, que é Borromeu (*borro+meu/Borromeano*) o sujeito que o acorda. Fica, contudo, para outro estudo.

A cenografia do desmaio e a paratopia do inconsciente

Poderíamos descrever as cenografias expostas da seguinte maneira: um sujeito entra em uma situação de conflito que tem como temática o sexual e desmaia. Entretanto, estaríamos desconsiderando a possibilidade de perceber a produção de efeitos de sentido que esses eventos são capazes de evocar. Quer no mouro, quer no jagunço, a cenografia interrompe a linguagem, produzindo um silêncio que é providencial para o personagem.

Tanto Otelo, quanto Riobaldo são incapazes de mencionar o sexual, com menciona Lacan, (2003), o sexual é inatingível para a língua, pertencendo ao campo simbólico. Mas essa dificuldade em atingir o sexual não está, apenas, na personagem da literatura. Aliás, a constatação lacaniana não tem a ver com a verificação do

literário, mas do prático: diante de uma construção de caráter sexual, o sujeito aturde-se. Grosso modo, cala-se.

Esse silêncio que se apresenta na literatura é, de certo modo, parte de um processo de identificação que justifica a própria enunciação literária. Assim, somada à cenografia está um processo sorrateiro, uma unidade não tópica do discurso, que acentua seu pertencimento problemático e fronteiro à sociedade. O fato de que as duas personagens aturdem-se revela uma conexão com um processo estrutural do sujeito, que é do escritor e da comunidade e que, por isso, justifica o texto literário numa zona de *poder dizer*.

Mais do que dizer sobre a identidade de Shakespeare ou Rosa, as cenografias demonstram como esses sujeitos são capazes de entender a alma, a dor e os segredos humanos, localizando-os num lugar privilegiado e sobre-humano, de onde falam os gênios e os deuses. Neste lugar, todos nós já colocamos os nossos escritores prediletos, porque, de certo modo, reconhecemos no texto literário algo que é nosso, que nos pertence e que foi dito para nós.

Não raro, vemos escritos serem colocados nessa posição e acreditamos, com razão, que ela tem a ver com o fato de que o texto elabora um recurso inédito de sua estrutura, ou, ainda, que discute um assunto que antes era ignorado. Além disso, também já vimos escritores serem associados a um modo de dizer “mágico”. Nesse caso, a mágica está no fato de que a paratopia literária constitui um processo identificatório com o sujeito capaz de revelar, dele, algo que estava oculto. Mesmo assim, é preciso que se diga, que *revela-se o crime, o pecado, mas não se revela o criminoso ou o pecador*. É doce, desse modo, encontrar na literatura aconchego que não encontramos na vida cotidiana. Talvez, com esse capítulo, tenhamos trazido um pouco de luz a mais um bom motivo para ler literatura.

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- FREUD, S. *Obras completas (1923-1925), volume 16: O Eu e o Id, "Auto-biografia" e outros textos*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. *Psicologia das massas e análise do eu*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2013.
- _____. *Escritos sobre literatura*. Tradução de Saulo Krieger. São Paulo: Hedra, 2014.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- LACAN, J. *O Seminário, livro 10: a angústia (1962)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005b.
- _____. Aturdido. In: *Outros Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- _____. ... o peor: Seminario XIX (1971-1972). Inédito. Versión crítica de Ricardo Rodríguez Ponte para la Escuela Freudiana de Buenos Aires. Clase del 9 de febrero de 1972.
- _____. Conferencias y charlas en universidades norteamericanas (1975a). Inédito. Versión crítica de Ricardo Rodríguez Ponte para la Escuela Freudiana de. Edito, p. 14, 2018.
- PEREZ, D. O; STARNINO, A. *Por que nos identificamos*. Curitiba: CRV, 2018.
- KRISTEVA, J. *História da linguagem: a histórias das diversas concepções de linguagem até às modernas descobertas que permitiram a constituição da linguística como ciência*. Lisboa: Edições 70, 2007.
- MAINGUENEAU, D. *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- _____. *Novas tendências em análise do discurso*. Tradução de Freda Indursky. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997.

- _____. *Termos-chave em análise de discurso*. Tradução de Márcio Barbosa, Maria Torres Lima. Belo Horizonte: Biblioteca Universitária UFMG, 1998.
- _____. Analisando discursos constituintes. *Revista do GELNE*, [S. l.], v. 2 n. 1, p. 1-12, 2000.
- _____. *O discurso literário*. Tradução de Adail Sobral São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. A análise do discurso e suas fronteiras. *Matraga*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 20, p. 13-37, 2007.
- _____. *Cenas da enunciação*. Tradução de Sírio Possenti, Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola, 2008a.
- _____. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008b.
- _____. *Doze conceitos em análise de discurso*. Sírio Possenti, Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva (Orgs.). Tradução de Adail Sobral. São Paulo: Parábola, 2010.
- _____. *Manuel de linguistique pour les textes littéraires*. Paris: Armand Colin: 2010c.
- _____. *Discurso e análise do discurso*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.
- ROSA, J. G. *Grande Sertão: Veredas*. Nova Aguilar: São Paulo, 1994.
- PEREIRA L. F. Introdução. In: SHAKESPEARE, W. *A tragédia de Otelo, o Mouro de Veneza*. Tradução de Lawrence Flores Pereira. São Paulo, 2018
- SHAKESPEARE, W. *A tragédia de Otelo, o Mouro de Veneza*. Tradução de Lawrence Flores Pereira. São Paulo: Penguin-Companhia, 2018.

A relação discursiva entre pobres e ricos na articulação do sujeito aporofóbico

Marcos Roberto de Paula¹

Márcio Rogério de Oliveira Cano²

Introdução

Neste capítulo evidencia-se a relação discursiva entre riqueza e pobreza, que em uma manchete divulgada pelo portal de notícias UOL – “Material para professores do Paraná diferencia ‘mentalidade rica’ e ‘pobre’” -, bem como o material noticiado, confirmam a manifestação do sujeito discursivo aporofóbico.

- 1 Pesquisador *Stricto Sensu* do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Lavras (UFLA), Lavras-MG. Integrante do Grupo de Pesquisa Leitura e Produção de Discurso (GPLPD). Professor de Língua Portuguesa e Filosofia na Educação Básica. Endereço eletrônico: marcozpaula31@gmail.com
- 2 Doutor e mestre em Língua Portuguesa pela PUC-SP. Professor do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Lavras (UFLA), onde também é professor da graduação em Letras. Endereço eletrônico: mr.cano@uol.com.br

Os conceitos epistemológicos utilizados para a elaboração deste trabalho encontram-se fundamentados em concepções provenientes da Análise do Discurso, de perspectivas históricas, linguísticas e psicanalíticas.

Num primeiro momento recorre-se ao conceito lexical e à historicidade para compreender como é construída a relação entre ricos e pobres na Idade Média, em que pobreza e riqueza são estabelecidas pelo cristianismo como expressões da vontade divina. Já para o entendimento do demógrafo inglês, Thomas Malthus, a causa de se ser pobre manifesta-se pela vida descontrolada e pela falta alimentos, no entanto, mesmo que se alimentassem tais pessoas não se extinguiria a pobreza, pois os pobres têm comportamentos sexuais desregradados. Esses são alguns elementos que possibilitam compreender que riqueza e pobreza, encontram-se também numa relação semântico-discursiva que se desenvolve num processo sócio-histórico.

Na segunda parte destacam-se perspectivas que a Análise de Discurso considera para a formação do sujeito, o qual é uma categoria epistemológica que se manifesta nos discursos. A partir disso, evidencia-se que não se pode confundir a pessoa falante de uma determinada língua com a forma sujeito, produto de articulações ideológicas e discursivas, que é engendrada por fatores históricos, psicanalíticos, culturais, econômicos e sociais. Com isso, reforçam-se as teorias de que o sujeito é assujeitado.

Nesses encadeamentos conceituais apontam-se, na terceira parte, algumas concepções psicanalíticas lacanianas para recordar que o sujeito não é autocentrado em si mesmo e, muito menos, consciente, mas sim atravessado e constituído pela falta. Esta é buscada em vão pelos sujeitos, mas encontrada, no imaginário, proporcionando assim um efeito ilusório de completude. Ou seja,

o sujeito está sempre em busca de significação, a qual é alcançada pelas produções de sentido.

No entanto, as produções discursivas desembocam em efeitos de sentido e acabam materializando sujeitos, os quais podem repercutir ideias de aversão e menosprezo para com as pessoas pobres, enquanto que outros enunciados enaltecem e vangloriam pessoas ricas. Isso é evidenciado na quarta parte, em que o *corpus* da pesquisa é analisado, de modo que se destaca o emergir do sujeito aporofóbico, que sutilmente evoca pontos de vista malthusianistas, de economia da salvação e/ou do embranquecimento no Brasil. Esses elementos são desenvolvidos historicamente. Assim entende-se que a aversão à pobreza manifesta-se discursivamente, de modo naturalizado, em movimentos enunciativos como “mentalidade de rico” e “mentalidade de pobre”.

Fez-se, na quarta parte, uma esquematização para compreender os constituintes, discursivos materialistas e psicanalíticos lacanianos, que atravessam o sujeito aporofóbico.

Por fim, contudo, entende-se que o *corpus* analisado, é agenciado: às concepções da economia da salvação, que forma o valor moral da caridade; à teoria malthusiana; e às ideias do embranquecimento no Brasil. Esse conglomerado, reinscrito no *corpus*, emerge um sujeito aporofóbico.

Concepções acerca de pobres e ricos

Algumas manifestações discursivas, que buscam compreender a conjuntura social e econômica no Brasil, têm a tendência de reduzir a realidade em dois grupos antagônicos, ricos e pobres. Tal análise circunstancial, nem sempre está fundamentada em princípios

epistemológicos que conseguem abarcar as significações e os efeitos de sentido, que os termos “rico” e “pobre” produzem. Sendo que, do ponto de vista semântico pode-se inferir que ao conceito “rico” atrelam-se valores e sentidos positivos, enquanto que ao termo “pobre” agenciam-se efeitos discursivos negativos.

Como exemplo, o dicionário Houaiss (2011, p.734) determina que “pobre revela pobreza, contrário de luxuoso; pouco favorecido, [oposto de] rico; pouco produtivo, estéril, [contrário de] rico; que tem poucas posses, [oposto] de rico.” Já a palavra “rico” apresenta a seguinte definição: “quem possui muitos bens, dinheiro ou coisas de valor, [opõe-se a] pobre; farto, abundante, de muito luxo; fértil, produtivo.” (Ibid., 2011, p.826).

Pode-se inferir, com isso, que, até mesmo, no processo de formação lexical dos referidos termos, faz-se uma redução antagônica da realidade entre riqueza e pobreza, mas que, de certa forma, adequa-se a uma perspectiva capitalista ao afirmar que pobre incorpora a ideia de pouca produtividade, enquanto o rico se faz como produtivo. E isso reverbera nas produções discursivas, refletindo alguns sentidos, como é o caso dos semas que se encontra nestas palavras utilizadas na manchete que compõe o *corpus* dessa pesquisa, “Material para professores do Paraná diferencia ‘mentalidade rica e pobre’”, bem como o recorte do material noticiado, que apresenta o título “principais diferenças entre pessoas com mentalidade rica e mentalidade pobre”.

Discursos como esses transmitem ideias da naturalidade, ou seja, como se ricos e pobres já estivessem dados nas sociedades como algo natural, determinados espontaneamente, mas não elaborados por fatores e processos históricos, econômicos, sociais e culturais. Assim, ressalta-se que os discursos constroem

realidades e encontram-se num processo histórico, em que formações ideológicas e discursivas concorrem para as elaborações semânticas. Por isso, faz-se necessário recorrer a perspectivas históricas sobre os sentidos dos vocábulos pobre e rico, para o estudo aqui desenvolvido.

Na Idade Média, as pessoas pobres contavam com o assistencialismo religioso, principalmente pelas igrejas de denominação cristã. Entendia-se que o pobre, assim como o rico, era definido a partir de uma vontade divina. “Se havia pobres, então, havia Igreja – as duas vertentes se complementam. Para que esta corrente de caridade permanecesse era imprescindível convencer os ricos de contribuírem na Igreja e esta, por sua vez, orquestrava os repasses aos desafortunados.” (GUIMARÃES, 2023, p.7).

A economia da salvação (CASTEL, 1988) se estabelece a partir da premissa que Deus escolheu fazer alguns pobres e outros ricos. Isto para que através do compartilhar os ricos pudessem redimir de seus pecados (concepção errônea e anti-bíblica, mas fortemente difundida na época medieval para ratificar a obtenção da salvação por meio das esmolas). (Apud GUIMARÃES, 2023, p. 8, grifo do autor).

A partir da economia da salvação funda-se um “comércio” entre pobres e ricos, com vantagens para ambos: os ricos ganhariam a salvação, por meio da caridade, enquanto que os pobres seriam igualmente salvos, desde que aceitassem sua condição de pobreza. Vê-se que havia uma relação interdependente, em que o pobre era instrumentalizado como caminho para a salvação do rico.

(GUIMARÃES, 2023). Essas ideias sobre a pessoa pobre, como alguém que depende do rico para sobreviver – através da caridade e assim proporcionar a glória celeste ao afortunado –, alastraram-se ao longo dos tempos, chegando até a contemporaneidade. No entanto, Thomas Malthus desenvolveu teorias diferentes em relação à pessoa pobre.

O sociólogo brasileiro, Simon Shwartzman (2004), apresenta a teoria de Thomas Malthus (economista britânico, 1766-1834), que propagou ideias de que o pobre encontrava-se na situação de pobreza porque desejava, pois vivia uma vida desequilibrada, sem força de vontade e determinação para trabalhar.

Para Malthus, a causa principal da pobreza era a grande velocidade com que as pessoas se multiplicavam, em contraste com a pouca velocidade em que crescia a produção de alimentos. O problema se resolveria facilmente se os pobres controlassem seus impulsos sexuais e deixassem de ter tantos filhos. Minorar-lhes a miséria só agravaria o problema, pois, alimentados, eles se reproduziriam mais ainda. (SHWARTZMAN, 2004, p.14)

Esse pensamento desenvolveu-se profusamente nos séculos XIX e XX na Inglaterra, nas suas colônias, mas também em outras sociedades daquela época, e ainda hoje é possível encontrar adeptos das concepções malthusiana, como aponta Shwartzman (2004). Para, Fernanda Ferreira Carvalho (2023, p.16):

[...] as ideias de Malthus tiveram muita repercussão em seu tempo, principalmente por terem conseguido

vincular entre si dois processos de uma maneira que foi muito bem aceita pelas classes dominantes, quais sejam: a expansão da miséria e o aumento da população.

Desse modo, Thomas Malthus excluiu os fatores sociais e econômicos, desenvolvidos a partir das relações humanas numa determinada sociedade, como causa da pobreza (Ibid., 2023).

A compreensão malthusianista acerca da pobreza colidia com o valor da caridade, espalhado tanto na tradição judaico-cristã, como em outras religiões. Pode-se entender que esse embate aconteceu porque ajudar os pobres é uma ação que se construiu como virtude ao longo da história da humanidade (SHWARTZMAN, 2004).

Por conseguinte, concorda-se com Carvalho (2023, p.27) ao afirmar que “a pobreza não é uma questão de população, não tem a ver com a quantidade de filhos ou com a moral das famílias pobres, mas com um sistema em que todo trabalho coletivo de milhões de pessoas é canalizado para as mãos de poucos indivíduos”. Ou seja, o lucro, advindo do trabalho de muitas pessoas que se encontram em situação de pobreza, acaba sendo concentrado no poderio econômico de poucas pessoas ricas.

Numa outra perspectiva, há entendimentos de que a pobreza não deve ser explicada por aspectos individualistas, mas a partir das relações entre as pessoas. Ideias que estão presentes nas formas mais arraigadas do cristianismo e, na modernidade, nos movimentos políticos socialistas e comunistas. Para uns, como já exposto, a solução da pobreza se daria através de uma mudança moral, em que os ricos ajudariam os pobres e assim promoveriam a verdadeira caridade e justiça. Já para outros, o “socialismo científico” ganharia destaque e ocuparia a visão do “socialismo utópico”, ação

que seria capaz de compreender a pobreza e solucioná-la, pela luta de classes (SHWARTZMAN, 2004).

O referido sociólogo brasileiro se detém a ressaltar em seu trabalho as causas da pobreza no Brasil, que está calcada na escravidão de pessoas negras e indígenas, como também nas relações sociais desiguais em outros grupos desfavorecidos na colonização e no período republicano. Parte desse contingente de indivíduos se tornariam proletários no início século XX, com condições precárias salariais, as quais produziriam desigualdades entre ricos e pobres. (SHWARTZMAN, 2004). Assim ele afirma:

Era assim a população brasileira, ao final do século XIX: uma pequena elite branca, os remanescentes de uma economia escravocrata em decadência, e uma multidão de escravos libertos, filhos bastardos, descendentes de índios e brancos, empobrecidos, e pobres migrantes trazidos da Europa e do Japão. Viviam sobretudo no campo, muitas vezes em grandes fazendas, mas em grande parte como parceiros, produzindo, se tanto, o suficiente para a sobrevivência; mas também nas cidades como vendedores, artesãos, caixeiros, biscateiros, agregados, desempregados e mendigos ocasionais. (SHWARTZMAN, 2004, p.20).

Simon Shwartzman, ao analisar a situação brasileira dos anos 30 do século passado, recorda Oliveira Viana, o qual apresentou em uma conferência, em 1939, cinco problemas, dos quais dois são destacados aqui, que o corporativismo poderia solucionar: primeiro, transformar a mentalidade da classe patronal, de modo que pudessem sentir as suas obrigações de solidariedade e fraternidade

para com a classe operária; segundo alterar o pensamento do operariado, fazendo com que abdicasse o “espírito antipatronal” e o “sentimento de inferioridade”. No entanto, tais propostas não foram implantadas, pois outros fatores, como a guerra mundial e a composição insuficiente de trabalhadores que compunham o proletariado (VIANA, 1939, apud SHWARTZMAN, 2004).

Vale destacar que, com o fim da escravidão, aplica-se no Brasil, sobretudo, no século XX uma política de branqueamento da população, que transmitia ideias de avanço e modernização. Ou seja, ser branco atrela-se ao signo de favorecido economicamente. Isto relegou a população negra a condições de quase inexistência no cotidiano social, pois ao negro acoplam-se sentidos e situações de pobreza, que reflete semanticamente valores negativos, como se verifica neste estudo. Assim, a tentativa de expurgar parte do povo brasileiro como um problema de “atraso”, fez com que essas características também fossem impregnadas aos pobres. E, no Brasil, espaços de pobreza são ocupados majoritariamente por pessoas negras.

De acordo com Maria Aparecida Silva Bento e Iray Carone (2002, p.47) “O problema do branqueamento, abordado nas últimas décadas como problemas exclusivos do negro, nasce do medo da elite branca do final do século XIX e início do século XX, cujo objetivo é extinguir progressivamente o segmento negro brasileiro”. Ou seja, a construção de realidade entre ricos e pobres, no Brasil, é atravessada pela inviabilização existencial de negros pobres.

Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982), ao analisarem o racismo e as desigualdades brasileiras, afirmam que a raça, como predicado social e historicamente organizado, persiste em funcionar como um dos critérios mais representativo da distribuição de pessoas nas camadas sociais. Ou seja, a raça se relaciona

essencialmente com os fatores de reprodução das classes sociais, pois a estratificação social manifesta-se nas posições de privilégio que pessoas brancas afortunadas financeiramente ocupam, em oposição às posições ocupadas pela grande maioria de pessoas negras, minorizadas pelas desigualdades sociais.

Essas movimentações históricas não lineares, consecutivamente, sobre como pobres e ricos eram compreendidos, colaboram para esta pesquisa, pois corroboram a tese, defendida pelos estudos desenvolvidos na Análise de Discurso, de que os discursos estão relacionados às articulações ideológicas e discursivas, que se manifestam num processo de historicidade, que, ressalta-se aqui, forma o sujeito discursivo que enxerga o pobre como uma “doença social”. O sujeito discursivo será o alvo que se busca entender na próxima parte dessa pesquisa.

Sujeito na análise do discurso

Os discursos não se autoproduzem. Como se pode observar na figura 1, há um processo que faz emergir o sujeito discursivo, que está vinculado às condições sociais, marcado por situações históricas, como é o caso das concepções da economia da salvação, que incidem na noção de caridade, as ideias malthusianas e a escravidão no Brasil. Isso se articula em enunciados constituídos pela historicidade, que produzem efeitos de sentidos, materializando assim determinado sujeito.

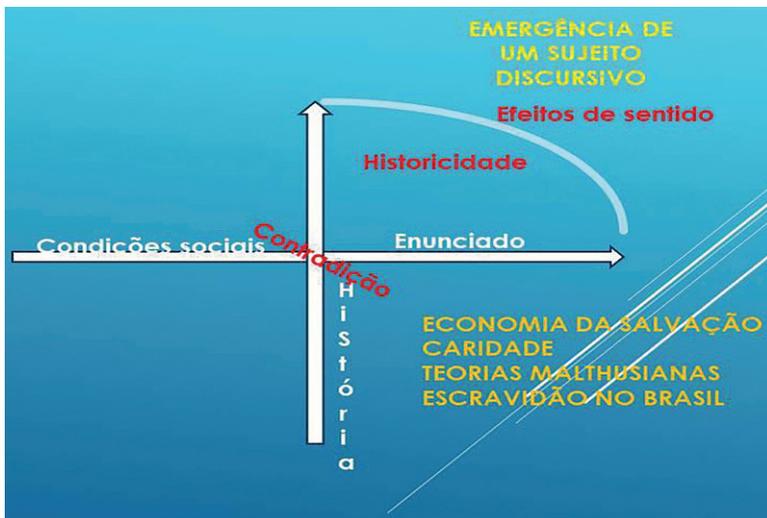


Figura 1 – Condições de produção do discurso

Fonte: Adaptado de (SALES; AMORIM, 2022).

Dessa maneira, consegue-se entender as movimentações discursivas e ideológicas, que atribuem ao pobre sentidos de fracassado e malsucedido, na atualidade. Como por exemplo, em um enunciado proferido pelo ex-ministro da economia, Paulo Guedes, numa entrevista dada à Folha de São Paulo em 2019 em que afirmou: “Os ricos capitalizam seus recursos. Os pobres consomem tudo”. Esse enunciado evoca teorias de Thomas Malthus (SHWARTZMAN, 2004), ao entender que o problema da pobreza seria desencadeado pela vida descontrolada da pessoa pobre. Assim evidencia-se que o sujeito discursivo, que odeia o pobre é articulado e alimentado por ideias que se desenvolveram ao longo de um processo histórico. Vejamos um pouco mais sobre como se constitui o sujeito.

O sujeito, em Análise de Discurso (AD), constitui-se em uma categoria epistemológica que se manifesta em discursos. Ele se distingue da pessoa empírica, que faz uso particular da língua ao apresentar uma opinião sobre um determinado assunto, porque “o ato de tomar a palavra pressupõe, nele mesmo, a margem do discurso na qual a palavra se insere, se restringe, se interdita e se torna heterogêneo ao falante.” (CARVALHO, 2008, p. 16). Assim, o sujeito não é aquele que fala o discurso, mas sim o que se manifesta nele.

Para Michel Pêcheux (2014, p.144, grifos do autor), “a ideologia recruta’ sujeitos entre os indivíduos (no sentido em que os militares são recrutados entre os civis) e que ela os recruta a *todos*”. Porém, a movimentação ideológica não deve ser entendida como ocultação da realidade, ou, simplesmente, conjuntos de ideias cujas representações se manifestariam nas palavras.

Segundo Eni Orlandi, “enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido” (ORLANDI, 2020, p.46). Portanto, é no ato de proferir discursos, que acontece a impressão de que o sujeito seja a origem de seu discurso, justamente por conta do apagamento que acontece da língua na história, a partir da interpelação do indivíduo em sujeito (Ibid., 2020).

Desse modo, é a ideologia que, através do ‘hábito’ e do ‘uso’, está designando, ao mesmo tempo, o que é e o que deve ser, e isso, às vezes por meio de ‘desvios’ linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo ‘de retomada do jogo’. (PÊCHEUX, 146).

A partir disso, compreende-se que, no discurso, a noção de existência corpórea do sujeito, e a concepção de que exista um expoente transcendental são descartados como elementos constitutivos da subjetividade (CARVALHO, 2008). Para a AD o sujeito, que é atravessado pela linguagem e pela história, sob a determinação do imaginário, só tem acesso à parte do que diz. Assim, ele é materialmente dividido desde sua composição, porque *é sujeito de e sujeito à*. Ele é sujeito à língua e à história, uma vez que, para se formar, para se produzir sentidos, ele é afetado por elas. Dessa forma, o sujeito é determinado, pois se não sofrer das decorrências do simbólico, isto é, se ele não se sujeitar à língua e à história ele não se institui, ele não fala, não produz sentidos (ORLANDI, 2020). Por isso, ainda que se apresente redundante, entende-se que o sujeito é assujeitado.

A perspectiva unitária e completa, idealizada de sujeito, deriva, no entanto, da ilusão de que o sujeito gramatical seria detentor daquilo que diz. A transparência da linguagem e do pensamento como reflexo da realidade são evidências que apagam o caráter material do sentido e do sujeito. É, porém, com a Análise de Discurso que se consegue evidenciar as articulações ideológicas e interdiscursivas que atravessam a constituição do sujeito e as produções de sentidos imiscuídas nos discursos (ORLANDI, 2020).

De acordo com Pêcheux, os sentidos atrelados às palavras, às posições, às manifestações discursivas, não são originários em si mesmos, mas são determinados pelo jogo ideológico que se estabelece num processo sócio-histórico, em que proposições, expressões e palavras são produzidas (PÊCHEUX, 2014). Assim acontece o processo de interpelação do indivíduo em sujeito-falante, que

utiliza de discursos para se comunicar, se expressar, apresentar suas visões de mundo e as epistemologias que o atravessam.

Sabendo que o sujeito não é causa fundante de si mesmo, cabe ressaltar que há algo que antecede o seu discurso, um pré-construído que impõe o que deve e o que não deve ser dito. Esses elementos “são, na realidade, determinados materialmente e na própria estrutura do interdiscurso.” (Ibid., 2014, p.149).

Podemos precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma enquanto “pré-construído” e “processo de sustentação”), que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são reinscritos no discurso do próprio sujeito. (PÊCHEUX, 2014, p.150).

A perspectiva de identificação do sujeito com formações discursivas não é entendida na Análise do Discurso como uma ação espontânea e autônoma, em que o sujeito livre e conscientemente escolhe a que formações discursivas irá se identificar. Mas, defende-se que esse processo, o qual interpela o sujeito, se impõe a partir da articulação discursiva, que “constitui o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que *determina a dominação da forma-sujeito*” (PÊCHEUX, 2014, p.151, grifos do autor), e coincide com “o pré-construído que corresponde ao ‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma de universalidade” (Ibid., 2014, p.151).

O termo interdiscurso é fundamental para compreender o sujeito em Análise do Discurso, no entanto ele se apresenta um tanto que vago, de acordo com Dominique Maingueneau, o qual propõe uma tríade, que possa ajudar nas análises: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo.

O universo discursivo engloba numa determinada circunstância, um conjunto infinito de formações discursivas; apresenta uma extensão ampla, a partir da qual o horizonte dos campos discursivos é construído. O campo discursivo já é entendido como a confluência recíproca das formações discursivas. A isso Maingueneau denomina de “Concorrência”, em que há o confronto, como também a aliança entre discursos que têm o mesmo caráter social e discordam sobre o modo pelo qual devem ser preenchidos. Por fim, o espaço discursivo compreende o subconjunto de formações discursivas a serem analisadas. (MAINGUENEAU, 2008).

É no interior do campo discursivo que se constitui um discurso, e levantamos hipótese de que essa constituição pode deixar-se descrever em termos de operações regulares sobre formações discursivas já existentes. O que não significa, entretanto, que um discurso se constitua da mesma forma com todos os discursos desse campo; e isso em razão de sua evidente heterogeneidade: uma hierarquia instável opõe discursos dominantes e dominados e todos eles não se situam necessariamente no mesmo plano. (MAINGUENEAU, 2008, pp.34-35).

Nesse movimento de entender o primado do interdiscurso, espera-se estabelecer uma rede semântica, a qual seja capaz de identificar a especificidade de um discurso concorrente com os significados das relações desse discurso com seu Outro

(MAINGUENEAU, 2008). No espaço discursivo, “o Outro não é nem um fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade externa; [...]. Ele se encontra na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é em momento algum [...] a figura de uma plenitude autônoma” (Ibid., 2008, p.37).

O Outro não pode ser confundido com o interlocutor no discurso, “talvez seja mais justo ver no Outro um *eu* do qual o enunciador discursivo deveria constantemente separar-se. Ele seria, então, de alguma forma, o *interdito* de um discurso.” (Ibid., 2008, p.37, grifos do autor). Assim, pode-se entender que o interdito inscreve no discurso, pelo Outro, o que não pode ser enunciado, mas essa movimentação não é evidente.

Quer dizer que esses enunciados têm um “direito” e um “avesso” indissociáveis: deve-se decifrá-los pelo lado “direito” (relacionando-os a sua própria formação discursiva), mas também por seu “avesso”, na medida em que estão voltados para a rejeição do discurso de seu Outro. (MAINGUENEAU, 2008, p.38)

Nesse sentido, compreende-se que o Outro do espaço discursivo simula a intervenção de um contíguo textual historicamente definível. Isso acontece porque se entende que o inconsciente dobra a linguagem como um avesso, mas num outro palco, e não se deixa perceber, a não ser, pelas interferências, lacunas, deslizamentos, que ele introduz na(s) cadeia(s) significante(s), em que o discurso se ajusta. Logo o discurso não surge espontaneamente do nada, mas encontra-se, num espaço discursivo antecedente, atrelado ao Outro, o qual pode ser manifestado total ou parcialmente (MAINGUENEAU, 2008).

Contudo, compreende-se que a constituição do sujeito se dá pela interpelação que a linguagem, num processo sócio-histórico, articula fatores discursivos e ideológicos, que podem ser recuperados pelo interdiscurso. Nesse sentido, o indivíduo que usa a palavra não é detentor e, muito menos, criador dela. A linguagem, desse modo, usa do indivíduo para manifestar o sujeito discursivo, que não é plenamente consciente acerca do processo de interpelação ao enunciar determinados discursos. Por isso é relevante entender os aspectos inconscientes que também compõem o sujeito, fatores que podem ser compreendidos pela psicanálise.

Sujeito – algumas perspectivas psicanalíticas

De acordo com Lacan, “se a psicanálise deve se constituir como ciência do inconsciente, convém partir que o inconsciente é estruturado como uma linguagem.” (LACAN, 1985, p.193). Na retomada que Lacan faz aos estudos de Freud nota-se a abordagem do inconsciente a partir dos aspectos estruturais concedidos pela linguística, por meio dos quais se chegou à máxima “o inconsciente está elaborado conforme uma linguagem” (CARVALHO, 2008).

O sujeito é “presentificado” por uma cadeia de significantes em que o Outro comanda. “Acentuei isto da última vez, dizendo-lhes que o que o que se deve fazer, como homem ou como mulher, o ser humano tem sempre que aprender, peça por peça, do Outro.” (LACAN, 1985, p.193). A partir disso, compreende-se que, na concepção psicanalítica lacaniana, o sujeito não é autocentrado e suficiente em si mesmo, mas que está atrelado à falta, a qual produz a sexualidade no campo do sujeito (LACAN, 1985).

Duas faltas aqui se recobrem. Uma é a alçada do defeito central em torno do qual gira a dialética do advento do sujeito a seu próprio ser em relação ao Outro – pelo fato de que o sujeito depende do significante e de que o significante está primeiro no campo do Outro. Esta falta vem retomar a outra, que é a falta real, anterior, a situar o advento do vivo, quer dizer, na reprodução sexuada. A falta real é o que o vivo perde, de sua parte de vivo, ao se reproduzir na vida sexuada. Esta falta é real, porque ele se reporta a algo real que é o que o vivo, por ser sujeito ao sexo, caiu sob o golpe da morte individual. (LACAN, 1985, p. 195).

Para trazer, de forma mais contemporânea, a complexidade dessa definição, recorre-se a Eugênio Bucci (2022), que ao aprofundar sobre o modo de produção do imaginário na atualidade, formulado em moldes industriais, aponta que o sujeito, a partir da perspectiva psicanalítica, não toma consciência dos elementos inconscientes que o atravessam. Isso pode acontecer porque vivemos um “jogo de espelhos”, em que telas digitais apresentam e recobrem os caminhos de fuga e de confronto do desejo; por meio desse “jogo”, a superindústria do imaginário produz armaduras de sujeitos completos (fantasias imaginárias), que serão trajadas por sujeitos divididos (sujeitos do inconsciente), e os signos, lançados industrialmente, operam essa relação de produção dos imaginários, que incidem sobre os sujeitos (BUCCI, 2022).

A Superindústria atua em duas frentes simultaneamente: ela consegue prestar serviços tanto para o inconsciente do sujeito como para o ‘eu’. Ao mesmo tempo que entrega ao inconsciente o que o inconsciente deseja

secretamente, mantém para o 'eu' a ilusão de que presta contas somente a ele, que se sente o chefe de tudo, um senhor, uno, indiviso e hiperconsciente. A Superindústria produz seu valor a partir do sujeito dividido, mas recebe seu pagamento do sujeito que se imagina sempre no comando, livre de qualquer vazío. A Superindústria interpela o inconsciente, mas seu freguês é o 'eu'. (BUCCI, 2022, p.305).

Desse modo, o significante apresenta o sujeito na ordem do Simbólico, porque ao se constituir na linguagem os significantes depositam nele os sentidos. Portanto, a relação entre os sujeitos, a partir da linguagem, se estrutura como uma interação entre significantes, pois é “na face da linguagem em que se movem os significantes, não os significados, no Simbólico, oscilam os sujeitos divididos, barrados, incompletos” (BUCCI, 2022 p.312). O sujeito por ser incompleto, está em busca daquilo que lhe falta, “se algo lhe falta o que é isso que lhe falta? Como estamos na linguagem, a resposta agora cintila em sua obviedade: ora, o que lhe falta é significado” (Ibid., 2022, p.312).

No entanto, Bucci (2022) afirma que dizer que o que falta ao sujeito é um significado, é insuficiente. Por isso, as concepções psicanalíticas lacanianas são capazes de ajudar a aprofundar no inconsciente e entender que essa falta é formulada pelo gozo perdido. Há um tipo de motor que estimula o deslizamento – o desejo (inconsciente), que é movimentado pela pulsão de preencher o gozo primordial de que o sujeito é extraído no momento em se funda na linguagem. Os fragmentos residuais do gozo perdido (provocado pela função materna, em que não faltaria nada) marcam o desejo e o colocam em circulação. Nesse sentido, “ao sujeito, privado do gozo, só cabe formular seu desejo em demanda, nada mais, e essa

formulação só pode ter lugar na linguagem, se expressa como efeito de linguagem” (BUCCI, 2022, p.314).

A falta original é buscada em vão pelos sujeitos. A procura por significados é uma busca insaturável. Mas, será na esfera do imaginário, que o sujeito se sentirá completo, porque o objeto desejado é alcançado e pode ser consumado na linguagem, como intervenção imaginária (BUCCI, 2022).

O sujeito que “pensa” no Simbólico vai encontrar seu sentido no Imaginário. Esse sentido deve ser entendido aqui não como um sentido de existir, o sentido da vida, mas também como o sentido de um enunciado, de um discurso no qual o sujeito se inscreva, ou de uma xícara de café. Esse sentido, tenha ele o alcance que tiver, vai preencher o sujeito com uma completude imaginária. O ego (o eu) se cerca de discursos concretos plenos de significação e, por meio desses discursos, ele se representa como um significado. Esses discursos perfazem a rede do significado, que tende a aderir à rede do significante, sem jamais consumir a aderência. As duas redes se requisitam reciprocamente e se desencontram reciprocamente. (BUCCI, 2022, p.315)

Acontece que ao se localizar, ou ao se determinar, o sujeito se engana – ele não ‘é’ e, muito menos, pode “ser” o significado que afirma possuir. Nesse sentido, ele passa a dizer de si, em formulações imaginárias de sentido, o que o inconsciente conspira para negar (BUCCI, 2022).

Com isso, vale ressaltar que a linguagem constrói realidades. Os objetos, signos e conceitos são elaborados pelas articulações

que a linguagem produz, elas encobrem, como uma “capa” de linguagem material, a natureza bruta (BUCCI, 2022). Ou seja, é pela linguagem que se consegue constatar o processo de naturalização, em que aquilo que é proveniente da construção cultural, “manuseada” pela linguagem, apresenta-se como naturalmente constituído. Como é o caso da elaboração discursiva antagônica entre rico e pobre, que, como já exposto, articula-se historicamente, posicionando os sujeitos incompletos em discursos que compreendem a relação entre afortunados e desafortunados de formas diferentes. A partir disso, como se evidenciará, a seguir, tais discursos manifestam aspectos aporofóbicos.

Descrição do corpus

O *corpus*, desta pesquisa, é constituído por partes de uma notícia veiculada, no dia dez de fevereiro de dois mil e vinte e três, no site UOL, assinado por Ana Paula Bimbatí. O assunto tratado são informações e posicionamentos acerca de um material de apoio pedagógico para a disciplina de educação financeira destinada aos estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental, do programa de tempo integral na rede estadual de ensino do Paraná.

A notícia, cuja manchete intitula-se “material para professores do Paraná diferencia mentalidade rica e pobre”, apresenta as considerações da presidência do sindicato dos professores da rede estadual paranaense, bem como a colocação da Secretaria Estadual de Educação, sobre o referido material que diferencia, numa tabela composta de duas colunas, a mentalidade de pessoas ricas e a de pessoas pobres, como por exemplo, em uma das linhas da tabela, “mentalidade rica assume os próprios erros”, já “mentalidade pobre culpa os outros e o Governo”.

De acordo com a presidência do sindicato o material foi comprado pela pasta de Educação e revela uma violência de classe, em que crianças passariam a culpar seus pais pela situação de pobreza. Já a Secretaria de Educação afirmou que o material foi produzido por um professor e que ele não condiz com a concepção de educação financeira adotada pela pasta. Após a publicação do material e divergências sobre quem seria o responsável pela sua produção, o governo estadual o retirou do sistema. Com isso, parte-se para as análises do *corpus*, em que se resgata a movimentação psicanalítica, histórica e discursiva para compreender o sujeito aporofóbico.

Análise – o sujeito aporofóbico

Discurso 1 – Manchete da notícia

EDUCAÇÃO

Material para professores do Paraná diferencia
'mentalidade rica' e 'pobre'

Fonte: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2023/02/10/material-professores-parana-educacao-financeira.htm>

O discurso 1, que se localiza no campo discursivo jornalístico – pois apresenta uma “concorrência” recíproca de formações discursivas, como determina Maingueneau (2008) – aponta uma concepção idealizada e genérica, que produz sentido de “psicologização”, em que se explicam circunstâncias complexas de desigualdades sociais através de um conceito insuficiente, “mentalidade”, que atrela à pobreza e à riqueza simplificações comportamentais de atividades mentais.

Essa produção de sentido está ligada às movimentações discursivas e ideológicas presentes na dimensão do interdiscurso, essa rede semântica, em que é possível localizar a especificidade de discursos que concorrem entre si, para compor um enunciado (MAINGUENEAU, 2008). Tal rede semântica, presente no discurso 1, pode evocar perspectivas: da concepção cristã de caridade, que determinava que a relação entre ricos e pobres fosse preestabelecido pela vontade divina, do Deus cristão; das teorias malthusianas, que viam no pobre o problema da pobreza; bem como, a política do embranquecimento no Brasil, que atrelou aos imaginários de pobreza as pessoas negras, que na sua maioria constitui grupos economicamente desfavorecidos, denotando com isso valores semânticos negativos, já aos imaginários acerca da riqueza vinculou-se a pessoas brancas e afortunadas.

Por isso, acredita-se que, por meio da sutil e articulada manipulação das palavras, para composição sintática do discurso 1, há manifestações de um sujeito aporofóbico.

Entende-se por aporofobia toda e qualquer manifestação que apresente desprezo, aversão, rejeição, temor para com pessoas em situação pobreza, as quais, no capitalismo, são entendidas como aquelas que, aparentemente, não têm nada a oferecer para uma sociedade que estabelece suas relações calcadas no dinheiro (CORTINA, 2020).

É o pobre, aporos, que incomoda, inclusive o da própria família, porque se considera o parente pobre como uma vergonha que convém deixar de lado, ao passo que é um prazer ter o parente triunfante, bem situado no mundo acadêmico, político, artístico ou no dos negócios. É a fobia do pobre o que leva à rejeição às pessoas, raças e

etnias que habitualmente não têm recursos e, portanto, não podem oferecer nada ou parecem não poder fazê-lo (CORTINA, 2020, p.26).

Desse modo, o pensamento de Adela Cortina corrobora a ideia de que a realidade é construída pela linguagem. Essa conjuntura apresenta o agenciamento de discursos que entendem pobres e ricos, em perspectivas antagônicas. Isso remete ao processo sócio-histórico que se apontou no início deste trabalho, pois pelo enunciado, “material para professores do Paraná diferencia mentalidade rica e pobre”, pode-se também evocar o interdiscurso manifestado nas palavras de Oliveira Viana (1939, apud SHWARTZMAN, 2004), que entendia que pobres e ricos se davam num aspecto de mentalidade.

A articulação discursiva, presente no discurso 1, manifesta um sujeito aporofóbico, pois há a contradição e o apagamento das desigualdades sociais, em que pessoas bilionárias, por exemplo, viram suas fortunas “crescer mais durante a pandemia da Covid-19 do que nos últimos quatorze anos” (OXFAM, 2022, p.10). Assim, acredita-se que proferir uma manchete com tal título naturaliza-se ideias, como as visões sobre riqueza e pobreza manifestadas pelas igrejas de denominações cristãs. A contradição e o apagamento são constitutivos para que haja sentidos e sujeitos, porque “[...] os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo” (ORLANDI, 2020, p.3).

Dessa maneira, entende-se que o sujeito aporofóbico é formado a partir de um processo sócio-histórico. Em que as ideologias e as formações discursivas se articulam para elaborá-lo. Ele é atravessado pelo pré-construído, que determina o que deve ser dito e não dito. Pois, como foi apontado acima por Eni Orlando (2020) o sujeito, perpassado pela linguagem e pela história, tem acesso

apenas a alguns elementos daquilo que diz, porque a determinação feita pelo imaginário, pela história e pela linguagem trabalha para a imposição do que o sujeito enunciará.

Assim, o sujeito aporofóbico, manifestado na manchete, apresenta ideologias que supervalorizam atitudes e comportamentos de pessoas afortunadas, e em contrapartida, despreza aquilo que se relaciona aos desafortunados. Tal sutileza discursiva presente nesse sujeito acaba disseminando sentidos de fobia e aversão ao pobre. Vê-se agora o discurso 2.

Discurso 2 – Material noticiado

Principais diferenças entre pessoas de mentalidade **RICA** e mentalidade **POBRE**

Mentalidade RICA	Mentalidade POBRE
Assume os próprios erros	Culpa os outros e o Governo
Vê as adversidades como aprendizado	Vê as adversidades como insuperáveis
Tem ânsia de aprender	Acha que já sabe tudo
Fala de patrimônio e negócios	Fala de itens supérfluos
Planeja o futuro	Não planeja o futuro
Sente-se merecedor do dinheiro	Não se sente merecedor do dinheiro
Sonha, planeja e realiza	Apenas sonha
Foca nas oportunidades	Foca nas adversidades
Admira pessoas de sucesso	Despreza pessoas bem-sucedidas
Faz o dinheiro trabalhar	Trabalha pelo dinheiro

Paraná Integral

Integral mais

6º Ano - EFTI

Texto consta em material de apoio da disciplina de educação financeira

Fonte: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2023/02/10/material-professores-parana-educacao-financeira.htm>

Nesse material noticiado é possível evidenciar com maior clareza a manifestação do sujeito aporofóbico, que enaltece a “mentalidade de pessoa rica” e condena a “mentalidade de pessoa pobre”. Aqui a construção de realidade se dá de forma dualista, “bem” e “mal”, “certo” e “errado”, “positivo” e “negativo”, “rico” e “pobre”, “sucesso” e “fracasso”. Tais dicotomias desembocam na individualização e moralização de circunstâncias sociais, que, manifestadas no cotidiano, são mais complexas.

Nota-se que, ao imaginário da pessoa com mentalidade rica, associam-se, no discurso 2, verbos de ação – “assume”, “vê”, “fala”, “sonha”, “planeja”, “realiza”, “admira” – , que transmitem ideias de comportamentos “bons”, com prestígio social na atualidade. Já ao imaginário da pessoa com mentalidade pobre recebe expressões – “culpa”, “não planeja”, “não se sente merecedor”, “despreza” – que denotam valores atitudinais “ruins”. Assim, esses vocábulos apresentam-se como signos articulados industrialmente, que agem na produtividade dos imaginários (BUCCI, 2022).

O discurso, em questão, também retoma ideias presentes nas perspectivas interdiscursivas malthusianas, que endossavam a falta de vontade do pobre para mudar sua situação de pobreza. Além disso, destaca-se que a palavra “rica”, no título da tabela, está marcada com a cor azul e a palavra pobre escrita em vermelho. Esses destaques remetem ao interdiscurso que reproduz o imaginário de “pessoas de sangue azul”, enquanto que a cor vermelha, no ambiente escolar é usada para apontar os erros cometidos em avaliações, por exemplo. Essas movimentações ideológicas e discursivas, aqui, também colaboram para a constituição do sujeito aporofóbico, que manifesta entendimento de que o pobre, na sociedade é o “errado”, esta moralização produz sentidos de que a pessoa pobre seria uma “doença social” causada pelos pobres. E de doença tem-se medo, aversão, desprezo. Veja como tais articulações repercutem a aporofobia.

A palavra “mentalidade”, aqui, reflete ideias que culpabilizam a pessoa pobre pela situação de pobreza em que se encontra, porque ela “despreza pessoas bem-sucedidas”; ao passo que, em oposição, os enunciados vangloriam a pessoa rica, que também individualizada, apresenta-se como alguém que alcançou o sucesso, exclusivamente por si mesma, pois ela “admira pessoas de sucesso”. Essas ideias, que

foram formuladas por um processo histórico, favorecem a construção do efeito de sentido materializado no sujeito aporofóbico, que é descentrado de si mesmo. Ou seja, ele não é causa suficiente de si mesmo e nem para si (LACAN, 1985).

A aversão manifestada para com os pobres pode levar à aquilo que Cortina (2020) associa à vitória do carrasco que consegue fazer com que a vítima passe a desprezar a si mesma, após tanto experimentar o desprezo alheio. Aqui, chega-se a mais um ponto crucial, em que o sujeito aporofóbico presente nesse discurso pode causar no(a) leitor(a), que eram crianças do 6º ano do Ensino Fundamental da rede pública de ensino do estado paranaense. Tais leitores não conseguem dimensionar ou até mesmo criticar o mencionado discurso, porque, por pertencer ao material didático, configura-se de modo persuasivo e, conseqüentemente, ser aceito como uma “verdade”. Assim, sabendo que existem crianças que estão em condições de pobreza na rede de ensino estadual, elas podem passar a desprezar a si mesmas ou a culpar seus pais e/ou responsáveis pela situação social em que se encontram.

Constata-se, portanto, uma estranheza ao saber que tal discurso se manifestou como um material de apoio pedagógico, ou seja, um método de ensino que se reveste da “capa de linguagem” como educação financeira, mas, como se pode analisar, conduz a práticas discursivas aporofóbicas. Assim, sabendo que o sujeito aprende do Outro, que é o significante, a aporofobia é uma manifestação de ódio aprendida pelo sujeito aporofóbico para preencher a falta que o constitui, essa falta é “completada” na linguagem, através do imaginário (BUCCI, 2022). E os imaginários, riqueza e pobreza, encontram-se articulados e em manutenção para a formação do sujeito aporofóbico.

Sintetizando as discussões

A figura abaixo pretende resumir as manobras e elementos que se articulam como fatores, apontados anteriormente, para a formação do sujeito aporofóbico, tratado aqui, em duas perspectivas – analítica discursiva e psicanalítica lacaniana.

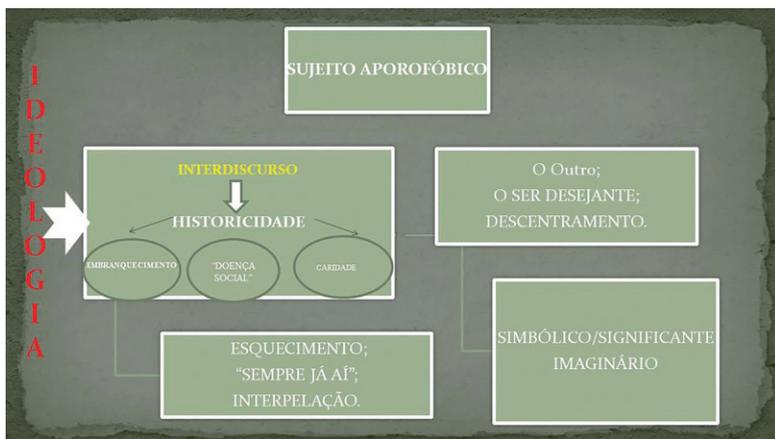


Figura 2 – Constituintes do Sujeito Aporofóbico

A primeira análise apontou para os atravessamentos analítico-discursivos, em que se resgatou, pelo interdiscurso, a historicidade de elementos que agenciam: a noção de caridade desenvolvida pela ideia de caridade, elaborada na economia da salvação, recorrente nas concepções advindas da religião cristã; como também as teorias malthusianas, que relegam ao pobre o problema da pobreza, fazendo com que os desafortunados carreguem sentidos de “doença social”; e, por fim, na conjuntura brasileira, a historicidade do embranquecimento contribui para a formação do imaginário da pessoa negra sendo atrelada ao signo de pobre.

Assim, a historicidade, movimentada pela ideologia e constituinte do sujeito aporofóbico, está ligada aos esquecimentos, ao “sempre-já-ai” e à interpelação. Essas noções, formadas por processos sócio-históricos determinam o que o sujeito deve ou não dizer, reinscrevendo no discurso do sujeito aquilo que já foi dito em outros momentos (PÊCHEUX, 2014).

A segunda análise recorreu à dimensão psicanalítica, em que o sujeito, descentrado de si mesmo, é atravessado pelo inconsciente. Ele aprende do Outro, que é o significante, aquilo que lhe se mostra faltante na sua elaboração. Por isso, entende-se que o sujeito é um ser desejanste que consegue, no imaginário, ilusoriamente, se completar. No entanto, ao se determinar, o sujeito se engana, porque não consegue ficar “solidificado” naquilo que se diz de si mesmo, o inconsciente age para negar (BUCCI, 2022).

Nesse sentido o sujeito aporofóbico é atravessado por aquilo que o Outro determina a ele o que deve compor sua significação. Tal significação está atrelada aos valores agenciados aos imaginários de pessoas ricas e pobres. No entanto, esses imaginários, ao propor uma falsa completude, são negados pelas forças do inconsciente, que sempre vão recorrer à pulsão de preencher o gozo primordial (Ibid., 2022).

Estes elementos, supervalorizados pela lógica capitalista, proporcionam manifestações discursivas que engrandecem os abastados economicamente, como se a eles fossem atribuídos valores de maior dignidade humana por serem e se comportarem como determinam os imaginários e componentes discursivos e ideológicos, que se atrelam aos afortunados.

Inversamente a isso, aos pobres relacionam-se elementos de fracasso, insucesso, que podem proporcionar efeitos de sentido de

que eles possuem menos dignidade humana. Com isso, o sujeito aporofóbico, manifesta concepções discursivas que expressam ideias de que, somente, é possível solucionar as desigualdades sociais, que geram a pobreza, através da aversão às pessoas pobres, moralizando individualmente seus modos de se organizarem e culpando-as pela situação socioeconômica em que estão.

Considerações finais

Os estudos empreendidos neste trabalho conseguiu compreender como se constitui o sujeito aporofóbico, o qual é atravessado pela linguagem, que se articula como ideologias, dentro de um processo sócio-histórico, produzindo assim imaginários que ilusoriamente preenchem os sentidos do sujeito desejante.

Assim, foi possível entender os elementos e “forças” que estão engendrados no *corpus* desta pesquisa, que produz efeitos de sentido de aversão e ódio para com as pessoas pobres. Mas vale recordar que não se pode confundir o sujeito discursivo com a pessoa empírica, que faz uso da linguagem, e sim que devemos pensar em produções discursivas que favoreçam o amadurecimento das relações interpessoais, intermediadas pelos discursos, de modo que todas as pessoas sejam tratadas a partir da dignidade humana e não pelos valores construídos pelos imaginários, que enaltecem os ricos e desprezam os pobres.

Além disso, vemos como positiva a atitude, da Secretaria de Educação do Paraná, de retirar o discurso 2 do material didático-pedagógico da disciplina de educação financeira. No entanto, isso não é suficiente para desfazer o que foi apreendido pelos estudantes. Por isso, propomos que nossos estudos sejam apresentados

para formação de docentes, para que se possa também aprender como os discursos aporofóbicos se manifestam, e com isso coibir, nos espaços de aprendizagens, formações discursivas e ideológicas que disseminam aversão e ódio às pessoas pobres.

Referências bibliográficas

- BUCCI, E. *A superindústria do imaginário: como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível*. São Paulo: Autêntica, 2022.
- BENTO, M. A. S.; CARONE, I; (Orgs.). *Psicologia social do racismo. estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CARVALHO, F. *Estruturas opressoras, povos famintos: a colonialidade e a violação ao direito humano à alimentação*. 2018. Dissertação (Mestrado – Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/10825/3/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Fernanda%20Ferreira%20Carvalho%20-%202018.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2023.
- CARVALHO, F. Z. F. *O sujeito no discurso: Pêcheux e Lacan*. 2008. Tese (Doutorado – Faculdade de Letras, Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ARCO-7F2RJQ>. Acesso em: 16 abr. 2023.
- CORTINA, A. *Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia*. Tradução de Daniel Fabre. São Paulo: Contracorrente, 2020.
- GUIMARÃES, V. O. S. *Construção Histórico-Social da Pobreza: Desnaturalização da Percepção das Desigualdades Sociais*. Disponível em: https://revistacientifica.facmais.com.br/wp-content/uploads/2015/08/artigos/historico_social_pobreza.pdf. Acesso em: 18 de julho de 2023.

- GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. *Lugar do negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss Conciso*. São Paulo: Moderna, 2011.
- LACAN, J. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. 2. São Paulo: Parábola, 2021.
- MARCONDES FILHO, C. *O capital da notícia: jornalismo como produção social de segunda natureza*. São Paulo: Ática, 1986.
- ORLANDI, E. P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 13. ed. Campinas: Pontes, 2020.
- OXFAM. *A Desigualdade mata: a incomparável ação necessária para combater a desigualdade sem precedentes decorrente da Covid-19, janeiro de 2022*. Relatório. Disponível em: https://ijf.org.br/wp-content/uploads/2022/01/A-Desigualdade-Mata_Relatorio-Oxfam-2022.pdf. Acesso em: 10 fev. 2024.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2014.
- SCHWARTZMAN, S. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

Subjetividades em redes: a falha como constitutiva de sentidos

Márcia Fonseca de Amorim
Amanda Batista da Silva

Introdução

A análise de discurso materialista, que tem como precursor Michel Pêcheux a partir da obra *Análise automática de discurso* (1969), ao fazer interface com os estudos psicanalíticos, traz uma abordagem teórica centrada na relação sujeito/ideologia/inconsciente. O sujeito, nessa perspectiva, é considerado não como uno, completo e dono do seu dizer, mas clivado, incompleto, dividido, suscetível à falha e interpelado por uma dada ideologia. Para Lacan, o inconsciente se estrutura como linguagem, o que equivale a dizer que sem ela o sujeito não se significa e não significa o mundo em que vive. A opacidade da linguagem se constrói na relação que se estabelece entre sujeito, ideologia e inconsciente, em que a falha e a incompletude movimentam os dizeres e os efeitos de sentido

promovidos por eles. Visa-se, por meio do entrelaçamento entre os campos de investigação propostos como aporte teórico, apresentar uma reflexão sobre a constituição do sujeito pelo inconsciente e pela ideologia que, atravessado pela história, produzirá sentidos materializados no discurso. Para tanto, é preciso explorar um pouco mais a proposta teórica que embasa este estudo.

Análise do discurso como entremeio

O campo heterogêneo do discurso se estabelece a partir de três rupturas teórico-filosóficas que estabelecem novos campos de saber: a) o marxismo e a teoria da ideologia, observando a materialidade e a opacidade histórica, b) a linguística em sua materialidade e opacidade da linguagem e, c) a psicanálise e a teoria do sujeito. A análise do discurso recorta aspectos pontuais dessas áreas (o real da história, o real da língua e o real do inconsciente) e os articula, relacionando-os e integrando-os a outras categorias teóricas, em uma nova prática científica que tem como objeto de estudo o discurso. Ou seja, trata-se de perspectiva que trabalha língua/sujeito/história para trabalhar a ideologia por meio de um gesto de interpretação da materialidade discursiva.

Por seu caráter multifacetado, a análise do discurso, de acordo com Orlandi (2002) ocupa uma posição de entremeio no campo das ciências. Ao refletir sobre a transparência da linguagem, a análise do discurso interpela a linguística questionando a própria historicidade dessa ciência e propõe questões às ciências sociais sobre os próprios fundamentos epistemológicos dela.

Longe de querer atravessar o texto, buscando encontrar nele um sentido único, a análise do discurso materialista considera-o

em sua opacidade significativa, ou seja, a sua múltipla possibilidade de significar. É ilusão acreditar que a linguagem simplesmente “informa”. Como diz Orlandi (2015, p. 19-20), “a linguagem serve para comunicar e para não comunicar”. Observar o discurso é observar a constituição dos sujeitos e dos sentidos afetados pela língua e pela história.

O discurso é o lugar particular em que a relação língua e ideologia é materializada. Enquanto efeito de sentido entre sujeitos, o discurso precisa ser compreendido em sua dimensão simbólica e política (Orlandi, 2005a). Entendê-lo dessa forma é pensar a linguagem em relação à constituição dos sujeitos e à produção de sentidos. Ao mesmo tempo em que o discurso se repete, ele também possibilita a renovação, a contingência, e é por meio dele que relações sociais e os conflitos que delas emanam podem ser materializados nas práticas discursivas.

De acordo com Orlandi (2005a), o sentido é sempre uma palavra por outra, é a produção do já dito, do já dado, efeito de evidência. Ele existe nas relações de metáfora (transferência) e ocorre nas formações discursivas. Importante ressaltar que sem a história não há sentido, é a inscrição da história na língua que faz com que esta signifique (Orlandi, 1994). O acontecimento discursivo é ponto de encontro do que é dito com a memória do dizer, pois a memória retoma os sentidos estabilizados pela história.

Segundo Pêcheux (2014, p. 146), “[...] o caráter material do sentido – marcado por uma evidência transparente para o sujeito – consiste na sua dependência constitutiva daquilo que chamamos ‘o todo complexo com dominante’ das formações ideológicas”. O sentido do que é dito em quaisquer circunstâncias, para o autor, não existe em si mesmo, mas é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo discursivo, ou seja, é a posição que

o sujeito ocupa na prática discursiva (em referência às formações ideológicas) que determina os sentidos possíveis para o que é dito.

E para poder significar, aquilo que é falado antes age sobre as palavras, pois a memória é que possibilita a significação. O conceito de interdiscurso, também definido como memória discursiva, traz sentidos até nós, possibilita-nos significar os dizeres inscritos em diferentes práticas discursivas. Assim, o interdiscurso está articulado ao complexo das formações ideológicas: alguma coisa fala antes, em outro lugar. Esse já-dito ganhará sentido na materialização das formações ideológicas pelas formações discursivas. Essa última se refere ao que o sujeito pode e deve dizer em uma dada situação, em uma conjuntura dada. Ou seja, nem todas as coisas podem ser ditas por quaisquer pessoas em quaisquer circunstâncias – o dizer é controlado, ele segue as regras instituídas socialmente.

Enquanto o interdiscurso refere-se a essa memória discursiva, a sentidos possíveis já-ditos, o intradiscurso é o fio do discurso, que permite uma linearidade ao interdiscurso. Pêcheux (2014) considera esse par primordial para entender a instabilidade das formações discursivas, pois é na relação entre interdiscurso e intradiscurso que as práticas discursivas se efetivam e que os sujeitos produzem e reconhecem sentidos na e da história.

O pré-consciente caracteriza a retomada de representação verbal (consciente) pelo processo primário (inconsciente), chegando à formação de uma nova representação, que aparece conscientemente ligada à primeira, embora sua articulação real com ela seja inconsciente. (PÊCHEUX, 2014, p. 163)

O vínculo entre as duas representações verbais (a retomada e o novo) é reestabelecido na discursividade. Ele procede da identificação simbólica, representado por meio das leis da língua. O discurso é heterogêneo, não se fecha em si mesmo e é duplamente determinado: pelas formações imaginárias que remetem a formações definidas e pela relativa autonomia da língua. Para complementar a reflexão sobre os fundamentos da análise do discurso, vamos explorar um pouco mais algumas categorias e estabelecer uma relação entre discurso, ideologia e formações imaginárias.

Discurso e ideologia: a relação com o imaginário

Não há relação termo-a-termo entre as coisas e a linguagem e essa relação só ocorre pela ideologia, ou seja, a relação direta é um efeito do imaginário atuando sob a significação. “A ideologia é vista como imaginário que medeia a relação do sujeito com suas condições de existência” (Orlandi, 1994, p. 56), não sendo produzida de maneira regular e homogênea, e a luta ideológica de classes é o ponto de encontro de dois mundos distintos e preexistentes cada um com suas práticas e modos de agir no mundo.

A ideologia, nessa perspectiva, não é “x”, mas o mecanismo de produzir “x”. Segundo Orlandi (1994), diante de qualquer objeto simbólico, o homem é levado a interpretar. A significação é um movimento contínuo determinado pela materialidade da língua e da história. A interpretação, de acordo com a autora, é sempre regida por condições de produção específicas que, no entanto, aparecem como universais, eternas. É a ideologia que produz o efeito de unidade, sustentando-se sobre o já-dito, admitidos como “naturais” (Orlandi, 2005b).

A ideologia, de acordo com Orlandi (1994), naturaliza o que é produzido pela história; há simulação em que são construídas transparências para serem interpretadas por determinações históricas que aparecem como evidências empíricas. A forma material é histórica, perpassada pela opacidade e pelo equívoco. Se se tira a história, a palavra vira imagem pura (perde significado). A análise do discurso compreende a história como fatos que reclamam sentidos, cuja materialidade só é possível de ser apreendida no discurso e compreendê-lo é explicitar o modo como o processo discursivo produz sentidos.

Os aspectos sociais, para a análise do discurso, moldam as e são moldados pelas práticas discursivas, transformam-se e transformam-nas de acordo com as formações imaginárias que se constituem a partir das relações sociais estabelecidas. Tais relações intervêm nas condições de produção dos discursos e dizem respeito à posição assumida pelos participantes no curso de uma dada interação. As formações imaginárias designam os lugares que os sujeitos atribuem a si próprios e aos outros, a imagem que eles fazem de lugar que ocupam na prática discursiva e do lugar ocupado pelos outros. Nesse espaço, intervêm a ideologia e os efeitos imaginários. (Orlandi, 1994)

Para Pêcheux (2014, p. 124), “o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico estão materialmente ligados, sem ser confundidos, no interior como processo do Significante na interpelação e na identificação”. Nesse processo se realiza as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção. E para entender como o imaginário atua no processo de significação, é necessário que se compreenda a noção de sujeito na análise do discurso constituído a partir da influência dos estudos psicanalíticos.

Sujeito na análise do discurso e na psicanálise

Nos trabalhos de Pêcheux, podemos observar as referências diretas e indiretas aos estudos de Lacan. Aqui cabe lembrar a afirmativa que autor resgata de Lacan: “só há causa daquilo que falha”. A falha perpassa os estudos Pêcheux, que se vê obrigado a questionar a relação estabelecida entre a teoria do discurso e a análise. As categorias ego e forma-sujeito são revisitadas pelo autor, assim como a relação entre inconsciente e ideologia. Tendo em vista que a ideologia é constitutiva da linguagem, o sujeito só se constitui como ser no mundo na e pela linguagem e, por meio de suas ações no mundo, materializa ideologias. O que falha, segundo Pêcheux (2014, p. 277),

é essa causa na medida em que que ela se ‘manifesta’ incessantemente e sob mil formas (o lapso, o ato falho etc.) no próprio sujeito, pois os traços inconscientes do significante não são jamais ‘apagados’ ou ‘esquecidos’, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação sentido/non-sens do sujeito dividido. (grifos do autor)

Para a Análise do discurso, ideologia e inconsciente encontram-se materialmente ligados. A noção de sujeito, defendida pelo autor, está diretamente relacionada à perspectiva da Psicanálise, sujeito inconsciente, clivado, descentrado, e dos estudos althusserianos, sujeito assujeitado a uma ideologia, constituído pela linguagem. O sujeito é efeito da linguagem, constitui-se como tal na e pela linguagem.

O sentido, conforme defende Pêcheux (2014, p. 277), é produzido no *non-sens* “pelo deslizamento sem origem do significante[...]”. Mas, o autor ressalta que “não há rituais sem falhas, enfraquecimentos

e brechas”. O lapso e os atos falhos (gafes, equívocos, hesitações etc.), assim como a metáfora (uma palavra por outra) são constitutivos dos rituais. A ordem do inconsciente, de acordo com Pêcheux, não coincide com a ordem da ideologia, mas isso não quer dizer que esta não deva ser pensada em sua relação com o inconsciente. Também não há identificação entre recalque, assujeitamento e repressão.

O sujeito, nessa perspectiva “é sempre, e ao mesmo tempo, sujeito da ideologia e sujeito do desejo inconsciente e isso tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação” (Henry, 1992, p. 188-189). Trata-se de uma relação de assujeitamento a uma dada posição ideológica no interior de práticas discursivas que se realizam em diferentes instâncias sociais, sejam elas de caráter político, religioso, cultural ou jurídico. Cada uma delas delimita os próprios rituais que circunscrevem as práticas discursivas.

Os estudos da linguagem humana permeiam os fundamentos da psicanálise. A partir dos deslizos, tropeços, os estudos psicanalíticos observam o desejo, a verdade do sujeito – “é na linguagem que o inconsciente se representa” (Mariani; Magalhães, 2013, p. 106). Lacan propõe uma releitura dos trabalhos de Freud, introduzindo “a linguística como disciplina de vanguarda que teria um papel de guia” no processo de observar esses tropeços da linguagem. (Mariani; Magalhães, 2013, p. 108).

Segundo as autoras (2013), em *A instância da letra ou a razão desde Freud* (1957), Lacan retoma o pensamento saussuriano sobre significado e significante, modificando-o. Para Lacan, o Significante está sobre o significado, separado em duas etapas pela barra. E a barra *barra*, ou seja, separa, privilegiando o significante sob o significado. Assim como Saussure, Lacan entende que o significante

não tem significado, é pura diferença e estrutura-se conforme leis de uma ordem fechada. Mas, diferente de Saussure, para Lacan, não há significantes presos a significados, mas há movimentos de deslizamento dos significantes, nomeados como metonímia e metáfora.

Pela metonímia, há conexões entre significantes, onde significações remetem a outras que não são evidentes para o sujeito que fala. Na metáfora, há substituições de um significante por outro, mas não sem fundamento. Elas não são aleatórias e, assim como as metonímias, portam algo da verdade do sujeito. Lacan (1983, p. 24) citado por Mariani e Magalhães (2013), afirma que “a linguagem é condição do inconsciente [...] não há inconsciente sem linguagem”. E quando se fala em sujeito na psicanálise, fala-se do sujeito do inconsciente, esse Outro estranho que nos habita e que nos leva a tropeçar na língua.

Uma das formas que o conceito de discurso é definido por Lacan, de acordo com Mariani e Magalhães (2013), é como o que articula língua e linguagem na constituição do sujeito do inconsciente. Ainda mais, o inconsciente é o discurso do Outro, discurso que circula e que antecede a constituição do sujeito. Clement (1975b, p. 51) citado por Authier-Revuz (2004, p. 64), afirma que

O Outro é o lugar estranho, de onde emana todo discurso: lugar da família, da lei, do pai, na teoria freudiana, elo da história e das posições sociais, lugar a que é remetida toda subjetividade; dizer que o inconsciente é o discurso do Outro é reafirmar, de maneira determinista, que um discurso livre não existe e é dar-lhe a lei. (grifos da autora)

Ao enunciar, o sujeito se enuncia, cria uma representação de si e do outro, está preso a uma rede de significantes. É no espaço vazio do discurso que o indivíduo se constitui como sujeito e é só na condição de sujeito que estamos no discurso. Na relação de alteridade, o sujeito se constitui e constrói seu discurso. Desse modo, o discurso, assim como o sujeito, é atravessado pelo outro. O sujeito do inconsciente, sujeito como efeito da linguagem, é o ponto fundamental para a análise do discurso e, conforme nos lembra Authier-Revuz (2004), a linguagem é a condição do inconsciente.

Em seus estudos sobre a heterogeneidade constitutiva do discurso, a autora reforça a ideia de que “não há um discurso do inconsciente”. O que ocorre, segundo ela, é que o inconsciente age no discurso (p. 52), pois “todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos ‘outros discursos’ e pelo ‘discurso do outro.’” (Authier-Revuz, 2004, p. 69). Ainda de acordo com a autora, o outro é constitutivo do dizer, não diz respeito a algo exterior, um objeto do qual se fala, mas uma condição para que se fale e o sujeito que diz não é a fonte primeira desse dizer.

O Outro é a força que produz o assujeitamento. Uma parte fala e uma parte existe, e se colocam como outras de si mesmas. Mas, o sujeito não se vê dividido e, segundo a Teoria Psicanalítica, a completude se dá por uma operação imaginária. A única coisa que nega essa completude é o inconsciente, que desconhecemos e negamos.

O sujeito está à mercê das informações que o atravessam e ele é dividido entre o “eu” e o inconsciente. Essa divisão se dá na linguagem, pois “se não fala (se não se comunica), o sujeito não existe. Mas quanto mais fala, mais se mostra como é: dividido” (Bucci, 2021, p. 284). Em um mesmo ato, a linguagem constitui e divide o sujeito porque ele se assujeita a ela para se constituir e nesse instante ele se divide.

Bucci, ao retomar Lacan, discorre sobre os conceitos de Simbólico, de Imaginário e de Real, formando uma triangulação que nunca se separa. A primeira ordem, do Simbólico, é uma face da linguagem “onde se assentam os significantes”, sejam visuais, sonoros ou escritos, que representam uma ideia. Já a ordem do Imaginário corresponde aos significados, “são as ideias que fazemos desses objetos, que passam a ser identificáveis e nomeáveis graças à linguagem” (Bucci, 2021, p. 298). A relação que se estabelece entre significado e significante se dá por deslizos, não são fixas e podem sempre vir a ser outra.

O próprio sujeito, ao se constituir na linguagem, entrará na ordem do Simbólico como um significante. A incompletude e a falta do sujeito lhe moverão em busca do significado. Para Bucci (2021, p. 303),

Significante à deriva, o sujeito anda atrás de uma significação, de algo de onde retire o significado que lhe falta. Em sua comunicação (linguagem), é o que busca todo o tempo. Os significados virão pelo caminho, uns grudarão mais, outros menos, e logo o deslizamento recomeça.

A mediação entre o sujeito significante e o seu significado se dá na Ordem do Imaginário. Assim, a operação imaginária confere sentido que acopla significado e significante, dando a sensação de completude ao sujeito. Mas, quando o sujeito fala sobre si, seu discurso mostra as idas e vindas do movimento de “aderência que se ensaia e não se consuma entre significante e significado” (Bucci, 2021, p. 306).

O sujeito constrói completudes imaginárias sobre si, sobre o outro, sobre os enunciados que só se operam na Ordem do Imaginário.

O processo que o sujeito estabelece um significado para si parte de um equívoco porque ele “não ‘é’ nem tem como ‘ser’ o significado que diz ‘ter’” (Bucci, 2021, 306). Esse equívoco é relação necessária e é o que dá significado ao sujeito.

Ferreira (2010), ao pensar o sujeito na análise do discurso, substituirá a tríade de Lacan por um nó borromeano que simboliza o sujeito nesse lugar entrelaçado pela linguagem, pela ideologia e pelo inconsciente. De ordens diferentes, cada uma estabelecerá um furo, sendo o sujeito um “*ser-em-falta*: o furo da linguagem, representado pelo equívoco; o furo da ideologia, expresso pela contradição, e o furo do inconsciente, trabalhado na psicanálise.” (Ferreira, 2010, s. p.). O desafio que a análise do discurso encontra é pensar, de um lado, o sujeito assujeitado pela ideologia, pelas relações sociais e a luta de classes e, de outro lado, o sujeito desejanste, faltante. A tensão, assim, está presente seja na teoria, seja na análise, movimentando sujeitos e sentidos, podendo vir a ser outro ou ser dito de outra forma.

Nessa tensão, trabalharemos com a noção de Superindústria do Imaginário que, segundo Bucci (2021, p. 310), é o “monopólio do capital sobre o Imaginário, nada menos que isso”. Para ele, a falta do sujeito que é preenchida pelo Imaginário, na Superindústria do Imaginário é suprida por signos fabricados industrialmente. As relações, que só se realizam e se consomem entre sujeitos, passam a ser mediadas por imagens que apagam contradições. Para entender como o capital se apropriou da operação imaginária, precisamos situar as relações de poder e as condições de produção de nossa formação social.

Segundo Pêcheux (2015, p. 252), falar das coisas como se fossem transparentes e sem qualquer ambiguidade “é desconsiderar totalmente a constituição essencialmente ideológica do discurso

e do sentido”. Dessa forma, é necessário considerar as condições de produção que propiciam que certos sentidos signifiquem/dominem em determinadas conjunturas.

Disputa de sentidos: atravessamento das relações de poder

Michel Foucault foi uma influência importante para a análise de discurso, principalmente no que diz respeito à noção de formação de discursiva e das relações de saber e poder. Foucault retoma os estudos da psicanálise e da história para discutir a relação objeto de desejo/objeto de que os sujeitos querem se apoderar. Desejo e poder orientam as produções discursivas em diferentes acontecimentos.

Para o autor, a verdade não é ou está (n)isso ou (n)aquilo, desde sempre e para sempre, mas foi e continuará sendo produzida e efetivada a partir de jogos de relações sociais, políticas, jurídicas, religiosas e históricas, permeadas pelo elemento poder. Toda forma de se posicionar discursivamente implica em uma necessidade de correlacionar o que é dito como verdade. Para Foucault (2005, p. 20),

O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la.

A vontade de verdade, de acordo com o autor, é ignorada ao ser confrontada com uma verdade controlada, delimitada e validada por grupos de controle que se instauram em diferentes instâncias

da sociedade. Trata-se de uma verdade rica e fecunda que exerce poder de controle e interdição daquilo que foge aos padrões estabelecidos socialmente. A vontade de verdade é imposta como verdade absoluta e, muitas vezes, não encontra resistência, pois delimita os sentidos possíveis, validando o que é aceitável e descartando o não aceitável como não legítimo.

O efeito de sentido diz respeito às diferentes possibilidades de significação que um mesmo enunciado pode assumir de acordo com a formação discursiva na qual está inscrito e (re)produzido. Construídos nas formações discursivas e fruto dos efeitos da memória, os sentidos são condicionados por meio de um efeito ideológico que provoca no gesto de interpretação a ilusão de que um enunciado quer dizer o que está realmente dizendo (sentido literal).

Assim, o sentido e a verdade não estão relacionados à informação, mas a um processo material de construção determinado sócio-histórico-ideologicamente. O que é dito em uma dada prática discursiva traz em si a materialidade do processo de significação e da constituição do sentido e do sujeito. O sentido literal já é um efeito de sentido construído no uso da linguagem justamente nos espaços de disputa pela palavra e pela verdade, no confronto de sentidos e sujeitos.

A incompletude é uma condição para a linguagem fazer sentido. Ela (a linguagem) e a sua materialidade linguística (a língua) não são transparentes e os sentidos não são os conteúdos. Segundo Orlandi (2015, p. 47), “para que a língua faça sentido, é preciso que a história intervenha, pelo equívoco, pela opacidade, pela espessura material do significante”.

No processo de produção textual, há um apagamento necessário, pois os sentidos não só retornam, mas também se projetam em (re)significações. O discurso é incompleto assim como são

incompletos os sujeitos e os sentidos. Para Orlandi (2011, p. 162), “a história dos sentidos cristalizados é a história do jogo de poder na/da linguagem”.

Na conjuntura atual, “o capital já deu provas suficientes de que não é ferramenta a serviço do homem, mas uma finalidade em si e para si, capaz de requisitar sujeitos (tornados objetos) para se reproduzir” (Bucci, 2021, p. 282). A formação social do capitalismo produz efeitos na constituição de sentidos e de sujeitos. Estudos recentes apontam para o neoliberalismo na constituição de subjetividades. Segundo Bonança (2020), o neoliberalismo atravessa relações não só econômicas, mas também alcançam as relações sociais, perpassando por diversos discursos. De acordo com a autora (Bonança, 2020), podemos pensar o neoliberalismo como uma formação ideológica que se estende às práticas sociais.

O neoliberalismo se constitui como um mecanismo que se justifica mesmo sem ganhar algo em troca. Segundo Zizek (2014, p. 79), “o fato de o capitalismo não ser ‘justo’ constitui um dos traços fundamentais daquilo que o torna aceitável para a maioria”. Isso implica dizer que o sujeito prefere a perda do adversário, mesmo que isso signifique que o próprio sujeito perderá também, que ver o ganho do outro.

A individualização, o ideal de sucesso, a máxima “fé, força e foco” seriam algumas das ideias neoliberais dispersas nas igrejas, escolas, nas administrações públicas... contribuindo para dispersar a posição-sujeito neoliberal e, ao mesmo tempo, ressignificar outras posições-sujeitos a partir da racionalidade neoliberal. (BONANÇA, 2020, p. 59)

Esses ideais têm sido disseminados em diferentes instâncias da sociedade (como a igreja, a família etc.), com destaque para as mídias sociais, dado o alcance e a rapidez com que as mensagens são veiculadas. No contexto deste trabalho, trataremos especificamente de discursos produzidos pela extrema-direita nessas mídias. Miguel (2018, p. 19) afirma que o termo direita “precisa ser relativizado”, pois há confluência de ideias de grupos diversos e as instâncias mais extremadas abarcam três vertentes principais, “que são o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e a reciclagem do antigo comunismo”. Nos três eixos que compõem a nova direita, há o atravessamento do capital e do livre mercado e “o discurso renovado da meritocracia veio a calhar sobretudo para as classes médias, que se viam às voltas com seu eterno receio de perder a diferença em relação aos mais pobres” (Miguel, 2018, p. 23).

Baseando-se no discurso meritocrático, a lógica capitalista influencia a visão da classe média que acredita serem os programas de inclusão social e os movimentos sociais, como o MST – para tratar do *corpus* da nossa análise –, a retirada de seus direitos conquistados por “esforço” e “trabalho duro”. Para Pêcheux (2015, p. 272), “a história, mais especificamente a luta de classes, não é nem uma pessoa nem uma coisa. As contradições da luta de classes atravessam e organizam o discurso sem nunca serem claramente resolvidas”. Nesse sentido, cabe interrogar os sentidos que vão se cristalizando em uma luta de poder pela linguagem e as posições que os sujeitos assumem para disseminar certos discursos. Atravessar o texto para compreender o funcionamento discursivo que sustenta materialidades linguísticas é o que será feito a seguir.

Discursos de ódio e de exclusão nas mídias sociais

Conforme dito anteriormente, neste estudo analisaremos a falha como constitutiva do sentido e do sujeito, mostrando como a falha, o equívoco que constitui o sujeito movimenta-o na busca pelo sentido. Nesse movimento, o sujeito constrói o sentido ao se construir como ser no mundo, ser de linguagem e ser ideológico.

A publicação a seguir foi retirada de uma página de divulgação que apoia o ex-presidente Jair Bolsonaro. A postagem é datada de 04/05/23, momento político brasileiro marcado pela instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, e os comentários que a seguem se referem a essa mesma postagem.



Imagem 1

Fonte: página do Facebook

Na linguagem verbal, a argumentação estabelecida pode (ou não) acontecer a partir das estratégias discursivas que o sujeito mobiliza para construir sentidos, e isso ocorre também com as imagens. Essas, pela própria natureza, tendem a despertar sentimentos, causar emoções e a manipulação de seus elementos pode gerar discurso de ódio.

A imagem atrai a atenção e condensa sentidos em uma representação que tenta apagar as contradições e a historicidade que permitem chegar a um determinado sentido. Dessa forma, “as imagens são o oposto da argumentação racional. Existiria nelas um potencial de inviabilizar as mediações que possibilitam o entendimento dialogado entre as pessoas” (BUCCI, 2021, p. 238).

Ao analisarmos a imagem 1, verificamos que o discurso que sustenta a sua produção traz dizeres de exclusão do sujeito por meio do uso da violência que sugere a garantia de um certo sentido de liberdade e de segurança por quem o enuncia. Embora, em um primeiro momento, possamos dizer que se trata de um aviso a qualquer sujeito que adentrar à propriedade sem ser convidado, a violência tem um alvo específico construído historicamente: o Movimento dos Sem Terra (MST), conforme será apresentado a seguir por meio dos comentários que seguem à publicação. O MST é um movimento minorizado, que busca por emancipação econômica e social, e é construído discursivamente na mensagem como “invasores” e “vândalos”.

A liberdade que o dizer procura construir é a liberdade de (poder) matar o outro em nome de uma segurança. Os conceitos de propriedade privada, de liberdade e de segurança estão na base das ideias e dos valores propagados pelo discurso neoliberal. Esse tipo de discurso afirma, por exemplo, que “o trabalho dignifica o homem”, “a conquista é resultado de muito esforço e trabalho”, e

apaga as condições reais de trabalho e das relações sociais estabelecidas no Brasil.

Em um estudo feito por Solano (2018), um dos pontos de quem se identifica com o ex-presidente é o tema da segurança pública e do modo como essa questão é tratada por ele. Segundo a autora, “o medo é um sentimento profundamente humano e deve ser entendido. Para explorar o medo, porém, precisamos de um inimigo. A criação do inimigo é uma ferramenta política muito aceitável em momentos de crises.” (Solano, 2018, p. 12)

Para preencher os significantes vazios que começam a circular neste contexto de instabilidade, constrói-se uma cadeia de equivalentes que passam a representar as dinâmicas sociais: “o inimigo, o vagabundo, que pode ser o estrangeiro, o imigrante, o jihadista, o comunista ou pode ser o inimigo interno, o jovem negro favelado, o corrupto” (Solano, 2018, p. 12). Essa manobra feita na tentativa de manter apoiadores coesos e simpatizantes de determinados ideais provoca uma individualidade coletiva, ou seja, ainda que os sujeitos, que concordam com certa representação de inimigo construída em conjunto, a resposta para o problema é individualizada.

O sentido construído em torno da ideia de segurança joga com os significantes de invasores e sobreviventes. Dito de outra forma, se o sobrevivente for um invasor, ele não merece viver. A violência é instituída e validada em nome de certa segurança: a segurança de manter a propriedade privada, o direito à posse da terra por parte de quem é dono dela, ainda que se trate de terra improdutiva. O desejo de liberdade e de segurança são sentimentos existentes e que caracterizam o sujeito. Em sua falta constitutiva, e na busca do preenchimento dessa falta, ou seja, a busca de acoplar um significado aos significantes de liberdade e de segurança, o sujeito estabelece,

pela operação imaginária, o sentido fabricado industrialmente na perspectiva que estamos adotando.

A Superindústria do Imaginário aprendeu a fabricar os desejos do sujeito e depois entregar o produto que irá lhe dar a sensação de completude. Liberdade e segurança encontram-se atreladas a bens materiais como propriedade privada e armamento da população. A sensação de completude do sujeito é ter a liberdade de defender “o que é seu” da forma que lhe for conveniente. O discurso de ódio e de exclusão do outro é legitimado pela defesa da propriedade privada. Para defender a posse da terra vale qualquer coisa, inclusive matar o invasor.

No capitalismo, a mercadoria sem corpo físico palpável, ou seja, os signos, sejam imagens ou palavras, ganhou destaque, em que “o capital aprendeu a fabricar discursos” (2021, p. 21). Os sentidos, agora fixados aos signos pelo olhar social, constitui a Superindústria do Imaginário que, “impregnados de valor de troca, esses produtos atravessam a imaginação das pessoas. Por meio disso, o capital avança sobre as subjetividades e sobre as subjetivações” (Bucci, 2021, p. 24).

A imagem 1 mobiliza sentidos de violência física e que são visualmente perceptíveis pela composição de dizeres, da cor vermelha e do símbolo de arma. O vermelho é também utilizado pelo MST, juntamente com o branco, o verde e o preto, cada cor com uma simbologia específica para o movimento. No lugar da arma de fogo, o movimento utiliza o facão, pois é a ferramenta de trabalho e também caracteriza um símbolo de resistência. A ideologia materializada por meio do discurso estabelece a relação dos sujeitos com as condições de existência deles (Orlandi, 1994). O outro, nesse caso, encontra-se em uma posição oposta e, portanto, pode se configurar como uma ameaça à ideologia propagada.

O ódio materializado por meio dos dizeres que compõem a Imagem 1 também se encontra materializado em discursos mais sutis que, de forma mais ou menos velada, constitui uma violência simbólica. Isso pode ser observado a partir dos comentários abaixo feitos no post da imagem:

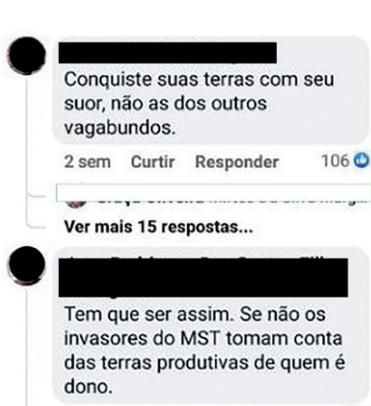


Imagem 3

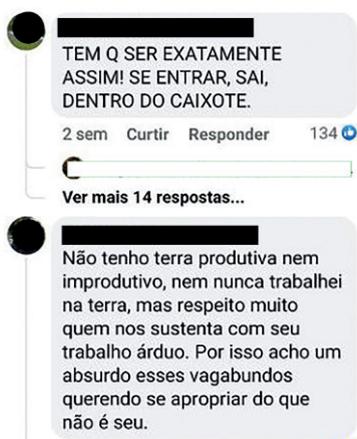


Imagem 4



Imagem 5



Imagem 6

Fonte: página do Facebook

A partir dos comentários feitos sobre a imagem, percebemos que a formação imaginária que se constrói do MST é que são “vagabundos”, “invasores” e “vândalos”. Essas imagens remontam a uma memória discursiva que trata qualquer luta por direitos sociais como manifestações comunistas. A evocação do comunismo como um regime que cerceia a liberdade de ir e vir e o direito à propriedade particular projetam o MST como um inimigo da democracia. O discurso de ódio ao MST é alimentado pelo discurso de ódio que grupos de extrema direita disseminam sobre a esquerda. A esquerda tem sido retratada por grupos religiosos extremistas como defensora de “bandidos”, destruidora da família, antipatriota, contrária ao cristianismo, disseminadora de ideologia de gênero. A direita, ao contrário, se autorretrata como defensora da moral e dos bons costumes por meio da máxima “Deus, pátria e a família”.

Podemos dizer que o Movimento dos Sem Terra (MST) passa a ser construído como um significado que preencherá o significante vazio de inimigo. O ódio é materializado nos dizeres “*Tem q ser exatamente assim! Se entrar, sai, dentro do caixote*” (Imagem 4), “*Pra dentro da minha propriedade eu sou igual ao STF, eu prendo, acuso e condeno... Cerca foi feita pra respeitar...*”, “*É assim que se deve ser recebido o pessoal do MST*” (Imagem 5), “*Cada um se protege como pode, estão certíssimo*”, “*Infelizmente tem que ser assim porque a maioria deste invasores são vândalos para não dizer um palavrão*” e “*O aviso tá ali azar de quem entra*” (Imagem 6).

Na imagem do post, Imagem 1, não há nenhuma indicação direta que está se referindo ao MST, porém é preciso lembrar de que “os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e além delas” (Orlandi, 2015, p. 40). Logo, o processo discursivo que sustenta o sentido construído na e por meio da mensagem

retoma a memória discursiva do já-dito sobre o MST e o discurso dominante que prevalece sobre o movimento é o discurso da direita e da extrema-direita.

Acreditamos que a força que o discurso da extrema-direita promove na constituição da representação negativa do MST sé dá pelo atravessamento do discurso meritocrático, que podemos observar em *“Conquiste suas terras com seu suor, não a dos outros vagabundos”*, *“Tem que ser assim. Se não os invasores do MST tomam conta das terras produtivas de que é dono”* (Imagem 3), *“Não tenho terra produtiva nem improdutivo, nem nunca trabalhei na terra, mas respeito muito quem nos sustenta com seu trabalho árduo. Por isso, acho um absurdo esses vagabundos querendo se apropriar do que não é seu”* (Imagem 4), *“Esses vagabundos só querem terra já prontas de pra eles uma área de mato pra eles cortarem as arvores e destacar o terreno ai eles não querem só querem terreno limpo”* (Imagem 5), *“Fez muito bem. Temos que lutar pelo que é nosso”* (Imagem 6).

Vemos que há uma ideia de individualização do sujeito e a defesa de “esforço” e “trabalho árduo” como sinônimo de sucesso. Nos dizeres acima, há também associação de *“esses vagabundos só querem terra já prontas... só querem terreno limpo”* com a concepção de “preguiçosos”. Solano (2018, p. 19) ressalta que o movimento negro, feminismo e movimento LGBTQIA+, na visão dos apoiadores do ex-presidente, “são grupos que sofrem preconceito, sim, mas estão abusando de seus direitos”. Segundo os simpatizantes do governo passado, esses grupos se vitimizam como forma de conseguir regalias que não estariam acessíveis a quem não pertence à minoria.

A falha constitutiva do dizer pode ser exemplificada na seguinte mensagem: *“esses vagabundos só querem terra já prontas... só querem terreno limpo”*. Nesse caso, o sujeito que enuncia, como

não é o dono do sentido, pode ter seu dizer interpretado da seguinte maneira: o MST, em vez de ocupar matas nativas, terras que não foram exploradas, querem ocupar terras que foram desmatadas, limpas e demarcadas por seus proprietários. A memória histórica da propriedade da terra no Brasil nos remonta à ideia de grilagem de terras. Nessa perspectiva, pode-se dizer que cabe ao MST ocupar terras “não prontas”, terrenos “não limpos”. Cabe ao MST praticar grilagem de terras, fazer seus assentamentos em florestas ou áreas de mata nativa.

Pensando o MST como parte das lutas coletivas, o movimento passa a ser construído a partir de uma cadeia de equivalentes que procura igualá-lo aos demais grupos minoritários e, por isso mesmo, marginalizados, também pertencentes a um coletivo de “mimimi”. Colocado ao lado de outros movimentos, o discurso da meritocracia produzirá o sentido de luta por direitos como privação da liberdade e da segurança de “*quem nos sustenta com seu trabalho árduo*” (Imagem 4).

Podemos dizer que os significantes de liberdade e de segurança têm um sentido construído a partir da formação social capitalista e esses significados são retomados no discurso. Os significados, agora fabricados industrialmente, passam a constituir e se materializar no discurso que legitima o ódio ao outro em prol da meritocracia. Nesse sentido, objetiva-se apagar contradições e resistências daqueles que acreditam haver outras possibilidades de existir. Como dito por Pêcheux (2014, p. 281), “não há dominação sem resistência [...] é preciso ‘ousar se revoltar’” e “ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja [...] é preciso ‘ousar pensar por si mesmo’”.

Considerações finais

Neste estudo, procuramos, por meio da articulação entre a análise do discurso materialista – principalmente no que diz respeito à relação entre sujeito, inconsciente, discurso e ideologia – e a Superindústria do Imaginário, apresentar uma reflexão sobre a falha como constitutiva do sujeito. Ao enunciar, o sujeito evoca discursos com os quais se identifica por um processo de ilusão imaginária de ser a fonte das ideias que dissemina. Tais ideias, contudo, são fruto de sua relação com o meio em que vive, pois o próprio sujeito é efeito da linguagem, se situa no tempo e no espaço e enuncia de uma dada posição discursiva.

Ao enunciar algo, o sujeito o faz de uma posição legitimada socialmente e situa o outro também em uma posição. Nessa relação, o outro, quando não compactua os mesmos interesses de quem diz, muitas vezes, é tratado como inimigo. Ambos se encontram inseridos em uma conjuntura social que tende ao extremismo financiado pela Superindústria do Imaginário. A ideologia funciona como relação necessária entre linguagem e mundo e se encontra ligada materialmente à noção de inconsciente. Inconsciente e ideologia dissimulam sua existência no interior do próprio funcionamento do discurso, produzindo evidências subjetivas nas quais se constitui o sujeito.

Referências bibliográficas

AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Tradução de Leci B. Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

- BONANÇA, R. N. *Discurso neoliberal e gênero: uma análise do discurso empresarial*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2020.
- BUCCI, E. *A superindústria do imaginário: como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- FERREIRA, M. C. L. Análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. *Organon*, Porto Alegre, v. 24, n. 48, 2010. DOI: 10.22456/2238-8915.28636. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/28636>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2005.
- HENRY, P. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Tradução de Maria Fausta P. de Castro. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- MARIANI, B.; MAGALHÃES, B. Lacan. In: OLIVEIRA, L. A. (Org.). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola, 2013.
- MIGUEL, L. F. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGU, E. S. *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ORLANDI, E. P. A análise de discurso e seus entremeios: notas a sua história no Brasil. _____. (Org.). *Cadernos de Estudos Linguísticos: História das Ideias Linguísticas*, Campinas, n. 42, p. 21-40, 2002.
- _____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2015.
- _____. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso (Michel Pêcheux et l'Analyse de Discours). *Estudos da Língua(gem)*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 9-13, 2005. DOI: 10.22481/el.v1i1.973. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/973>. Acesso em: 10 fev. 2024.

- _____. Discurso, imaginário social e conhecimento. *Revista Em Aberto*, Brasília, v. 14, n. 61, p. 52-59, 1994: Educação e imaginário social: revendo a escola. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2250>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- _____. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. *RUA*, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 35-47, 2005. DOI: 10.20396/rua.v1i1.8638914. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638914>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- _____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 6. ed. Campinas: Pontes, 2011.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Tradução de Eni Orlandi, Lourenço Chacon J. Filho, Manoel Luiz G. Corrêa, Silvana M. Serrani. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- _____. As massas populares são um objeto inanimado? (1978) In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Análise de discurso: Michel Pêcheux*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2015.
- SOLANO, E. Crise da democracia e extremismos de direita. *ANÁLISE*, Friedrich-Ebert-Stiftung (FES), Brasil, n. 42, p. 1-28, 2018. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14508.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- ZIZEK, S. *Violência*. São Paulo: Boitempo, 2014.

Paixões amargas: retórica, psicanálise e conflitos judiciais

FERREIRA, Luiz Antonio.
GOMES, Acir de Matos.

Introdução

Homens que somos, vemo-nos sempre na iminência de tomar decisões para dar rumos ao nosso existir em sociedade. Não raro, oscilamos entre a escolha de um procedimento estritamente racional, sensato, e outro, muito impulsivo, interno e apaixonado que nos encaminha para gestos que marcam menos ou mais profundamente o nosso existir. Nossas decisões, tênues ou vigorosas, tatuam em nós nuances de nosso caráter. Se a razão nos convence de que há um melhor caminho decisório (*logos*), as paixões (*pathos*), como nos ensina a Retórica, têm uma força persuasiva que, às vezes, pode nos levar a cometer desatinos que atravessam os limites do bom senso.

Razão e emoção, então, se digladiam em nós, e nosso agir encontra-se imerso em discursos sociais que tentam se conformar ao bem viver em paz com os outros e com nosso interior. Julgamos e constantemente somos julgados por nossos atos e, ao longo dos anos vividos, sempre e cada vez mais, entendemos que há, em nós, um espaço do pensar e um espaço do sentir. Nesse espaço se produzem os discursos sociais que insistem em promover uma divisão estanque entre um demonstrar científico friamente racional e um revelar menos rígido e mais próximo das modalidades do desejo. O auditório, quer sejamos nós mesmos os ouvintes de nosso interior ou um outro, externo a nós, assume papel de protagonista quando se vê envolvido em conflitos humanos que solicitam assumir pontos de vista e a sustentá-los para encerrar uma questão que não se submete a esquemas linguageiros ou formais característicos da argumentação, embora assim pareça ser no final.

Argumentar para viver é, então, uma necessidade indiscutível, uma vez que não estamos sozinhos no mundo. Como oradores, é sempre possível valeremo-nos de um conjunto de diversas técnicas argumentativas encadeadas, criteriosamente, para fazer sobressair um raciocínio que se revele plausível e capaz de provocar a adesão do auditório a uma causa. Vale ressaltar, porém, que todo esforço técnico para bem argumentar não se desvincula das condições psíquicas e sociais em que se encontra o auditório: há um contato necessariamente intelectual, indutivo ou dedutivo, mas, muitas vezes, insuficiente para mover o outro a favor de uma causa pretendida. Quando a racionalidade argumentativa está em jogo, estão também em ebulição as emoções que funcionam, tanto no orador quanto no auditório, como pilares no processo persuasivo e decisório. Desse modo, razão e emoção são inseparáveis quando se evocam raciocínios para a tomada de uma decisão que envolva o agir social do outro.

O presente capítulo salienta algumas das principais formas emotivas que pontuam os discursos no tribunal do júri para demonstrar a complementariedade possível entre Retórica, Direito e Psicanálise. Refletiremos, aqui, sobre três casos de matricídio e parricídio, considerados crimes hediondos, mas que, como procuraremos demonstrar, são suscetíveis de uma hermenêutica ampla que leva em conta processos conscientes e inconscientes quando o dolo é colocado como uma questão de direito, porém, sobretudo, retórica e psicanalítica, que violenta a doxa e constringe a sociedade ao desequilibrar o que entendemos por conduta adequada e regulação social aceitável: o que leva alguém a assassinar seus próprios pais?

Para muito além de uma sentença que condena ou absolve um criminoso, o entendimento de amplos e diversificados motivos contextuais e discursivos que conduziram à conclusão decisória é fundamental para a constituição histórica de uma memória de crimes, não apenas para regular condutas sociais e promover justiça, mas, sim e principalmente, para, na singularidade de cada caso, desvendar os escaninhos do humano e promover uma justiça que não se satisfaça apenas com a mais acertada resolução legal. Casos de assassinato de pais e mães sempre trazem para o tribunal, além da comoção esperada, um emaranhado polêmico e nem sempre claro dos conceitos de responsabilidade e lucidez dos réus. Bons advogados muito colaboram com uma atuação retórica, que envolve construção criteriosa do discurso e conhecimento das leis, para que a demonstração, por meio de provas intrínsecas ou extrínsecas, justifique um agir humano a partir do jogo natural de racionalidade e emotividade que empregam seu fazer.

Como legalmente não se condena um crime, mas o autor desse crime, muitas vezes, para solver um caso factual e passível de

condenação, defensores, acusadores e acusados enveredam o ato retórico pela escolha de premissas argumentativas que podem indicar uma diferença estrutural de objetos que faz com que a discussão de um não seja a discussão primordial do outro, como explicaremos a seguir.

Retórica, Direito e Psicanálise: interfaces

Retórica, Psicanálise e Direito são conceitos que podem parecer muito distantes¹ uns dos outros. Na verdade, são. Há, porém, e de modo amplo nos fundamentos das três disciplinas, um elo comum: o uso da linguagem como ferramenta indispensável para a exploração de questões tanto racionais quanto passionais. Ligam-se, pois, e sobretudo, ao conflito humano. No cerne dos objetivos que envolvem essas três disciplinas, encontra-se a persuasão para o Direito e para a Retórica, mas não para a Psicanálise. Razão e emoção, como afirmamos na introdução, são também elementos inseparáveis no exercício oratório de qualquer uma dessas atividades humanas que, pelo discurso, procuram resolver conflitos.

1 Estabelecer relações é sempre possível, embora, como afirma, Rodrigo da Cunha Pereira, “não é muito simples fazer a interlocução Direito e Psicanálise, principalmente porque temos de rever conceitos muito estáveis no campo do Direito. (PEREIRA, Rodrigo da Cunha. A sexualidade vista pelos Tribunais. Belo Horizonte: Del Rey, 2000. p. 51-52). Com igual opinião, Alexandre Morais da Rosa assevera que: “a compatibilização teórica de institutos jurídicos com a psicanálise não pode ser feita de maneira simplista, precisando de contornos próprios e um tanto quase dificultosos. Numa segunda dimensão, deve-se considerar que o Direito não é afeto a esse diálogo, pretendendo o domínio total pela racionalidade consciente”. (MORAIS DA ROSA, Alexandre. Decisão Penal: bricolagem de significantes. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006. p.01)

Na Retórica e no Direito, o uso da palavra pretende, primordialmente, entender o fenômeno humano, que se manifesta no discurso, e sua ligação com os processos mentais conscientes revelados por meio dos atos retóricos. O discurso psicanalítico, por sua vez, empenha-se em desvendar os processos mentais inconscientes, mas não pode prescindir de um discurso primeiro, oriundo do indivíduo submetido à análise, a qual faz aflorar conflitos e paixões recônditas que caracterizam a pulsão. Tanto na Retórica quanto no Direito, a escolha das palavras certas para transmitir uma mensagem, racional ou emocional, é fundamental para mover sensibilidades e estabelecer acordos com o auditório em busca de reações favoráveis às teses que lhes forem apresentadas.

O Direito, por natureza, requer argumentação sólida e comprovável para se constituir. O discurso psicanalítico, por outro lado, é revestido por observação rigorosa do interior do homem e de suas pulsões recônditas que podem levá-lo ao dolo. Por isso, requer demonstração. Praticar Retórica, Direito e Psicanálise, porém, não é um exercício fácil quando o objetivo é julgar os atos de sujeitos semelhantes e, sobretudo, quando a atitude tomada na decisão implica tocar o sustentáculo e o fundamento das decisões judiciais, em especial na seara penal: a liberdade do indivíduo.

Há casos de julgamento em que a polêmica pública não se constrói sob um modelo rígido, clássico, nem a constatação do que é verdadeiro consegue ser extraída a partir de critérios puramente racionais e fáticos. De um lado, há alguém que praticou o dolo, do outro lado, há os julgadores, todos seres humanos, e, como afirma Lebre Cruz,² a natureza biopsicológica humana é um fator incisivo na tomada das decisões judiciais. Para o autor, assim como para muitos outros, a concepção de neutralidade do julgador se

2 Cruz, Marcelo Lebre. O processo psicanalítico de transferência e a decisão judicial: a teoria dos quatro discursos enquanto barreira garantista. *Revista Direitos Fundamentais & Democracia*. 2007.

encontra fragilizada, pois a existência inequívoca de fatores subjetivos permeia os impulsos inconscientes daqueles que tomarão a decisão em uma causa jurídica, e a sentença, então, aparentemente revestida de racionalidade exigida, pode, sim, ser calcada em aspectos subjetivos que, em alguns casos, se apresentam apenas disfarçados sob uma racionalidade aparente e legal. Por isso, Retórica, discurso jurídico e discurso psicanalítico, numa confluência necessária, podem se unir para negociar as distâncias normativas em busca da razoabilidade.

Como afirmam Avelar e Souza (2021), a análise sobre dolo e culpa é intrínseca ao julgamento pelo Tribunal do Júri, uma vez que está presente na previsão constitucional de competência e pode também ser examinada pelo Conselho de Sentença, “por conta das circunstâncias apontadas na denúncia e admitidas na decisão de pronúncia, bem como as teses defensivas desclassificadoras”.³ A verdade, porém, é construída no discurso e possui múltiplas facetas. Há, no julgamento, uma tensividade retórica, muito característica da dinâmica da comunicação social, em que sempre pode haver discordâncias relativas a conflitos de conceitos, choques semânticos, diferentes visões de mundo, diferenças ideológicas, crenças antagônicas que, por mais que se tente esconder ou mostrar durante o ato retórico, sempre lá estão para amplificar o sentir em detrimento do raciocinar. Para a retórica, reiteramos, os processos de acordos, como ocorre no julgamento, podem ocupar espaços objetivos e subjetivos, conscientes ou inconscientes nem sempre explicáveis sob uma perspectiva estritamente racional.

Os efeitos de sentido no Direito exigem garantia por meio das provas (fontes de direito e narrativa fática), mas nem sempre necessariamente encontrados nos recursos da lógica formal. O

3 Avelar, Daniel Ribeiro Surdi de; Souza, André Peixoto de. *Categorias do dolo à luz da psicanálise*. 2021. Disponível em: ConJur - Categorias do dolo à luz da psicanálise.

auxílio da Psicanálise pode, então, ser muito útil, pois, alarga-se na análise que se sobrepõe à consciência e à vontade para observar um homem que é julgado, a partir do inconsciente, do desejo e dos elementos mentais desprovidos de representação que pedem atuação. Na medida em que há um contexto mental no qual não se conseguiu representação dentre desse âmbito, o sujeito atua ou enlouquece. Nesse sentido, como sugerem Avelar e Souza⁴ (2021) “a psicanálise pode contribuir com um repensar a teoria do crime, num exemplo, para os requisitos formativos do dolo em âmbito penal.” A Retórica pratica a palavra, considerada como força, para, nas trocas verbais, exercer, o poder de conclamar a razão (*logos*), o plausível, o razoável para fazer crer e, depois, fazer-fazer. O discurso jurídico, que se volta para o passado, vale-se da retórica para explorar o falar como meio para mobilizar recursos verbais num conjunto organizado que deve também culminar no fazer-fazer (condenar, absolver). A psicanálise, ao enveredar pelos caminhos do inconsciente, ajuda a revelar o porquê do fazer como se fez e justifica mais claramente o porquê de uma tomada de decisão no tribunal do júri e nos atos praticados pelo réu.

É claro que o cuidado com a elaboração discursiva e os meios de convencimento e persuasão no discurso jurídico são relacionados com a regulamentação das normas jurídicas, processuais ou materiais que delineiam o discurso decisório e encaminham para a submissão a critérios éticos, patéticos e de razoabilidade do julgar. O discurso jurídico está imerso em um processo decisório que resulta em encontrar a adequada conformação de uma decisão justa a um lugar social e a um quadro institucional e legalmente aceito por todos os envolvidos.

4 Avelar, Daniel Ribeiro Surdi de; Souza, André Peixoto de. Categorias do dolo à luz da psicanálise. 2021. Disponível em: ConJur - Categorias do dolo à luz da psicanálise.

Tanto para a Retórica quanto para o Direito, o conceito de retórica, promulgado por Meyer (2009, p.21), é muito esclarecedor para nossos propósitos: “retórica é a negociação da distância entre os indivíduos a respeito de uma questão dada.”⁵ O dolo é sempre uma questão problematológica, com várias arestas possíveis de serem analisadas e, por isso, aumenta as distâncias conceituais e cria um espaço interrogativo amplo quando o desejo é condenar alguém ou absolvê-lo por um crime que certamente cometeu. Quando a questão permite resolução a partir do que pode ser captado no exterior do homem, Retórica e Direito se conformam plenamente. Quando, porém, não se consegue aflorar o que há de mais profundo em nós e no remoer de nossas paixões visíveis, a Psicanálise pode, sim, ser de exponencial auxílio, como bem justificam Avelar e Souza (2021) ao afirmar que a análise psicanalítica procura, no inconsciente, as lacunas, rachaduras e claudicâncias da fala quando o inconsciente se estrutura como linguagem e formações (sonho, chiste, ato falho, sintoma), “naquilo que manca, que tropeça, que claudica, uma outra coisa quer realizar” (Avelar e Souza, 2021): o desejo do inconsciente. Nesse aspecto, continuam os autores, na desmontagem dos critérios intelectuais do dolo no âmbito do Direito Penal, que trazem o conhecimento do fato e sobretudo de sua conduta tipificada e punível, ressalta-se a consciência e o saber de um crime. No campo psicanalítico, porém, o saber “já estava lá, a consciência já era inconsciente e tropeçou no fato dito criminoso” (Avelar e Souza 2021), pois, pelos princípios psicanalíticos, a consciência é mera irrupção do inconsciente, filtrado, moderado e controlado ou não pelo supereu.

Nessa direção analítica, o discurso psicanalítico pode contribuir, pela análise do inconsciente de um réu, para encontrar os meios de discernimento sobre os porquês de atitudes consideradas

5 Meyer, Michel, *Principia rhetorica: uma théorie générale de l'argumentation*. Paris: Fayard, 2009, p. 21.

cruéis ou fora da lei, embora não estejam entre os meios de provas lógicas e extrínsecas. Como, porém, o objeto é um sujeito que praticou dolo e encontra-se em situação de julgamento por outros homens, é sempre possível reconhecer que a adesão a uma tese pode ter intensidade variável e, nesse sentido, pode dizer mais à adesão do que à verdade. No caso de dolo, por exemplo, a contribuição do discurso psicanalítico pode ser primordial para análise de um crime porque leva em conta a pulsão, um elemento volitivo que move o agir e o desejo e, assim, pode revelar os porquês internos de um ato julgado como cruel e desumano. No que diz respeito ao réu, o consciente pode apenas ser “apenas o *locus* para onde o desejo é canalizado, pela via pulsional.” (Avelar e Souza, 2021).⁶

Na Retórica e no Direito, a pulsão, aquilo que nos move, é vista como consequência. Na psicanálise, é considerada como causa, uma vez que é a força vital, interna, psíquica, que nos põe em movimento. Considerado como peça-chave da teoria psicanalítica, a pulsão se localiza entre o conhecimento inconsciente do fato típico e punível e a sua realização, que é resultado de um desejo inconsciente. Assim, é a pulsão que move o dolo ao tomar conta dos desejos. É de ordem simbólica e, se assim, é, localiza-se para bem além da consciência e da vontade revelada no exterior. A partir de uma premissa válida para esclarecer as diversas dimensões do agir humano no dolo, Retórica, Direito e Psicanálise podem promover discursos que propiciem acurada hermenêutica,⁷ a arte de interpretar textos que se mostram para o refletir num dado contexto.

6 Avelar, Daniel Ribeiro Surdi de; Souza, André Peixoto de. *Categorias do dolo à luz da psicanálise*. 2021. Disponível em: ConJur - Categorias do dolo à luz da psicanálise.

7 O discurso retoricamente construído pode ser produto de análise que acentua os aspectos argumentativos, pois os atos retóricos fazem sobressair as modalidades múltiplas e complexas de atuação pela linguagem. Por essa razão, como afirma Amossy (2018), a retórica reivindica um lugar “não somente nas ciências da comunicação, mas também no seio da linguística do discurso, compreendida em sentido amplo como

A arte retórica e o discurso jurídico falam para o outro, para um auditório em que o contexto histórico é parte fundamental para o estabelecimento de acordos. O discurso psicanalítico, a seu modo, pelo perscrutar do interior humano em nós, revela o outro para si e para o outro e, pelo desvendar do indivíduo, relaciona suas atitudes frente ao que é considerado no seio social.

A boa prática do discurso jurídico exige os artifícios da retórica e profunda reflexão inicial sobre as partes do discurso que serão proferidas durante o exercício da argumentação: *inventio* (busca de materiais a serem utilizados no discurso); *dispositio* (organização criteriosa de tópicos no discurso); *elocutio* (cuidados com o bom desenvolvimento da questão por meio de um estilo cuidadosamente elaborado); *actio* (empenho máximo no exercício da palavra pública e o reconhecimento de que ato de falar exige cuidados com a voz e os gestos). O discurso psicanalítico, por sua vez, expõe o que observa, sem necessariamente tentar persuadir um auditório a partir de suas crenças, valores, opiniões e estabelecido em lei. O discurso psicanalítico justifica um fazer sem necessariamente imputar culpa a esse fazer.

Assim sendo, não é apenas o poder da palavra que importa necessariamente para o fazer-criar, mas a força elocutiva das provas que expõem o que não estava visível numa questão abordada apenas pelo plano exterior do agir, do pensar e do falar publicamente. Todas as três disciplinas, porém, possuem um objetivo comum: mostrar resultados articulados no *logos* para um auditório que pode racionalizar o que é dito, acreditar, completa ou parcialmente, no discurso de um orador. Mas, como sabemos, o *logos* é insuficiente em si para tomada de decisões. Em resumo, todo o poder de influência sobre o outro é coordenado por três pilares:

um feixe de disciplinas que se propõem a analisar o uso que se faz da linguagem em situações concretas.” (Amossy, 2018, p. 11)

ethos, pathos e logos. É, enfim, preciso associar reputação à razão e à emoção para mover pessoas, e o discurso jurídico e o psicanalítico se embasam em componentes indissociáveis e fundamentais no produto discursivo: mostrar um saber. A retórica constrói e demonstra o saber, o querer e o poder por meio do discurso. Conjugados no tribunal do júri são fontes poderosas de constituição de verdades no discurso.

Três crimes, emoções à flor da pele, razões e desrazões possíveis

Ao nos depararmos com a notícia de um homicídio, principalmente quando é hediondo, praticado com requintes de barbáridade, de crueldade e de intenso sofrimento, imediatamente nos perguntamos: quem é o assassino? Quem é a vítima? Quais foram os motivos? Reunidas as informações preliminares, imediatamente damos respostas fáceis, simples e de senso comum. Fato é que o crime, especialmente o homicídio, desperta em nós diversas emoções e proferimos julgamentos ligados muito mais ao *pathos* do que ao *logos*. Justificamos a decisão no e pelo *logos*, mas o mover se deu pelo *pathos*.

Para Lacan, “no interior do sujeito, (o eu) não é senão um sintoma privilegiado. É o sintoma humano por excelência, é a doença mental do homem” (Lacan, 1986, p. 25). A conduta criminosa sempre estará no campo do Direito, ligada à culpa ou ao dolo do sujeito autor do crime. Ausentes, não há crime. O sujeito Lacaniano é constituído, é imbricado pelo Real, pelo Simbólico e pelo Imaginário. Para a Psicanálise, os crimes podem ser da ordem do imaginário (estágio do espelho – construção do eu se funda na relação com o outro como semelhante ou com o corpo como

exterior), do simbólico (regicidas – homicídio de um rei, rainha e presidente) e do real (figura mista entre o simbólico e o real – excedem o direito penal e se torna um crime contra a humanidade) conforme Jacques-Alain Miller, apud Tendlarz e Garcia.⁸

A análise psicanalítica do homicídio, em Freud, se iniciou com a teoria do mito, no livro Totem e Tabu. Pelo mito, há a instalação do campo simbólico da linguagem como fundamento constitutivo da civilização. O assassinato do pai primitivo, que tem direito sobre a vida e a morte dos filhos e de ter todas as mulheres, dá origem ao tabu, a lei, com a consequente nomeação simbólica do totem. O ocupar o lugar do pai revela o desejo de poder que gera desordem, e essa, por sua vez, o desejo de pacificação que surge com as regras e proibições. Há nesse mito um dialogismo constituído pela lei e pelo seu descumprimento que é a transgressão. Há a contenção da ação e a fundação da sociedade civilizada pelo discurso.

O crime é, portanto, uma transgressão, que precisa ser contida pelo Direito. Para o ordenamento jurídico brasileiro, só há crime quando existe lei anterior que tipifica a conduta como criminosa.⁹ Sem lei, portanto, não há crime. No inconsciente, o matar alguém, simbolicamente, é algo natural e não gera reflexo no mundo externo, pois, para o Direito, a fase da *cogito*, não é crime. O Direito pune o sujeito que não consegue elaborar e conter os seus desejos, e atua, transgride ao ponto de não ser capaz de conter a sua ferocidade. Há, portanto, na prática de um crime, a satisfação de um desejo não contido, elaborado, recalcado ou sublimado.

8 Tendlarz, Silvia Elena; Garcia, Carlos Dante. As facetas do crime. Prólogo. In A quem o assassino mata? O serial killer à luz da criminologia e da psicanálise. Tradução, apresentação e comentários de Rubens Correia Junior. São Paulo: Editora Atheneu, 2013.

9 Código Penal – “artigo 1º - Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.” Este artigo prevê o princípio da reserva legal ou da legalidade - *nullum crimen nulla poena sine previa lege*.

A ferocidade do homem em relação a seu semelhante ultrapassa tudo o que podem fazer os animais [...] Mas essa própria crueldade implica a humanidade. É um semelhante que ela visa, mesmo num ser de outra espécie. Nenhuma experiência sondou mais que a do analista, na vivência, a equivalência de que nos adverte o patético apelo do Amor — é a ti mesmo que atinges — e a gélida dedução do Espírito: é na luta mortal de puro prestígio que o homem se faz reconhecer pelo homem. (Lacan, 1998, p.148-149).

Acreditamos que é também por esse motivo que os julgamentos dos crimes dolosos contra a vida no Brasil (Homicídio – artigo 121; Induzimento, instigação ou auxílio por terceiro ao suicídio – artigo 122, Infanticídio – artigo 123; e os Abortos nas modalidades: I- provocado pela gestante ou com o seu consentimento – artigo 124; II- provocado por terceiro sem o consentimento da gestante – artigo 125; e III- provocado por terceiro com consentimento da gestante – artigo 126, todos do Código Penal) são julgados pelo Conselho de Sentença. São julgamentos dos pares pelos seus pares, dos semelhantes pelos seus semelhantes justamente pela capacidade que o ser humano tem de ceifar a vida de outro ser humano, com *animus necandi*, com dolo homicida, indispensável para que o criminoso seja julgado pelo Tribunal do Júri. No Brasil, o júri está previsto na Constituição Federal artigo 5º, inciso XXXVIII, e integra, portanto, o rol dos Direitos e Garantias Fundamentais de todo cidadão.

Com todo os avanços tecnológicos, educacionais, sociais e epistemológicos, fato é que a evolução da sociedade não consegue conter o avanço da criminalidade, da prática de homicídios hediondos, provavelmente, por estarmos em uma fase de passagem na qual a

religião, que obrigava aos fiéis a recalcar os desejos e as neuroses, para uma fase de propagação do direito de sua livre expressão e de plena satisfação (Melman, 2008, p. 191). O Direito, a sanção penal, a coercibilidade da decisão judicial não conseguem cessar, cortar, o gozo do sujeito criminoso como vemos nos casos a seguir.

O campo do Direito está ligado à vontade consciente de matar (dolo e culpa), enquanto o campo da Psicanálise está ligado ao desejo inconsciente do criminoso que mata por uma culpa inconsciente. Entre a consciência e a inconsciência, entre a vontade e o desejo, entre a ação e a contenção, está o sujeito constituído pelo id, ego e superego e o julgamento judicial que ora absolve e ora condena. A sentença é um ato estatal, um discurso apodítico que não prescinde do discurso psicanalítico, mas com ele faz interlocuções. As sentenças de absolvição e de condenação, nos casos analisados, nos mostram que os homicídios hediondos praticados contra parentes, carregam matizes inconscientes que são determinantes no dolo homicida.

Homicídios hediondos – parricídio e matricídio – absolvição e condenações

Desde a antiguidade, há relatos de parricídio e matricídio. O ambiente familiar nem sempre é o idealizado cercado de amor e proteção. Nesse espaço de constituição do ser humano, também se experimentam outras paixões como a cólera, o medo, o ódio, a vergonha, a inveja e o desprezo. Na tragédia de Édipo Rei, temos a morte do pai pelo filho. E durante a nossa existência, deparamo-nos com casos reais que ratificam a tragédia literária. O discurso literário se apresenta como uma realidade do discurso criminoso e do discurso forense. A absolvição, o abrandamento da pena ou a

condenação elevada nos permitem refletir sobre as paixões que levam o(a) criminoso(a) a atuar, a realizar o desejo de matar, mesmo com ciência de que a punição para o crime existe e poderia sobre ele recair. A dor do desejo, da pulsão de morte, é maior do que a dor da punição, da pulsão de vida. Em alguns casos, o homicida mata o outro como forma de matar o inimigo que habita dentro de si. Para a Psicanálise, todo sujeito é responsável pelos seus atos, mas, para o Direito Penal contemporâneo, há o conceito de culpabilidade que não se confunde com o de responsabilidade.

Não existe crime sem culpabilidade, *nullum crimen sine culpa*. Na teoria finalista do Direito Penal, o dolo integra os elementos do tipo penal e não na culpabilidade. Desta forma, crime é um fato típico e antijurídico, e a culpabilidade é pressuposto da pena.

Culpabilidade: O crime, como dito, estrutura-se pela existência de fato típico + antijuridicidade. O conceito de culpabilidade evoluiu ao longo da história, de Jhering, Von Liszt, Feuerbach, Frank e Roxin, entre outros. Hodiernamente, considera-se a culpabilidade como pressuposto da sanção penal. Hans Welzel destaca que: “Se concorrem os elementos intelectuais e volitivos da culpabilidade, o fato antijurídico é reprovável e em princípio punível – salvo quando é exigida a concorrência de uma condição objetiva de punibilidade ou a ausência de uma causa pessoal de exclusão de pena”. Para que a culpabilidade do agente esteja suscetível de aplicação de sanção, são exigidos três elementos: (a) imputabilidade; (b) potencial consciência de ilicitude; e (c) exigibilidade de conduta diversa. (Garcete, 2022, p. 48).

A análise dos casos a seguir nos mostra que todos os que praticaram parricídio são responsáveis pelo discurso Psicanalítico, mas nem todos são culpáveis pelo discurso jurídico.

1. ABSOLVIÇÃO – *Caso Severina Maria da Silva*

A 4.^a Vara do Tribunal do Júri do Recife, no dia 15 de novembro de 2005, absolveu a ré, Severina Maria da Silva, da prática de homicídio. De acordo com o processo, ela contratou dois homens para assassinar o seu pai, Severino Pedro de Andrade, morto a facadas. O promotor, que atua na função de acusador, em razão da situação fático-jurídica, requereu a absolvição. Segundo o promotor, “As provas dos autos são muito fortes no sentido de que ela vivia sob coação material permanente, não se podendo exigir dela outra embora que trágica”.

Quem era a ré- assassina? Qual a motivação do crime?

Severina residia na zona rural de Caruaru, em Pernambuco. Não foi alfabetizada. Foi estuprada pelo pai quando tinha nove anos de idade e com a ajuda da sua mãe que a segurou na cama. Em razão dos inúmeros abusos, a ré teve 12 filhos do pai. Sete morreram. O filho mais velho, uma filha adolescente e o filho mais novo, com 19 anos, 16 anos e 12 anos, acompanharam o julgamento. A ré, em seu depoimento, esclareceu que, no ano de 2005, foi espancada pelo pai, durante três dias, por não repetir a conduta que a sua mãe teve com ela, ou seja, permitir que o pai estuprasse a sua filha de 11 anos. Diante da ameaça do pai de que se a ré não levasse a filha para a cama, ela morreria, para não morrer, matou o pai-abusador. A testemunha, Otília Maria da Conceição, com 86 anos, disse que a família sabia de tudo. Nada fazia, por medo. “Meu

irmão era perigoso”. A emoção tomou conta da ré quando ouviu a sua sentença de absolvição: “Deus me deu liberdade para eu poder cuidar dos meus filhos”. Severina ficou presa por um ano e seis dias. Por outro lado, os executores do crime, Edílson Francisco de Amorim e Denisar dos Santos, foram condenados, em 2007, a 17 e 18 anos de prisão.

2. CONDENAÇÃO – *Pena mais branda. Caso Gypsy Rose Blanchard*

Esse caso foi recentemente retratado na televisão, por meio do documentário “Mamãe morta e querida” da HBO e da série “The Act, do Hulu.

Quem era a ré - assina? Qual a motivação do crime?

De acordo com o site Ciências Criminais¹⁰ Gypsy, desde o seu nascimento, em 1 de julho de 1991, foi apresentada por sua mãe, controladora e manipuladora, Dee Blanchard, como uma criança doente, desde distrofia muscular até alergias extremas.¹¹ Elas moravam em Springfield, Missouri, nos EUA. Em razão das “doenças”

10 Ciências criminais. 2023. Disponível em: Gypsy Rose: relembre o caso bizarro da filha que matou a mãe (canalcienciascriminais.com.br).

11 Además, Dee Dee llegó al extremo de alimentar a su hija con una sonda nasogástrica tras notarla con bajo peso; asimismo, le suministraba oxígeno cada vez que salía de la casa, supuestamente a causa de su ‘asma grave’. La madre también inventó que su hija sufría de ataques epilépticos o de distrofia muscular. Tras la ingesta de varios medicamentos para curar sus males, a Gypsy se le comenzó a caer los dientes y era obligada a recibir educación a distancia. 2022. Disponível em: La historia de Gypsy Rose, la niña paciente con cáncer que terminó asesinando a su madre | Estados Unidos | MDVR | NTLR | Mundo | La República (larepublica.pe).

inventadas pela genitora, receberam, de graça, comida, dinheiro e viagem para a Disney. Com essas enganações, receberam simpatia, atenção e benefícios. Com a adolescência, Gypsy percebeu incongruências nos relatos das doenças e, com 18 anos, descobriu toda a farsa criada e divulgada pela mãe.

Essa descoberta mudou a situação de Gypsy que, inconformada, deixou a condição de vítima da sua mãe para ser culpada pelo homicídio dela. Gypsy, juntamente com o namorado secreto, Nicholas Godejohn, planejaram e executaram o assassinato de Dee Dee no dia 14 de junho de 2015. Para se libertar da genitora e viver sua história de amor, Gypsy permitiu que o namorado matasse a sua genitora enquanto ela dormia em casa. A genitora sofria da “Síndrome de Münchhausen por procuração”¹² que consiste na criação de doenças inexistente para os filhos. Os assassinos, Gypsy e Nicholas, foram julgados; ele condenado à prisão perpétua, e ela condenada a cumprir pena de 10 anos.

Em 2018, Gypsy, condenada por matar a mãe, disse sentir mais livre atrás das grades do que com a sua mãe: “La prisión en la que vivía antes con mi padre no podía caminar, no podía comer, no podía tener amigos. Aquí, en prisión, me siento más libre. Puedo vivir con una mujer norma.”¹³

12 Ferrão, Ana Carolina Fernandes; Neves, Maria da Graça Camargo. A síndrome de Munchausen por procuração é um tipo de abuso infantil, em que um dos pais, geralmente a mãe, simula sinais e sintomas na criança, com a intenção de chamar atenção pra si. Como consequência, a vítima é submetida a repetidas internações e exposição a exames e tratamentos potencialmente perigosos e desnecessários, gerando sequelas psicológicas e físicas, podendo levar a morte. Síndrome de Munchausen por Procuração: quando a mãe adoce o filho. 2013. Disponível em: 7Artigo466.indd (saude.gov.br)

13 Disponível em: La historia de Gypsy Rose, la niña paciente con cáncer que terminó asesinando a su madre | Estados Unidos | MDVR | NTLR | Mundo | La República (larepublica.pe).

3. CONDENAÇÃO – *Pena elevada – o caso de Suzane von Richthofen*

Crime que chocou o Brasil no ano de 2005. Caso da menina rica que matou os pais enquanto eles dormiam.

Quem era a ré - assina? Qual a motivação do crime?

Suzane Louise Von Richthofen, branca, loira, de classe média alta, estudante de direito da PUC-SP e fluente em línguas. Suzane conhece o namorado no clube de aerodelismo. O namoro, no início, foi aceito pelos seus pais e, com o passar do tempo, passou a ser proibido por eles. Em razão dessa proibição, a filha arquiteta com os irmãos Cravinhos a morte dos seus pais. Com o auxílio do namorado Daniel Cravinhos de Paula e Silva e de seu irmão Cristian Cravinhos de Paula e Silva, mataram Manfred e Marísia, pais de Suzane, com vários golpes de barras de ferro na cabeça. O processo tem quase seis mil páginas. Foram tantos golpes nas cabeças das vítimas que elas ficaram desfiguradas e os assassinos as cobriram com toalha. Suzane, antes do crime dizia: “Não sei se é justo ou não. Só sei que enquanto não matá-los não serei uma pessoa feliz”. E depois da morte dos seus pais, dentro do motel com o seu comparsa e namorado Daniel, disse: “agora sim a nossa vida vai começar de verdade”. Diante da instabilidade emocionada do seu namorado, para tranquilizá-lo, ela disse: “Calma amor! Você é muito emotivo! Pare de chorar! Você não fez nada de mais! O pior já passou! Agora já era! O mais difícil você já fez! Agora tudo é comigo! Tente apenas ser frio! Não se comporte como se tivesse cometido um crime!” (Campbell, 2020).

A sentença, em sua integralidade, pode ser lida no site Migalhas.¹⁴ Suzane foi condenada, “considerando a culpabilidade, intensidade do dolo, clamor público e conseqüências do crime, incidindo três qualificadoras pelo homicídio” praticado contra Manfred Albert Von Richthofen, a pena de 19 anos e 6 meses de reclusão e contra a vítima Marísia Von Richthofen, a pena de 19 anos e 6 meses de reclusão. Também houve condenação pelo crime de fraude processual a pena de 6 meses de detenção e 10 dias multa. Ao somar as penas dos crimes, Suzane foi condenada à pena de 39 anos de reclusão e seis 06 meses de detenção, ao pagamento de dez dias-multa e sem direito de recorrer em liberdade.

Os três casos de parricídios são de homicídios praticados por filhas contra seus pais e mães. As três réis tiveram a prisão decretada. Todas as três réis apresentaram motivos emocionais para justificar as condutas homicidas. Da absolvição, da redução da pena e da condenação elevada, extrai-se dos discursos das assassinas que as paixões em que elas estiveram envolvidas e que foram apresentadas no dolo homicida, foram aderidas ou rejeitadas pelos Conselho de Sentença. A sentença judicial é um discurso jurídico marcado pela rigidez técnica, é apodítico, mas que sucumbe ao poder do *pathos*. Os jurados projetam,¹⁵ no seu imaginário, o crime, as circunstâncias, as

14 MIGALHAS. Integra da sentença que condenou Suzane von Richthofen e os irmãos Cravinhos. 2006. Disponível em: Íntegra da sentença que condenou Suzane von Richthofen e os irmãos ...- Migalhas

15 Projeção. Termo Psicanalítico. Nele uma percepção interna é reprimida e como sua substituição, seu próprio conteúdo, depois de sofrer uma deformação, vai surgir na consciência como percepção vinda do exterior." (Freud, 1911/1948, p.686). O desdobramento do termo ganha um contorno definitivo em *Totem e tabu*. Mitos e tabus contêm fantasias que seriam projeções do psiquismo. O "deslocamento para fora", o qual é a essência da projeção, mescla-se à atribuição de qualidades ao objeto externo. Algumas vezes, as fantasias são carregadas de afetos negativos e inconscientes, como nas projeções que criam o mito dos demônios e fantasmas. Outras vezes, as projeções carregam fantasias positivas, benéficas e bondosas, gerando mitos de deuses, anjos e

pessoas das vítimas e das réis e, diante da realidade, da possibilidade simbólica dos fatos também acontecerem com eles, absolvem ou condenam com pena reduzida ou elevada.

Na sentença absolutória, encontrou-se, para absolver a ré, a adesão da tese da coação irresistível e a inexigibilidade de conduta diversa. Os jurados entenderam que qualquer pessoa, nas mesmas condições da ré, estuprada pelo próprio pai, que também queria estuprar a neta, diante das condutas abusivas suportadas por toda a sua vida, para defender a integridade da sua filha, movida pela paixão do temor de que a história se repetisse e, como forma de dar segurança à filha, não lhe seria exigível outra conduta, exceto a que teve, de matar o seu pai abusador e violentador. Ela agiu de acordo com o justo e verdadeiro. Os jurados, indignados com as condutas criminosas do pai – vítima, movidos pela compaixão, absolveram a filha – ré. A réu agiu com *eupraxia*,¹⁶ bom comportamento, bem agir social, regrado e segundo as leis.

No caso Gypsy, a ré obteve apenas redução da pena, mas foi poupada da prisão perpétua. No Brasil, não temos prisão perpétua. Nota-se que a ré também foi vítima da sua mãe, uma mulher abusadora que sem qualquer ética, movida pela paixão do desprezo, impediu a filha de ter uma infância saudável e, por egoísmo, obteve vantagens indevidas como roupa, alimentos e viagens. Tudo obtido a custo de mentira. A sentença condenatória também está envolva pela compaixão, já que a pouparam da prisão perpétua. A réu agiu com *dispraxia*, conduta desregrada, já que, ao tomar consciência

entidades protetoras. E, neste texto, finalmente a projeção sofre o último processo de libertação. Enquanto mecanismo de defesa, para solucionar conflitos, a projeção é inconsciente; porém, Freud (1913/1948) entende que algumas vezes as fantasias projetadas para o exterior podem ser conscientes. (Pinto, Elza Rocha. 2014) Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-14982014000100009>.

16 Lima, Marcos Aurélio de. A retórica em Aristóteles: da orientação das paixões ao aprimoramento da eupraxia. Natal: IFRN, 2011.

de que não possuía as doenças, não precisaria matar a sua genitora, embora, as emoções de ser enganada e prejudicada pela própria mãe impactam o ser humano ao ponto de turvar a consciência.

No caso da Suzane, a pena foi severa. A crueldade, a brutalidade e a insensibilidade da ré despertaram a paixão da cólera, que, nas palavras de Meyer¹⁷, é “um brado contra a diferença imposta “injusta”, ou como tal sentida; revela ao interlocutor a imagem que ele forma do locutor carece de fundamento”. Os jurados a condenaram pela ausência de arrependimento, de culpa e por revelar ser movida pela paixão da raiva, da agressividade e de ser dotada de um comportamento manipulador e sedutor. Houve o assentimento pelos jurados da tese da acusação.

Por fim, em todos esses três crimes, todos os corréus, que agiram em coautoria com as assassinas, foram condenados pelas práticas dos homicídios. Essas condenações nos revelam que o *ethos* de cada assassina, a utilização das paixões, moveram o *logos* para gerar ou não a adesão a absolvição, redução da pena e condenação exasperada. O id, o ego e o superego da psicanálise, o *ethos*, o *pathos* e o *logos* da retórica, constituem o sujeito do Direito, que dotado desejo e de vontade, atua com dolo ou culpa e, por isso, pode ou não ser culpado no sentido jurídico do termo. A cura, para a psicanálise, vem pela fala. No discurso para com o analista, não tem certo ou errado, mas, para o direito, o discurso para com o delegado, investigadores, peritos e conselho de sentença, a fala pode conduzir para a absolvição ou para a condenação com modulação da pena.

17 Meyer, Michel. Aristóteles ou a retórica das paixões. Prefácio. In Aristóteles. Retórica das Paixões. Prefácio Michel Meyer. Introdução, notas e tradução do grego Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes. 2000 (Clássicos).

Considerações finais

No “Totem e Tabu”, o parricídio é o crime fundador da humanidade, mas para o Direito, é um crime hediondo que destrói a sociedade e precisa de punição severa. O parricídio, como vimos, sempre existiu na sociedade e o sujeito criminoso, que age com dolo – *animus necandi* – pode ou não ter a sua situação processual modificada a depender de como se mostra como sujeito constituído pelo id, ego e superego, embora essa análise não seja inerente ao campo do Direito, mas esse, daquele se apropria para, diante do caso concreto, avaliar a culpabilidade do assassino e a sanção que ele merece. Não é em vão que o juiz, para fixar a pena do crime, de acordo com o artigo 59 do Código Penal,¹⁸ deve considerar a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social, a personalidade do agente, os motivos, as circunstâncias e conseqüências do crime, bem como o comportamento da vítima. Há nesse artigo uma interlocução, não dita, entre a Psicanálise, a Retórica e o Direito que se dá pela via da linguagem, do discurso marcado pelo *ethos* do criminoso, as paixões que o crime despertou e como o *logos* foi articulado na construção da verdade processual.

O discurso jurídico, por meio da sanção condenatória, se apresenta como uma violência real, pois o homicida paga com a sua liberdade, mas também como uma violência simbólica que contribui na formação do inconsciente. Por meio da coercibilidade

18 Código Penal. Artigo 59 - O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e conseqüências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime: I - as penas aplicáveis dentre as cominadas; II - a quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos; III - o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade; IV - a substituição da pena privativa da liberdade aplicada, por outra espécie de pena, se cabível.

do direito, o sujeito aprende que ele não pode dar vazão ao gozo e ao desejo criminoso. A fusão entre a violência da realidade e a violência da subjetividade nos permite pensar que o sujeito não se tornará criminoso quando a lógica do direito for capaz de suplantar a lógica das pulsões. O sujeito desenvolve o seu ego com as frustrações, com a realidade em que está envolto e ao superar os sofrimentos da vida, busca a felicidade. Por meio do superego, censor do ego, o sujeito busca a perfeição. Decorre dele o sentimento de culpa. O Direito opera como interdição e produção da imagem do “eu ideal” dotado de ética e capaz de viver em sociedade.

Referências bibliográficas

- AMOSSY, R. *A argumentação no discurso*. Tradução de Eduardo Lopes Piris, Moisés Olímpio-Ferreira et al. São Paulo: Contexto, 2018.
- BRASIL. Decreto-lei n. 2.848 de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 10 fev. 2024.
- _____. Constituição (1988). *Constituição da República Federal do Brasil*. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 fev. 2024.
- CAMPBELL, U. *Suzane assassina e manipuladora*. São Paulo: Matrix, 2020.
- CRUZ, M. *O processo psicanalítico de transferência e a decisão judicial: a teoria dos quatro discursos enquanto barreira garantista*. *Revista Direitos Fundamentais & Democracia*, [S. l.], v. 1, n. 1, 2007. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/185>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- DA REDAÇÃO. Gypsy Rose: lembre o caso bizarro da filha que matou a mãe. Canal Ciências Criminais, Porto Alegre, jan. 2023. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/caso-gypsy-e-dee-dee-relembre/>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- FERRÃO, A. C. F.; NEVES, M. G. C. Síndrome de Munchausen por Procuração: quando a mãe adoce o filho. *Revista Comunicação em*

- ciências da saúde*, [s. l.], v. 24, n. 2, p. 179-186, 2013. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mis-36523>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- FREUD, S. Totem e tabu [1913]. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980.
- MELMAN, C. *O homem sem gravidade*: gozar a qualquer preço. Entrevistas por Jean-Pierre Lebrun. Tradução: Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.
- MEYER, M. *Principia rhetorica: une théorie générale de l'argumentation*. Paris: Fayard, 2009.
- VALERIO, Y. La historia de Gypsy Rose, la niña paciente con cáncer que terminó asesinando a su madre. *La República*, Perú, 29 jul. 2022. Disponível em: <https://larepublica.pe/mundo/2022/07/29/la-historia-de-gypsy-rose-la-nina-paciente-con-cancer-que-termino-asesinando-a-su-madre-estados-unidos-mdvr-ntlr>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- LIMA, M. A. *A retórica em Aristóteles*: da orientação das paixões ao aprimoramento da eupraxia. Natal: IFRN, 2011.
- MEYER, M. Aristóteles ou a retórica das paixões (Prefácio). In: ARISTÓTELES. *Retórica das paixões*. Tradução de Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- DA REDAÇÃO. Íntegra da sentença que condenou Suzane von Richthofen e os irmãos Cravinhos. *Migalhas*, 24 jul. 2006. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/27826/integra-da-sentenca-que-condenou-suzane-von-richthofen-e-os-irmaos-cravinhos>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- MORAIS DA ROSA, A. *Decisão Penal*: bricolagem de significantes. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.
- PEREIRA, R. Cunha. *A sexualidade vista pelos Tribunais*. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.
- TENDLARZ, S. E.; GARCIA, C. D. As facetas do crime (Prólogo). In: _____. *A quem o assassino mata? O serial killer à luz da criminologia e da psicanálise*. Tradução, apresentação e comentários de Rubens Correia Junior. São Paulo: Atheneu, 2013.

O homo narrans, o insólito fantasista e o desamparo em *A história antes do fóssil*, de Cristina Lasaitis

Ricardo Celestino

Considerações iniciais

Este capítulo tem como tema o estudo da emergência da instância *homo narrans* nos discursos literários do conto *A história antes do fóssil*, de Cristina Lasaitis, presente na antologia *Violetas, Unicórnios & Rinocerontes*, organizada por Claudia Dugim e publicada pela Editora Patuá.

Examinar a emergência da instância *homo narrans* a partir de uma prática enunciativa significa refletir sobre as possibilidades de construção de efeitos de sentido em pelo menos dois planos ficcionais: o mundo insólito pautado no desamparo estético, criado pela autora, e a ficcionalização das práticas circunstanciais referente

às conjunturas sociais e culturais da relação entre saber e verdade também pautados por uma ordem do desamparo.

A atmosfera estética que materializa a cenografia do mundo insólito criado pela autora utiliza referências do arcabouço do fantasismo em desenvolvimento no século XXI. Nesse sentido, para operacionalizarmos com mais produtividade uma análise do insólito presente na amostra selecionada, buscamos resgatar as contribuições da poesia experimental neobarroca, proposta por E.M. de Melo e Castro. Embora pareça que poesia experimental neobarroca e o fantasismo sejam campos com pouco diálogo, consideramos que as pesquisas desenvolvidas na década de 1960, servindo de base para a produção poética portuguesa transgressora na época, estabelece um diálogo constitutivo no emprego dos recursos de constituição do insólito fantasista quanto a questão da sensação de estranhamento em face às regras de um novo mundo criado, envolvendo as tramas de uma narrativa metaficcional.

Selecionamos, ainda, também como arcabouço teórico-metodológico para esta pesquisa o *homo narrans* e as embreagens paratópicas, na perspectiva da Análise do Discurso de tendência francesa. Compreendemos que ambas as categorias de análise possibilitam a investigação de como certos traços enunciativo-discursivos que compreendem o experimentalismo na constituição de personagens, tempo e espaço narrativos tornam possíveis certas rotinas interpretativas dos discursos literários em análise, dialogando a realidade insólita criada no mundo ficcional com a ficcionalização das sensações de desamparo no século XXI.

Organizamos nossa pesquisa apresentando, em um primeiro momento, o arcabouço teórico-metodológico da Análise do Discurso, buscando compreender como o *homo narrans* constitui uma instância que converge múltiplos enunciadores no discurso literá-

rio, através das embreagens paratópicas. Em seguida, refletimos como a poesia experimental neobarroca estabelece diálogos com a ficção fantasista produzida no século XXI. Por fim, realizamos a análise de nossa amostra selecionada, tomando o desamparo, na perspectiva psicanalítica, como convergência para refletirmos o *homo narrans* e o insólito.

1. O *homo narrans* e as embreagens paratópicas

Pautados na necessidade de o analista ou o crítico literário adotar uma postura questionadora sobre certos traços enunciativo-discursivos que tornam possíveis determinadas rotinas interpretativas em discursos literários, os estudos desenvolvidos por Rabatel (2016) e Maingueneau (2006; 2013) tomam como ponto de partida que o texto literário constrói uma realidade particular no processo narrativo. Isso significa que instâncias como enunciador e coenunciador são essenciais para o leitor dispor de embreagens que garantam condições de enunciação de uma obra, já que este tipo de discurso detém uma certa realidade inaugurada na enunciação em diálogo com uma realidade circunstancial das práticas sociais.

Para compreendermos como funciona a instância narradora em um discurso literário, devemos retomar a noção de embreagem enunciativa. Na Linguística, a noção de embreagem enunciativa implica a consideração de que o enunciado inscreve sua relação com a situação de enunciação. Isso significa que o evento enunciativo produz dados elementos linguísticos conectados a uma determinada prática social, marcando a relação entre linguagem e mundo. Em discursos que tem a narrativa como estratégia para a constituição dos enunciados, Rabatel (2016) destaca a necessi-

dade de observar os traços interacionais e pragmáticos em que o escritor opera escolhas em função da situação de comunicação, do gênero em questão, do público-alvo almejado, dentre outros. Nesse sentido, busca-se substituir um olhar imanente da narrativa por uma perspectiva interacionista, levando em consideração o ponto de vista do enunciador na prática enunciativa. Observa-se, então, o homem que narra concedendo-lhe um corpo, um tom, um estilo e uma inscrição específica em uma conjuntura sócio-histórica, a partir de posições e escolhas assumidas na maneira como cria mundos e personagens em seus enunciados.

Rabatel (2016) propõe a necessidade de observar, nos estudos sobre a narrativa em perspectiva enunciativo-discursiva, o fenômeno do ato de narração. Um sujeito que conta histórias a um determinado auditório assume uma função heterogênea na prática enunciativa que resulta em um interacionismo simbólico dos diversos atores encontrados em diferentes práticas sociais. Isso significa que, enquanto locutor, o narrador responsabiliza-se pelo enunciado, dando-lhe existência e, ao mesmo tempo, também concede vida a enunciadoreis potenciais, dos quais ele organiza pontos de vista e atitudes. Nesse sentido, o locutor é o responsável pela encenação literária, assumindo a posição de um *homo narrans*: sujeito coator, heterogêneo e polifônico, que encena uma multiplicidade de pontos de vistas possíveis, fazendo-os dialogar em um mundo criado, povoado de personagens.

O *homo narrans* assume a função de um cenógrafo que, segundo Rabatel (2016), reparte a fala entre os diferentes enunciadoreis, sob o risco de fazer de si mesmo uma instância plural e paradoxalmente vazia. Em outras palavras, o narrador aparece em toda parte ao longo de uma história contada, mas ao mesmo tempo não está em lugar nenhum. No caso dos discursos literários, o *homo narrans* cria as condições de literariedade de seus discursos, median-

te uma prática de linguagem que detém embreantes enunciativos com características paratópicas.

Maingueneau (2006) compreende que a noção de embreagem não conecta os enunciados a uma prática social específica, mas a elementos de variadas ordens que participam tanto do mundo representado e inaugurado na obra literária, quanto na sua relação com as inúmeras práticas sociais. Isso implica, assim, uma conexão paratópica dos enunciados literários, já que emergem em uma região limítrofe, estabelecendo conectividade entre a própria coesão interna da realidade criada em toda a cosmologia da obra em si e também possui potencialidades dialéticas com as diversas práticas sociais, externas à obra.

As embreagens provenientes de enunciados literários possibilitam a distinção de eixos semânticos que recuperam os variados tipos de paratopia, quer seja a paratopia de identidade, espacial, temporal, linguística, dentre outros. Isso se dá uma vez que, segundo Maingueneau (2006), os enunciados ocupam posições que se configuram como uma junção de um território e de forças que escapam à tópica social sem se desconectarem dela totalmente. Devemos considerar, assim, que estudar as embreagens enunciativas, e em nosso caso as paratópicas, é refletir acerca das marcas linguísticas por meio das quais se manifesta a enunciação literária, sob o ponto de vista de um *homo narrans*.

O analista ou crítico de um discurso literário deve observar que o enunciado está situado em relação a alguma realidade circunstancial, tendo como ponto de referência o próprio acontecimento enunciativo do qual é produto, direcionado e criado pelo *homo narrans*. As características desse acontecimento são levadas em conta quando definimos a situação de enunciação, caracteri-

zada por: os enunciadores apresentados pelo *homo narrans*; o co-enunciador; o momento e o lugar de enunciação.

Sabemos que todo enunciado implica um enunciador em relação ao qual é definido o suporte do ato de enunciar, representado pela forma EU. O coenunciador, por sua vez, é o vestígio de um diálogo direto, na condição de VOCÊ ou TU, atuando como um ouvinte participativo, que interage constantemente e oferece influência nos caminhos de construção de sentido ao longo da prática enunciativa. Para Maingueneau (2013), tanto enunciador quanto coenunciador estão inseridos em um momento e um lugar de enunciação específicos que influenciam no desenvolvimento dos enunciados. Os enunciados, por sua vez, são as materialidades que designam quaisquer referentes que não sejam nem o enunciador nem o coenunciador. Consideramos que todo enunciado possui marcas de modalidade e indicam a atitude do enunciador em relação a seu enunciado e a seu coenunciador. Isso mostra que a palavra só pode representar o mundo se o enunciador marcar sua presença através do que diz. Seja por intermédio das pessoas, do tempo ou da modalidade, a atividade enunciativa se mostra reflexiva, uma vez que traduz uma experiência de mundo em sua atividade de fala. No caso de discursos literários, o *homo narrans* atua na gestão de diversos enunciadores em um todo-complexo constituído nas regras da própria enunciação literária. Isso significa que o analista ou crítico literário necessita observar os múltiplos enunciadores do *homo narrans* para compreender as múltiplas possibilidades de construção de sentido de seus discursos.

Ao tomarmos a embreagem como o conjunto de operações pelas quais um enunciado se ancora na situação de enunciação, consideramos que os embreantes funcionam como elementos de-íticos, que marcam essa embreagem, podendo carregar características de pessoas, como a categoria gramatical pronome, ou ainda,

espaciais e temporais, ofertando palavras e grupos de palavras com valor temporal ou local, situando onde se dá a enunciação. Maingueneau (2013) observa que um embreante tem, nesse sentido, um significado estável, mas caracteriza-se pelo fato de que seu referente é identificado em relação ao ambiente espaço-temporal de cada enunciação particular onde ele se encontra. Podemos identificar duas maneiras complementares de fazer com que o coenunciador descubra o referente das unidades do enunciado: de um lado o coenunciador pode se apoiar na situação de enunciação, focando sua atenção nos embreantes; por outro, nos elementos do enunciado que constituem o cotexto. Considerando o *homo narrans* como instância que potencializa diversos enunciadores em um discurso literário, é possível identificarmos potenciais coenunciadores ao longo de uma obra, uma vez que estes acompanham a diversidade de enunciadores presentes no processo de contar uma história. Isso significa que a abordagem crítica entorno dos enunciados literários envolve uma complexidade de olhares possíveis entorno de cada embreante desencadeado.

Embora todos os enunciados de um discurso estejam ligados a uma situação de enunciação específica, Maingueneau (2013) compreende que o analista tem a necessidade de distinguir pelo menos dois comportamentos dos enunciados: há aqueles que atuam em um plano embreado; e outros em um plano não embreado. Por enunciados embreados, consideramos aqueles que se encontram em relação com sua situação de enunciação. Além dos embreantes, são enunciados que carregam marcas da presença do enunciador como apreciações, interjeições, exclamações, ordens, interpelações. Por enunciados não embreados, observamos aqueles enunciados que aparentam estar isolados de sua situação de enunciação. São enunciados que constroem um universo autônomo, possuem enunciador, coenunciador, mas apresentam-se em um momento e em um lugar aparentemente particulares. Nestes casos, a relação

com a situação de enunciação não é explícita, envolvendo o apagamento do par EU-VOCÊ, sem verbos dêiticos que dificultam a identificação de um enunciador, de um evento evocado e de um momento de enunciação. Nestes tipos de enunciados, considera-se um movimento de desembreagem, frequente em discursos literários que tem a narrativa como motor.

Assim como as noções de embreagem e desembreagem, os enunciados estão inseridos em um determinado tempo e assumem determinado modo verbal na enunciação. Nesta perspectiva, Maingueneau (2013) atenta-nos para o compartimento de dois planos de enunciação: de um lado definimos que na prática de linguagem podemos distinguir o tempo verbal, quer seja, passado, presente e futuro; de outro lado, podemos identificar formas de compartimentação dos enunciados, que funcionam como paradigmas de conjunção. Neste último plano, definimos que o presente dêitico é o compartimento do plano embreado e que o passado tem relação anterior a esse presente inaugurado e o futuro tem relação posterior. O presente dêitico implica a relação do enunciado com a complexidade de situações sociais que envolvem o enunciador e o coenunciador em um determinado momento e tempo específicos. Dessa maneira, podemos distinguir três tipos de relações entre o momento de enunciação e o momento indicado pelo tempo enunciado: em primeiro lugar, a coincidência marcada pelo presente; a seguir, a diferença temporal, marcada pelo passado ou pelo futuro; e, por fim, a ruptura entre o presente, o passado e o futuro, evocando um momento apresentado pelo enunciador que não tem relação direta com a situação de enunciação.

Ainda sobre a relação entre o plano embreado e não embreado, Maingueneau (2013) observa que devemos verificar o sistema enunciativo em que os discursos se desenvolvem. Observarmos o EU implica, dessa maneira, buscarmos compreender se este é um

EU dêitico que reflete com um TU dêitico, associado a determinadas situações sociais. Ainda, se o tempo presente apresentado é um presente dêitico que faz menção a uma situação de comunicação específica. Vale destacar que um texto literário raramente se desenvolve em um único plano de embreagem. Normalmente é possível identificar um regime de alternância entre o embreado e o não embreado, entre o presente dêitico e o passado e o futuro dêíticos.

Em linhas gerais, consideramos que os enunciados literários se organizam entorno do *homo narrans* que desempenha um papel de centro dêitico, servindo de referência, tal qual observa Maingueneau (2013), aos dêíticos espaciais e temporais. A subjetividade da língua, nesse caso, não decorre só dos dêíticos, mas é necessário levar em consideração as modalizações, a relação que o *homo narrans* tem com aquilo que ele diz, por exemplo aos juízos de valor, às isenções, aos enunciadores presentes em seus discursos. Isso significa que o enunciado embreado em discursos literários é aquele onde o *homo narrans* manifesta sua presença no plano modal oferecendo um registro de subjetividade dos diversos enunciadores que compõem o todo-complexo do discurso literário.

2. Neobarroco, metaficção e o fantasismo

A amostra selecionada neste capítulo constitui um discurso literário fantasista produzido no primeiro quartel do século XXI. Dessa maneira, é fundamental compreendermos as conjunturas literárias que oferecem as diretrizes para a constituição desse discurso. Selecionamos, assim, o neobarroco, a metaficção e o fantasismo como ideias-força para compreender as produções fantasistas em produção no século XXI.

O neobarroco, movimento estético de poesia experimental proposto por Castro (1993), oferece um direcionamento para a produção literária da poesia desenvolvida na década de 1960. Antonio Aragão, Salette Taveres, Ana Hatherly, Álvaro Neto são alguns dos artistas que buscavam a ruptura na prática da escrita poética, optando por uma transgressão de códigos verbais na produção lusitana. Embora a relação entre poesia experimental portuguesa da década de 1960 e a literatura do fantasma brasileiro produzida no século XXI não tenham um estreitamento histórico, o que significa que até onde se saiba, não necessariamente um autor ou uma autora do século XXI tenha conhecido e aderido conscientemente às estratégias de produção experimental da poesia neobarroca da década de 1960, consideramos que os direcionamentos que oferecem condições para a produção literária daquela época ecoam nas produções ficcionais desta literatura produzida no atual momento.

Castro (1993) propõe um manifesto do neobarroco em que reflete as funções textuais como o uso do paralelismo, do signo, do símbolo e da cabala, além de utilização de códigos linguísticos, metáforas, oxímoros e a palavra erótica nos textos literários. O ponto de partida do autor é, mediante estes recursos, estimular o novo e o disruptivo nos discursos literários. Isso implica um desmonte do discurso dos poderes instituídos e sustentados pela tradição literária da época, à sombra de valores econômicos neoliberais que predominavam no cenário cultural, político e comunitário em Portugal. Dessa maneira, a produção poética experimental assume funções de cultura marginal, contestatória e renovadora, utilizando os novos meios de comunicação como suporte e fazendo deles motes para reflexões construtivas.

Uma atitude típica da segunda metade do século XX é a transgressão profana das relações de poder, ou ainda, o questionamento dos próprios saberes instituídos como verdades absolutas. Castro

(1993) observa que a poesia neobarroca experimenta um efeito dessacralizante do saber e do poder em seus versos, estimulando também o processo de transgressão, não apenas pelo sentido da palavra utilizada, mas pelas alterações da percepção visual do próprio texto literário. A cor, por exemplo, é um elemento gramático de inovação na segunda metade do século XX, uma vez que cores fotoquímicas da fotografia e do cinema, as cores eletrônicas do vídeo game e da televisão influenciam na construção de sentido dos discursos realizados. Nesse sentido, o aspecto visual da poesia experimental é tomado como ponto de partida para o resgate semântico do termo barroco nesse tipo de produção.

O movimento artístico compreende o barroco em uma dupla dimensão, espiritual e material, contraditória e conciliatória de sentidos. O excesso na utilização dos materiais, a riqueza ostentatória, a manifestação terrena do apogeu do paraíso implicam, na perspectiva de Castro (1993), a correspondência estrutural de pelo menos dois planos semânticos para adequação do leitor: um plano material da realidade circunstancial das práticas sociais; e um plano imaterial que passa a existir na prática discursiva que, no século XVII teve suas regras, suas éticas e moralidades edificadas pelo cristianismo, seja ele o protestantismo ou catolicismo, e no século XX e XXI pelos efeitos visuais, éticos e morais com origem na pluralidade de semas das cidades, da vida urbana, dos valores relativos e do mundo pós-moderno.

Tendo como premissa estética o desenvolvimento de uma poesia em que o que se diz e a forma como se diz são uma e a mesma coisa, o barroco junta à cor, à velocidade de deslocamento e de transformação de nossa percepção do real, o pluralismo e a polisssemia, fragmentária ou multiplicativa, dos estímulos de nossos sentidos. No século XX, Castro (1993) defende que a poesia experimental busca, a partir da premissa barroca, um caráter autotélico

das imagens, uma vez que estimulam e são alheias às ideias e aos objetos expressos, sejam eles verbais, sonoros, conceituais, ideológicos ou espirituais. Dessa forma, a poesia experimental oferta uma experiência estética pautada na liberdade, uma vez que o caráter autônomo e autotélico da própria visualidade capacita o leitor a negociar os significados possíveis de um enunciado. Trata-se, assim, de uma experiência discursiva pautada na percepção e na inteligência do leitor em observar os mundos oferecidos, a partir das imagens e das representações gráficas ou escriturais de um mundo apresentado na poesia como experimento, com cores, imagens e sons vertiginosos e plurais.

Castro (1993) utiliza de expressões como Babel, labirinto, caleidoscópio, mosaico e turbulência para construir a ideia de multiplicidade e fragmentação da percepção real da transferência de informações, assim como do sistema de informações e das atividades mentais que envolvem o processo de busca pela racionalização de um caos intangível fruto de uma realidade circunstancial. Fragmentação e multiplicidade tem funções complementares na poesia experimental, uma vez que a razão profunda desse tipo de produção é o estímulo visual em transgressão sociológica, psicológica e poética. Para o autor, a transgressão sociológica opera mediante a ruptura com as condições de comunicação objetivas, correspondendo a uma lógica mais subjetiva de construção de sentidos sob sombras, ao invés de uma construção de aparente acentuação realista. Por transgressão psicológica, a poesia experimental busca estimular uma percepção de mundo interior e exterior dos indivíduos muitas vezes em uma única composição, apresentando, por exemplo, as características de uma cidade como uma somatória de percepções externas e internas de um sujeito. E, por fim, a transgressão poética relaciona-se com a produção dos códigos adequados e necessários à percepção visual individual ou coletiva,

à possibilidade de comunicação, de transferência e de transformação social por uma linguagem mais imanente do que racional.

Em linhas gerais, Castro (1993) teoriza sobre um tipo de poesia que detém uma epistemologia visual deslizante, em permanente transformação, de caráter fragmentário, uma vez que, em uma perspectiva interacional, multiplica os efeitos de sentido ao invés de direcioná-los a um lugar concentrado. Este tipo de produção literária compreende que a comunicação pode ser realizada em códigos adequados e inadequados, já que o mundo circunstancial das práticas sociais é um manancial de imagens convidativas para a percepção transgressora do artista. O que está em questão, assim, é o conceito de mundo e a sua consistência através de nossa visibilidade exterior e interior. A equivalência entre tempo e espaço através das palavras implica um certo engajamento semiótico de uma prática literária mais sinestésica em ação. Isso significa uma produção literária mais entrópica, ao passo que o leitor está em contato com uma obra que está pautada mais na desordem, e que direciona a um estado de negentropia, compreendendo uma organização construtiva de um caos que se propõe detentor das probabilidades de significado e de suas formas.

Parece produtivo, nessa perspectiva, colocarmos lado a lado a poesia experimental neobarroca proposta por Castro (1993) na década de 1960, com a literatura fantasista, especificamente aquela em produção desde o início do século XXI. A ficção fantasista tem uma acentuação metaficcional, o que implica um tipo de escrita que chama a atenção, autoconscientemente e esteticamente, para o seu status de artefato ficcional. Assim como a poesia experimental neobarroca, os discursos literários metafissionais exploram a consciência da ficcionalidade do mundo que se localiza dentro e fora do texto literário. Nesse sentido, a metaficção interessa-se em questionar como uma produção artística que trata da natureza represen-

tacional da ficção e da história literária explora as convenções e os processos particulares de construção da própria narrativa ficcional.

Waugh (1985) observa que a metaficção indica a capacidade da ficção de refletir sobre sua própria estrutura e seus pressupostos, pautada em um interesse cultural sobre como os seres humanos refletem, constroem e mediam experiências humanas. Assim como na poesia experimental neobarroca, o autor de uma narrativa metaficcional esforça-se em tornar mais consciente os mecanismos e as engrenagens que envolvem o motor da construção de ficções, uma vez que a ruptura com a realidade necessita de uma autorreflexividade da incerteza formal de um gênero literário já instituído, que muitas vezes não se envolve com essas questões, seja ele o romance, o conto, a crônica ou a poesia tradicionais. Nesse sentido, a premissa do autor de uma obra metaficcional está no esforço em deslocar a prática literária de uma mimese do produto, que implica o ato de contar uma história, para a mimese do processo, esforçando-se em, no evento da história contada, envolver o leitor também no ato de como contar essa história.

Em linhas gerais, isso significa que a linguagem representa um mundo ficcional, um heterocosmo coerente, complexo, completo, fruto dos signos fictícios. Waugh (1985) compreende que toda produção ficcional apresenta uma tensão entre a construção de uma ilusão ficcional e o desnudamento dessa ilusão. Esta ilusão reflete a insegurança de nosso tempo, auto-questionador e culturalmente plural, bem como a insatisfação aos valores tradicionais e uma necessidade de subvertê-los. Se a poesia experimental neobarroca pressupõe um experimentalismo estético, ético, moral e visual, muitas obras metaficcionais não ficam para trás, uma vez que produções como *To the lighthouse* (1927), de Virginia Woolf, e *Ulysses* (1922), de James Joyce, marcam a emergência de um tipo

de romance onde qualquer tentativa de representação de uma realidade total produz perspectivas parciais. Nesse sentido, realidade e história são provisórias nestas narrativas e o mundo das verdades eternas é substituído pela constatação de que o mundo é uma série de construções, de artifícios e estruturas efêmeras. Assim, aquele mundo que o leitor tem contato é uma fatia de um universo muito maior que poderia ser contemplado sob outros olhares em outras perspectivas. Como contar é, em nossa percepção, diferente da narrativa tradicional, o motor da metaficção.

A literatura fantasista em desenvolvimento no século XXI é um exemplo de narrativa metaficcional. Matangrano e Tavares (2018) compreendem o fantasismo como um termo guarda-chuva para as narrativas ficcionais do século XXI que lidam com o insólito, dialogando muitas vezes as perspectivas da fantasia, do fantástico, do horror ou da ficção científica para a construção de uma estética ficcional. O fantasismo se dá mediante a criação de mundos nas mais diversas potencialidades, não raro ocorrendo um hibridismo entre dois ou mais modos narrativos, com supremacia ora do científico, ora do fantástico. A ficção científica brasileira encontra, por exemplo, nos punks, nas distopias, no space opera, novas formas de expressão, uma vez que os toma por categorizações que criam mundos, repensam o passado, criam possibilidades para o futuro. Descolam, dessa maneira, qualquer ligação com o nosso universo, recriando novas leis, nova geografia, nova história, novas religiões e mitologias, para depois retornar a nosso universo e ressignificar as nuances sócio-culturais refletidas.

Tal qual na poesia experimental neobarroca, as narrativas do fantasismo tem como ponto de partida um olhar na realidade circunstancial das práticas sociais para, então, transgredir a percepção do leitor para um tipo de composição que só é possível existir no próprio discurso literário, mas que não deixa de fazer ecos com a

vida institucional. As composições do horror, da fantasia, da ficção científica e do fantástico possuem a característica de transgredir percepções pelo visualismo estético e por novas composições éticas e morais de um mundo criado.

A condição de ficção científica, por exemplo, implica um saber científico tratado como especulação ficcional em enunciados literários. Roberts (2018) observa a FC como construto verbal cujas condições necessárias e suficientes são a presença e interação de distanciamento e cognição, e cujo dispositivo principal é uma moldura imaginativa alternativa ao ambiente empírico do autor. A premissa ficcional, dessa maneira, coloca em foco a diferença entre o mundo que o leitor habita e o mundo ficcional da FC, denominado como *novum*. O *novum* pode ser uma máquina do tempo, um dispositivo mais rápido que a luz ou algo conceitual como uma nova versão de mundo familiar ao nosso, mas desértico.

A FC reflete de maneira crítica, segundo Roberts (2018), sobre as revoluções culturais, científicas, tecnológicas, assim como as mudanças epistêmicas da psiquê humana em condições sociais e culturais traumáticas. Presentes tanto na obra como um todo ou, de maneira localizada, como empreendimento estético de alguns enunciados literários, a FC implica o emprego de recursos enunciativo-discursivos marcados por estratégias metafóricas e táticas metonímicas de tratar essas mudanças, bem como a colocação, em primeiro plano, de ícones e esquemas que estimulam a construção de efeitos de sentido dos valores de uma dada coletividade. Desta maneira, é condição cultural aos discursos literários de FC o engajamento semiótico e um conhecimento epistêmico profundo de uma certa postura científica tratada, afim de problematizá-la em ficção, se não direta, indiretamente cumprindo com os pressupostos do manifesto neobarroco proposto no último quartel do século XX.

3. *O desamparo como ponto de convergência: o homo narrans e o fantasismo em A história antes do fóssil*

Selecionamos como análise para nossa pesquisa o conto *A história antes do fóssil*, de Cristina Lasaitis, publicada na antologia de contos *Violetas, Unicórnios e Rinocerontes*, organizada por Claudia Dugim, em 2020. O objetivo de nossa análise é examinar como o *homo narrans* emerge no texto literário e desencadeia embreagens enunciativas para a construção dos efeitos de sentido, pelo coenunciador, nos discursos literários desenvolvidos.

Cristina Lasaitis é paulista, nascida em 1983, biomédica, formada pela Unesp. Estudou biologia molecular do câncer e estuda neurociências, com o título de mestre em psicobiologia, atuando também na pesquisa de emocionalidade e preconceitos sociais. Ao longo de sua carreira literária, acumula publicações em várias antologias do fantasismo e ganhou notoriedade ao lançar a obra *Fábulas do Tempo e da Eternidade*, em 2008, destacada em um artigo na revista Carta Capital. Em 2018, a autora integrou a coletânea *Fractais Tropicais: o melhor da ficção científica brasileira*, organizada por Nelson de Oliveira e editada pelo SESI, ganhadora dos prêmios Argos e Le Blanc. A última publicação da autora, até o momento de desenvolvimento desta pesquisa, foi o conto *A história antes do fóssil*, na antologia *Violetas, Unicórnios e Rinocerontes*, organizada por Claudia Dugim, em 2020.

A história antes do fóssil conta a trajetória de Auli, personagem-narradora, que tem uma consciência/existência derivada de várias matrizes. As matrizes constituem a infinidade de existências

da personagem. Auli inicia o conto refletindo sobre sua existência, observando seu rosto refletido no oceano. A personagem, então, observa uma estrela cadente e reflete sobre sua existência assemelhar-se à vida das estrelas. Eirien a interrompe de suas divagações para continuarem uma jornada que o leitor passa a reconhecer naquele instante: a busca por comida. Auli realiza uma jornada de busca ao Sol, fonte de energia e alimento. Para isso, percorre a atmosfera nadando. A viagem, no entanto, parece ser muito custosa, pois quanto mais Auli e sua comunidade nadam, mais distantes parecem do Sol. O Sol é idealizado pela comunidade de Auli como o paraíso, sendo respeitável por espalhar a comida por todos os lugares. Para a protagonista, a comunidade a seu entorno tem uma dupla leitura sobre Sol: aqueles que acreditam que os raios solares disponibilizam um pouco do potencial de energia que o Sol detém são reconhecidos como os “questão aberta”; outros, que pensam que o sol é uma estrela como tantas outras, são considerados os “afirmação idiota”. Ao longo da noite, o Sol se refugia e a protagonista e parte de sua comunidade nadam atmosfera abaixo. Os personagens consomem radiação, o que é abundante na Terra. Pouco a pouco, reconhecemos que a personagem é parte das multiplicações de um sistema-matriz denominado Miríade. Conforme cada parte integrante deste sistema alimenta-se da radiação emitida pelas luzes solares, o corpo-complexo destes integrantes se dividem. Assim, o eu torna-se duplo e aquele duplo deixa de ser eu e adquire independência. Ao longo da jornada, durante a narrativa, Auli identifica que um dos membros da comunidade fica para trás em um dia de andanças em busca de comida. Quando Auli vai a seu socorro, observa que Ilaiou, aquele que se perdeu do resto da comunidade, estava fraco e sem alimento. Pouco a pouco, a condição de Ilaiou passa a ser a mesma de toda a comunidade. A escassez de comida é cada vez mais frequente, o que leva a Miríade a se bipartir cada vez menos, sendo ameaçada a uma possível extinção. A Miríade busca contato, então, com a matéria sólida. Enquanto todos

estão com fome, Auli aponta uma esperança a sua comunidade, identificando que na matéria sólida há um ambiente que possui luz própria. Ao aproximar-se do ambiente, no entanto, Auli é atingida por relâmpagos e perde os sentidos. Ao acordar, Auli observa que a Miríade e sua comunidade a deixam para trás. O relâmpago que a atingiu, modifica seu corpo e possibilita que ele irradie luz própria. Auli identifica que emitir luz própria é inconcebível para a Miríade e sua comunidade. Na superfície espelhada do oceano, Auli encontra as constelações do céu e do Sol. Não consegue mais encontrar o rastro luminoso do seu reflexo, mas sim, um traço escuro, imitando sua jornada. Nomeia sua escuridão de sua sombra e a sombra recebe a protagonista e lhe abre uma porta para a entrada no oceano. No oceano, Auli admira várias possibilidades, que lhe acenam, vibrantes, pulsantes, constituídas por matéria sólida. As possibilidades assumem formas diversas e mutáveis, paradoxalmente lindas e monstruosas. Auli não consegue mais racionalizar sua vida fora de todo aquele novo sistema e partilha com o leitor um segredo: a mistura do fio de luz e da treva no centro de um universo inteiro.

Em Lasaitis (ANO), identificamos uma instância narradora, a qual denominaremos *homo narrans*, que constrói uma realidade particular no processo narrativo: um mundo sem a presença da espécie humana, povoado por um tipo de espécie que tem a Miríade como sistema-matriz. Dessa maneira, instâncias como enunciador e coenunciador são essenciais para o leitor dispor de embreagens que garantam condições de enunciação do conto. De um lado, o enunciador constrói um novo mundo e uma nova espécie, tendo a responsabilidade em apresentar ao coenunciador uma parcela da subjetividade desse novo ambiente. Por outro lado, o coenunciador está em negociação constante para a construção dos efeitos de sentido possíveis para este novo mundo apresentado pelo enunciador, validando esta nova realidade pelas regras

apresentadas pelo enunciador e estabelecendo diálogo com experiências circunstanciais que o discurso contempla e proporciona. Neste sentido, o discurso literário analisado detém uma realidade inaugurada na enunciação, em diálogo com uma realidade circunstancial das práticas sociais, como podemos observar no recorte abaixo:

RECORTE I (Lasaitis, 2020, p. 43)

O que é uma história senão um ramo de outra história?

O que é uma pergunta senão a brecha de outra questão?

Alguém na Miríade me disse que pensar nessas coisas é como querer iluminar o vazio. Mas eu só acho que.

Acho que preciso me alimentar da luz avulsa que vem desses pensamentos circulares.

Porque, quando se tem uma fome que não pode ser saciada, é esse outro espaço que se abre e me diz: isto não é tudo.

Isto pode ser só um começo.

Identificamos que o enunciador inicia a narrativa convidando o coenunciador a emergir em um plano de enunciação que opera em lugares incertos. O coenunciador não tem condições de criar uma topografia ou uma cronografia que caracterize de maneira objetiva um ambiente e um tempo na primeira parte do conto. Isto direciona toda a cenografia apresentada ao lugar do alcance

abstrato da linguagem literária, já que não há ali um espaço definido, nem um tempo definido, mas há um espaço e há um tempo irreconhecíveis. Nos enunciados *O que é uma história senão um ramo de outra história?* e *O que é uma pergunta senão a brecha de outra questão?*, podemos compreender um tipo de construção que reflete sobre a própria feitura do processo ficcional de construir histórias, ou ainda, na literalidade de uma questão que incomoda a personagem-narradora, uma vez que ela integra uma nova espécie que tem a composição orgânica e a sua psiquê desconhecidas pelo coenunciador.

Esta possibilidade para a dúvida de qual ambiente e em qual tempo narrativo esta história é contada também é explicitada no enunciado *Alguém na Miríade me disse que pensar nessas coisas é como querer iluminar o vazio. Mas eu só acho que.*, em que o narrador apresenta a Miríade como um lugar de origem para as reflexões subjetivas da personagem-narradora sobre sua existência e o ato de contar uma história. Isso se dá por conta de as divagações da protagonista serem as divagações possíveis de uma realidade circunstancial do ato de contar uma história, que faz parte do novo mundo criado pelo enunciador e também dialoga com a prática social que o constitui.

Ainda, se levarmos em consideração as reflexões de Safatle (2020) acerca do desamparo, podemos identificar que os enunciados proporcionam uma apresentação das condições gerais do funcionamento psíquico de uma pessoa que encontra-se em estado de ausência de ajuda, desfrutando de um excesso pulsional não simbolizado que pode levar a uma sensação de perda, desalento ou impotência. O desamparo é uma condição de existência do sujeito no mundo. Podemos observar, no recorte I, em enunciados como *Acho que preciso me alimentar da luz avulsa que vem desses pensamentos circulares.*, que o enunciador introduz algo próximo

de um conflito aparentemente interminável com a condição de existir no mundo, levando em consideração que viver em sociedade implica satisfações pulsionais frustradas e renunciadas que levam a pensamentos circulares e a um contato com o mal-estar revertido a um desamparo.

No recorte I, também identificamos que o ponto de partida do enunciador é desenvolver um discurso disruptivo em relação a outros discursos literários, seja do próprio fantasismo, seja da literatura com acentuação realista. O coenunciador é convidado a interagir com um discurso que distancia-se dos discursos do fantasismo que tem, em sua estrutura e em seu estilo de linguagem, uma narrativa linear com a presença de um narrador em terceira pessoa, ou um narrador personagem, que integra uma jornada de herói em busca de autorreconhecimento ou superação de obstáculos para beneficiar uma comunidade. Histórias de ficção científica, fantasia ou o horror exploram muito este tipo de linguagem e o enunciador busca desenvolver o seu discurso explorando uma outra via de narrativas, próximas daquelas mais introspectivas desenvolvidas por, dentre tantos exemplos possíveis, autoras da nossa tradição literária como Clarice Lispector e Cecília Meireles. Podemos destacar a presença de um tipo de narrador-personagem mais introspectivo, que olha mais para si e questiona o seu lugar no mundo. Um narrador-personagem que é acometido, ao longo da narrativa, por uma epifania existencial, uma vez que não identifica-se completamente integrado ao sistema-matriz da Miríade e suas regras impostas. Este tipo de narrativa ainda é observado, na cena fantasista, como uma prosa questionadora, que busca refletir de maneira crítica as condições de permanência em uma realidade, num certo tempo e num certo espaço, problematizando a lógica dos poderes instituídos. No caso do narrador-personagem, há o questionamento do poder instituído pela Miríade, o que é motor para o desencadeamento de eventos ao longo da narrativa. Nesse

sentido, podemos considerar o discurso em análise como experimental, uma vez que busca utilizar das condições de produção da linguagem da Ficção Científica Brasileira como ferramenta para questionar e refletir a realidade circunstancial a qual convive na prática social. Utiliza, assim, o jogo entre planos enunciativos incertos para realizar reflexões sobre a nossa condição de viver em comunidade e em dependência uns com os outros, posto que *O que é uma pergunta senão a brecha de outra questão?*. Podemos identificar, no recorte abaixo, que esta relação entre prática circunstancial de nossa sociedade e as regras para o novo mundo criado pelo enunciador continua ao longo da narrativa:

RECORTE II (Lasaitis, 2020, p. 44)

Queríamos chegar ao Sol. Sempre quisemos. Porque uma enchente muito deliciosa vinha dali, daquela bola quente com sua luz de gama desbundante, e nós nadávamos atmosfera acima, e nadávamos atmosfera acima, e nadávamos atmosfera acima...

E no fim era frustrante.

O Sol devia ser muito longe porque ele não parecia ficar nem um pouco mais perto.

No recorte II, identificamos que o texto literário apresenta enunciados que detém traços interacionais e pragmáticos em que o escritor opera escolhas da situação de comunicação. O conto faz parte de uma antologia que tem como ponto de partida apresentar ao coenunciador discursos do fantasismo. Dessa maneira, o enunciador busca substituir um olhar imanente da narrativa,

por uma perspectiva interacionista, convidando o coenunciador a mergulhar em um novo mundo criado e experienciar um ponto de vista que inaugura o olhar de uma nova espécie que habita um outro planeta Terra, sem a presença da espécie humana. Esta nova espécie alimenta-se dos raios solares e nada por toda a atmosfera, em busca de locais onde o raio solar consegue penetrar com maior intensidade. Nesse sentido, a situação de comunicação proposta pela organizadora da antologia é ponto de partida para a criação de um lugar insólito, dialogando com um público-alvo que busca narrativas que tem esse tipo de motor criativo. O ponto de vista do enunciador é explorar a subjetividade íntima de uma narradora-protagonista deste novo mundo criado, desenvolvendo sua personalidade, ao mesmo tempo em que apresenta as regras de um mundo desconhecido pelo coenunciador.

O *homo narrans* possui um corpo, um tom, um estilo e uma inscrição específica que podemos identificar no recorte II. Nos enunciados *Queríamos chegar ao Sol. Sempre quisemos.*, o enunciador apresenta um desejo literal da narradora-personagem, uma vez que sua espécie depende dos raios solares para sobreviver. Contudo, o discurso apresentado tem o potencial de sinalizar uma busca figurativa de um coenunciador potencial que encontra, em sua realidade circunstancial, o esforço de criar possibilidades afetivas diante do desamparo que lhe aflige. Safatle (2020) observa que os caminhos afetivos frente a uma sensação de desamparo é a aceitação de uma trajetória imposta ou o evitamento, que leva a uma gestão infundável de um conflito, frente a falta de garantias do sujeito sobre o existir e sobre o seu futuro, o que pode levar a renúncias pulsionais como condição para viver em sociedade, tendo como consequência a convivência com satisfações pulsionais frustradas e uma experiência com o mal-estar. *Chegar ao Sol*, nesse sentido, pode ser tomado como uma referência a busca da humanidade em encontrar caminhos para o desamparo que lhe aflige,

caminhos estes que circundam de referências ontológicas, éticas, metafísicas sobre o sujeito enquanto ser social. O desamparo nos auxilia, nos enunciados do recorte II, a construção de sentidos se o elegemos como um operador para refletir as condições subjetivas do laço social que se estabelece na narrativa e dialoga com o nosso laço social contemporâneo. Entendemos por laço social, a partir de Safatle (2020), como um tipo de transição de valores em que o ideais normativos que eram garantidos pelas instituições modernas estão em crise. Há, assim, uma crise da subjetividade moderna que nos direciona a construções de sentido tomados por efeitos disruptivos desse tecido social e expressões afetivas derivadas da desintegração e da desilusão.

Compreendemos, nesse sentido, que o recorte II permite examinarmos o discurso literário selecionado como metaficcional. A metaficção, no discurso em análise, é desencadeada por um *homo narrans* que empenha enunciados esteticamente autoconscientes de seu artefato ficcional. Identificamos que, nos enunciados *E no fim era frustrante.* e *O Sol devia ser muito longe porque ele não parecia ficar nem um pouco mais perto.*, o enunciador explora a ficcionalidade do mundo criado, já que aquela espécie apresentada encontra no Sol a fonte utópica de alimento inesgotável, ao mesmo tempo em que possibilita ao coenunciador tomar os enunciados em efeito poético, refletindo demandas fora do texto literário, que sinalizam um tipo de ficcionalização da subjetividade de existir na contemporaneidade: caminha-se em direção ao Sol das resoluções, mas que, diante de uma sensação de desamparo, o que se deslumbra é a desintegração, a dissolução das marcas identitárias individuais e coletivas que sustentam as subjetividades, tendo efeito sobre o eu. O sujeito é tomado, em nossa modernidade, por uma demanda de reinvenção e readaptação constantes em um cenário de escassez de garantias emocionais, simbólicas e materiais. Os enunciados operam, assim, em um duplo potencial

de ficcionalidade para o coenunciador: de um lado sobre as regras desse novo mundo criado, de outro, sobre a prática social de uma coletividade em desilusão, experienciando a falha na sustentação subjetiva e ontológica, e ainda, a perda dos referenciais identitários que servem de parâmetros idealizadores de pensamento e ação. O Sol, dessa maneira, compõe as características de uma natureza representacional da ficção de um mundo criado e das convenções e dos processos particulares de construção da narrativa ficcional que envolvem a metáfora da busca pelo Sol como a busca por uma alternativa ao desamparo.

Nos enunciados *Porque uma enchente muito deliciosa vinha dali, daquela bola quente com sua luz de gama desbundante, e nós nadávamos atmosfera acima, e nadávamos atmosfera acima, e nadávamos atmosfera acima...*, identificamos a apresentação de uma tensão entre a construção de uma ilusão ficcional e o desnudamento dessa ilusão. Na interação entre enunciador e coenunciador, o *homo narrans* apresenta um comportamento específico dessa nova espécie, nesse novo mundo criado, que é nadar atmosfera acima, na busca pela enchente deliciosa, de uma bola quente com luz de gama desbundante, traduzida por alimento inesgotável para todos. O coenunciador, por sua vez, tem a possibilidade de tomar os enunciados apresentados na condição de ilusão ficcional, uma vez que as regras para aquele mundo ofertam piscadelas para o desnudamento dessa ilusão e a condição de desamparo potencializada pela sensação de desintegração somada a ilusão, uma vez que, para Safatle (2020), ambas as condições interferem na percepção subjetiva e nas condições materiais que sustentam formas de reconhecimento e de existência concreta e política de indivíduos em certos grupos, tendo como consequência a fratura na ilusão de que o mundo está apto a ser modificado, tolerante à satisfação e o perencimento dos sujeitos. A ilusão ficcional reflete, dessa maneira,

inseguranças de nosso tempo, como por exemplo, a crise nos valores modernos e referenciais morais, o declínio da função paterna e dos ideais imaginários que sustentam as instituições sociais que os encarnam e os realizam, ocasionando uma busca por um novo paradigma alternativo ao egípcio e neurótico de regulação das subjetividades, avançando no narcisismo, na performance, no imperativo do risco da satisfação irrestrita e imediata, do esvaziamento da solidariedade dos laços sociais. O *homo narrans* apresenta, assim, um experimentalismo estético, oferecendo as regras de um novo mundo criado e o comportamento de uma nova espécie neste mundo, para refletir as demandas subjetivas que envolvem os valores éticos e ontológicos em um mundo culturalmente plural, potencialmente reconhecível pelo coenunciador em sua prática social. Os mundos criados pelo *homo narrans*, de um lado o mundo da história contada, de outro o mundo da prática de quem busca por alternativas ao desamparo contemporâneo, refletem realidades provisórias, fruto de estruturas efêmeras, uma vez que temos uma visão parcial das regras destes ambientes, como podemos observar no recorte abaixo.

RECORTE III (Lasaitis, 2020, p.45)

À noite o Sol fugia - ele ia se pôr atrás do planeta e não respondia a nenhum dos nossos apelos para que ficasse. Então...

Então só nos restava nadar atmosfera abaixo, procurando um lugar quentinho perto da terra, abaixo das naves carregadas de estática, onde havia rochas cálidas e lava vermelha. Se pairássemos perto do solo, nos enchíamos de energia. E isso era bom.

O *homo narrans* constitui, no discurso literário em análise, uma instância que conta histórias a um determinado auditório, assumindo uma função heterogênea na prática enunciativa: de um lado, é o narrador de uma história de ficção científica e apresenta a trajetória de uma personagem que pertence a uma nova espécie, alimenta-se do Sol e, na ocasião, está com dificuldades para encontrar comida; por outro, o mundo ficcional criado tem potencial poético e dialoga com a potencialidade ficcional de com a modernidade lida com o desamparo, aproximando-se do que Safatle (ANO) observa como as formas contemporâneas de sofrimento psíquico: a evidência em colocar o corpo e a ação em adocimento físico, dor crônica e busca por cura. Dessa maneira, a prática enunciativa é o resultado de um interacionismo simbólico de, pelo menos duas práticas sociais distintas: a ficção científica como estética para a escrita literária; a ficcionalização do sujeito em desamparo.

No recorte III, identificamos que, enquanto locutor, o *homo narrans* responsabiliza-se em conceder existência às dificuldades da personagem na busca por alimento. Na ausência dos raios solares, resta à personagem *nadar atmosfera abaixo, procurando um lugar quentinho perto da terra, abaixo das naves carregadas de estática, onde havia rochas cálidas e lava vermelha*. O enunciador concede à personagem uma existência complexa, organizando pontos de vista, atitudes e direcionamento moral para a busca pela sobrevivência. Em paralelo, o coenunciador pode tomar estes enunciados como ficcionalização da busca por alternativas de um estado de impermanência e desconforto do sujeito, levando em conta a economia do sofrimento do corpo e a economia psíquica, assim como a busca em alcançar uma normatividade social que leva a formas individualizantes de subjetividade que anestesiem o

sofrimento psíquico e a tensão corporal. O *homo narrans*, assim, assume uma posição heterogênea e polifônica, encenando a multiplicidade de pontos de vistas possíveis, como podemos observar no recorte em análise, fazendo-os dialogar em pelo menos dois mundos possíveis criados, povoado por personagens potenciais: a nova espécie criada e o ser humano que busca motivação pelas alternativas ao desamparo que lhe aflige.

Compreendemos que o *homo narrans* que emerge no discurso em análise desempenha, nesse sentido, um discurso experimental que estabelece diálogo com a premissa neobarroca. O novo mundo criado, onde espécies se alimentam dos raios solares, possui um caráter autotélico, uma vez que as regras, as imagens e os valores criados neste mundo funcionam literalmente apenas neste mundo criado, com potencial dialético às práticas sociais. Diferente de obras que possuem uma acentuação realista, com enunciados que ficcionalizam cenas verosímeis à vida cotidiana e circunstancial, o discurso em análise não possui verossimilhança com acentuação real, mas sim, simbólica, apresentando regras de um mundo que se retroalimenta em efeitos sonoros e visuais. A espécie que nada atmosfera abaixo, atmosfera acima, alimenta-se de raios solares, busca fontes de energia alternativa em carcaças tecnológicas abandonadas pelo tempo possuem correspondências simbólicas na prática social do coenunciador, mas não literais. Nesse sentido, o *homo narrans* faz uso de sua liberdade criativa para criar um ambiente de riqueza visual, capacitando o leitor a negociar significados possíveis nos enunciados apresentados, mediante as regras de pelo menos dois mundos: o mundo criado e o mundo circunstancial de sua prática social. Trata-se, nesse sentido, de um discurso que estimula o coenunciador a dialogar constantemente com os símbolos criados, observando os mundos oferecidos a partir das

imagens, das representações, estando diante de um experimento de linguagem que promove cores, imagens, sons vertiginosos e plurais apenas utilizando da linguagem escrita.

Identificamos, por fim, que o *homo narrans* não conecta os enunciados desenvolvidos a uma prática social específica, mas utiliza-se de embreagens de como *o Sol fugia, procurando um lugar quentinho perto da terra, não respondia a nenhum dos nossos apelos, nos enchíamos de energia*, que poderíamos classificar respectivamente como planos não embreados que remetem a lugares e a pessoas, para conectar a elementos de variadas ordens que participam tanto do mundo criado e inaugurado no discurso literário, quanto na relação com as inúmeras práticas sociais, das quais destacamos uma: a busca por alternativas ao desamparo na vida moderna. Isso implica uma conexão paratópica dos enunciados literários em uma perspectiva metaficcional, já que os enunciados circundam em dois planos ficcionais limítrofes, estabelecendo conectividade entre pelo menos duas coesões internas de realidade, o mundo criado e a ficcionalização de uma prática social implícita reconhecida pelo coenunciador, e também as potencialidades dialéticas com as diversas práticas sociais, externas à obra. Isso significa que não devemos desconsiderar que o olhar do *homo narrans* sobre o funcionamento das novas espécies criadas é tão ficcional quanto o olhar possível para o ato de racionalizar, por exemplo, os conflitos com o desejo e com a lei do superego, essência para o desamparo contemporâneo, segundo Safatle (2020). Na prática social, formas depressivas do sofrimento contemporâneo tem caráter individualizante e solitário, narcísico e performático, em que a dimensão sociopolítica do ganhador e do perdedor, do produtivo e do improdutivo, do dominado e do dominante, da sujeição e do controle podem fazer ecos com os enunciados apresentados pelo *homo narrans*, dentre eles: *Então só nos restava nadar atmosfera abaixo, procurando um lugar quentinho perto da terra*.

O caráter experimental do discurso em análise possibilita identificarmos que fragmentação e multiplicidade são fatores complementares na prática enunciativa dos recortes selecionados. O *homo narrans* explora, para a realização de seu experimento linguístico, transgredir a percepção do coenunciador em três ordens: social, psicológica e poética. Na transgressão social, podemos examinar mediante os recortes selecionados que o coenunciador é convidado a romper com as condições de comunicação objetivas, interagindo com uma lógica mais subjetiva de construção de sentidos sob sombras, uma vez que as regras de vida dessa nova espécie, o que aconteceu com aquele lugar não são racionalizados pelo enunciador. Na transgressão psicológica, por sua vez, identificamos que o coenunciador está diante de um experimento de linguagem que estimula uma percepção de mundos metaficcionalizados com regras profundas, embora sob sombras: de um lado o mundo criado pelo enunciador, de outro a ficcionalização entorno da busca por alternativas em lidar com o desamparo, extraído das realidades circunstanciais das diversas práticas sociais da vida subjetiva. Na transgressão poética, por fim, o *homo narrans* apresenta ao coenunciador uma produção de códigos adequados e necessários a uma percepção visual individual, inaugurada e encerrada na prática enunciativa, mas também coletiva, com potencialidades de comunicação, de transferência e transformação social na vida circunstancial de quem vive de ou problematiza o desamparo.

Considerações finais

Compreendemos, ao longo deste capítulo, que os discursos literários selecionados utilizam de recursos de ficcionalização para a criação de um mundo labiríntico e turbulento, envolvendo a ideia de multiplicidade de possibilidades de efeitos de senti-

do, em virtude da fragmentação da percepção da transferência de informações. Dessa maneira, a influência da poesia experimental neobarroca na construção do insólito, na narrativa metaficcional fantasista analisada, se dá na transgressão da ordem dos enunciados que apresentam o tempo, o espaço, a trama e os personagens da narrativa. O *homo narrans*, em meio ao caos criado por ele mesmo, busca racionalizar o intangível, estabelecendo pontes de sentido para realidades circunstanciais. Assim, fragmentação e multiplicidade, condições essenciais para a poesia experimental, também tem funções complementares na narrativa insólita do fantasismo.

Ainda, não podemos deixar de pontuar que, ao término desta pesquisa, podemos perceber que o diálogo entre a Crítica Literária e a Análise do Discurso de tendência francesa pode ser produtiva, ao considerarmos que o arcabouço teórico-metodológico selecionado nos oferece condições para examinar o enunciado literário conectado a uma determinada prática social. No caso dos discursos literários selecionados, a ficcionalização entorno do desamparo de um sujeito moderno que carrega a culpa por não realizar seus desejos, por deixar de ser o protagonista de seus impulsos e passar a performar a obrigação do fazer e sustentar uma imagem que distancia-se de seu ideal de ser. Este diálogo entre o potencial criativo do mundo criado para dialogar com a ficcionalização das diversas práticas sociais do desamparo moderno foi possível devido aos estudos de Rabatel (2016), que destaca a necessidade de observar os traços interacionais e pragmáticos dos enunciados que constituem uma narrativa, e Maingueneau (2006 e 2013), que propõe as embregens paratópicas como dispositivos de análise das cenas criadas nas narrativas.

Referências

- CASTRO, E. M. M. *O fim visual do século XX & Outros Textos Críticos*. São Paulo: Edusp, 1993.
- HUTCHEON, L. *Narcissistic narrative: the metafictional paradox*. 2. ed. New York: Methuen, 1984 .
- LASAITIS, C. A história antes do fóssil. In: DUGIM, C. (Org.). *Violetas, Unicórnios & Rinocerontes*. São Paulo: Patuá, 2020.
- MAINGUENEAU, D. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2006 .
- _____. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2013.
- MATANGRANO, B; TAVARES, E. *Fantástico brasileiro: o insólito literário do romantismo ao fanatismo*. Curitiba: Arte & Letra, 2018.
- RABATEL, A. *Homo narrans: por uma abordagem enunciativa e integracionista da narrativa: pontos de vista e lógica da narração teoria e análise*. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da Silva Neto. São Paulo: Cortez, 2016.
- ROBERTS, A. *A verdadeira história da ficção científica: do preconceito à conquista das massas*. Tradução de Mário Molina. São Paulo: Seoman, 2018.
- SAFATLE, V. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- WAUGH, P. *Metafiction: the theory and practice of self-conscious fiction*. New York: Routledge, 1984.

O Sintoma cerimonial compulsivo como uma linguagem

Silvana Martani

Introdução

Recebi uma estudante de 15 anos, em 2017, com um sintoma: lavava as mãos sistematicamente. O sintoma que a envergonhava e feria fisicamente, era repetido muitas vezes ao dia e vinha carregado de energia simbólica que o sujeito que o reproduzia não dava conta de interpretar. Neste capítulo verificamos *o caso Maya*,¹ uma garota sul coreana que desenvolveu um sintoma cerimonial compulsivo. Para nossa verificação, iniciaremos com a demonstração de como o caso se apresentou, descrevendo as sessões iniciais, depois, observando como a analisanda reconheceu o espaço da análise, consecutivamente; abordando os diálogos com a família, pai e mãe, e, posteriormente, como o sujeito deu conta de observar o empréstimo simbólico que fez do desejo original recalcado

1 O nome real foi preservado e a paciente consentiu que transmitíssemos o caso a fim da divulgação do aparato teórico empregado.

à simbolização do gesto de lavar as mãos, arrefecendo o sintoma. Finalizamos nossa observação quando Maya precisou interromper o processo de análise em função do início da pandemia de Coronavírus/19.

Depois da discussão do caso, apresentamos um referencial teórico que propõe entender o sintoma como uma linguagem, capaz de ter uma estrutura. Isso quer dizer que, ainda que os símbolos utilizados pelo sujeito na construção sintomática possam variar, eles admitem um padrão. No caso da neurose obsessiva, o padrão do empréstimo significativo que se arrolou entre “estar sujo” e “lavar as mãos”. Essa construção sintomática, dá-se na dimensão enunciativo-discursiva, uma vez que é no campo do discurso que o simbólico se concretiza.

I. A ideação de culpa representada no gesto de lavagem das mãos: o caso Maya.

Em meados de 2017, recebi a mensagem de uma pessoa que buscava atendimento para a filha urgentemente. A urgência era tamanha que a solicitante pediu um horário de atendimento para o mesmo dia. Em função da minha resposta negativa, a solicitante deixou de responder às mensagens. Na semana seguinte, recebi novamente uma mensagem de urgência do mesmo número, sem apresentação ou referência. Perguntei quem gostaria de marcar a consulta e uma jovem, Maya, apresentou-se e disse que se sentia muito doente e precisava de ajuda. Marcamos.

Maya chegou no dia e horário marcado e foi direto para o banheiro da sala de espera e lá ficou durante trinta minutos do tempo de sua consulta. Do lado de fora eu escutava o barulho da

torneira aberta da pia e da saboneteira sendo acionada. Esperei. Após esse tempo, Maya saiu do banheiro e sentou-se na sala de espera. Eu havia deixado a porta do consultório aberta para poder ouvir quando ela deixasse o banheiro. Fui chamá-la.

Maya era uma adolescente de quinze anos, franzina, de cabelos longos, que entrou no consultório de cabeça baixa, muito envergonhada. Perguntei se ela havia vindo sozinha e ela confirmou e, depois, começou a chorar. Aguardei. Era um choro intenso, com soluços que a faziam se curvar sobre a cadeira. Ela escondia as mãos sob a roupa e tentava enxugar as lágrimas na blusa, esfregando o rosto nos ombros. Após alguns minutos, lhe ofereci um copo de água e lenços. Ela olhou-me e agradeceu.

A queixa inicial do sujeito era o medo de ser internado, pois acreditava que poderia estar perdendo a própria sanidade. Depois que esperei para ouvi-la, Maya disse que essa crença nasceu do fato de que construiu o hábito de lavar as mãos repetidas vezes, por muito tempo e tinha a impressão de que não conseguiria parar. A fala de Maya era entrecortada, sua enunciação se interrompia antes da conclusão lógica dos períodos, mesmo assim, a comunicação mais evidente era que tinha ideias repetitivas que se acumulavam em sua cabeça e, de certo modo, a lavagem das mãos representava uma válvula de escape desses sentimentos represados.

Enquanto Maya se mexia compulsivamente na cadeira onde estava sentada, comunicou que seus sintomas começaram aos onze anos de idade, mas que, naquele momento, tinham piorado muito e que não sabia o motivo da piora. Ela frequentava o ensino médio, estava, naquela ocasião, na primeira série, como uma colega de classe foi atendida por mim, por esse intermédio, ela conseguiu meu telefone de contato. Avisou, também, que tinha me procurado naquele dia sem a anuência de seus responsáveis, porque estava

“*no desespero*”, e que tinha receio de que sua atitude preocupasse-os muito. Com o choro contido, e o tempo convencional de uma consulta encerrada, propus para Maya um retorno, que foi prontamente aceito. Maya morava perto do consultório e acertamos o retorno.

Dois dias depois e vinte minutos passados do horário marcado, Maya chegou. Estava muito cansada, subiu as escadas com dificuldade, quase sem fôlego. Entrou no consultório. Estava de cabeça baixa e se jogou na poltrona desfalecida. Perguntei se ela queria contar o que estava acontecendo e novamente ela começou a chorar, mas desta vez foi um choro contido e, no meio do choro, ela contou que fazia muito tempo que lavava as mãos sistematicamente e não conseguia parar. Neste momento, me mostrou suas mãos descascadas e vermelhas.

Maya conta que suas mão machucadas atraem curiosidade dos colegas, mas ela alega que os ferimentos e a vermelhidão são causados por uma alergia ao sabão. Conta também que a frequência que a faz lavar as mãos às vezes provoca sangramentos. Ela diz que contorna a situação com os pais, porque eles trabalham muito, no mercado da família.

Neste dia, Maya contou parte de sua história pregressa: seus pais chegaram ao Brasil cerca de dois anos antes da consulta e abriram um pequeno mercado que os ocupa o dia todo, de modo que a menina passa grande parte do dia sozinha. Comentou que não tem irmãos e que os pais e ela estão no Brasil “sozinhos”. Maya também mencionou que é um hábito ficar sozinha e que é assim desde que ela tem sete anos de idade, mas que, nas férias, trabalha com os pais no mercado.

Depois disso, Maya contou que moravam numa província muito pequena na Coreia do Sul e que o sonho dos pais era sair

do país. Eles trabalhavam em restaurantes e pousadas, não tinham muitos parentes e ela estudava em uma pequena escola desde muito pequena. Em Jeolla do Sul, província do país natal onde moravam, seus avós maternos e paternos faleceram muito cedo e, com a família reduzida, os pais resolveram realizar o sonho de morar em outro país. Escolheram o Brasil, porque fizeram amizade com um grupo de coreanos de nacionalidade brasileira na ocasião em que se hospedaram em um hotel, numa viagem que fizeram a Seul. Como esses brasileiros estavam no Brasil, decidiram que o país seria o melhor lugar para receber seu sonho.

Comuniquei à Maya que precisaríamos conversar com seus pais para organizar o contrato de análise e pedi para que ela comunicasse-os de sua intenção de começar o tratamento. Pedi, também, para que eles entrassem em contato comigo para agendarmos uma consulta para conhecermos-nos. Naquela ocasião, marcamos o próximo encontro.

Os pais chegaram muito tímidos à consulta e Maya veio com eles. Nesta ocasião, para que eu compreendesse-os, empenharam-se muito para falar português. Contaram-me que a filha sempre foi muito sensível e que eram afetuosos, por isso esforçaram-se por oferecer à filha a melhor educação possível. Enquanto eles falavam, Maya permaneceu com o olhar fixo para o chão. A mãe contou-me que eles sempre trabalharam muito para oferecer a melhor vida possível para a filha, no entanto, esses esforços foram respondidos com uma filha “tímida” e “difícil”.

A mãe de Maya comentou que a garota tinha um grande distanciamento em relação à família. Apesar do sucesso escolar, não tinha amizades na escola e passava grande parte do tempo quieta. Essa dinâmica de relacionamento era piorada pelo fato de que os pais não consideravam ter tempo para estar com a filha. Entretanto,

a mãe não achava isso um problema, uma vez que sua relação com os próprios pais, avós de Maya, era muito parecida.

A mãe, ainda, rememorou que em Jeolla, Maya tinha uma vida menos extraordinária, pois “brincava na rua” e “tinha amizades”. Entretanto, com os pais, Maya era muito sensível e, em muitas ocasiões, chorava inesperadamente. O pai de Maya falou pouco; mais consentiu com a mãe do que qualquer outro comportamento e, quando deu sua opinião, disse imaginar que a filha tinha dificuldades de adaptação.

A mãe dominou toda a consulta. Durante este tempo, os pais deixaram claro que estavam mais preocupados com o custo do tratamento do que com seus possíveis resultados, mormente, a própria filha. Quando a consulta terminou e o contrato do tratamento fora concluído, percebi certo distanciamento afetivo entre Maya e seus pais.

1.1 O início do tratamento

O início do tratamento analítico ocupa-se de entender a queixa e construir uma demanda para ser trabalhada. Diante da queixa apresentada, caminhamos para a construção dos diálogos que permitiriam o processo analítico. Assim, a analisante passou a ser estimulada a falar; ou, melhor, narrar a própria vida.

Maya passou a contar de sua vida desde pequena, da casa onde morava com os pais, dos vizinhos que tomavam conta dela enquanto os pais trabalhavam, dos amigos da escola, da rua onde adorava brincar e do seu esforço para ser a aluna com melhor rendimento, para satisfazer os pais. É importante salientar que a narrativa da

relação com os pais precisou ser estimulada, porque não apareceria naturalmente mesmo depois de meses de sessões.

Trabalhar com pacientes que apresentam comprometimentos emocionais ligados a rituais compulsivos é desafiador, dada a dificuldade que eles enfrentam ao expressar seus sintomas e restrições, muitas vezes associada à vergonha e constrangimento. Reconhecemos que há um elemento de prazer na repetição desses rituais, não apenas por aliviar uma tensão imediata, mas também por estabelecer um diálogo com desejos reprimidos. A alternância entre prazer e desconforto, vida e morte, persiste ao longo de horas, dias e meses durante a repetição desses comportamentos.

Nos comentários sobre a vida infantil, o choro de Maya esvaizou-se, mas retornou quando a relação com os pais entrou em cena. A proximidade com a mãe era difícil, severa e angustiante para a jovem. Maya sentia que tinha que agradá-la com boas notas, um comportamento exemplar e muita dedicação às tarefas de casa, o que suprimia o tempo de brincar e, quando crescida, de ocupar-se com as atividades adolescentes. Sobre o pai, Maya percebia-o como coadjuvante: muito submisso aos desígnios da mãe que parecia, para a filha, carregar o fardo da vida deles.

A analisante tinha uma concepção da mãe muito rígida, considerava-a severa e não via espaço para qualquer diálogo de modo que, quando incentivada a abrir o diálogo, respondia “*minha mãe é assim*”. Maya dizia que sua mãe gostava de ver todas as demandas domésticas cumpridas pela garota, além de ter de produzir com eficiência as tarefas escolares. Mesmo com as tarefas feitas, a mãe reclamava. Entretanto, esse comportamento da mãe não surtia na analisante um desconforto imediato. Maya, ao contrário, considerava a própria mãe uma “coitada”.

Para justificar essa consideração, a analisante mencionava que a mãe trabalhava muito, desde o tempo em que moravam em Jeolla, para compensar a baixa remuneração do pai. Por isso, Maya sentia que o cansaço da mãe e seu mau humor advinham da sobrecarga em suprir as necessidades da casa que o salário do pai não conseguia atingir. Seu pai, por sua vez, parecia concordar com o parecer materno e justificava a baixa remuneração, porque considerava-se “burro”, segundo a analisante.

Sobre o pai, ainda, Maya comentava que não concordava com a avaliação de que ele não tinha inteligência. Na avaliação da analisante, ao contrário da característica negativa, considerava-o um homem simples e carinhoso, mas resignado frente à mãe, que parecia impenetrável. Sobre a situação, a analisante não via alternativa senão a de aceitar a vida como parecia ser.

Quando a redargui sobre a dificuldade que ela parecia ter de demonstrar os próprios sentimentos para os pais, especialmente a mãe, a analisante ficou muito nervosa, fato que a fez passar uma mão sobre a outra de maneira acentuada e a se agitar muito. Ainda nessa cena, a analisante rejeitou todo confronto sobre anunciar aos pais sentimentos considerados negativos, como raiva e rancor. Maya passou o final da sessão muda e não compareceu às duas sessões seguintes.

Sentimentos que não são expressos ou que são negados podem causar ansiedade e angústia. Para aliviar esses sentimentos, é importante entender e enfrentar a causa da perturbação. Se não for possível enfrentar a situação, as pessoas utilizam mecanismos de defesa específicos da sua personalidade. Na neurose obsessiva, por exemplo, esses sentimentos reprimidos podem se manifestar como sintomas. Se esses sentimentos forem canalizados suficientemente para pensamentos obsessivos, a ansiedade e angústia podem ser

aliviadas. Caso contrário, podem surgir ideias intrusivas, rituais ou até automutilações para tentar controlar a angústia e evitar enfrentar desejos reprimidos. Maya, por exemplo, não conseguia lidar com seus sentimentos em relação aos pais, e seus sintomas pioravam, machucando seus braços. Em situações assim, a ajuda psiquiátrica é recomendada. Apesar da resistência de Maya, decidimos esperar trinta dias antes de considerar uma consulta médica.

II. O que é o sintoma e por que consideramos que ele se estrutura como uma linguagem

Sintoma é um termo originado do grego *sympitien* e significa “acontecer”. Os sintomas emocionais contam de um “acontecer” que envolve a realidade externa ou interna e os sentimentos em função dessa realidade: prazer e desprazer, ansiedade e angústia, medo e desejo, solidão e fantasia, amor e ódio e nossa capacidade de nos resolver, ou não, com o que acontece, o que varia de pessoa para pessoa. Em psicologia, como na psicanálise, os sintomas são considerados grandes portais a serem decifrados. Criptografadas, essas reações e emoções, atos e ações contam de um universo que temos muita dificuldade de acessar, o inconsciente.

A realidade nos convoca a todo tempo a darmos conta de uma série de emoções motivadas por circunstâncias do nosso dia a dia que parecemos conhecer e sabemos como lidar. Mas a forma de lidarmos com essas circunstâncias contam globalmente de nós, expondo muito mais do que gostaríamos. Como caminhamos, olhamos, pegamos as coisas, como nos vestimos, sorrimos, como conseguimos falar ou escrever o que queremos dizer, as formas do nosso corpo, nossas sensações e emoções são nossas linguagens

personais. Há outros similares a nós, mas nunca iguais. Somos singulares, únicos em nossa construção e formato.

As reações e as emoções positivas e negativas são resultado de atualizações do que fomos até ontem, que nos habilitam a reagir desta ou daquela maneira às novidades que nos acontecem. Dentro dessa lógica, podemos pensar que estamos no comando, preparados para resolver nossa vida e sabemos o que estamos fazendo. Mas o que pode estar dando errado quando apresentamos nossos sintomas emocionais? Por que cometemos atos falhos, equívocos de ação, atos que não entendemos o significado, erros que não percebemos, so-nhamos com coisas que não entendemos ou sentimos e reagimos como estrangeiros em nossos corpos e nos surpreendemos?

Os sintomas emocionais, talvez, sejam a forma mais autêntica de nos comunicarmos. Uma linguagem, um *dialeto*, contando de traumas ou circunstâncias traumáticas que vivemos no passado ou que estamos vivendo e que não encontramos uma forma adequada para sua dissolução. Entendemos que os sintomas são manifestações influenciadas pela contemporaneidade de um sujeito, mas cada momento histórico facilitou a manifestação de suas dificuldades de uma determinada forma, ainda que as questões de sofrimento se mantenham historicamente as mesmas. Freud ocupou-se, durante toda sua obra, do sintoma tanto na dimensão do simbólico relacionado aos diversos destinos de constituição da personalidade, como da dimensão do real.

Na dimensão simbólica, o sintoma representa desejos e situações traumáticas. Ambas recalcadas para o inconsciente como medida protetiva para a sobrevivência da personalidade. Neste ponto, o sintoma se apresenta como uma metáfora do não dito, daquilo que não pode ser olhado, pensado, sentido e revivido. Uma linguagem perfeita para algo *desorganizante*; por outras palavras, fatal.

Na dimensão real, o sintoma se manifesta como as letras do discurso do inconsciente, um texto que conta da possibilidade de realização dos desejos recalcados, uma expressão de prazer e gozo daquilo que não pode ser vivido e sentido, mas que encontra nesse caminho torpe uma forma de se realizar vinculado à pulsão de morte e para além do princípio do prazer, Freud (1920).

Neste momento, entendemos que o sintoma é uma formação de compromisso entre a satisfação do desejo reprimido -normalmente de origem sexual- e a repressão egóica que precisa manter esse desejo recalcado no inconsciente, fruto do aumento de aumento de pulsão -tensão que a realidade convoca no nosso dia a dia. O sintoma, uma linguagem metafórica do inominável, como menciona Lacan (1964) “o mutismo do sujeito suposto falante” é resolvido por meio do sintoma.

O que estamos sugerindo, portanto, é que o sintoma é uma construção simbólica do recalcado. Assim, grosso modo, o sintoma é uma imagem, símbolo cultural, de *outra* coisa, daquilo que não pode ser dito.

O recalcado primordial é um significante e o que se edifica por cima para constituir um sintoma, podemos considerá-lo um andaime de significantes. Recalcado e sintoma são homogêneos, e redutíveis a funções significantes. Sua estrutura, embora ele se edifique por sucessão como todo edifício, é, contudo, no fim, inscritível em termos sincrônicos. (LACAN, 1964, p.167)

Por isso, consideramos o sintoma estruturado como uma linguagem: uma vez que podemos depreender da organização sintomática um empréstimo de significante, para outro significado,

estamos, como propôs Ferdinand Saussure (1916), entendendo o sintoma tal e qual como uma língua, no *Cours de Linguistique Générale*, empreende-se que “a língua é a linguagem sem a fala”.

Essa compreensão, ainda que muito discutida e revisitada nas escolas de Linguística e Letras, parece-nos oportuna, porque revela que o inconsciente está na mesma dimensão da linguagem: como uma camada inacessível pela qual quer o linguista, quer o psicanalista, só acessam por meio da língua/discurso. Estão, neste ponto, associadas a Psicanálise e a Linguística discursiva, uma vez que ambas tratam, cada uma a seu modo, de objetos muito semelhantes.

O problema das estreitas relações entre psicanálise e linguagem é complexo [...] Sublinhemos em primeiro lugar o fato de que a psicanálise vê o seu objeto na fala do paciente. O psicanalista não tem outro meio, outra realidade ao seu alcance para explorar o funcionamento consciente ou inconsciente do sujeito para além da fala, das estruturas e das suas leis; é por aí que o analista descobre a postura do sujeito. [...] a psicanálise considera qualquer sintoma como linguagem: portanto faz dele uma espécie de sistema significante cujas leis temos de descobrir, leis essas que são semelhantes às de uma linguagem. (KRISTEVA, 2007, p. 268)

Desse modo, o campo simbólico que é o sintoma não se organiza de modo aleatório, mas combinando elementos significantes que não podem ser ditos por sua via e significado diretos. O sintoma é, assim, um contorno, um desvio, uma outra forma de dizer. Está, por conseguinte, estruturado como uma linguagem.

Não é raro os adolescentes procurarem terapia sem o conhecimento dos pais, mas em casos importantes como o de Maya este fato me despertava uma grande preocupação.

Freud, (1926[1925]/1996), em “Inibições, sintomas e ansiedade” considera o sintoma como sendo “o verdadeiro substituto e derivativo do impulso reprimido. Continuamente renova suas exigências de satisfação e assim, obriga o ego, por sua vez, a dar o sinal de desprazer e a colocar-se em uma posição de defesa” (FREUD, idem). O sintoma é fruto do conflito entre a satisfação inconsciente da libido e a proteção exercida pelo recalque e por esta razão é tão intenso e persistente. Neste papel conciliatório obriga o ego a tolerá-lo, enquanto os conflitos persistirem sem que haja qualquer entendimento consciente do que está acontecendo, aliviando e perturbando insuportavelmente.

III. As condições sócio-históricas e psíquicas para a produção de um sintoma no caso Maya

O sucesso acadêmico é motivo de orgulho para a maioria das famílias orientais e para a sociedade sul-coreana especialmente. É sabido que, para eles, a educação é a melhor opção para a melhora do padrão de vida e a graduação em uma universidade renomada é um marcador de prestígio que pode proporcionar status socioeconômico, perspectivas promissoras de casamento e uma carreira de sucesso. A escola sul-coreana tem um sistema rígido de regras e conduta que frutifica em excelentes resultados acadêmicos, mas forte pressão emocional.

[...] most Korean secondary schools, especially college prep high schools, focus exclusively on test preparation. In addition, because the test contents tend to be tied to the common curriculum framework, it is not uncommon for Korean college prep high schools to cover their required curriculum within the first two years then use the final year of high school to repeat the curriculum — emphasizing rote memorization— in order to prepare students for the College Scholastic Ability Test² (CSAT), the Korean version of the Scholastic Aptitude Test. It is also not unusual for Korean college prep high schools to replace art and music classes with core subjects such as math and English subjects tested in the CSAT during the final year of high school. Most Korean college prep high schools offer additional supplemental lessons mainly focusing on English and math before and after regular lessons, and even late-night study sessions. (BYUN, SHOFER & KIN, 2012, p. 223)

Assim, a expectativa dos pais com o sucesso dos filhos está inscrita nas crianças sul-coreanas desde muito pequenas, além da competição entre os próprios colegas e a pressão dos professores. Desse modo, o distanciamento afetivo parental somado às altas expectativas de performance intelectual podem gerar quadros complexos de depressão, angústia e ansiedade nos filhos.

Lacan, (2005), propõe que o que é produzido pela relação do sujeito com o objeto *a* é a angústia, ou seja, aquilo que não é tangível de simbolização. Para Miller (2005), Lacan se deteve sobre

2 Aplicado desde 1994, o *College Scholastic Ability* é hoje o maior programa de admissão no ensino superior sul-coreano.

a teorização da angústia, por considerar este o único afeto sem representação que apontaria diretamente para o real objeto *a* como um sinal.

Voltando a Lacan (2005), o significante não sustenta e não abrange todas as emoções, proporcionando um desalinhamento entre ele e o objeto, impondo à angústia um destino somático, muitas vezes. É sabido que, somente após a passagem pelo Complexo de Édipo, Freud (2016/2019) que esse objeto se configura como causa do desejo pela falta, condição primordial para que haja desejo, a expectativa de gozo e a tensão representada pela angústia.

Freud, (2015), descreve a sintomatologia da neurose obsessiva e dá ênfase à causa dos sintomas entendendo que pertence à ordem do inconsciente. O psicanalista conceitua os cerimoniais obsessivos como “pequenas alterações em certos atos cotidianos, em pequenos acréscimos, restrições ou arranjos que devem ser sempre realizados numa mesma ordem, ou com variações regulares”, (p. 109). Esses rituais são estritamente rigorosos e qualquer alteração ou falha na execução dos mesmos envolvem uma repetição severa e penal. O caráter ingênuo e absurdo do ritual expõe a experiência traumática de cunho sexual de forma “orgânica”, o que gera angústia e, conseqüentemente, culpa.

Todo desejo que não pode ser realizado, porque não há condições emocionais para significá-lo, é, nos neuróticos, recalcado para o inconsciente juntamente com uma parte das emoções e com oções que os acompanham. O restante dessas emoções não recalcadas se armazena no *ego* e mantém um laço com o traumático que a originou. Quando a realidade convoca algo dessa ordem, a tensão no *ego* aumenta, denunciando que algo no inconsciente foi acionado.

Como sinal dessa tensão, angústia e ansiedade aumentam e se não houver recursos emocionais para dar conta do que foi convocado, ou seja, se o que existe de referência na estrutura emocional não for capaz de significar aquela situação, os mecanismos de defesa são acionados. No caso dos neuróticos o deslocamento, e os sintomas se manifestam muito como mediadores do conflito.

No caso da neurose obsessiva, os sintomas obedecem a uma ordem de intensidade e gravidade. Essa ordem constitui-se de maneira estrutural: primeiro, são as ideias obsessivas que se organizam como sintoma, seguidas pelas ideias intrusivas e, por último, os rituais obsessivos compulsivos.

Por ideias obsessivas, entende-se as ideias de “martelo”, que são pensadas independente da vontade, lógica ou coerência prática, de modo intenso e persistente. Elas são simples: frases, pedaços de músicas, ordens, palavras que se repetem sistematicamente durante dias, ou semanas e sua intensidade ou persistência dependem da tensão que a estrutura psíquica está sofrendo.

Além delas, há as ideias intrusivas. Essas são ideias absurdas que tomam o indivíduo sem aviso, causam sensação de estranheza, constrangimento e medo, transmitindo uma menção à loucura aterradora. O cunho de tais ideias pode ser religioso, sexual ou violento, e a frequência e intensidade também dependem do montante de tensão, ansiedade e angústia.

Os atos cerimoniais compulsivos são os que compõem o melhor da denúncia das circunstância traumática e seus desejos proibidos, pois representam o esforço de repressão a esses desejos. São repetitivos e ingênuos e qualquer falha na sua execução envolve a retomada do ritual desde o início, o que pode tomar horas do dia.

Pacientes com sintomas de rituais persistentes, podem, também, apresentar comportamento de automutilação.

Há, então, nos sintomas, uma função profilática de diminuição de tensão e realização metafórica dos desejos reprimidos. Um sintoma é, assim, uma representação discursiva em formato de *metáfora* de outro discurso que não tem espaço de execução. Dessa forma, a produção de um sintoma está ligada a uma organização simbólica do que está reprimido. Observar um sintoma é, pois, observar a linguagem da opressão e da dor traumática. Segundo Freud, esses traumas são de origem sexual e são constituídos durante a infância na convivência com os pais ou cuidadores. Uma vivência infantil transforma-se num trauma, quando não há maturidade afetiva/recurso emocional para significar ou suportar tanto a experiência quanto a magnitude dos sentimentos envolvidos naquele momento.

Não podemos esquecer que assim que se formam os rituais, normalmente, eles são acompanhados de proibições – se não realize isso, acontece aquilo- na tentativa de manter o reprimido e a estrutura sob tutela. É um trabalho árduo e penoso tanto dos sintomas, quanto da estrutura emocional de se manter operante, para que o indivíduo continue a exercer suas atividades do dia a dia. No caso de Maya, os prejuízos desse esforço já eram aparentes: cansaço extremo, tristeza, angústia e ansiedade, perturbando - a incessantemente.

Maya precisava se limpar, mas do quê?

IV. Sintoma ou discurso: uma análise do discurso produzido por Maya

Um ano se passou desde o primeiro encontro com a analisante e Maya estava mais disposta para a análise. Vinha ao consultório duas vezes por semana e conseguia falar da sua relação com os pais, mas sempre de maneira contida. Havia seis meses que ela tinha estado no psiquiatra e a medicação estava lhe ajudando.

Houve, no entanto, um incidente entre ela e a mãe que mudou todo o cenário dos nossos encontros. Numa discussão entre elas, a mãe agrediu-a fisicamente e somente parou quando o pai interveio. Maya, ficou muito machucada e chegou ao consultório com o rosto e os braços roxos. Nessa ocasião, ela estava muito abatida e nervosa. Contou o que tinha acontecido e xingou muito sua mãe de todos os palavrões que conhecia, numa fúria imensa. Gritava que queria que se sentiria feliz se a mãe morresse, que não aguentava mais ficar “louca” por conta da sua situação familiar, que queria sumir de casa e que o pai era um “idiota”, pois não a defendera, não confrontou a esposa.

A analisante terminou seu discurso colérico cheia de decisões. Segundo ela, terminaria o ensino médio, entraria na universidade pública e sairia de casa. Assim, conseguiria um trabalho e não precisaria conviver com o que ela chamou de “miséria de vida”. Neste momento, Maya ficou apavorada com o que tinha dito na sessão. Começou a tremer e chorar dizendo que Deus a castigaria, que a mãe morreria por consequência de sua fala e que se sentia uma pessoa horrível, que merecia o pior.

Depois do choro, ela recordou-se que quando era pequena, o pai deitava-se com ela para contar histórias antes de dormir e que ela gostava muito desse carinho, mas a mãe dizia que ela não era

mais bebê e o pai devia parar. Um dia houve uma briga intensa entre os pais por conta da atitude paterna e ele parou de se aproximar de Maya.

Nas sessões posteriores, Maya mostrava-se constrangida e inquietada. Entretanto, à medida que as terapias progrediam, ela começou a perceber que, mesmo possuindo sentimentos negativos em relação à sua mãe, existia uma profunda relação de dependência entre ambas. Maya costumava seguir todas as orientações maternas, buscando não apenas agradá-la, mas também conquistar um posto de destaque, associando a obediência a uma forma de amor. Em relação ao pai, seus sentimentos mesclavam carinho com um perturbador Complexo de Édipo. Era fundamental para Maya compreender e, se possível, reconciliar-se com esses sentimentos, entendendo que seu caminho poderia ser diferente. Para superar traumas e experiências dolorosas, é crucial verbalizá-los, permitindo assim sua simbolização.

Maya estava em uma batalha interna constante, um tumulto de emoções não reconhecidas e não verbalizadas que a oprimiam. Enquanto ela não conseguia conectar-se e entender seus desejos e sentimentos em relação aos pais, ela tentava *limpar-se* da repulsa e aversão que eles simbolizavam, lavando suas mãos obsessivamente. Essa era sua maneira de evitar “entrar em contato” com essas emoções turbulentas. Mas quando a pressão do trauma se tornava insuportável, seu mecanismo de defesa era desviar a dor emocional para uma dor física. Ela então se autoinfligia feridas, usando o compasso da escola para causar dor nos braços, numa tentativa de aliviar o peso dos sentimentos reprimidos.

Os sintomas são os grandes portais do inconsciente e um livro para quem souber lê-lo. Há um código, uma senha, inscrita no sintoma que conhecemos, mas não ousamos lembrar-nos. Maya está

na faculdade nesse momento. Na pandemia, interrompeu sua análise por não suportar manter o contato online. Sempre que pode, manda-me mensagens, contando o que está acontecendo com os estudos e amigos. Ainda sofre com alguns episódios obsessivos, mas os considera “fracos e esporádicos”. Neste momento, apareceu para continuar sua análise desfrutando de outra etapa da sua vida, o que pode ser um facilitador para o contato e compreensão do que lhe incomoda e lhe falta.

Seguimos...

Considerações finais

Neste capítulo, verificamos o ato cerimonial compulsivo de lavagem das mãos da analisante Maya a partir de um processo estrutural, conforme Lacan, (1964). Nesse processo, acompanhamos a construção estrutural de um sujeito que representou a elaboração do Complexo de Édipo por uma via alternativa, simbólica; portanto, discursiva.

Assim, evidenciamos que a abordagem psicanalítica adotada considerou a marcação simbólica do indivíduo, que por intermédio da lavagem constante das mãos construiu uma manifestação indireta de sentimentos mais profundos: a vergonha e a culpa originados pelo Complexo de Édipo. Esse deslocamento simbólico foi estruturado pelo indivíduo por meio de uma organização específica: pensamentos obsessivos, ideias intrusivas, rituais compulsivos e comportamentos de autoagressão.

Os pensamentos obsessivos, cumpriam, na formação do sintoma, a função desorganizadora do sujeito. A analisante demonstrava

ideias repetidas e desconexas que a faziam apresentar, no início do contato comigo, uma enunciação entrecortada e, às vezes, pouco coerente. Quando essa desorganização não surtia efeito aliviante, as formas de representar o desconforto edípico assumiam o formato da lavagem das mãos, como constituição de um processo de deslocamento simbólico capaz de dizer aquilo que a analisante recalrava.

Desse modo, associamos a postura do psicanalista ao analista do discurso: uma vez que, para ambos, é a produção de efeitos de sentido causados pelas marcas do dizer que importam para a construção das respectivas análises: não era o gesto de lavar as mãos que importou, mas o quê e como ele representava.

Quando oportunizar ao sujeito analisado dizer por meio do processo terapêutico, os sintomas característicos do processo estrutural do sujeito obsessivo compulsivo foram amenizados. Esse empreendimento trouxe à analisante mais qualidade de vida e reorganizou sua capacidade de executar tarefas cotidianas sem os efeitos das atitudes que ela não conseguia controlar.

Em conclusão, defendemos que essa interpretação da análise psicanalítica alinha-se com as perspectivas dos analistas do discurso, pois reconhece que a enunciação vai além das meras construções linguísticas. Ela se relaciona com a habilidade do sujeito de simbolizar e, através dessa simbolização, manipular a linguagem para evitar confronto com sentimentos que julga inoportunos. Por outro lado, acrescentamos à Psicanálise mais uma pitada da tese freudo-laciana de que o inconsciente está organizado como uma linguagem.

Referências

- BYUN, S.; SCHOFER, E.; KIM, K. Revisiting the role of cultural capital in East Asian Educational Systems: the case of South Korea. *American Sociological Association*, v. 85, n. 3. p. 219-239. DOI: 10.1177/0038040712447180. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3840128/>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- FREUD, S. Inibição, sintoma e angústia (1926). In: *Obras completas, volume 17: Inibição, sintoma e angústia O futuro de uma ilusão e outros textos* (1926-1929). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 13-123.
- _____. Atos obsessivos e prática religiosa (1907). In: *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 9. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- _____. Totem e tabu (1912). In: *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 13. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- _____. O futuro de uma ilusão (1927). In: *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 21. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- _____. A interpretação dos sonhos. In: *Obras completas, volume 8: O delírio e os sonhos na Gradiva, Análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos* (1906-1909) Sigmund Freud; tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- _____. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: *Obras completas, volume 6 : três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria ("O caso Dora") e outros textos* (1901-1905) Sigmund Freud; tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- JORGE, M. A. C. *Fundamentos da psicanálise: de Freud a Lacan, volume 2: a clínica da fantasia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- LACAN, J. *O seminário, livro 10: a angústia* (1962-1963). Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. (Campo Freudiano no Brasil).

- _____. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais em psicanálise*. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- KRISTEVA, J. *História da linguagem*. Tradução de Margarida Barahona. Porto: Edições 70, 1974.
- MILLER, J.-A. Introdução à leitura do Seminário da Angústia de Jacques Lacan. *Opção Lacaniana*, Revista Brasileira Internacional de Psicanálise, São Paulo: Eolia, n. 43, p. 7-81, 2005.

Sobre os autores

Jarbas Vargas Nascimento, Pós-doutor na área de Letras, pela UNESP - Campus Assis. Doutor em Letras (Semiótica e Linguística Geral) pela Universidade de São Paulo - USP. Mestre em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, Bacharel e Licenciado em Letras (Português-Francês) pela Faculdade Nossa Senhora Medianeira, SP, Bacharel e Licenciado em Filosofia pela Faculdade Nossa Senhora Medianeira - SP. Atualmente, é professor titular do Departamento de Ciências da Linguagem e do Programa de Pós-graduação em Língua Portuguesa da PUC-SP. É professor do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Foi professor efetivo de Língua Portuguesa na Rede Pública Estadual de Ensino e na Rede Privada; dedica-se ao magistério superior na graduação, na extensão e na pós-graduação Lato e Stricto Sensu, desenvolvendo pesquisas na área de Letras, relacionadas à História e Descrição do Português, à Análise do Discurso e ao ensino de língua portuguesa. Orientador de pesquisas de iniciação científica, monografias de conclusão de pós-graduação *lato sensu*, dissertações e teses nas áreas de Letras e Linguística; supervisiona estágios pós-doutoral. É organizador e autor de livros e publica artigos no campo dos estudos discursivos

e étnico-raciais. É coordenador de Pesquisa no Centro Cristão de Estudos Judaicos- CCDEJ e um dos editores da Revista Cadernos de Sion. É líder de Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq. Ocupou vários cargos de Gestão acadêmica. Recebeu o título Grã-Cruz da Ordem do Mérito Cívico e Cultural, em 2008. Recebeu o troféu ANID, ação negra de integração e desenvolvimento, 2006; recebeu, em 2022, o título de Cidadão Itapeviense por serviços prestados ao Município; recebeu em 2022, Medalha Cinquentenário Das Forças de Paz do Brasil por ter praticado ações meritórias em nome do Brasil; está incluído na Power List 100 Personalidades Negras Mais Influentes da Lusofonia, em 2022.

Clarice Pimentel Paulon, Psicanalista, mestre e doutora em psicologia pela USP, especialista em gestão em saúde pública pela Unicamp e pós doutora pelo IP-USP. É professora credenciada no programa de pós-graduação em educação sexual da Unesp (Araraquara) e professora e supervisora da residência em rede da prefeitura de São Paulo. Coordenadora da Escola Tamuya de Formação Popular. Áreas de atuação: psicanálise e suas articulações às ciências da linguagem, políticas públicas de saúde e história.

Maria Tereza Martins Ramos Lamberte, Psicanalista. Médica - UNICAMP. Psiquiatra - USP RP. Assistente do Instituto da Criança e do Adolescente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - ICr HC FMUSP. Associada e Fundadora do Corpo Freudiano Escola de Psicanálise - Núcleo São Paulo. Nesse, compõe a Comissão de Coordenação da Formação Fundamental, além disso, é proponente e coordenadora responsável pela atividade de Seção Clínica - Conexão da Formação Fundamental com a Formação Permanente em Psicanálise. Proponente de curso pelo Centro de Apoio ao Ensino e Pesquisa em Pediatria - CAEPP. Atua em linhas de pesquisas em Medicina, Psiquiatria e Psicanálise

na Infância e Adolescência. Autora de vários capítulos de livros na área médica, especialmente em Pediatria, artigos sobre Psiquiatria e Psicanálise na Infância e Adolescência, co-organizadora do livro *Psiquiatria da Infância e Adolescência* -Ed. Manole- HC FMUSP.

Ramon Silva Chaves, Doutor em Língua Portuguesa com enfoque na Análise de Discurso de tradição francesa pela PUC-SP, é pós-doutorando pela mesma universidade. Integra o grupo de estudo *Discurso e Cultura*, onde produz pesquisa sobre o discurso literário marcado por questões étnico-raciais. Publicou capítulos de livros e artigos em revistas especializadas sobre discurso literário e educação. Desde 2021, participa da Formação Fundamental em Psicanálise do Corpo Freudiano núcleo São Paulo. Além disso, trabalha como professor de literatura no ensino fundamental II e médio.

Marcos Roberto de Paula, Pesquisador *Stricto Sensu* pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal de Lavras (UFLA), Especialista *Lato Senso* em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Sul de Minas (IFSuldeMinas), Licenciado em Letras Português e suas Literaturas pela UFLA, Licenciado em Filosofia pela Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG). Professor da Educação Básica nas redes estadual e particular. Membro do Grupo de Pesquisa Leitura e Produção de Discursos (GPLPD). Ocupa-se em estudar as produções discursivas e suas incidências na formação social e cultural brasileira.

Márcio Rogério de Oliveira Cano, Doutor e mestre em Língua Portuguesa pelo Programa de Língua Portuguesa da PUC-SP, desenvolve pesquisa na área de Análise do Discurso e Ensino de Língua Portuguesa. É Professor Adjunto do Departamento de Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Lavras. Na

mesma instituição, foi coordenador e é professor do Programa de Pós-Graduação em Letras, atua no curso de Graduação em Letras e lidera o Grupo de Pesquisa Leitura e Produção de Discursos (GPLPD). Em seus temas, destacam-se análise dos discursos da mídia, discurso da violência, discursos atópicos, condições de produção discursiva e sujeito. Na área de ensino de Língua Portuguesa, traz pesquisas voltadas para a formação do leitor crítico e práticas pedagógicas emancipatórias.

Amanda Batista da Silva, Mestranda no Programa de Pós-graduação em Letras pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). É graduada em Letras Português/Inglês pela Universidade Paulista (2019) e possui especialização em Língua Portuguesa e Literatura em contexto escolar (UNIP/2020). Já atuou como professora de ensino integral na educação básica. Atuou, ainda, como docente voluntária de Semântica e Pragmática (2022/2) e também em Processos de leitura e escrita (2023/2) na graduação em Letras da UFLA. É integrante do Núcleo de Estudos em Análise do Discurso (NEADi-UFLA), do grupo de pesquisa Leitura e Produção de Discurso (CNPq) e bolsista pela FAPEMIG.

Márcia Fonseca de Amorim, Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Professora do Departamento de Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Lavras e Coordenadora do Grupo de Estudos do Discurso (GEADI – UFLA), registrado no CNPQ, e do Núcleo de Estudos do Discurso (NEADI – UFLA). Foi professora e coordenadora do curso de Letras da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Alto São Francisco. Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, chefe do Departamento de Ciências Humanas, chefe do Departamento de Estudos da Linguagem. Foi membro do Conselho Universitário, presidente da Câmara de

Assessoramento do Conselho Universitário na área de Pesquisa e Extensão da UFLA e membro do Conselho Curador da UFLA. Atualmente atua na Graduação e na Pós-graduação em Letras na UFLA e também atua como coordenadora do Curso de Letras Português – modalidade a distância. Desenvolve pesquisas relacionadas ao discurso político, midiático e feminista com base nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso materialista.

Acir de Matos Gomes, Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Franca (1994), Especialista em Psicanálise Contemporânea pela Universidade de Franca (UNIFRAN, 2013), Especialista em Processo Civil pela FACION (2017), Mestre em Língua Portuguesa pela UNIFRAN (2011), Doutor em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, 2017). Pós-doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, 2021). Doutorado em Direito na Faculdade Autônoma de Direito (FADISP, em andamento) e Pós-doutorado no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo (USP, em andamento). Lecionou no Programa de Estudos Pós-graduados em Linguística stricto sensu na UNIFRAN (2020), onde ministrou aulas de Direito Processual Civil II e IV. Foi professor da Escola Superior da Advocacia do núcleo de Franca, SP. Professor e Avaliador do Instituto UNIAPAE SP. Professor substituto da Faculdade de Direito de Franca em 2022 e 2023. Advogado atuante nas áreas: cível, família e criminal. Mediador/Conciliador certificado pelo NUPEMEC/CNJ (2017). Articulista do Jornal Diário Verdade. Membro do Grupo ERA – Estudos Retóricos e Argumentativos – certificado pelo CNPq, que possui sede na PUC-SP. Integrante do Grupo de Pesquisa PARE (Pesquisa em Argumentação e Retórica) UNIFRAN, Franca - São Paulo. Membro do Grupo ERA – Estudos Retóricos e Argumentativos – certificado pelo CNPq,

que possui sede na PUC-SP com o qual publicou Sistema Retórico: Inventio (2022), Inteligência Retórica: o Logos (2021), Inteligência Retórica: o Pathos (2020), Inteligência Retórica: o Ethos (2019). Organizador do livro O Suscitar das Paixões: retórica de uma vida (2021). Autor dos livros: Discurso Jurídico, Mulher e Ideologia: uma análise da Lei Maria da Penha (2012), União Homoafetiva: análise retórica e jurídica (2018), Da eficiência à eficiência: análise retórico-jurídica da Lei Brasileira de Inclusão e de seus efeitos persuasivos (2021). Coordenador do Projeto de Retórica Jurídica Ibero-americana. Coordenador da Escola Superior da Advocacia - ESA- núcleo Franca até 2022. Vice -Presidente da OAB -SP - 13.^a subseção (triênio 2019-2021). Presidente da OAB 13.^a subseção triênio 2022-2024. E-mail: acirdematos@gmail.com e acirdematos@aasp.org.br

Luiz Antonio Ferreira, Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado em Letras Clássicas e Vernáculas na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Professor titular do Departamento de Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Coordenador do Programa de Estudos Pós-graduados em Língua Portuguesa da PUC-SP e Coordenador do Grupo ERA – Estudos Retóricos e Argumentativos – certificado pelo CNPq, que possui sede na PUC-SP. Tem experiência na área de Letras e Ensino, com ênfase em Língua Portuguesa e suas pesquisas enfocam os seguintes temas: retórica, argumentação, metodologia de ensino de línguas, língua portuguesa, linguística e ensino-aprendizagem. É autor do livro *Leitura e Persuasão: princípios de análise retórica* (2010). Com o Grupo ERA, organizou os livros *Sistema Retórico: Inventio* (2022), *Inteligência Retórica: o Logos* (2021), *Inteligência Retórica: o pathos* (2020), *Inteligência Retórica: o ethos*

(2019), Retórica, escrita e autoria na escola (2018), Artimanhas do dizer: retórica, oratória e eloquência (2017), As mulheres que a gente canta (vol. 2, 2016), Retórica do risível (2014), A retórica do medo (2012) e Retórica do opressor (2010).

Ricardo Celestino, Doutor em Língua Portuguesa pela PUC-SP. Professor de Língua Portuguesa e Literatura no Ensino Médio Integrado ao Técnico, do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Atuou no Ensino Superior nos cursos de Letras, Pedagogia e História. Atualmente, tem trabalhado na pesquisa de temas que envolvem a Leitura e Produção textual em uma perspectiva transdisciplinar. Também atua em núcleos de pesquisa acerca do ensino de Língua Portuguesa na perspectiva enunciativo-discursiva. Desenvolveu estágio de pós-doutorado no Programa de Estudos Pós-Graduados de Literatura e Crítica Literária, sob supervisão da Prof. Dra. Diana Navas, com o intuito de dialogar a Análise do Discurso e a Metaficção em textos de Ficção Científica Nacional. Realiza formação psicanalítica fundamental no Corpo de Estudo Freudiano de São Paulo. Está vinculado nos grupos de pesquisa do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da PUC-SP e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da UNESP-Assis. Autor dos romances “Até que a brisa da manhã necrose teu sistema”, vencedor do Prêmio Argos (2022) e “Banho de Sol”. Contato: ricardo.celestino2003@gmail.com

Silvana Martani, Psicóloga, psicanalista e docente do Curso de Formação em Psicanálise do CEP, Centro de Estudos Psicanalíticos de São Paulo desde 2015. Titulada como Especialista em Psicologia Clínica e Psicanalista pelo Centro de Estudos Psicanalíticos, sua expertise é também reconhecida na Psicologia Hospitalar pelo Hospital das Clínicas de São Paulo, FMUSP. Autora e organizadora

de coletâneas, contribuiu com capítulos em obras como “Sonhos Privados” e “Dentro dos Teus Olhos”, focando análises psicanalíticas. Seu trabalho abrange o ensino e a prática clínica e também a contribuição para a compreensão aprofundada da psicanálise e da escuta contemporânea. Contato: silvanamartani@uol.com.br



O volume VI da série Discurso e Cultura é parte de um empreendimento de pesquisa do Grupo Discurso e Cultura da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, liderado pelo doutor Jarbas Vargas Nascimento. A série, publicada desde 2018, apresenta trabalhos sobre Análise do Discurso e suas interfaces com a Cultura, variando na análise dos corpora e recebendo contribuições de membros do grupo de pesquisa e convidados. Nesta publicação, estão reunidas pesquisas que operacionalizam diálogo entre a Análise de Discurso e a Psicanálise, o que produz um intercâmbio entre as duas disciplinas sendo, portanto, uma coletânea significativa para analistas do discurso e psicanalistas. A aliança entre a Análise do Discurso e a Psicanálise não é novidade, uma vez que essas disciplinas tiveram no estruturalismo francês do século XX certa aproximação intelectual. A novidade deste trabalho está no entendimento de que o repertório teórico de ambas as disciplinas pode dar um passo a mais para uma Análise Psicanalítica dos Discursos.



ISBN 978-65-5550-347-0



9 786555 150347 0



Série
Discurso e cultura

Blucher

www.blucher.com.br